RESUMOS EXPANDIDOS

ANAIS DO

I CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE FÍSICA, MENTAL E SOCIAL (ON-LINE)

I Congresso Brasileiro de Saúde Física, Mental e Social
(On-line)

REALIZAÇÃO

OMNIS EVENTOS

EDITORA OMNIS SCIENTIA

RESUMOS EXPANDIDOS

ANAIS DO

I CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE FÍSICA, MENTAL E SOCIAL (ON-LINE)

I Congresso Brasileiro de Saúde Física, Mental e Social (On-line)

REALIZAÇÃO

OMNIS EVENTOS

EDITORA OMNIS SCIENTIA

Editora Omnis Scientia

ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE FÍSICA, MENTAL E SOCIAL (ON-LINE) - RESUMOS EXPANDIDOS

Volume 1

1ª Edição

RECIFE - PE

2024

Comissão Avaliadora

Ana Clara Lacerda Cervantes de Carvalho

Ana Paula Ferreira

Cássio Marinho Campelo

Daniel Luís Viana Cruz

George Luiz Neris Caetano

Larissa Teodoro Rabi

Maxsuel Oliveira de Souza

Moana Ferreira dos Santos

Tatiane de Oliveira Santos

Palestrantes

Antônio Alves de Fontes-Júnior

Ayla de Jesus Moura

Clayton Sidney de Almeida Vergara

Diego Silveira Siqueira

Itanaina Lemos Rechmann

Leonardo Diniz

Teodoro Malta Campos

Évelyn Cristina Morais Pessôa Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial

C749 Congresso Brasileiro de Saúde Física, Mental e Social (1. : 2024 : Online).
Anais do I Congresso Brasileiro de Saúde Física, Mental e Social : resumos expandidos [recurso eletrônico] / [coord. Larissa Teodoro Rabi]. — 1. ed. — Recife : Omnis Scientia, 2024.
Dados eletrônicos (pdf).

ISBN 978-65-6036-384-7
DOI: 10.47094/ICOBRASFIMES.2024/RE

1. Hábitos de saúde. 2. Educação em saúde. 3. Cuidados pessoais com a saúde. 4. Qualidade de vida. 5. Profissionais da área da saúde - Formação. I. Rabi, Larissa Teodoro. II. Título. III. Evento.

CDD23: 613

Bibliotecária: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

Editora Omnis Scientia

Av. República do Líbano, nº 251, Sala 2205, Torre A,

Bairro Pina, CEP 51.110-160, Recife-PE.

Telefone: +55 87 99914-6495

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br

EDITORA OMNIS SCIENTIA

EDITORIAL

O **I Congresso Brasileiro de Saúde Física, Mental e Social (On-line)** objetivou realizar uma colaboração interdisciplinar em saúde, com abordagens completas sobre o bem-estar físico, mental e social. Esse evento contou com palestras ministradas por excelentes profissionais e apresentação de resumos simples, resumos expandidos e capítulos de livro.

Todos os resumos aprovados foram publicados nos Anais do I Congresso Brasileiro de Saúde Física, Mental e Social (On-line), gratuitamente, pela **Editora Omnis Scientia**, contendo ficha catalográfica, ISBN, licença creative commons, indexadores nacionais e internacionais, além da possibilidade opcional de DOI.

Todos os capítulos de livro aprovados forma publicados no livro digital intitulado "**Desbravando os Percursos da Saúde Física, Mental e Social: uma Abordagem Interdiciplinar**", Volume 1, pela **Editora Omnis Scientia**, contendo ficha catalográfica, ISBN, licença creative commons, indexadores nacionais e internacionais. Além disso, todos os capítulos receberam, gratuitamente, DOI.

Abaixo constam os três trabalhos que receberam **menção honrosa**, por modalidade:

Modalidade resumo simples:

- Perfil epidemiológico das pacientes que realizaram mamografia no Brasil entre 2013 e 2023
- onstrução de um instrumento assistencial voltado à consulta de enfermagem em puericultura com foco na realidade local do município de Macapá/AP
- Doses aplicadas da tetra viral no estado do acre, de 2015 a 2020, como influenciadoras da saúde física populacional

Modalidade resumo expandido:

- Promoção da saúde de mulheres com incontinência urinária: aprendizagem da contração da musculatura do assoalho pélvico
- Perfil epidemiológico das vítimas de violência psico/moral no Brasil em 2022
- Cuidado farmacêutico ao paciente idoso com alzheimer

Modalidade capítulo de livro:

- Cuidado farmacêutico ao paciente infantil com diabetes mellitus tipo 1 no âmbito do componente especializado da assistência farmacêutica
- Características e desfechos clínicos dos pacientes com covid-19 na unidade de terapia intensiva de um hospital universitário
- Jogo socioeducativo para usuários da unidade básica de saúde: um relato de experiência sobre o letramento em saúde

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

EPIDEMIOLOGIA

SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SAÚDE DA MULHER

SAÚDE DO IDOSO

SAÚDE ESPIRITUAL

SAÚDE FÍSICA

SAÚDE MENTAL

SAÚDE OCUPACIONAL

SAÚDE SOCIAL

OUTRAS

COLETIVIZAÇÃO GRUPAL: POR UMA CLÍNICA TRANSVERSAL

Waldenilson Teixeira Ramos[1].

[1]Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro. http://lattes.cnpq.br/2268223482149159

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Formação. Saúde Mental.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

O projeto Grupos Como Dispositivo de Coletivização é desenvolvido como um projeto de extensão, reunindo atividades complementares aos domínios específicos de Assistência e Integração Ensino/Pesquisa. Trata-se de um trabalho junto à comunidade que visa também à formação do aluno e a pesquisa na temática da subjetividade contemporânea. O campo de atuação se efetiva e se atualiza nas práticas clínicas, onde a perspectiva do cuidado, em saúde mental, é o objeto central dos olhares e inquietações do grupo. O projeto de extensão visa criar um dispositivo clínico que permita explorar a relação entre produção de subjetividade e coletivo e, para tanto, é necessário pôr em análise as mudanças atuais nas relações de trabalho e nos modos de vida urbana. No núcleo de nossas discussões se coloca o interesse de explorar as relações entre os domínios da clínica e da política, pois, se aposta que tal gesto contribui para a formação dos alunos de graduação em Psicologia.

Partimos do pressuposto que o sistema capitalista não se expressa apenas em termos econômicos, mas também rege a organização social da vida cotidiana, inscrevendo determinadas dinâmicas de subjetivação na contemporaneidade. É no contexto capitalista que se verificam efeitos da privatização do sofrimento, bem como novas formas de adoecimento psíquico. O modo de produção capitalista se assenta de forma mais evidente na articulação do mundo material, porém, não se encerra neste campo. As engrenagens de funcionamento da vida material regida por este sistema operacionalizam-se a partir de tecnologias que incidem sobre o corpo também em plano subjetivo.

OBJETIVO

Este escrito tem como objetivo realizar uma apresentação do projeto de extensão Grupos como Dispositivo de Coletivização que foi coordenado pelo Professor Dr. Eduardo Passos até 2022. Com caráter psicoterapêutico, o projeto é integrado ao Serviço de Psicologia Aplicada da UFF/Niterói e atua sob uma perspectiva de abordagem da clínica Transdisciplinar (RAUTER, 2015). Este artigo relata como a aposta de um dispositivo psicoterapêutico tem contribuído de forma efetiva na formação das novas psicólogas no campo da formação clínica. Tendo como primado uma postura ético-política, o projeto em questão busca pensar o setting clínico como espaço de desprivatização do sofrimento. A abordagem transdisciplinar aposta na interface entre arte, filosofia e clínica nas práticas de cuidado e de formação.

Interessa-nos avançar na discussão acerca das modulações do capitalismo contemporâneo investigando sua relação com os processos de subjetivação e individualização. Seguimos a reflexão proposta por Foucault (2014) acerca da relação entre os diagramas de poder na sociedade contemporânea e as práticas de individualização. Apoiamo-nos no conceito de "individuação" de Gilbert Simondon (1989). É importante para nós discutir os novos regimes de assujeitamento que geram sintomas ou formas subjetivas que não têm sentido fora da trama do contemporâneo. Aqui é o tema da ética como ethos do coletivo e a luta contra as formas de assujeitamento. Queremos associar a pergunta acerca da ética da clínica com a afirmação da política da clínica ou da clínica como política. O grupo é entendido por nós como dispositivo de desindividualização do sofrimento a ser empregado nas práticas clínicas do SPA da UFF.

METODOLOGIA

A atuação do trabalho de extensão passa pela criação de um grupo terapêutico no SPA. Nossos pacientes são encaminhados pelo processo de plantões, tendo como porta de entrada o próprio serviço do SPA que disponibiliza, em seu site oficial, formulários de inscrições. Os estagiários, que são vinculados ao serviço da clínica escola SPA, realizam a recepção das pessoas que se inscreveram e, a partir de uma entrevista que busca localizar demandas de tratamento psicoterapêuticas, os pacientes são destinados aos extensionistas do projeto em questão. Realizados os devidos encaminhamentos, os extensionistas realizam atendimentos individuais e grupais, sempre a fim de propiciar no grupo mecanismos de mudanças e novas produções subjetivas.

Todo o projeto trata-se de uma ação que, simultaneamente, oferece serviço de saúde à comunidade e oferece elementos para a formação dos alunos. Por isso, se faz tão fundamental, em nossa metodologia, uma participação ativa dos participantes e, nisto, operacionalizamos supervisão onde todos os integrantes possuem o papel de co-supervisores. No núcleo de nossa metodologia, interessa promover a prática da lateralização co-gestiva no serviço de saúde mental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um desafio da clínica no contemporâneo é o de realizar a desprivatização e desintimização de seus dispositivos de intervenção. Neste sentido, o dispositivo grupal intensifica a interface entre a clínica e a política, problematizando o modo indivíduo de subjetivação na nossa sociedade. A dimensão do coletivo não pode ser tomada como oposta ou separada da dimensão subjetiva, apresentando-se como o plano de produção de efeitos de subjetividade. Assim, o grupo exerce a função primeira à coletivização, pois fornece a possibilidade de criar um dispositivo clínico que permita explorar a relação entre produção de subjetividade e coletivo. É sobre essa ótica e aposta de cunho ético-estético-político que se reafirma o dispositivo grupal também na clínica da infância, por exemplo. É importante discutir os novos regimes de assujeitamento que geram sintomas ou formas subjetivas que não têm sentido fora da trama do contemporâneo. Entendemos a ética como ethos do coletivo e a política como luta contra as formas de assujeitamento. A perspectiva transdisciplinar afirma a inseparabilidade entre clínica, ética e política.

O projeto de extensão tem uma interface com o projeto Avante, que tem como objetivo pedagógico acolher e resguardar crianças em condições socioeconômica vulneráveis, realizamos uma série de atendimentos psicoterapêuticos, mais especificamente, uma atuação em grupo terapêutico. O projeto avante é uma iniciativa da Igreja Presbiteriana Betânia que visa assistir crianças em situação de vulnerabilidade social moradoras das comunidades da Grota, Igrejinha e Castelo, em Niterói-RJ. As atividades foram iniciadas em agosto de 2017 com o objetivo inicial de dar continuidade ao atendimento às crianças que saiam da Creche Comunitária Betânia, mantida graças à parceria com a Fundação Municipal de Educação da cidade. Em 2021 aumentamos de 40 para 50 crianças matriculadas no Contraturno, finalizamos a montagem e inauguração da sala Montessoriana e iniciamos a Oficina de Robótica com 10 adolescentes. O projeto Avante tem como missão contribuir para estabelecer condições favoráveis ao pleno desenvolvimento espiritual, físico, emocional, social, cognitivo e de linguagem, através de ações socioeducativas, na singularidade de cada criança em situação de vulnerabilidade social atendida, de seu grupo familiar e entorno comunitário.

Em conjunto ao projeto e com a assídua participação dessas crianças, criamos o dispositivo corpo analista clown, onde o analista — o psicoterapeuta com vínculo no projeto de extensão em questão — disponibiliza o seu corpo como espaço de criação para as crianças. A tomada de decisão do que será feito com este corpo é do grupo, as crianças fazem os seus acordos e, conjuntamente, pintam e interferem na imagem do analista, sempre em via de desconfigurar uma imagem adultificada e séria. As escolhas das crianças vão em direção à criação de um palhaço e, curiosamente, estas escolhas os inquietou, nos levando à constatação que de fato tal imagem representa a subversão de uma imagem dominante do Outro. Onde as crianças escolhem do corpo do analista para pintar, as cores escolhidas, o desejo implicado na atividade e todos os contratos estabelecidos grupalmente pré e pós a intervenção são elementos centrais de nossas observações e indagações.

De fato, encontra-se um dispositivo clínico que nos fornece uma série de elementos comportamentais e subjetivos muito rico ao cuidado psicoterapêutico com crianças. Os efeitos deste dispositivo são diversos, desde tomadas de protagonismo à desinibição infantil. Os efeitos clínicos em muito tem nos chamado a atenção, assim como às famílias que tanto nos dão feedback e notícias dos processos subjetivos de seus pequenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessa a este escrito, dentro dos limites estruturais deste artigo, apresentar o projeto de extensão Grupos Como Dispositivo De Coletivização, uma vez traçado as novas modalidades de sofrimento psíquicos de nosso tempo. Alinhado ao projeto, a abordagem transdisciplinar é a perspectiva que norteia o nosso trabalho. A perspectiva transdisciplinar é uma perspectiva da multiplicidade. Quanto mais encontros fizermos, tanto no que diz respeito ao atributo pensamento quanto ao atributo extensão, mais potentes seremos. Nossa aposta teórica-metodológica nos informa que o campo do limiar ─ onde se forja o diálogo entre clínica, polpítica e artes ─ é a borda que amplia as conexões, possibilitando a ultrapassagem, na clínica, de alguns impasses trazidos por categorias do negativo que a atravessam.

Como fruto de nossas ações, temos fortalecido a formação de futuros psicólogos e psicólogas que enxergam a sua importância de uma clínica ampliada, bem como compreendem as necessidade da criação e de pensar em novos modos de cuidado e racionalizar a saúde. Em sua formação fica colocado também a capacitação de futuros superiores. Dessa forma, reafirmamos nossa atuação como um trabalho ético-estético-político.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SIMONDON, G. **L’individuation psychique et collective.** 1. ed. Paris: Aubier, 1989.

RAUTER, Cristina. **Clínica Transdisciplinar: Afirmação Da Multiplicidade Em Deleuze/Spinoza.** TRÁGICA: Estudos de Filosofia da Imanência [online]. 2015, v.8, n 1 [Acessado 30 julho 2023] Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/26802>.

CAMINHOS DA FORMAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES NO PROJETO ESCOLA DA FAMÍLIA

Waldenilson Teixeira Ramos[1]; David Macedo Rodrigues Filho[2].

[1]Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro. http://lattes.cnpq.br/2268223482149159.

[2]Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro. http://lattes.cnpq.br/9645401433371703.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Violência. Parentalidade.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe um relato de experiência visando compartilhar os processos de enriquecimento da formação em saúde, desencadeados pela participação no projeto de formação profissional em apoio ao "Programa Escola da Família: Promovendo práticas parentais com afeto, sem violência". Neste sentido, oferece-se aqui importantes contribuições de reflexão e análises para que possa colocar em evidência a importância de olharmos a saúde em seus sentidos ampliados, intercruzando a saúde física, social e mental no centro dos nossos debates e formações. Situado como uma iniciativa de política pública em Niterói, o projeto busca sensibilizar e capacitar profissionais de saúde em relação à parentalidade (NAVES; LEMOS; CHATELARD, 2020), especialmente no atendimento a gestantes, puérperas e famílias. As motivações fundamentais deste estudo são o compromisso ético e político de combate à violência, bem como a reflexão sobre o papel da mulher e da criança na sociedade atual. Buscamos, assim, destacar os ganhos profissionais, éticos e cívicos provenientes de nossa participação nesse projeto.

O Programa Escola da Família ressalta a importância de compreender a natureza intersubjetiva e o impacto das primeiras identificações na formação das práticas parentais, e reconhece que as experiências familiares moldam fundamentalmente a capacidade de exercer a parentalidade. Diante disso, destaca-se a necessidade de trabalhar com as famílias para abordar a violência intrafamiliar e promover ambientes mais saudáveis para o desenvolvimento das crianças. Portanto, interessa a essa iniciativa pública a construção das unidades de saúde enquanto referências de acolhimento, frente as violência em Niterói, e pontos de cuidado à saúde física, social e mental.

O projeto de formação profissional "Promovendo práticas parentais com afeto, sem violência" destaca a importância da reflexão sobre as concepções de vínculo e cuidado intrafamiliar entre os profissionais de saúde que atendem gestantes e suas famílias na rede pública de saúde. Neste cenário, nasce este resumo expandido, onde nossa formação é

profundamente afetada e atravessada pela experiência advinda da atuação neste projeto, assim sendo, implica-se o desejo de compartilhar os achados de reflexão que incorporam os sentidos ampliados de saúde a nós.

OBJETIVO

A fim de promover e compartilhar achados de reflexões políticas e éticas da formação em saúde, tendo como campo de experiência a atuação no projeto de formação destinado a profissionais de saúde da atenção básica, uma das ações do “Pacto Niterói contra a violência”, este relato de experiência é propositivo quanto às dimensões críticas e sociais nas abordagens dos temas da parentalidade e da promoção de cuidados anti-violentos. Dessa forma, pretende constituir-se como uma forma de denúncia das urgências de práticas com bons afetos e solidárias de cuidados e da necessidade de olhares atentos e críticos à violência no âmbito da parentalidade (ZORNIG, 2012). Com esse panorama, objetiva-se interpelar a formação em saúde de forma a olhar e pensar o campo da parentalidade e seus determinantes históricos e sociais, provocando acadêmicos e profissionais à reflexão crítica de suas práticas. Por fim, torna-se substancial produzir anseios e oferecer instrumentos para que se torne possível visualizar a saúde nas suas interfaces multidisciplinares e integrativas a saúde física, social e mental.

METODOLOGIA

A partir das experiências obtidas no projeto, identificou-se a necessidade de promover reflexões ético-políticas centrais na formação dos profissionais de saúde. Utilizando as políticas e diretrizes do método cartográfico (PASSOS; BARROS, 2009), este trabalho adota uma abordagem não tradicional de análise, acompanhando os percursos e implicações nos processos de produção. A cartografia convida os pesquisadores a um olhar atento ao percurso da pesquisa como indicador para a própria ação e formação.

A Cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método ─ não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17).

Essa abordagem teórico-metodológica propõe uma análise diferenciada da pesquisa, marcando a indissociabilidade entre sujeito e objeto, e enfatiza o papel do pesquisador na constituição do campo de estudo. Munido dessa perspectiva, este trabalho é tecido e tensionado, destacando a transmissibilidade das experiências como um gesto político.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossa experiência, podemos observar a complexidade das relações familiares, onde se exige dos profissionais da área da saúde constante atualização, assim como a permanente aquisição de novas ferramentas e estratégias de intervenção, como condição para o enfrentamento dos desafios contemporâneos diante da problemática da violência intrafamiliar. Nessa perspectiva, o Projeto Escola da Família, proposto no “Pacto Niterói contra a Violência”, empreendeu sua atuação interventiva com vista à sensibilização frente à grave situação de violência que atinge as famílias do município de Niterói ─ especialmente as crianças, mulheres e gestantes.

A atuação no projeto de formação profissional que apoia o “Programa Escola da Família: Promovendo práticas parentais com afeto, sem violência”, pôde nos explicitar as implicações coletivas na construção histórica e sociopolítica acerca do lugar social da mulher gestante, dos estilos e práticas parentais e da produção dos tipos de violências. A partir de nossa postura no projeto, podemos nos desviar da centralidade da usual atribuição de causalidades e consequências a questões da esfera individual dos sujeitos, que habita com frequência o reino da culpa, para uma aposta na visão coletivista da subjetividade e nos enlaces das redes de apoio e da rede de saúde do município de Niterói. Frente a isso, tornou-se possível dar notoriedade à dimensão sistêmica da violência, afastando-nos de visões individualistas, morais e culposas, o que permite, ao contrário, a denúncia da violência como elemento estrutural e estratificante.

Concluímos, a partir disso, que é crucial o combate à violência, de forma a observar a saúde de forma integrada, dando lugar a visibilidade a sua condição física, social e mental, e a promoção de práticas de cuidados parentais com bons afetos que possam ser tecidas em rede: de apoio, acolhimento, intervenção, de cuidado e saúde. Por fim, o Projeto Escola da Família constituiu, em suas intervenções, processos de enriquecimento e fortaleceu um olhar crítico não só do público atendido, mas também de nós que fomos os atuantes neste projeto/intervenção junto aos profissionais de saúde da atenção primária. A instrumentalização não se deu apenas aos profissionais que fizeram a formação deste projeto, todos os profissionais que empreenderam tal projeto se fortaleceram com a campanha desta iniciativa de política pública no território de Niterói de fomento à cultura da paz e prevenção à violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência no “Programa Escola da Família: Promovendo práticas parentais com afeto, sem violência”, em Niterói, possibilitou uma nova compreensão dos desafios de promover saúde física, mental e social e combater a violência intrafamiliar. Urge uma formação profissional que integre afetos e técnicas de forma crítica e ética, apostando no cuidado e no vínculo para a promoção da saúde e prevenção dos ciclos de violência no município.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, R. Grupo: **a afirmação de um simulacro.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2013.

DE PAULA, K. et al. **Pacto Niterói contra a violência: cogovernança municipal para a construção das políticas públicas de proteção social, segurança pública e prevenção à violência: volume 1.** Niterói (RJ): Niterói Livros, 2022.

Formação Dos Profissionais De Saúde Do Município De Niterói Projeto – Escola Da Família: Promovendo Práticas Parentais Com Afeto, Sem Violência. Brasília (DF): Edital De Chamamento Público Nº 001/2020, 2020.

HOGHUGHI, M. S., & Long, N. (Eds.). (2004). **Handbook of parenting: theory and research for practice. Sage.** Disponível em: <https://sk.sagepub.com/reference/hdbk_parenting/n1.xml>. Último acesso 19 de fevereiro de 2024.

LEMOS, S. de C. A.; NEVES, A. S. **Os processos de constituição psíquica do sujeito na perspectiva da psicanálise de família e casal.** Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 55-75, abr. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 fev. 2024.

PASSOS, E; BARROS, R, B. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção.** In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L (Orgs). Pistas do método da cartografia. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

ZORNIG, S. **Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade.** Tempo Psicanalítico, 42(2), 453-470. ______. (2012). Construção da parentalidade: Da infância dos pais ao nascimento dos filhos. In C.A. Piccinini, & P. Alvarenga (Orgs.), Maternidade e paternidade: A parentalidade em diferentes contextos (pp. 17-34). São Paulo: Casa do Psicólogo.

ZORNIG, S. **A criança e o infantil em psicanálise.** São Paulo: Escuta, 2008.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA PROPOSTA PREVENTIVA

Amanda Carvalho Dias[1]; Debora Alves Dos Santos[2]; Débora dos Santos Costa[3]; Marcio Peixoto Rocha da Silva[4]; Mariana Naomi Kashiwagui[5]; Daniela Miori Pascon[6].

[1]Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), São Paulo, São Paulo. https://lattes.cnpq.br/2458357715770450

[2]Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), São Paulo, São Paulo. https://lattes.cnpq.br/0669639763070059

[3]Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), São Paulo, São Paulo. https://lattes.cnpq.br/3201171912194168

[4]Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), São Paulo, São Paulo. http://lattes.cnpq.br/4474107119052162

[5]Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), São Paulo, São Paulo. http://lattes.cnpq.br/8520448458559360

[6]Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), São Paulo, São Paulo. http://lattes.cnpq.br/3748541541471323

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária a Saúde. Educação em Saúde. Paulo Freire.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde define adolescência como um período que vai dos 10 aos 20 anos de vida de uma pessoa. Uma gravidez, planejada ou não, nessa faixa etária é um importante problema de saúde com origem e repercussões sociais, econômicas e psicológicas. No Brasil, foi evidenciado uma diminuição de 8,7% da prevalência de gestações em adolescentes entre os anos 1997 e 2019, mesmo assim, no ano de 2019, 14,7% das gestantes realizaram seus partos antes de completar 20 anos (MONTEIRO, 2021). Ao contrário do imaginado, as regiões brasileiras com maior índice de desenvolvimento humano (IDH), o sul e o sudeste, apresentaram maior proporção de mães adolescentes (MONTEIRO, 2021). A região líder em gravidez em crianças de 10 a 14 anos foi a região norte, representando 4,8% dos casos nacionais (MONTEIRO, 2021).

Dentre as consequências desse tipo de gestação estão a rejeição parental, a violência familiar, a interrupção dos estudos, o abandono escolar e a maior perpetuação de pobreza, gerando impactos sociais e econômicos. Ao contrário de mulheres mais velhas, meninas de 15 a 19 anos tem como principal causa de morte geral as complicações gestacionais devido a quadros de eclampsia, prematuridade e endometrite puerperal (MONTEIRO, 2021). Além disso, esses casos indicam uma clara violação dos direitos humanos tendo em vista que o código penal brasileiro entende a prática sexual com menores de 14 anos como o crime de estupro de vulneráveis. Pensando no contexto familiar, a ONU aponta que gestações na adolescência é um fator que pode impulsionar outra violação: a do casamento de crianças que no Brasil representam 26% das uniões (Nações Unidas, 2019).

Em 2019, a partir da instituição da lei federal de número 13.798/2019, os primeiros 7 dias de fevereiro foram destinados ao enfrentamento público a gestação em menores de 20 anos com a implementação da semana nacional de prevenção da gravidez na adolescência. O apelo é feito para estimular setores públicos criadores de políticas públicas e a sociedade civil a buscar propostas que abranjam as dimensões éticas, raciais, de gênero, sociais, culturais econômicas e políticas. A busca é por medidas preventivas que visam a manutenção de uma adolescência plena e funcional de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ao pensar em uma metodologia de educação social para abordarmos esse problema, não podemos deixar de citar a educação popular proposta por Paulo Freire que fomenta a interação social oportunizando trocas de saberes que levam a reflexão das situações vividas e a ações focadas em contextos específicos (FREIRE, 2019). Fugindo de uma "educação bancária", a aprendizagem efetiva somente se realiza através da prática e não por meio de ensinamentos teóricos passados por um educador, que nesse caso pode ser um professor da escola, um profissional de saúde ou um representante comunitário com maior entendimento do tema (FREIRE, 2019). Nesse contexto, precisamos aplicar ferramentas de educação com objetivo de prevenir novos casos de gravidez na adolescência e promovermos uma infância e adolescência saudáveis de forma integral.

OBJETIVO

Apresentar uma proposta de cunho preventivo para o problema da gravidez na adolescência em uma área de abrangência de uma unidade Estratégia Saúde da Família fictícia.

METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho descrevendo uma proposta em educação popular para a prevenção de gravidez na adolescência em uma comunidade de saúde fictícia realizado como atividade em grupo durante a disciplina de Metodologias de Ensino no Curso de Pós-Graduação *latto senso* de Docência no Ensino em saúde e Docência e Preceptoria em Saúde de uma Instituição de Ensino em Saúde no ano de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma vinheta na qual trabalhamos em uma equipe de ESF que enfrenta em sua área de abrangência um alto índice de gravidez na adolescência, um grupo de 5 estudantes do curso de pós-graduação se debruçou na discussão do tema para elaborar um plano de ação para prevenção de gravidez na adolescência e orientação e acompanhamento para as adolescentes que já estão gravidas.

O primeiro passo para a execução do plano é realizar um diagnóstico situacional comunitário. A proposta é pedir para que os agentes comunitários de saúde (ACS) busquem em suas visitas às microáreas as gestantes que tiveram filho nos últimos 2 anos em têm menos de 20 anos de idade. Após isso os dados serão tabulados com ajuda do e-SUS AB (prontuário digital) verificando a porcentagem das gestações que ocorrem na adolescência bem como a idade mais prevalente neste território. Além disso a equipe de saúde fará busca ativa de informantes chaves da área (moradores, professores, líderes comunitários, líderes religiosos) e perguntar sobre possíveis causas para o problema. Feita a análise dos dados, sugerimos realizar 3 ações interligadas conforme detalhadas nos itens a seguir:

Passo 1 - Dialogar para prevenir: Rodas de conversa sobre sexualidade e saúde sexual

Promover rodas de conversa com adolescentes para abordar os temas de sexualidade e cuidados de saúde sexual, dessa forma trabalhando a prevenção de novas gestações e a promoção de saúde. A ideia será buscarmos a incidência da população de adolescentes gravidas encontradas pelo levantamento de dados realizado pelos agentes de saúde, de forma a estabelecer essa ação de roda de conversa como preventiva dentro da comunidade. A ação será realizada através da formação de pequenos grupos, utilizando a metodologia de educação popular em saúde de Paulo Freire. As ações serão lideradas por profissionais multidisciplinares (ACS, psicólogos, assistentes sociais, biomédicos, enfermeiro, médicos residentes, médicos assistentes, técnicos de enfermagem) focando nas trocas de ideias e experiências; abordando temas como métodos contraceptivos, sexualidade, queixas sexuais, autoconfiança e problemas relacionados com a fase de ciclo vital: adolescência. As atividades serão realizadas no centro comunitário, um território neutro, evitando assim a unidade de saúde para dão dar um ar higienista; ou o ambiente escolar para evitar possíveis bullying e exposição das participantes. Importante destacar que os profissionais de saúde atuarão como mediadores da conversa usando recursos como vídeos produzidos com retalhos de experiências das gestantes adolescentes da comunidade para iniciar a conversa, uso de modelos anatômicos tridimensionais para falar sobre educação sexual e gestação, demonstração dos métodos contraceptivos além de fotos e vídeos pertinentes para ilustrar os temas que surgirem nas rodas de conversa.

Descritivo da ação: Publico alvo: adolescentes da comunidade (meninas); Quantidade de participantes: 8 adolescentes e 1 profissional da saúde; Frequência de encontros: Quinzenal; Tempo de duração: 1 hora

Passo 2 - Promover a cultura e incentivar a prevenção: Ações culturais e musicais

Promover a criação de espaços culturais e musicais entre os adolescentes da comunidade juntando lazer e informação. A segunda ação é trabalhar com a prevenção e promoção de saúde juntando espaços de diversão como bailes funk, saraus e feiras culturais. A ideia é promover o contato com o centro cultural do próprio bairro, formando assim um corpo de artistas disposto a somar em ações previamente planejadas onde teremos espaço para apresentação de música, dança e poesia, permeado de momentos para falas sobre prevenção, ação coletiva para realização de teste rápido de IST, orientação para encaminhamento ao posto de saúde do bairro para acompanhamento, tendas com cartazes e folhetos com orientações sobre uso correto de preservativos e a importância de desmistificar o tabu de falar sobre sexualidade para o público, de forma humana e digna, com a intenção de evitar a gravidez e a transmissão de doenças, sem julgamentos ou preconceitos.

Descritivo da ação: Infraestrutura necessária: local para evento; montar barraca para realização de teste rápido de IST e divulgação de material preventivo; Profissionais necessários: Artistas da comunidade e profissionais de saúde; Materiais necessários: Equipamento de som e equipamentos e materiais do posto de saúde; Público alvo: jovens da comunidade; Quantidade de participantes: Aberto ao publico conforme capacidade do centro comunitário concedido para o evento; Frequência de encontros: bimestral; Tempo de duração: 3 horas

Passo 3 - Continuidade da semente - gente cuidando da gente: Formação de Doulas

A terceira ação será a formação de membros da comunidade em doulas como forma de mobilizar a própria comunidade a fazer o autocuidado em saúde. O curso será ofertado para qualquer interessado que, após sua formação, deverá atuar como pontos de apoio comunitário para as meninas grávidas durante todo o processo gestacional e durante o parto. Pensando em pontos como manutenção da vida acadêmica, benefícios sociais, segurança social apoiando as meninas que forem expulsas de casa, suporte para questões maternas como aprender a dar banho, trocar fraldas, técnicas de aleitamento materno e sobre planejamento familiar.

Descritivo da ação: Infraestrutura necessária: Local para administração das aulas; Descrição de projeto junto a prefeitura para fomento de ação e parceria programa VAI; Profissionais necessários: Docentes multidisciplinares; Materiais necessários: Equipamento de aula (computador, projetor, lousa, material pré formulado ou conforme docente solicitar/preparar); Quantidade de participantes: 20 alunas por turma; Frequência de encontro: semanal; Tempo de duração: 1 hora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações educativas dialéticas que visam abordar prevenção de gravidez na adolescência na comunidade se beneficiam de metodologias educativas, com referencial teórico da educação popular de Paulo Freire. Com esse tipo de abordagem o problema é levantado e trabalhado pelos próprios sujeitos, que através de suas vivências e condições buscam juntos alternativas para aprender a lidar com o problema. A metodologia proposta, pode ser uma boa ferramenta para equipes de saúde e comunidades que tem a gestação de meninas menores de 20 anos como problema. Como pontos altos da proposta estão a inserção ativa da população no processo de cuidado de si fortalecendo seus laços com estruturas públicas como a saúde e a educação além da autonomia loco regional.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71. ed. atual. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

MONTEIRO, Denise Leite Maia et al.**. Trends in teenage pregnancy in Brazil in the last 20 years (2000-2019)**. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 67, n. 5, p. 759-765, jun. 2021.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE MEDICAMENTOS JUDICIALIZADOS

Pedro Juan Ribeiro Calisto dos Santos[1]; Ana Micaelle da Silva Mendes[2]; Cássia Nogueira Barros[3]; Laís Manuela Borges Ribeiro[4]; Marcelo Azevedo Coutinho[5]; Nelio Gomes de Moura Júnior[6]; Thayanne Nara da Rocha[7]; Leonardo da Rocha Sousa[8]; Rodrigo Fonseca Lima[9]; Débora Santos Lula Barros[10].

[1]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/6219622887986505

[2]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/3636141227533237

[3]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/1705274741761895

[4]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/6045635047347952

[5]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/3059872601688140

[6]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/0153399544950744

[7]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/7318723733756819

[8]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/5877860742970592

[9]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/5375500536905450

[10]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/1459897614268075

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/5

PALAVRAS-CHAVE: Assistência farmacêutica. Judicialização da saúde. Informação sobre medicamentos.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira, promulgada no ano de 1988, define que o Estado é responsável por garantir a todos o direito à saúde. Essa garantia acontece por meio de políticas tanto de cunho social quanto econômico, que têm como objetivo a redução de agravos e doenças e o acesso aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde em sua integridade (BRASIL, 1988). Com base nesse direito, e levando em conta os princípios de universalidade, igualdade e integralidade que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), ocorre um fenômeno denominado “judicialização da saúde”, no qual os usuários buscam por meios jurídicos um tratamento que os promova uma evolução clínica significativa (FLORIANO et. al., 2022).

A busca de atendimento no SUS por meios judiciais tem crescido exponencialmente nos últimos anos, e isso tem trazido diversas discussões, tanto no âmbito da saúde quanto no âmbito jurídico. Muitas tecnologias em saúde são buscadas nesses casos, e nas mais frequentes encontram-se os medicamentos. Esses produtos são utilizados de maneira

muito abrangente na prática de saúde, desde sua promoção até a recuperação (SOUZA et. al., 2023). Um estudo publicado em 2022 demonstrou que cerca de 56% das ações judiciais voltadas ao SUS envolviam a concessão de medicamentos. (CALIXTO et. al., 2022).

Um aspecto a ser percebido é que em muitos casos os medicamentos e insumos buscados não estão registrados na ANVISA, não constam na RENAME, não fazem parte do fornecimento básico do SUS mesmo em redes de distribuição de alto custo e podem ainda estar em fases iniciais de testes. Dessa maneira, faz-se necessário um acompanhamento clínico mais assíduo com os usuários que tentam tal acesso, bem como aos que efetivamente o conseguem. As equipes de saúde ligadas aos pacientes que realizam tratamentos com essas tecnologias também devem se manter em constante atualização, o que propõe a necessidade de planos de formação continuada referentes a essa temática (SANTOS, 2021).

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo demonstrar a necessidade de efetivas ações de educação em saúde abrangendo o tema dos medicamentos e insumos acessados por usuários do SUS por meio judicial.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura de caráter qualitativo, natureza básica e objetivo exploratório. Foi realizado com base em pesquisa bibliográfica nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As palavras-chave utilizadas na busca foram “educação em saúde”, “judicialização” e “medicamento”. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos, dissertações e teses publicadas na íntegra entre os anos 2019 e 2023 (últimos cinco anos), e os critérios de exclusão foram: estudos duplicados ou com conteúdo irrelevante para o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados para o estudo um total de seis artigos, cinco disponíveis na íntegra no idioma português e um em inglês, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Estudos selecionados e caracterização referente a idioma e ano de publicação.

N.	Título	Autor(es)	Idioma	Ano
1	Ações judiciais em saúde: revisão integrativa	Batistella et. al.	Português	2019
2	A qualidade das pesquisas sobre judicialização e sua influência nas políticas públicas de acesso aos medicamentos no Brasil: uma revisão sistemática	Lyra et. al.	Inglês	2020
3	Judicialização do acesso a medicamentos no Brasil: revisão integrativa da literatura	Araujo et. al.	Português	2021
4	Estratégias para abordar a Judicialização da Saúde no Brasil: uma síntese de evidências	Floriano et. al.	Português	2022
5	Judicialização da saúde: um estudo de caso envolvendo medicamento de alto custo	Ramos, Amaral Júnior.	Português	2023
6	Judicialização de produtos à base de canabidiol no Brasil: uma análise de 2019 a 2022	Portela et al.	Português	2023

Fonte: Produzido pelos autores.

A análise dos estudos demonstrou uma busca de medicamentos já contidos na RENAME e fornecidos pelo SUS, o que corrobora à percepção de que em determinados casos, ações judiciais são levantadas apenas por dificuldade no acesso a tais produtos. Nesse ponto, o que se pode inferir é que não apenas a população necessita de melhores informações sobre como conseguir efetivamente os medicamentos prescritos, mas também que as falhas no processo de assistência farmacêutica, desde a seleção até a distribuição dos insumos de saúde, podem acarretar nesse tipo de processo (BATISTELLA et. al., 2019).

Outro ponto observado é que existem ações que trazem resultados favoráveis aos iniciadores da demanda. Um estudo publicado em 2015 trouxe dados que demonstravam um alto número de usuários que obtiveram prescrições por meio de consultórios particulares e foram instruídos pelos próprios prescritores a buscar os medicamentos por meio judicial (MAPELLI JÚNIOR, 2015). Além disso, é notável uma indução de tal prática por meio de indústrias farmacêuticas, que agem através dos profissionais difusores de informação em saúde, bem como dos advogados. Esse fenômeno desfavorece as informações efetivas sobre o acesso ao SUS, prejudicando significativamente seu aspecto de equidade (LYRA et. al., 2020).

Nota-se que ainda existem muitos casos de prescrições médicas fornecidas nos diferentes níveis de atenção à saúde que não seguem os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aprovados e atualizados. Não se deve deixar de questionar as reais motivações para os prescritores fugirem desses documentos em casos que os medicamentos padronizados seriam efetivos para o tratamento dos usuários (ARAUJO et. al., 2021).

Existem ainda drogas buscadas por meios judiciais que são aprovadas pela *Food and Drug Administration* (FDA) mas não pela ANVISA. Essas buscas podem colaborar com estudos clínicos que tragam evidências científicas favoráveis à adoção de tais produtos no cenário brasileiro. Um exemplo foi a exclusão do canabidiol da lista de produtos proibidos e sua inclusão na lista de substâncias que necessitam de controle especial. Diversos documentos foram publicados para acompanhar o desenvolvimento e distribuição de produtos baseados nessa droga, e os pareceres atuais se mostram favoráveis à concessão desses medicamentos por meios judiciais (PORTELA et. aL., 2023).

Por fim, os estudos demonstraram a necessidade de melhores difusões de informação para os usuários do SUS acerca de sua integralidade. É compreensível que as demandas judiciais são solicitadas, em muitos casos, por uma necessidade desesperada de pacientes e familiares que buscam através desse meio um tratamento mais confortável. Entretanto, não se deve confundir o acesso universal à saúde com o direito a qualquer tipo de tratamento que exista. (RAMOS, AMARAL JÚNIOR, 2023).

Evidencia-se então que as informações sobre medicamentos judicializados deve ser extensiva aos usuários do SUS, não restringindo-se apenas aos profissionais. A educação em saúde envolve usuários, profissionais e gestores, devendo ser preparada e desenvolvida de maneira harmônica e integrativa. Assim, o paciente passa a ter protagonismo em seu tratamento, os profissionais passam a conhecer com mais propriedade os protocolos e diretrizes adequados e os gestores mantêm o controle dos insumos e medicamentos que possuem demanda relevante nas unidades de saúde (FALKENBERG et. al., 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a difusão das informações sobre medicamentos judicializados acontece de maneira pouco ordenada, o que abre a possibilidade de novos estudos que favoreçam uma educação continuada sobre o tema para os profissionais e novos planos de orientação para os usuários. Evidencia-se a importância do papel do farmacêutico nesse cenário, não apenas pelo conhecimento mais amplo em medicamentos e em suas legislações correspondentes que pode corroborar com os profissionais prescritores, mas também como um agente do cuidado para promover o uso racional, o que tem uma importância ainda mais evidente nesses casos em que os medicamentos são obtidos por meios não convencionais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ARAUJO, Letícia Costa, et. al. **Judicialização do acesso a medicamentos no Brasil: revisão integrativa da literatura.** Sobral: Revista Sanare, 2021.

BATISTELLA, Paula Mestre Ferreira, et. al. **Ações judiciais em saúde: revisão integrativa.** Londrina: Revista Brasileira de Enfermagem, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

CALIXTO, Fabiana, et. al. **Diálogos interinstitucionais na judicialização da saúde como estratégia de sustentabilidade do SUS.** Rio de Janeiro: Revista Saúde em Debate, 2022.

FALKENBERG, Mirian Benites, et. al. E**ducação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva.** Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2013

FLORIANO, Fabiana Raynal, et. al. **Estratégias para abordar a Judicialização da Saúde no Brasil: uma síntese de evidências.** Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2022.

LYRA, Pollyanna Farias Castro Pereira, et. al. **The quality of research on judicialization and its influence on public policies on access to medicines in Brazil: a systematic review.** Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2020.

MAPELLI JÚNIOR, Reynaldo. **Judicialização da saúde e políticas públicas: assistência farmacêutica, integralidade e regime jurídico-constitucional do SUS.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

PORTELA, Ronaldo, et. al. **Judicialização de produtos à base de canabidiol no Brasil: uma análise de 2019 a 2022.** Belo Horizonte: Revista Caderno de Saúde Pública, 2023.

RAMOS, Marcelo Cristiano de Azevedo; AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello. **Judicialização da saúde: um estudo de caso envolvendo medicamento de alto custo.** São Paulo: Revista de Direito Fundação Getúlio Vargas, 2023.

SANTOS, Lenir. **Judicialização da saúde: as teses do STF.** Rio de Janeiro: Revista Saúde em Debate, 2021.

SOUZA, Letícia Guedes Morais Gonzaga, et. al. **As percepções de estudantes de Farmácia e de Medicina sobre o desenvolvimento de competências clínicas.** Belo Horizonte: Revista Brasileita de Educação Médica, 2023.

PROCESSO INVESTIGATIVO: POSSÍVEL TUMOR PRIMÁRIO DE TIREOIDE SOB MASSA CÉRVICO-TORÁCICA INFILTRANTE EM VIA AÉREA EM PACIENTE TRAQUEOSTOMIZADO

Andrea Almeida Zamorano[1].

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/40

PALAVRAS-CHAVE: Broncopatia inflamatória. Linfonodomegalias. Obstrução tumoral.

ÁREA TEMÁTICA: Epidemiologia.

INTRODUÇÃO

Paciente, 79 anos, HAS, DM 2, não insulinorrequerente com diagnóstico há 2 anos com quadro de dispneia súbita ao acordar no dia 26/04/23. Ao procurar o serviço de emergência, foi identificado hipoxemia (SPO2 75% em AA). Foi realizado TR para COVID-19, com resultado não reagente, além de exames laboratoriais que mostraram leucocitose e elevação do PCR e radiografia do tórax, evidenciando infiltrados bilaterais.

Na admissão, paciente encontrava-se eupneica em ar ambiente. Durante anamnese, referiu história de disfagia para sólidos que se iniciou aproximadamente há 06 meses, por vezes com dificuldade para ingesta de líquido, além de episódios matinais de dispneia ao acordar, iniciada aproximadamente há 02 meses. Negava tosse, dor torácica, sintomas gripais, palpitações ou quaisquer outros sintomas. Ao exame clínico, apresentava-se com tireoide aumentada de tamanho com nódulo cervical à esquerda, sendo então solicitada USG de tireoide: Dimensões aumentadas em lobo esquerdo, alteração textural difusa hipocoica com alguns focos de macrocalcificação, não configurando nódulos, mas parecendo processo infiltrativo. No terço superior do lobo esquerdo há nódulo nólido, hiperecoico, medindo 1,6 cm (ACR-TIRADS 3).

Solicitado também, TAC de tórax: Formação expansiva em região cervical esquerda, medindo 9.7 x 6.9 x 6.9 cm, deslocando a traqueia para a direita, com sinais de envolvimento da veia jugular esquerda, lobo tireoidiano esquerdo, esôfago, traqueia, adentrando mediastino anterior envolvendo o tronco braquiocefálico e o aspecto superior do arco da aorta em menos de 180 graus, de etiologia indeterminada, devendo corresponder a lesão de natureza neoplásica. Foi realizada biópsia de lesão no dia 13/06/23 que posteriormente foi inconclusiva. Chegou à unidade de origem com taquidispneia e dessaturação necessitando de uso O² 2L/min. E optado por iniciar Ceftriaxona + Azitromicina por hipótese de quadro infeccioso. Evoluiu com melhoras do padrão respiratório, saturando 97% em AA. Sem dispneia. Diante de leucocitose com EAS infeccioso e internamento recente, optado por

iniciar Tazocin em 21/06/23. Paciente evoluiu com desconforto respiratório em enfermaria de clínica médica com relato de estridor, sem reversão com medidas clínicas. Solicitada avaliação da CG de urgência visto provável causa do quadro de obstrução tumoral, sendo procedida IOT sem intercorrências por broncoscopia em bloco e, em seguida, realizada traqueostomia com necessidade de percurso transtumoral, por achado de massa cervical infiltrante com oclusão >90% do lúmen de via aérea. Encaminhada para pós-operatório em leito de UTI no dia 26/06/23 após procedimento. Em leito de UTI evoluiu com estabilidade clínica e hemodinâmica e foi readmitida na enfermaria no dia 28/06/23 para continuidade dos cuidados.

Dado seguimento à investigação de massa cérvico-torácica, tentado vínculo com serviço de oncologia para seguimento do tratamento e diagnóstico para avaliação de proposta para a paciente visto gravidade do quadro. Em enfermaria, paciente apresentava-se sempre com difícil controle de secreção, com melhora após trabalho de reabilitação com fonoaudiologia e fisioterapia. No dia 12/08/23, apresentava-se taquidispneica, com retração intercostal e sibilos à ausculta, porém sem dessaturação. Foi solicitado transferência para sala vermelha, prescritos medidas para broncoespasmo com broncodilatador, hidrocortisona e sulfato de magnésio e realizada aspiração de traqueóstomo, sem presença de rolha ou aspecto de secreção. Após as medidas instituídas, a paciente seguiu taquidispneica evoluindo com dessaturação, feito adrenalina (0,5 ml) IM e acionado CG do plantão para troca de TQT metálico para o TQT de Shiley. Feito sedação com Fentanil e Quetamina, realizado troca do TQT com Bougie para guiar trajeto para um Shiley Nº 7,5. Saturação mínima de 47% e depois oxímetro não conseguiu aferição. Após ventilação com dispositivo bolsa-válvula-máscara paciente aumenta saturação progressivamente. Posteriormente, conectada a VM bem adaptada. Nesse contexto, foi solicitada TC de tórax e região cervical para avaliar progressão de doença e resgatada urocultura 07/08 + Klebsiella pneumoniae sensível a Piperacilina + Tazobactam e Amicacina. Paciente seguiu internada para reabilitação e tratamento de ITU nosocomial sem novas intercorrências e aguardando consulta com oncologista para seguimento do quadro de provável etiologia oncológica. Em 23/08/23, após consulta no Hospital do Câncer de Pernambuco - HCP, onde foi avaliada por cirurgião de cabeça e pescoço, evoluiu com episódio de taquidispneia e dessaturação importante refratário a medidas clínicas por hipótese de broncoespasmo. Optado por equipe de plantão por realizar troca por traqueóstomo convencional para conexão a AVM. Após sedoanalgesia, paciente evoluiu com PCR em assistolia durante o procedimento, com retorno após 1 ciclo de RCP, sendo admitida novamente em UTI já consciente, em AVM bem adaptada e em uso de Nora ML/H. Em UTI evoluiu clinicamente bem, sem necessidade de suporte ventilatório, estável clínica e hemodinamicamente, sendo readmitida em enfermaria de clínica médica para continuidade de cuidados. Apresentava difícil controle de secreção e dessaturações importantes. Durante internamento resgatada cultura de secreção traqueal com presença de *Pseudomonas aeruginosa* e optado por iniciar tratamento para auxílio de controle de secreção com Meropenem por 7 dias. Após tratamento, paciente evoluiu sem

novas intercorrências e tolerando desmame de uso de broncodilatadores.

Durante internamento, paciente manteve-se estável clínica e hemodinamicamente, sendo reiniciada Metformina 850 mg a cada 12/12h para manejo de DM 2, além de iniciado terapia anti-hipertensiva com Losartana 50 mg/dia, posteriormente otomizada para 100 mg/dia devido picos hipertensivos. Dieta pastosa VO com boa aceitação, encontrando-se assintomática e sem novos episódios dispneicos e/ou disfágicos para seguimento ambulatorial. Em 15/09/23 foi realizada nova troca de dispositivo para traqueóstomo de dupla cânula, sem intercorrências durante e após procedimento, apresentando-se bem, negando desconforto respiratório, sem queixas.

OBJETIVO

Fornecer insights valiosos para a prática e estudo clínicos através das citologias inconclusivas em processo investigativo de possível tumor primário de tireoide sob massa cérvico-torácica infiltrante em via aérea em paciente traqueostomizado.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um estudo de caso e posteriormente, feito uma busca em bases de dados científicos, como PubMed, Scopus, Web of Science, LILACS e BDENF utilizando termos de pesquisas relevantes e cruzamento dos descritores em saúde: “Assistência de Enfermagem”, “Atenção Primária à Saúde” e palavras-chaves acima descritas. Foram considerados artigos publicados em inglês nos últimos dez anos, com foco em relato de caso original, revisões sistemáticas, meta-análises e diretrizes de exames laboratoriais. Como definição de critérios claros para inclusão de estudos com extração de dados relevantes, incluindo tipos de intervenção, resultados clínicos e artigos selecionados para confirmar a adequação e a qualidade dos dados. Foram excluídos estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, como aqueles ao qual pertencem aos aspectos clínicos ou epidemiológicos de investigação da doença específica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Lesão expansiva heterogênea irregular com realce ao meio de contraste é visualizada no esôfago cervical/ hipofaringe com extensão longitudinal de 4,0 cm e anteroposterior de 1,9 cm. A lesão tem um componente localmente invasivo, infiltrando o terço posterior do lobo inferior tireoidiano sem planos de clivagem, bem como a parede posterior da traqueia reduzindo seu lúmen de forma importante, posteriormente envolvendo quase que completamente o início do esôfago torácico. A lesão é suspeita de processo neoplásico primária passiva neste estudo histológico. Linfonodos proeminentes cervicais níveis III e IV que apesar de não megálicos são suspeitos pela proximidade com a patologia de

base. Linfonodos pré-traqueias superiores arredondados suspeitos para acometimento secundário. Linfonodos infraclaviculares medindo até 7,0 mm no menor eixo suspeitos. Não há nódulos pulmonares suspeitos. Não há lesões ósseas de características agressivas. Espessamento pleuro-apical. Sinais de broncopatia inflamatória em lobos inferiores. Ateromatose aórtica. Estrias fibroatelectásicas bibasais. Lesão expansiva heterogênea irregular com realce ao meio de contraste é visualizada no esôfago cervical com extensão longitudinal de 6,6 cm e diâmetros transversos de 4,1 x 4,1. Englobando e invadindo a traqueia e topografia subglótica ocasionando estenose, invade também o lobo esquerdo da tireoide, existindo componente que invade o introito torácico em cerca de 1,8 cm. Linfonodomegalias secundárias no nível 4/5 à esquerda com menor diâmetro de até 1,4 cm e também em topografia paratraqueal esquerda no mediastino anterossuperior medindo até 1,9 x 1,9 cm. A lesão tem um componente localmente invasivo, infiltrando o terço posterior do lobo inferior tireoidiano sem planos de clivagem, bem como a parede posterior da traqueia reduzindo seu lúmen de forma importante, posteriormente envolvendo quase que completamente o início do esôfago torácico. Linfonodos proeminentes cervicais níveis III e IV que apesar de não megálicos são suspeitos pela proximidade com a patologia de base. Faixas fibroatelectásicas sequelares no pulmão direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi baseado em um relato de caso em processo investigativo de possível tumor primário de tireoide através de massa cérvico-torácica infiltrante com oclusão >90% do lúmen de via aérea em paciente traqueostomizado, a fim de determinar natureza histopatológica de lesão expansiva heterogênea irregular. Consequentemente, uma compreensão adequada pode facilitar o diagnóstico preciso, o tratamento ideal e o prognóstico eficaz. O diagnóstico deve ser feito através de biópsia definitiva e uma correlação deve ser estabelecida com base nos achados clínicos, radiográficos e histopatológicos para um diagnóstico preciso. As considerações finais apontam para a complexidade do campo e direcionam pesquisas futuras.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Abe T, Madotto F, Pham T, Nagata I, Uchida M, Tamiya N, Kurahashi K, Bellani G, Laffey JG; LUNG-SAFE Investigators and the ESICM Trials Group. Epidemiology and patterns of tracheostomy practice in patients with acute respiratory distress syndrome in ICUs across 50 countries. Crit Care. 2018;22(1):195.

Lim SY, Kwack WG, Kim Y, Lee YJ, Park JS, Yoon HI, et al. Comparison of outcomes between vertical and transverse skin incisions in percutaneous tracheostomy for critically ill patients: a retrospective cohort study. Crit Care. 2018;22(1):246.

Sarıtaş A, Kurnaz MM. Comparison of bronchoscopy-guided and real-time ultrasound-

guided percutaneous dilatational tracheostomy: safety, complications, and effectiveness in critically ill patients. J Intensive Care Med. 2019;34(3):191-6.

A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE PARA A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Eduardo Brito do Nascimento Neto[1]; Bruno Cunha Sacramento[2]; Henrique Alves de Matos[3]; Lucas Pita Bastos Barboza[4]; Luís Henrique dos Santos Júnior[5]; Maria Luiza Santos de França[6]; Pedro Lucas da Cruz de Oliveira[7]; Samires Bezerra Sampaio[8]; Tiago de Jesus Ferreira[8]; Sueli Mendes do Nascimento [10]; Andrea Moreira Ornelas de Araújo[11].

[1]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Salvador, Bahia.http://lattes.cnpq.br/3158763804328103.

[2]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2106186705268277.

[3]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/1067713091224263.

[4]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.3286990707461015.

[5]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/9623050559494674.

[6]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2727237330965431.

[7]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.9619138737488558.

[8]Faculdade Santa Casa (FSC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/4243012308147791.

[9]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/6817730385753546.

[10]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU),Salvador,Bahia.http://lattes.cnpq.br/9041246706665611

[11]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU),Salvador,Bahia.https://lattes.cnpq.br/8378359716926512.

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/35

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Diagnóstico. Infância.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Transtorno do Espectro Autista (TEA), comumente conhecido como Autismo, é uma disfunção atípica no neurodesenvolvimento de uma criança, afetando-lhe em aspectos comportamentais, cognitivos, sociais e até alimentares. Com padrões e restrições, são comuns comportamentos estereotipados e repetitivos, similares ao Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), e repertório restrito de interesses e atividades, estendendo-se aos hábitos alimentares. Com maior primazia no sexo masculino, o TEA pode ser notado nos primeiros anos de vida, mas geralmente é diagnosticado entre os 2 a 3 anos de idade. Não possui uma causa única e com a etiologia desconhecida, sabe-se que a alteração deriva

de fatores ambientais e genéticos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser vislumbrado como um conjunto de condições qualificadas por certo compasso de dificuldade no lide social, comunicação verbal e não verbal, e também pelos gostos especiais por delimitadas atividades feitas de maneira repetitiva e indiscriminada. Esses caracteres são vislumbrados ainda na infância, pendem a continuar na puberdade e permanecem na fase adulta. Segundo Bernier, Dawson e Nigg (2021, p. 9) "o desenvolvimento é aparentemente normal até o fim da primeira infância, seguido por perda de habilidades no mesmo período". Por ser um transtorno característico da primeira infância, o TEA é envolto em um momento análogo de maturação cerebral, do organismo e da constituição psíquica do infante (Almeida; Neves, 2020). Um caminho terapêutico satisfatório se monta de acordo com a detecção precoce de sinais adversos na criança, sendo complexo diagnosticar em fases avançadas do mesmo.

OBJETIVO

O estudo tem como propósito avaliar o diagnóstico precoce e sua importância para o manejo clínico do infante a médio e longo prazo.

METODOLOGIA

Fora realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos entre 2019 e 2023, compreendendo o período de 05-01-2023 e 30-01-2023 Os descritores foram "autismo", "diagnóstico", "saúde" e "família". Delimitaram-se somente estudos cujas referências fossem facilmente encontradas em buscadores online. Foram critérios de exclusão, publicações com publicação superior a 6 anos e trabalhos que não fizessem menção a mais de duas palavras chave.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerações realizadas por Lima *et al.* (2021) salientam que o diagnóstico precoce do autismo, facilita intervenções precoces no cerne terapêutico, potencializando o desenvolvimento das habilidades até então prejudicadas e prevenindo outras que possam ser abatidas, propiciando uma adaptabilidade maior para o indivíduo e seu meio familiar. Para os responsáveis, a chegada do diagnóstico poderá eliciar algum nível de não aceitação, carecendo de apoio psicológico caso a família ainda não possua. Segundo o estudo transversal com base nos dados do Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS) do primeiro atendimento de crianças de 1 a 12 anos de Girianelli (2023) os infantes encaminhados pela atenção básica e aquelas cuja origem foi a demanda espontânea tiveram um maior número de diagnósticos precoces, precisamente 51% e 45%, do que as advindas de variadas janelas de encaminhamento, infantes que residiam no mesmo município em que tiveram o diagnóstico apresentaram 31% mais diagnósticos precoces do

que outras, o reconhecimento precoce foi salutar a partir de 2014 e inferior na região Norte. Adicionando ao diagnóstico do Tea, um fundo complexo e social que ultrapassa a simples não aceitação de um possível desfecho clínico, esse desfecho não é propiciado também por questões laterais.

CONCLUSÃO

O presente estudo salientou a importância de propiciar o diagnóstico no tempo correto, preservando o infante de prejuízos na esfera do desenvolvimento ainda na primeira infância, tal processo é dificultado por variadas razões aqui delimitadas, como distâncias geográficas, recusa dos responsáveis e falta de acesso à saúde adequada.

Logo, o mesmo cumpriu o requerido objetivo que se posta enquanto avaliar o diagnóstico precoce e sua importância para o manejo clínico do infante a médio e longo prazo, salientando as repercussões longevas de eventuais demoras na busca pela centralidade clínica e terapêutica ao infante.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L.; NEVES, A. S. A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, p. 1-12, 2020.

BERNIER, R.; DAWSON, G.; NIGG, J. T. **O que a ciência nos diz sobre o transtorno do espectro autista**: fazendo as escolhas certas para o seu filho. Porto Alegre: Artmed, 2021.

GIRIANELLI, V. R. *et al*. Diagnóstico precoce do autismo e outros transtornos do desenvolvimento, Brasil, 2013-2019. **Rev Saude Publica**, São Paulo, v. 57, n. 21, p. 1-12, 2023.

LIMA, J. C. *et al*. LUTO PELO FILHO IDEALIZADO: PAIS DE CRIANÇAS COM TEA. **REVISTA ELETRÔNICA DA ESTÁCIO RECIFE**, Recife, v. 7, n. 3, p. 1-12, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Autism**. Genebra, 2023.

A OBESIDADE INFANTOJUVENIL NA PRÉ-ESCOLA E FUNDAMENTAL

Eduardo Brito do Nascimento Neto[1]; Bruno Cunha Sacramento[2]; Henrique Alves de Matos[3]; Lucas Pita Bastos Barboza[4]; Luís Henrique dos Santos Júnior[5]; Maria Luiza Santos de França[6]; Pedro Lucas da Cruz de Oliveira[7]; Samires Bezerra Sampaio[8]; Tiago de Jesus Ferreira[9]; Sueli Mendes do Nascimento[10]; Andrea Moreira Ornelas de Araújo[11].

[1]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Salvador, Bahia.http://lattes.cnpq.br/3158763804328103.

[2]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2106186705268277.

[3]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/1067713091224263.

[4]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.3286990707461015.

[5]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/9623050559494674.

[6]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2727237330965431.

[7]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.9619138737488558.

[8]Faculdade Santa Casa (FSC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/4243012308147791.

[9]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/6817730385753546.

[10]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU),Salvador,Bahia.http://lattes.cnpq.br/9041246706665611

[11]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU),Salvador,Bahia.https://lattes.cnpq.br/8378359716926512.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Alimentação. Infância.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Diante do considerável aumento da obesidade infantojuvenil, o projeto visa evidenciar as consequências desta patologia e as dificuldades no desenvolvimento das atividades básicas relacionadas às ludicidades de brincadeiras comuns na infância. Saindo de um viés estético, entrando como questão de saúde pública no Brasil e no mundo. O sobrepeso na infância pode provocar o aparecimento de diversos acometimentos na saúde como: diabetes, problemas cardiovasculares, alterações esqueléticas e na postura. Sendo que, nessa fase a sua estrutura corporal está em desenvolvimento e por consequência tendem a sofrer com problemas provenientes do sobrepeso.

OBJETIVO

Explorar as consequências longevas da obesidade para além de debates estéticos e corporais frequentemente debatidos na atualidade.

METODOLOGIA

Visando a problemática, na pesquisa foram abordados os riscos e as principais causas de prevenção da obesidade infantojuvenil ressaltando como evitar que crianças não agreguem doenças crônicas. O estudo se configura portanto enquanto uma revisão bibliográfica, com a inclusão de estudos que compreendem o período de 2019 e 2023, com a utilização de pelo menos 2 palavras-chave e resumo em pelo menos 2 idiomas, chegando a 2 artigos incluídos ao todo no setor de Resultados e Discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo de Rossi *et al.* (2019) que investigou a ligação entre a proveniência de lanches consumidos no colégio, seu aspecto nutricional e o sobrepeso por meio de um estudo transversal com 3.930 discentes entre 7-10 anos de idade, de Santa Catarina que separou o consumo alimentar de refrigerantes e bebidas não naturais, frituras, salgados, lanches prontos, doces, guloseimas e bolachas recheadas foram agrupados como “lanches de baixo valor nutricional”, enquanto frutas, sucos naturais, legumes, verduras e caldo de verduras foram tidos como “lanches de alto valor nutricional” constatando que o sobrepeso se ligou fortemente a ingestão de produtos provenientes da cantina no cerne particular. Trazer alimentos do domicílio foi significativamente associado ao maior consumo de lanches de baixo valor nutricional, nas escolas públicas e nas particulares.

De acordo Menezes *et al.* (2021) muito embora seja repudiada e condenada moralmente, a prevalência da obesidade se expande fortemente na conjuntura ocidental. Um dos dados que podem influir para esta expansão é o fato de o modo de produção existente exigir maior tempo para tarefas relacionadas ao aspecto laboral; deste modo, o tempo se torna precioso e algo a ser manejado. A rapidez e a praticidade acabam sendo preteridas quanto à escolha da alimentação e à prática de exercícios. Os alimentos processados, não naturais, passam a ser uma variável que contempla a demanda da economia do presente; em compensação esses produtos ultraprocessados comumente possuem baixo valor nutricional e elevado teor calórico. Também para atender à demanda atual pelo poupar de tempo, o delivery se fortalece e passa a abranger não somente as cadeias de alimentação já tradicionais, mas também food trucks e demais, que transportam as lojas de alimentos rápidos para mais perto dos compradores e a preços ainda mais atrativos.

CONCLUSÃO

Um conjunto integrado de ações e medidas preventivas com a finalidade de evitar a obesidade infantojuvenil unindo as esferas estatais deve se configurar em um aspecto longevo, pois é importante ter uma mudança no comportamento alimentar dos jovens no plano de curto prazo. Conforme a OMS, em 2025 haverá 75 milhões de crianças obesas no mundo, um número expressivo diante do cenário vivenciado, ainda que existam iniciativas para conscientizar e combater esta adversidade que é uma crescente, dando contornos emergenciais à presente problemática aqui delimitada.

Portanto, o presente estudo cumpriu com o objetivo que consiste em explorar as consequências longevas da obesidade para além de debates estéticos e corporais frequentemente debatidos, demonstrando que a questão ultrapassa prismas meramente exteriores, afetando sobremaneira a saúde da população jovem em fase escolar.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

MENEZES, T. S. B. *et al*. Representação social da obesidade: análise com estudantes do ensino médio e universitários. **Cienc. Psicol.,** Montevideo, v. 15, n. 1, p. 1-16, jun. 2021.

ROSSI, C. E. *et al*. Fatores associados ao consumo alimentar na escola e ao sobrepeso/obesidade de escolares de 7-10 anos de Santa Catarina, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 443-454, 2019.

COMPASSO SOCIOEMOCIONAL: UMA CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO, MULTICULTURALISMO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Ogaciano dos Santos Neves[1].

[1]Mestrando do ProfEPT do Instituto Federal de Roraima (IFRR), Boa Vista-RR.
http://lattes.cnpq.br/2332446871275312

RESUMO

O presente artigo apresenta um relato de experiência de prática pedagógica, adotando uma abordagem qualitativa fundamentada no livro Compasso Socioemocional e em pesquisas bibliográficas. A prática foi realizada com 29 estudantes da 4ª série de uma escola municipal em Boa Vista/RR, incluindo dois com Necessidades Especiais de Aprendizagem (NEA), durante o período de julho a dezembro de 2023. O estudo abordou os conceitos do compasso socioemocional e as diversas habilidades e competências emocionais dos estudantes, utilizando aulas realizadas duas vezes por semana, com duração média de 2 horas cada. A metodologia incluiu a formação de círculos de leitura dentro e fora da sala de aula, permitindo o desenvolvimento de leituras, reflexões, discussões e simulações de situações-problema. A prática pedagógica buscou responder a seguinte questão-problema: como o estudo do Compasso Socioemocional pode contribuir para a inclusão, o multiculturalismo e a redução da violência escolar?

PALAVRAS-CHAVE: Convivência. Empatia. Socioemocional.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Um dos benefícios do trabalho com as competências socioemocionais é a possibilidade de reduzir a incidência de bullying, conceituado como comportamento de valentão, brigão ou tirano (Brasil, 2020, p. 1). Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2020, o termo refere-se ao estudo das emoções e à capacidade de gerenciá-las. Nesse contexto, foram implantados os programas Compasso Socioemocional e Compasso Mind (Colagrossi et al., 2020) nas escolas municipais de Boa Vista/RR, com o objetivo de promover o bem-estar integral dos estudantes, considerando o desempenho acadêmico e os aspectos da saúde física, intelectual, mental e emocional (Chave, 2022).

Entre as habilidades abordadas nos programas, destacam-se a empatia, que engloba assertividade, compreensão dos pontos de vista do outro, aceitação das diferenças, compaixão e formação de amizades. Além disso, aborda-se a capacidade de lidar com emoções como ansiedade, decepção, raiva e outros sentimentos. A bibliografia visa ainda

desenvolver o senso crítico dos estudantes para abordar a resolução de problemas, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Assim, além da mera aquisição das competências, a aplicação pedagógica descrita neste relato buscou desenvolver a interpessoalidade, favorecer o multiculturalismo e reduzir a violência escolar em suas múltiplas manifestações. Isso se justifica pela diversidade do contexto educacional local (Boa Vista-RR), que inclui indígenas, negros, imigrantes e população em situação de rua.

O município de Boa Vista/RR, situado no extremo norte do país, fronteira com a Venezuela e Guiana Inglesa, tem recebido desde 2015 um grande influxo de imigrantes, fugindo da crise humanitária, resultando na admissão de milhares de crianças no sistema de ensino local (Carvalho, 2023; Silva, 2021; Baptaglin, Monteiro, 2023). Outro aspecto relevante é a análise da capacidade de inclusão educacional dos estudantes com Necessidades Especiais de Aprendizagem por meio do compasso. Diante desse contexto, a prática pedagógica buscou responder a seguinte questão-problema: como o estudo do Compasso Socioemocional pode contribuir para a inclusão, o multiculturalismo e a redução da violência escolar?

OBJETIVOS

De acordo com a realidade estabelecida, inicialmente formulou-se a seguinte questão-problema: Como o Compasso Socioemocional pode contribuir para a inclusão, multiculturalismo e redução da violência escolar? Quanto aos objetivos específicos, definiu-se os seguintes: mediar as aulas do Compasso Socioemocional e do Compasso Mind em um círculo de leitura; identificar as crianças que necessitassem de acolhimento; e, demonstrar, por meio de leituras, reflexões, discussões algumas simulações de situações-problema.

MÉTODOS

O presente trabalho é um relato de experiência de prática pedagógica embasado por uma revisão bibliográfica. Ele possui uma abordagem qualitativa e é classificado como pesquisa aplicada, uma vez que utilizou dois livros-base (Colagrossi et al., 2020) para desenvolver as aulas sobre o compasso socioemocional. Quanto aos objetivos, é descritivo. A prática foi conduzida e mediada com 29 estudantes, incluindo dois com Necessidades Especiais de Aprendizagem (NEA), no período de julho a dezembro de 2023, da 4ª série de uma escola municipal em Boa Vista/RR.

As aulas ocorriam duas vezes por semana, com duração média de 2 horas cada, totalizando 4 horas semanais. Elas eram realizadas de forma dialogicidade (Freire, 1996), em formato de círculo (Figura 1) formado dentro ou fora da sala de aula. Isso possibilitava o desenvolvimento de leituras, reflexões, discussões e simulações de situações-problema que envolviam a necessidade de controle das competências e habilidades socioemocionais. Além disso, permitiu-se o compartilhamento de relatos de experiências dos estudantes e do

professor.

A bibliografia utilizada foram os livros do programa Compasso Socioemocional e Compasso Mind (Colagrossi, 2020). Como forma de complementação, buscou-se aporte da artigos científicos e livros que foram pesquisados do banco de dados periódico da capes (https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo das aulas, os próprios alunos demonstraram maior atenção às habilidades socioemocionais, conforme evidenciado pela frequente manifestação verbal durante episódios de conflito entre os colegas. O aluno X, em diversas ocasiões, recordava aos seus pares a importância da empatia e da capacidade de se colocar no lugar do outro. Por outro lado, as alunas A, M, I, E, S demonstraram apreciação pelas dinâmicas que envolviam a encenação teatral, onde um grupo de meninas simulava um conflito que culminava em um pedido de desculpas.

Em algumas das rodas de conversa, foi possível abordar a situação dos imigrantes do país vizinho (Venezuela) e as dificuldades enfrentadas pelos colegas (alunos venezuelanos) até sua chegada ao Brasil, ressaltando a necessidade de acolhimento por parte dos demais estudantes. Em uma dessas ocasiões, a aluna M, imigrante, emocionou-se ao compartilhar a notícia do falecimento da avó e a saudade dos parentes ainda na Venezuela. Todos os alunos demonstraram preocupação e ofereceram apoio à colega durante e após a aula do Compasso.

É incontestável que tais práticas desenvolveram melhora na capacidade de pensar no outro e de administrar os sentimentos em sala de aula. Destarte, após desenvolver as práticas socioemocionais, o tratamento com os dois alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem melhorou, principalmente a empatia. Nesse sentido, as contribuições deram-se de forma significativa também para o docente. Pois, quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender (Freire, 1996).

Durante as aulas não ocorreu nenhum evento que causasse agressão, pois, fomentou-se que o pensamento reflexivo e o diálogo poderiam ser uma das formas de evitar reações agressivas. Por fim, observou-se a dificuldade e necessidade de gerenciar o tempo, uma vez que os alunos gostavam de contar fatos e atos relacionados a administração das habilidades socioemocionais.

Figura 1: Aula do Compasso socioemocional realizada com os(as) alunos(as) deitados(as) e outra aula fazendo simulação de situações problemas.



Fonte: Arquivo pessoal, autor (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o estudo e aplicação do Compasso Socioemocional revelaram-se uma estratégia pedagógica eficaz para promover a inclusão, multiculturalismo e redução da violência escolar. Ao desenvolver habilidades socioemocionais, como empatia e resolução de conflitos, os alunos demonstraram maior engajamento e sensibilidade à diversidade cultural, especialmente em relação aos colegas imigrantes venezuelanos. A abordagem dialógica e participativa enriqueceu o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo tanto as relações interpessoais quanto intrapessoais. Os programas Compasso Socioemocional e Compasso Mind se mostraram ferramentas valiosas para fortalecer não apenas o desempenho acadêmico, mas também a qualidade de vida dos estudantes, proporcionando um ambiente escolar acolhedor e consciente das necessidades individuais e coletivas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BAPTAGLIN, Leila Adriana; MONTEIRO, Patrícia de Sousa Silva. **DIVERSIDADE CULTURAL: processos migratórios e a educação municipal de Boa Vista-RR.** Rev. Exitus, Santarém , v. 11, e020142, 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602021000100302&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 dez. 2023. Epub 26-Mar-2022. https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1id1550.

CHAVES, C. **Aulas dos programas Compasso Socioemocional e Mind se iniciam nesta segunda-feira, 11**. PMBV. Boa Vista/RR, 08/04/2022. Disponível em: boavista.rr.gov.br/noticias/2022/4/aulas-dos-programas-compasso-socioemocional-e-mind-se-iniciam-nesta-segunda-feira-11 Acesso em: 01 de jan. 2024.

CARVALHO, Valdiza Dos Santos. **Perspectiva Emancipatória De Paulo Freire Para Inclusão De Estudantes Migrantes.** Ambiente (Boa Vista) (2023): 54-62. Web. Disponível em: https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1207/749. Acesso em: 25 de dez 2023.

COLAGROSSI, A. L. R. et al. **Programa Compasso Socioemocional**. Caderno do aluno, 4º ano: Programa Compasso. Ensino Fundamental. Barueri, SP: Editora Educacional, 2020. ISBN 978-65-88142-05-9.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos, 1946-. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8.

SILVA, Maria José Barroso. **Um olhar sobre migração, interculturalidade e educação**: alunos migrantes na escola municipal de Boa Vista/RR. 2021. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021.

IMPACTO DO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS NA SAÚDE DAS CRIANÇAS

Eduardo Brito do Nascimento Neto[1]; Bruno Cunha Sacramento[2]; Henrique Alves de Matos[3]; Lucas Pita Bastos Barboza[4]; Luís Henrique dos Santos Júnior[5]; Maria Luiza Santos de França[6]; Pedro Lucas da Cruz de Oliveira[7]; Samires Bezerra Sampaio[8]; Tiago de Jesus Ferreira[9]; Sueli Mendes do Nascimento[10]; Andrea Moreira Ornelas de Araújo[11].

[1]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Salvador, Bahia.http://lattes.cnpq.br/3158763804328103.

[2]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2106186705268277.

[3]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/1067713091224263.

[4]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.3286990707461015.

[5]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/9623050559494674.

[6]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2727237330965431.

[7]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.9619138737488558.

[8]Faculdade Santa Casa (FSC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/4243012308147791.

[9]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/6817730385753546.

[10]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU),Salvador,Bahia.http://lattes.cnpq.br/9041246706665611

[11]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU),Salvador,Bahia.https://lattes.cnpq.br/8378359716926512.

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/37

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Alimentação. Crianças.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Alimentos ultraprocessados são produtos alimentícios que passaram por múltiplas etapas de processamento industrial, geralmente contendo aditivos químicos, açúcares, gorduras saturadas e sódio em quantidades excessivas. Esses alimentos têm baixo valor nutricional, o que os torna associados a diversos problemas de saúde. Um estudo realizado por Gomes *et al.* (2023) promulga que a prática de se alimentar ao navegar pela internet, possuir a cor de pele parda/preta e os variados graus de qualificação dos responsáveis financeiros do núcleo familiar influíram para maximizar a probabilidade de ingestão dos alimentos ultraprocessados. Entretanto, estar vinculado ao terceiro/quarto ano escolar e estar frequentando uma escola particular apresentam uma reduzida probabilidade de consumo dos alimentos ultraprocessados. Já ao consumo dos alimentos in natura ou levemente processados, os jovens que possuíam uma vinculação remunerada, elevada

renda familiar e que exerciam atividade física aumentaram a probabilidade de consumo destes alimentos. Tal estudo demonstra as diferenças sociais e econômicas relacionadas a ingestão de comidas com baixo teor nutritivo, problematizando a questão vinculada ao acesso econômico a alimentos in natura, ou minimamente processados, impactando também os infantes.

OBJETIVO

Informar a população, especialmente a infantil, acerca dos riscos atribuídos a alimentos ultraprocessados, visando uma maior qualidade de vida, a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e promovendo escolhas alimentares mais saudáveis desde a infância.

METODOLOGIA

Como método utilizado, buscou-se aplicar critérios de inclusão tais como: Artigos publicados entre 2019 e 2023; artigos com resumo em português e inglês, bem como estudos completos e não fracionados vinculados prioritariamente a SciELO, o período de busca compreendeu o dia 03-01-2023 a 31-01-2023. Os critérios de exclusão compreendem: Artigos não completos, com resumos em apenas uma língua e não vinculados a SciELO.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ingestão de alimentos ultraprocessados esta associado a fatores que ultrapassam a livre escolha aleatória em supermercados ou aplicativos digitais, segundo o estudo de Porto *et al.* (2022) existe elevada ocorrência de introdução alimentar de pelo menos um item ultraprocessado anteriormente aos 6 meses de existência, com destaque para a bolacha e o *petit suísse*. Os caracteres de risco para a ingestão precoce desses alimentos são a baixa renda familiar, irregular escolaridade materna e menor idade materna e paterna por exemplo. Ja o estudo de Silva *et al.* (2023) em sua metodologia transversal com 956 crianças demonstrou na análise multivariada, a constância semanal da ingestão de biscoito recheado foi 14% maior nos discentes de colégios públicos e 8% maior em filhos de genitoras com escolaridade inferior a que oito anos. A ingestão de suco artificial foi 7% maior entre discentes de colégios públicos. No mesmo sentido, Lopes et al. (2020) com um estudo contendo 545 crianças de Montes Claros (MG) das quais 74,3% ingeriam algum item ultraprocessado. Os fatores mais comumente vinculados a essa ingestão foram infantes com idade superior a seis meses de vida, que não ingeriam leite materno, casas com até três habitantes e o principal cuidador do infante apontado como outros sem ser a genitora. Tais dados salientam que o consumo prolongado ou pontual de ultraprocessados por crianças é um processo vinculado a fatores múltiplos, geralmente de cunho social ou econômico, não se configurando apenas como uma decisão isolada ou descontextualizada,

principalmente em se tratando de infantes.

CONCLUSÃO

É salutar o papel de educar os pais desde sobre a importância de escolher alimentos saudáveis e conscientizar sobre os riscos do consumo excessivo de ultraprocessados para os seus filhos, basilar para promover hábitos alimentares saudáveis, principalmente na primeira infancia . A diversidade de alimentos e a explicação dos prós e contras de cada grupo ajudam as crianças a fazer escolhas mais assertivas e serem bem informadas. Essas atividades contribuem para a formação de crianças mais conscientes e saudáveis.

A ingestão desses alimentos a longo prazo pelo infante ou seu núcleo familiar mais próximo, esta inserido em um contexto de baixo ou restrito acesso a alimentos naturais e com maior poder nutritivo, adicionando a problemática um fundo social, econômico e histórico que carece de aprofundamentos em estudos posteriores, principalmente quantitativos ou quali-quanti com um público elevado.

Por fim, o presente estudo cumpriu com seu objetivo principal que consiste em informar a população, especialmente a infantil, acerca dos riscos atribuídos a alimentos ultraprocessados, visando uma maior qualidade de vida, a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e promovendo escolhas alimentares mais saudáveis desde a infância.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

GOMES, D. R. *et al*. Características associadas ao consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e ultraprocessados por adolescentes em uma região metropolitana brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 643–656, 2023.

LOPES, W. C. *et al*. CONSUMPTION OF ULTRA-PROCESSED FOODS BY CHILDREN UNDER 24 MONTHS OF AGE AND ASSOCIATED FACTORS. **Revista Paulista De Pediatria**, São Paulo, v. 38, p. 1-8, 2020.

PORTO, J. P. *et al*. Introdução de alimentos ultraprocessados e fatores associados em crianças menores de seis meses no sudoeste da Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 2087-2098, 2022.

SILVA, N. T. *et al*. Consumo de alimentos ultra processados e fatores associados em crianças de seis anos de idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, 3301–3310, 2023.

O IMPACTO DOS INSTITUTOS DE AÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL

Bruna da Silva Valotta[1]; Fernando Anegawa Ito[2]; Yana Clara Lugli[3]; Gustavo Bianchini Porfírio[4]; Danielle Soraya da Silva Figueiredo[5].

[1]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/1406406343233544

[2]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/8949038320185882

[3]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/4307524998558858

[4]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/2778756837882408

[5]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/4633811183959364

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/2

PALAVRAS-CHAVE: Criança e adolescente. Atividades extracurriculares. Cuidado assistido.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Os Institutos de Ação Social, caracterizados por serem organizações não governamentais e sem fins lucrativos, tem como objetivo atender a comunidade, em sua maioria, vulnerável, e promover projetos filantrópicos que visam a melhoria do bem-estar individual e a inclusão do cidadão. Tendo em vista, especificamente, os institutos voltados para a população infanto-juvenil, esses realizam atividades extracurriculares socioeducativas e culturais, como aulas de música, de informática e ações coletivas, que impactam diretamente no desenvolvimento da infância e juventude e nas relações deste grupo alvo, e amparam esse público jovem, por meio do fornecimento de alimentos e de servir como um local de cuidado assistido (FERREIRA, 2010).

Nesse sentido, sendo a infância o primeiro momento de construção da identidade individual, tanto o ambiente da instituição quanto o auxílio por ele fornecido para essas crianças influenciam nesse desenvolvimento, o que impactará, a posteriori, no perfil e habilidades da vida adulta (BISSOLI, 2014). Portanto, essa revisão busca integrar a importância dessas organizações como um local de proteção à criança e adolescente, em destaque para as que se encontram em situação de vulnerabilidade, juntamente com o

impacto que exercem ao longo da vida.

OBJETIVO

O objetivo geral do trabalho é investigar a relação entre os programas socioeducativos e culturais promovidos pelos Institutos de Ação Social para as crianças e adolescentes com o desenvolvimento infanto-juvenil.

Como objetivos específicos, o trabalho busca a) Apresentar o papel assistencial dessas organizações não governamentais para o grupo infanto-juvenil e b) Avaliar o possível impacto desses projetos e ações nas relações interpessoais e qualidades individuais.

METODOLOGIA

O presente trabalho busca responder ao problema de pesquisa: Quais os impactos dos Institutos de Ação Social no desenvolvimento da criança e adolescente? Para isso foi realizada, por meio de uma abordagem qualitativa, uma pesquisa de natureza básica e exploratória e empregado o procedimento de pesquisa bibliográfica, a qual é descrita por Lima e Mioto (2007) como um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa.

Para a construção da pesquisa bibliográfica foram pesquisados artigos em bancos de dados, PubMed e SciElo, a partir dos descritores: a) Desenvolvimento Infanto-juvenil e b) Institutos Sociais. Após a coleta dos dados, foram aplicados critérios de exclusão: 1) Os objetivos não se alinhavam com o da pesquisa e 2) As informações demonstraram-se irrelevantes para a pesquisa. Os critérios de inclusão de artigos foram: 1) Trabalhos que se alinhavam aos objetivos da pesquisa e 2) Textos relevantes e de acordo com o tema proposto. Após análise dos artigos selecionados foi construída a discussão sobre o tema principal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Institutos de Ação Social, ao oferecerem espaços de cuidado assistido e atividades extracurriculares para a população infanto-juvenil, mostram-se de grande valor para o desenvolvimento da socialização humana (CEFAI, 2021; FERREIRA, 2010). Em relação ao cuidado assistido, tal fator se torna ainda mais importante para a população vulnerável, uma vez que essas organizações proporcionam uma refeição por período, sendo esse fato um estímulo para muitos frequentarem o espaço, e garantem um local de proteção para o grupo infantil em momentos de ausência dos pais, enfatizando o papel assistencial dessas instituições (BEZERRA, 2009; FERREIRA, 2010).

No âmbito das atividades extracurriculares, destacando-se a questão musical, o ensino da música tem impacto positivo expressivo na questão mental, social, física e linguística no desenvolvimento infantil, sendo fundamental para atender a necessidade da criança de expressar seus sentimentos e emoções, além de ser uma atividade de diversão, sociabilidade e que aprimora diversas habilidades cognitivas, como memória e planejamento (DUMONT *et al*., 2017). Ademais, é notório o impacto do ensino da música em habilidades escolares, em que há uma melhora significativa da performance acadêmica em crianças submetidas a essa prática (SAID; ABRAMIDES, 2020).

Em relação à ação esportiva promovida pelos institutos de ação social, é fundamental expor a sua importância para a população infanto-juvenil, uma vez que o esporte é considerado uma das práticas extracurriculares mais populares entre as crianças, visto que, cerca de 65% dos jovens em todo o mundo participam de alguma atividade esportiva (FELFE; LECHNER; STEINMAYR, 2016). Sendo assim, é perceptível que a atividade física desempenha um papel fundamental na saúde mental e bem-estar da criança, além de melhorar sua autoestima e sociabilidade (SMEDEGAARD *et al*., 2016).

O Instituto pode fornecer, ainda, momentos de atividades e aprendizados associados à informática. O computador, por sua vez, é uma ferramenta que possibilita a construção de novas relações de modo que as crianças são estimuladas a aprenderem de forma mais prazerosa e criativa, além de ser fornecido a elas novos modos de interpretação acerca da realidade (HAI *et al*., 2023). No entanto, há a necessidade do equilíbrio entre essas atividades tecnológicas com outras que promovam a socialização, como futebol, jogos de tabuleiro, e também, o acompanhamento de adultos do Instituto para que não haja o exagero e prejuízo à formação educacional.

Ressalta-se que as atividades extracurriculares promovidas pelos institutos, a exemplo das aulas de música, de informática e esportes, influenciam de modo geral, não somente no crescimento no período da infância, mas também a longo prazo, na vida adulta. Nesse sentido, habilidades importantes como administrar o tempo, aceitar diferentes perspectivas, incluindo críticas, saber trabalhar em equipe, ter o conhecimento básico das ferramentas digitais, se construídas desde a juventude, impactam, posteriormente, no próprio âmbito laboral (BISSOLI, 2014). Ainda, pode-se destacar que a saúde física desse grupo pode ser beneficiada a longo prazo, uma vez que a realização das atividades esportivas corrobora para a redução da prevalência do sedentarismo e contribui para a construção de uma melhor qualidade e bem-estar na vida adulta (CARNEIRO *et al*., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar o papel assistencial e o poder socializador para a população infanto-juvenil dos Institutos de Ação Social, percebe-se a necessidade de mais estudos nessa área, visto que é nítido que tais organizações não governamentais desempenham ações extracurriculares de grande impacto na rotina e desenvolvimento

das crianças e adolescentes, principalmente para as que se encontram em situação de vulnerabilidade. Assim, reconhece-se a influência dos projetos socioeducativos e culturais promovidos pelos institutos na construção social e individual dos jovens, e a importância desses locais para a segurança física e alimentar do público que os frequenta, o que leva à uma necessidade de maiores investigações científicas sobre o tema, em especial, nas especificidades desse impacto na prática.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 103–115, abr. 2009.

BISSOLI, M. D. F. Desenvolvimento da personalidade da criança: O papel da educação infantil. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 4, p. 587–597, dez. 2014.

CARNEIRO, G.S. *et al*. A influência de exercícios na infância e ganhos na saúde para o futuro. **Research, Society and Developmen**t, v. 11, n. 3, e31211326504, 2022.

CEFAÏ, D. Instituições sociais: um diálogo entre sociologia de Chicago e filosofia pragmatista. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 461–485, ago. 2021.

DE LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

DUMONT, E. *et al*. Music Interventions and Child Development: A Critical Review and Further Directions. **Frontiers in Psychology**, v. 8, p. 1694, 29 set. 2017.

FELFE, C.; LECHNER, M.; STEINMAYR, A. Sports and Child Development. **PLoS ONE**, v. 11, n. 5, p. e0151729, 4 maio 2016.

FERREIRA, A. L. A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. Em: ASSIS, S. G. D. et al. (Eds.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. 2. ed. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2023. p. 237–262.

HAI, A. A. *et al*. Descobrindo o computador: Tecnologia, Ciências, Design e Computação para crianças de 4 e 5 anos. **Cadernos CEDES**, v. 43, n. 120, p. 5–18, maio 2023.

SAID, P. M.; ABRAMIDES, D. V. M. Effect of music education on the promotion of school performance in children. **CoDAS**, v. 32, n. 1, p. e20180144, 2020.

SMEDEGAARD, S. *et al*. Improving the well-being of children and youths: a randomized multicomponent, school-based, physical activity intervention. **BMC Public Health**, v. 16, p. 1127, 28 out. 2016.

O IMPACTO DO ABUSO SEXUAL NA SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aléxia Prestes do Nascimento Palú[1], Karen Alice Colombani Vanderlinde[2], Yasmin Lacerda Vargas[3], Gustavo Bianchini Porfírio[4]; Danielle Soraya da Silva Figueiredo[5].

[1]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/5969639495684816

[2]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/6976081545233401

[3]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/5562113754310254

[4]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/2778756837882408

[5]Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, PR.
http://lattes.cnpq.br/4633811183959364

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/15

PALAVRAS-CHAVE: Criança e adolescente. Abuso sexual. Saúde mental.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, há quatro distinções na classificação do abuso: o abuso físico; emocional; negligência e abuso sexual (OMS, 2002). Este, se caracteriza como todo ato sexual, tentativa de consumação do ato, ou insinuações sexuais indesejadas, que culminam em prejuízos físicos e/ou emocionais na vida da vítima (AMORIM, 2021).

No Brasil, 58,9% das denúncias sobre violência se referem àquela cometida contra crianças e adolescentes, de acordo com o Disque Direitos Humanos (MDH, 2017). Suas consequências são acentuadas devido à fase de desenvolvimento das vítimas, na qual elas não são maduras o suficiente para consentir com as atividades supracitadas, gerando consequências prejudiciais aos mais diversos aspectos de suas vidas, como o físico, psicológico e social (DE SOUZA; SEI, 2019).

OBJETIVO

O objetivo geral do trabalho é investigar o impacto do abuso sexual na saúde mental em crianças e adolescentes no Brasil. Os objetivos específicos do trabalho são: a) Explorar as associações entre o abuso sexual em crianças e adolescentes com a dimensão psicossocial e b) Examinar a relação entre a ocorrência do abuso sexual infantil e transtornos mentais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, que se caracteriza como uma análise e discussão de documentos de domínio científico acerca de um determinado tema (CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2020). Utilizaram-se as bases de dados Medline e Scielo, com os descritores: a) Violência contra criança e adolescente; b) Abuso sexual infantil; c) Abuso sexual na adolescência; d) Impacto do abuso sexual na saúde mental. Posteriormente, foram incluídos documentos datados de 2002 a 2023, os quais se alinhavam à problemática da pesquisa e apresentavam relevância coerente. Os trabalhos excluídos foram aqueles que não correspondiam com os objetivos da revisão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência contra crianças e adolescentes classifica-se como qualquer ato de negligência ou mau-trato que influencia de forma negativa a saúde e desenvolvimento desses indivíduos e, principalmente, atuando como fator de risco para danos na integridade mental deles (SARTORI et al., 2012). Dentro dos tipos de agressão que afetam essa população, encontra-se o abuso sexual: contato entre a criança ou adolescente com alguém mais desenvolvido psicologica e socialmente, e que expõe esses sujeitos vulneráveis ao uso de palavras obscenas, carícias, pornografia e até ao próprio ato sexual com uso de violência (DE SOUZA; SEI, 2019).

Dados apresentados pelo Disque Direitos Humanos evidenciaram que, no Brasil, a violência sexual contra crianças e adolescentes ocupa a quarta colocação entre os tipos de violência mais cometidas, número extremamente alarmante (MDH, 2017). Além disso, a revelação da agressão por parte das crianças ou adolescentes demora pelo menos um ano, devido a ameaças, medo da exposição e o próprio sentimento de culpa (DE SOUZA; SEI, 2019).

A prática dessa violência é percebida no ambiente intrafamiliar ou externo. O abuso sexual intrafamiliar é praticado por aqueles que têm conexão consanguínea ou psicoafetiva com a vítima e mantém uma dinâmica abusiva rotineira. A relação de cuidado entre vítima e agressor faz com que este use sua autoridade para impor o abuso ao jovem (HABIGZANG et al., 2008). Por consequência, há uma ruptura na noção entre certo e errado para a vítima, pois quando o abuso é cometido, o que era proibido passa a ser permitido por um adulto de sua confiança. Isso leva o jovem ao desamparo, pois, em uma relação na qual era esperado

amor, é recebida violência (ARPINI et al., 2012).

Os impactos emocionais imediatos têm relação não apenas com o abuso sexual em si, mas também com o fato do agressor obrigar a criança a manter os abusos em segredo. Esta imposição tem como consequência uma angústia dupla: o temor de ter seu relato minimizado ou desacreditado pelos demais; e o de ser castigado pelo próprio abusador ou outros que o defendam (FLORENTINO, 2015). Por conseguinte, cria-se na mente da criança uma desconfiança em relação a outras pessoas, podendo acentuar dificuldades em solidificar relações interpessoais (DE ALMEIDA, 2005).

Esse abuso sexual ocorrido na infâcia e adolescência impacta negativamente a vida do indivíduo que sofreu essa trangressão. Isso, pois, em investigações de distúrbios depressivos, estresse pós-traumático, e transtornos de personalidade, há uma prevalência de pacientes que sofrem com essas comorbidades psíquicas e que sofreram abusos sexuais (WEBELOFF et al., 2021). Os traumas interpessoais sofridos na infância são relacionados com o desencadeamento dos distúrbios supracitados, além de aumentarem o risco desse futuro adulto desenvolver problemas com o abuso de álcool e substâncias ilícitas (DEL BIANCO; TOSTA, 2021).

Além do desenvolvimento de doenças psíquicas e potencial abuso de substâncias psicoativas, quem passou por esse trauma está propenso a desenvolver problemas em relações sociais e dificuldades de conviver com outras pessoas. Esses entraves, muitas vezes, são conservados até na vida adulta (TARDIF-WILLIAMS et al., 2015). Soma-se a essa dificuldade, a forma disforme que o violentado tem de sua personalidade, sempre com um olhar negativo, não acreditando em si e sentindo-se envergonhado, podendo, assim, desencadear as questões psíquicas (AMORIM, 2021).

CONCLUSÃO

O trabalho teve como finalidade investigar os impactos decorrentes do abuso sexual quando ocorrido na infância e as consequências desse na saúde mental e no desenvolvimento cognitivo social desse futuro adulto. Conclui-se que sexual o abuso sexual infantil pode ocasionar consequências como o prejuízo na saúde mental durante a adolescência e também na vida adulta, se associando com dificuldades na construção de confiança e associação com transtornos psicológicos como depressão e problemas de autoestima, além de também se associar com adição por álcool e substâncias ilícitas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. F. Desempenho intelectual e crenças disfuncionais em crianças vítimas de abuso sexual. **Rev. Psicopedag**. v. 38, n. 116, p. 143-151, ago. 2021.

ARPINI, D. M.; SIQUEIRA, A. C.; SAVEGNAGO, S. D. O. Trauma psíquico e abuso sexual:

o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. **Psicologia: teórica e prática**. v.14. n. 2. p 88-101. 2012.

CAVALCANTE, L. T. C.; DE OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista.** vol.26 no.1 Belo Horizonte jan./abr. 2020.

DE ALMEIDA, M. C. C. *et al*. Abuso sexual e traumatismo psíquico. **Interações**, v. 10, n. 20, p. 11-34. 2005.

DE SOUZA, C. C. C.; SEI, M. B. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trauma e transmissão psíquica. **Analytica.** v. 8, n. 15. São João del Rei. jul./dez. 2019.

DEL BIANCO, O. M; TOSTA, R. M. Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta : um estudo de caso. **Gerais, Rev. Interinst Psicol**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, ago. 2021.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 139-144. 2015.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, p. 338-344, 2008.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). **Disque Direitos Humanos**: Relatório 2017**.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-balanco-digital-2017_disque100.pdf/view. Acesso em: 25/03/2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34165228/65818661-Relatorio-Mundial-sobre-violencia-e-saude-libre.pdf. Acesso em: 25/03/2024.

SARTORI, L. R. M. *et al.* Notificações de violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência praticadas contra crianças no Brasil, 2011-2019: estudo ecológico de série temporal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, p. e2023246, 2023.

TARDIF-WILLIAMS, C. Y. *et al.* The impact of childhood abuse and current mental health on young adult intimate relationship function. **Sage Journals**, v. 32, n 22, nov. 2017.

WERBELOFF, N. *et al.* Childhood sexual abuse in patients with severe mental illness: demographic, clinical and functional correlates. **Acta Psychiatrica Scandinavica**, v. 143, n. 6, p. 495-502, 2021.

"COMPLETE O DESENHO": UMA DINÂMICA INTERATIVA, LÚDICA E PROMOTORA DE CUIDADO INFANTO-JUVENIL

Maxsuel Oliveira de Souza[1].

[1]Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasília, Distrito Federal. http://lattes.cnpq.br/1415990422609996

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Ludicidade. Dinâmica de Grupo. Assistência Integral à Saúde da Criança e Adolescente.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente

INTRODUÇÃO

A comunicação social e os processos grupais fazem parte de nossa constituição enquanto pessoa e sociedade. Bueno, Strelhow e Câmara (2010) discutem sobre a construção de grupos e as representações sociais destes durante a fase infanto-juvenil. As crianças e adolescentes passam a se identificar com pessoas e grupos dos quais compartilham seus gostos, valores e crenças; estes grupos agem como espaços de pertença e identificação social para aquele sujeito. As atividades grupais e a criação de novos vínculos são eventos comuns em todas as faixa-etárias, porém no período da adolescência há uma intensificação, sendo demarcado pela necessidade de interação, socialização e contato (BRASIL, 2023).

As atividades grupais são reconhecidas como ferramentas potentes para o cuidado; principalmente, pela sua fácil acessibilidade e aplicabilidade, alta abrangência e baixos recursos financeiros. Por vezes estas atividades são desenvolvidas em órgãos de saúde com o intuito de orientar, sensibilizar, informar e psicoeducar a população a respeito de alguma temática no âmbito da saúde. Estas atividades geralmente são denominadas como: grupos, oficinas, dinâmicas e rodas de conversa etc., nas quais potencializam a divulgação de informação, tratamentos e educação em saúde (PETERMANN *et al.* 2019; BRASIL, 2023).

Desta forma, torna-se importante descrever as ferramentas de cunho grupal utilizadas para o cuidado na área infanto-juvenil, a fim de produzir conhecimento e incentivar a novas práticas profissionais.

OBJETIVO

Relatar a vivência de um profissional em um grupo de adolescentes por meio de uma dinâmica.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, do tipo relato de experiência. Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021) este método de pesquisa possibilita a exposição, descrição e o relato de experiências vivenciadas por sujeitos em um determinado período. Essas experiências são oriundas da imersão a prática profissional das quais produzem conhecimentos específicos e saberes que corroboram na produção do conhecimento prático-teórico científico (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021).

Essa dinâmica ocorreu no mês de fevereiro de 2023, em um dispositivo de saúde pública destinado ao atendimento a crianças e adolescentes em intenso sofrimento psíquico, em decorrência de transtornos mentais e comportamentais graves, no Distrito Federal, Brasil. A dinâmica aconteceu em um grupo de adolescentes no período vespertino; com estimativa de 15 participantes, com idades entre 13 a 18 anos. A dinâmica foi organizada por profissionais servidores deste serviço de saúde juntamente de profissionais residentes multiprofissionais em saúde.

Contou-se com profissionais das seguintes categorias: enfermagem, nutrição, serviço social, farmácia e psicologia. Os materiais utilizados foram: mesa, cadeira, papel sulfite A4, canetas, lápis comum, lápis de cor, lápis hidrocor, giz de cera e fita para embalagem.

A dinâmica “complete o desenho” pautou-se na seguinte organização/instrução:

1. Cada participante recebeu sob a mesa uma folha de papel sulfite A4 juntamente de outros materiais (lápis de inúmeras variedades, canetas e giz de cera).
2. Solicitou-se que os participantes desenhassem no papel A4 projeções dos seus sentimentos, desejos e vontades; em um período com cerca de 1 minuto; tendo como regra a não identificação de nomes próprios no desenho.
3. Após, todos os participantes deveriam transferir o “seu desenho” no sentido anti-horário, no qual o próximo participante desenharia a continuação do desenho anterior.
4. Este formato terminaria após o fim da rotação ou o fim do desejo de inclusão de desenhos nos papéis.
5. Ao finalizar a parte prática, os sujeitos foram convidados para a discussão com o intuito de abordar sobre “como se sentiram com a dinâmica”, “com o que se identificaram”, “quais desenhos desenharam” e “quais foram os significados”...

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da dinâmica em média 15 adolescentes, do gênero feminino e masculino. Durante o desenvolvimento da dinâmica, os adolescentes se apresentaram sorridentes, com expressões de entusiasmo e explanto conforme a aquisição do desenho do próximo

participante. Após a finalização da parte artística, os próprios adolescentes começam a interpretar os desenhos e supor “quem teria desenhado” e o “porquê desenhou aquela ilustração”. Nas interpretações os participantes trouxeram elementos do cotidiano como, as dificuldades, os gostos e as expectativas de vida e futuro.

Outro ponto interessante, foi a interação e socialização de adolescentes que geralmente apresentavam um comportamento inibido em outros grupos; neste por meio da dinâmica puderam se expor e interpretar o desenho conforme as suas crenças e pensamentos. Nas interpretações muitos adolescentes identificaram “objetivos de descrição” de outros participantes, no processo identificando-os como: “fulano desenhou isto” ou “fulano gosta daquilo”; entre as pistas estavam desenhos de animais, cores e outros objetivos. Como havia a regra do qual os participantes não poderiam descrever o seu nome no desenho; estes utilizaram do artifício dos gostos pessoais e do que era relevante para detalhar a sua identidade no desenho.

Contatou-se que, os adolescentes puderam conhecer sobre alguns sonhos, particularidades, desejos e perspectivas de futuro uns dos outros. Como também, trouxeram a reflexão de que o desenho inicialmente era uma “projeção individual” com traços que remetiam a sua identidade, mas em decorrência do processo de coletivização e partilha este passou a ser uma “construção coletiva”, fruto das expressões sociais daquele grupo.

Após o momento de discussão, os adolescentes decidiram unir todos os desenhos dos papéis A4 formando “um único cartaz” e, expuseram na parede da instituição de saúde para que outros adolescentes/crianças pudessem refletir e recriar aquela dinâmica. Como *feedback* os adolescentes relataram a relevância da dinâmica para a criação de vínculos, fortalecimento deste, socialização, interação social, criatividade e ludicidade. Além de despertar a sensibilidade e empatia pelo desenho do outro e sua história de vida. E por fim, apontaram a importância do desenho para o desenvolvimento da coordenação motora fina e grossa.

Com base nesta dinâmica, diversas pesquisas corroboram sobre o papel fundamental dos grupos e dinâmicas no processo de saúde de sujeitos e comunidades. Falcão (1981) refere a “dinâmica de grupo” como um pressuposto básico para a atuação profissional com capacidades interventivas de criação, construção e transformação dos sujeitos; além de ser um espaço de educação em saúde. Rego e colaboradores (2019) afirmaram a relevância das atividades em grupo para a aproximação dos sujeitos com a equipe de saúde; como também para o desenvolvimento de práticas psicoeducativas. Zimerman (2007) abordou que os grupos atuam no processo de apropriação cultural e da diversidade, estimulando e construindo saberes.

Desta forma, percebe-se que as ferramentas grupais são potencializadores no processo de cuidado no âmbito da saúde, independentemente de público ou faixa-etária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica de grupo “complete o desenho” mostrou-se como uma ferramenta potente para o cuidado de adolescentes em sofrimento por transtornos mentais e comportamentais. Assim como possibilitou a interação social, a comunicação e o conhecimento grupal.

REFERÊNCIAS

BUENO, C. O.; STRELHOW, M. R. W.; CÂMARA, S. G. Grupos e qualidade de vida na adolescência. **Psico-USF,** v. 15, n. 3, p. 311-320, set./dez., 2010.

BRASIL. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. **Dinâmicas do rap da saúde:** Atividades e práticas realizadas e aplicadas por jovens e para os jovens. 2023.

FALCÃO, E. B. DE M.. Dinâmica de grupo na educação para saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica,** v. 5, n. 1, p. 26–37, jan. 1981.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**., v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

PETERMANN, X. B. *et al.*. Dinâmica de um grupo de promoção da saúde: percepção de usuários e profissionais. **Saúde (Santa Maria),** [S. l.], v. 45, n. 1, 2019.

REGO, L. S. *et al.*. As atividades de grupo na perspectiva dos sujeitos em uma Clínica da Família. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, p. e290316, 2019.

ZIMERMAN, D. A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade. **Vínculo,** v. 4, n. 4, p. 1-16, dez. 2007.

FATORES QUE INFLUENCIARAM A SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Emely Beatriz Quaresma Sarraf[1]; Nely Dayse Santos da Mara[2]; Isabella Ferreira de Souza[3]; Pablo Palmerim Santana[4]; Domingos de Souza Pelaes Neto[5]; Alana Corrêa Santos[6]; Dennis Serejo Siqueira[7]; Bianca Sena da Costa[8]; Camila Rodrigues Barbosa Nemer[9].

[1]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/7341990246006290

[2]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0529429570261510

[3]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/1800440760744445

[4]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/4956016692383367

[5]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/1689901059624187

[6]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0325705502691638

[7]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/8313787590673506

[8]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/6415982409807759

[9]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/9193622763928241

PALAVRAS-CHAVE: Estado Mental. Infância. Crise.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente

INTRODUÇÃO

No final de 2019 surgiram inúmeros casos de uma doença respiratória na china, que pouco se sabia sobre, e, que em um curto período de tempo, se espalhou por todo o globo e caracterizou-se como uma pandemia de COVID-19 (Malta *et al.*, 2020). A pandemia foi um cenário catastrófico a nível mundial que afetou a vida de diversas pessoas, surgiram crises econômicas, sociais, de saúde pública e na saúde mental, esta que foi particularmente afetada por todas as outras (Castro et al, 2023; Malta et al, 2020 e Rocha *et al*., 2023).

A pandemia da COVID-19 trouxe consigo uma série de desafios que afetaram diretamente a saúde mental de pessoas de todas as idades, incluindo crianças. As crianças, em particular, foram as mais afetadas pelas consequências indiretas da pandemia, enfrentando impactos significativos em sua saúde mental devido a fatores como condições econômicas adversas, isolamento social, alterações nas rotinas diárias, ambientes familiares instáveis e violência doméstica. Esses fatores levaram a atrasos no desenvolvimento psicomotor, sentimentos de solidão, tristeza, mudanças de comportamento e um aumento nos índices de ansiedade e depressão (Costa *et al*., 2023; Panda *et al*., 2020; Rocha *et al*.,

2023; Castro *et al*., 2023; Malta *et al*., 2020).

OBJETIVO

Analisar o impacto da Pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças no Brasil e identificar fatores que sugestionaram seu emocional e desenvolvimento psicológico.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de sintetizar resultados de pesquisas de forma sistemática e organizada, utilizando bases de dados para abranger o tema Fatores que influenciaram a saúde mental das crianças no contexto da Pandemia de COVID-19 e com base na estratégia PICo, onde P - População (crianças), I Intervenção (fatores que influenciaram a saúde mental das crianças), Co Contexto (durante a pandemia de COVID-19), elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais fatores que influenciaram a saúde mental das crianças durante a Pandemia de COVID-19?

Os autores realizaram, no mês de março de 2024, a busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As bases utilizadas foram: Base de Dados em Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Os Descritores em Ciências da Saúde utilizados foram: Ansiedade, Saúde Mental, Criança, Pandemia e COVID-19. Utilizando os operadores booleanos AND e OR.

Estabeleceram-se como critérios de inclusão dos artigos: a) estar disponível na íntegra e com livre acesso; b) incluir o tema de saúde mental das crianças no contexto pandêmico; c) constar como artigo publicado no período de 2020 a 2024. Já os critérios de exclusão foram: a) estar repetido nas bases de dados; b) não responder à questão de pesquisa da presente revisão; c) ser uma revisão integrativa, editorial ou artigos de reflexão. A seleção dos artigos foi feita após a leitura do título e resumo.

Ao colocar os descritores e os filtros mostraram 60 artigos, após a leitura dos títulos 32 artigos foram excluídos e após a análise dos resumos foi obtida uma amostra com 10 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O vírus do covid-19, por ter um alto grau de transmissibilidade, precisou de medidas drásticas para tentar frear o avanço da pandemia, tomando como principal medida em todo o mundo o isolamento social (Linhares & Enumo, 2020). O isolamento afetou a vida de todas as pessoas, sobretudo de crianças, que tiveram sua rotina completamente modificada (Fernandes *et al*., 2023; Romanzini *et al*., 2022). O fechamento de escolas no território nacional resultou em mudança significativa no ciclo social das crianças, sendo

limitado à interação familiar, e ensino online, o que acarretou maior exposição à telas, estudos demonstram cerca de 75% de crianças de uma amostra passavam mais tempo nos celulares durante a pandemia (Deslandes e Coutinho, 2020; Linhares e Enumo, 2020; Sá *et al*., 2021; Romanzini *et al*., 2022).

Durante a infância, a criança passa por estágios de desenvolvimento que são fundamentais para sua vida, e dependem de diversos fatores. A escola e a socialização tem um papel muito importante nesse desenvolvimento, mas durante o isolamento, foi percebido que muitas crianças tiveram um processo adaptativo negativo, com um processo de autorregulação lesionado, ambos explicitados na mudança de comportamento das crianças durante a pandemia, alterações no sono, aumento dos pesadelos, irritabilidade, impaciência, além dos sentimentos de tristeza e solidão foram algumas das modificações (Fernandes *et al*., 2023; Linhares e Enumo, 2020; Paiva *et al*., 2021; Silva *et al*., 2023).

Houve atrasos no desenvolvimento psicomotor, com grandes lacunas nas habilidades de socialização, atrasos no desenvolvimento de fala e dificuldade no controle inibitório (Fernandes *et al*., 2023; Linhares e Enumo, 2020; Romanzini *et al*., 2022; Silva *et al*., 2023). Estudos com 350 crianças brasileiras mostrou que mais da metade delas desenvolveu ansiedade e dessas, cerca de 2% estão mais propensas a desenvolver distúrbios no sono, e isso também é consequência da privação de socialização com seus pares, afastamento do ambiente escolar e exposição a um grande volume de telas de maneira precoce (Castro *et al*., 2023; Deslandes e Coutinho, 2020; Paiva *et al*., 2021; Romanzini *et al*., 2022).

Aliado a isso, a Pandemia trouxe um cenário de grande instabilidade financeira com aumento dos índices de pobreza (Castro *et al*., 2023; Fernandes *et al*., 2023; Linhares e Enumo, 2020). Esse caos abalou os ambientes familiares, combinado com o fato de que as pessoas tiveram que passar mais tempo em casa e, consequentemente, com a família, mas em plena instabilidade esse tempo, junto com as muitas privações, potencializaram os desafios que já existiam nesse contexto, com uma grande sobrecarga familiar. O aumento do convívio resultou no aumento dos conflitos (Camargo e Fernandes, 2023; Linhares e Enumo, 2020; Paiva *et al*., 2021; Silva *et al*., 2023).

Lidar com a morte também piorou o psicológico já debilitado de pessoas, pais com insegurança emocional agora tem que exercer de forma compulsória a criação dos filhos, que muitas vezes era terceirizada (Camargo e Fernandes, 2023; Oliveira *et al*., 2022). Na infância o desenvolvimento também depende do papel dos pais, mas quando estes negligenciam seus deveres, têm-se crianças sofrendo pelas consequências indiretas dessa crise, com os maus tratos dentro dos lares, a medida em que os índices de violência doméstica contra crianças cresceram durante a Pandemia, e com o estresse tóxico, que aumentou os níveis de cortisol e afetaram seu aprendizado, memória e emocional. (Deslandes e Coutinho, 2020; Fernandes *et al*., 2023; Linhares e Enumo, 2020; Oliveira *et al*., 2022; Paiva *et al*., 2021; Silva *et al*., 2023). Crianças emocionalmente mais vulneráveis se encontraram cada vez mais depressivas, ansiosas, agressivas, nervosas e com medo,

mediante a uma circunstância em que a pauta da saúde mental das crianças encontra-se na invisibilidade (Camargo e Fernandes, 2023; Castro *et al*., 2023; Deslandes e Coutinho, 2020; Fernandes *et al*., 2023; Paiva *et al*., 2021; Silva *et al*., 2023).

CONCLUSÃO

Através dessa análise foi possível perceber o quanto a Pandemia também afetou o psicológico das crianças, trazendo agravos a sua saúde mental e seu desenvolvimento. O cenário evidenciou a falta de atenção voltada para a saúde mental das crianças, ressaltando a necessidade de cuidado e bem estar integral à essa população.

REFERÊNCIAS

Fernandes, A. D. S. A; Gini, C. C; Speranza, M; Gasparini, D. A. A saúde mental das crianças durante a pandemia da COVID-19: uma perspectiva de professores de uma Unidade de Educação Infantil**. Cad. Bras. Ter. Ocup**. São Carlos, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/wsfYkxhxGg9msvRqwh4bk4Q/?lang=pt#. Acesso em: 20 mar. 2024.

LINHARES, M. B. M; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estud. Psicol**, v.37, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CrYD84R5ywKWBqwbRzLzd8C/. Acesso em: 20 mar. 2024.

PAIVA, E. D *et al*., Comportamento infantil durante o distanciamento social na pandemia de COVID-19**. Rev. Bras. Enferm**, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0762. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROMANZINI, A. V; BOTTON, L. T. J; VIVIAN, A. G. Repercussões da pandemia da Covid-19 em crianças do Ensino Fundamental. **Revista Debate**, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042022E513. Acesso em: 18 mar. 2024.

SILVA, F. P *et al*., Repercussões da COVID-19 no cuidado e comportamento de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. **Revista Rene**. Fortaleza, 2023. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-38522023000100309. Acesso em: 18 mar. 2024.

ASPECTOS ESTRUTURAIS, TÉCNICOS E GERENCIAIS DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL NA ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DESENCADEANTES DA AUTOMUTILAÇÃO

Andrea Almeida Zamorano[1].

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/44

PALAVRAS-CHAVE: Disforia. Atenção primária à saúde. Quadros ansiosos severos.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços comunitários cujo objetivo é reformular o modelo de cuidado baseado no paradigma manicomial. Esses serviços são norteados pelo modelo de atenção psicossocial que interpreta o processo de saúde-doença de maneira complexa, como um fenômeno social que demanda atuação intersetorial e interdisciplinar, com o objetivo de estimular a autonomia e o exercício da cidadania dos sujeitos. Isso, por meio de estratégias como os atendimentos grupais e individuais, oficinas terapêuticas, atividades lúdicas, desportivas, tratamento medicamentoso, visitas domiciliares e atendimento familiar.

Os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis prestam assistência para crianças e adolescentes entre 3 e 18 anos que apresentam intenso sofrimento psíquico ocasionado por transtornos mentais severos e persistentes, inclusive os ligados à drogadição e demais questões clínicas, prejudiciais para o desenvolvimento adequado das capacidades e habilidades desses indivíduos. Depressão grave, psicoses e quadros ansiosos severos são aspectos que os sujeitos atendidos podem apresentar, possivelmente combinados com os transtornos de conduta e comportamentos de automutilação.

A automutilação é considerada um problema de saúde pública a nível mundial. Na atualidade, o conceito de automutilação se divide em dois grupos que levam em consideração a intencionalidade do ato. Para este estudo, adotamos o conceito de Deliberate self harm que inclui todos os métodos de autolesão sem distinguir se o comportamento é ou não uma tentativa de suicídio, praticados na ausência de psicoses e/ou incapacidade intelectual organicamente determinada. Mesmo com o aumento da ocorrência de números de automutilação no público adolescente, são escassas as investigações científicas realizadas sobre essa temática no cenário brasileiro que abordam tanto os aspectos clínicos, quanto psicossociais para possibilitar um entendimento amplo deste fenômeno que possa subsidiar ações em saúde para este grupo. No que se refere às fragilidades estruturais, a fala do profissional demonstra a inadequação da estrutura física do CAPSi que não possui salas com a privacidade necessária para o atendimento. A fragilidade inviabiliza o atendimento

individual (medicamentoso, psicoterápico e de orientação). Outra fragilidade apontada foi a ausência de atividades específicas no CAPS voltadas para a temática da automutilação na adolescência. A assistência direcionada ao público infantojuvenil deve contemplar todas as particularidades deste grupo para promover um cuidado resolutivo, porém, os serviços de saúde ainda possuem barreiras para a efetivação dessas práticas. Algumas ações podem ser utilizadas para o cuidado de adolescentes que praticam automutilação como educação em saúde e orientação, atendimento por psicoterapia individual e a terapia de grupo por meio da abordagem do psicodrama pelo fato de proporcionarem a expressão da subjetividade e dos sentimentos. Na continuidade, a falta de habilidade para atender a família dos adolescentes foi um fator restritivo. Em relação às fragilidades técnicas, os profissionais do CAPS afirmaram que a falta de capacitação sobre a temática da automutilação é um dos fatores que limita a discussão do assunto no CAPSi, o que prejudica a assistência prestada aos adolescentes. Isso revela que apesar dos progressos no campo da saúde mental, vulnerabilidades são encontradas nas práticas das equipes que atuam nas instituições que compõem a Rede de Atenção Psicossocial. Sobre as fragilidades gerenciais, neste estudo, os profissionais salientaram a escassez de recursos humanos no dispositivo de saúde. Relataram que a procura por atendimento é grande, e que, na contramão disso, o número de profissionais não é capaz de suprir toda a demanda, fato que influencia diretamente nos processos de trabalho da instituição.

A automutilação geralmente é precedida por um aumento de tensão, raiva de si, ansiedade, depressão, disforia (um mal-estar psíquico acompanhado por sentimentos depressivos, tristeza, melancolia e pessimismo) e sensação de perda de controle; com fatores precipitantes que podem ter várias origens, por exemplo: sensações de rejeição ou abandono (real ou imaginário), culpa e vazio, sentimento de inutilidade e sensação de irrealidade, em que os motivos para se automutilar se sobrepõem no mesmo indivíduo (GIUSTI , 2013).

Garreto (2015) ressalta que ambientes inseguros/ inconsistentes (como negligência, repressão da expressão emocional, abuso sexual, entre outros) levam o indivíduo a ter um desenvolvimento interpessoal pobre e pouca habilidade para lidar com as próprias emoções. Além disso, aproximadamente 90% dos indivíduos que apresentam tal comportamento relataram que, ao longo de sua existência, foram desencorajados a externalizar suas emoções, especialmente a raiva e a tristeza (GARRETO, 2015)

A automutilação do tipo estereotipado apresenta comportamentos altamente repetitivos, monótonos, fixos, frequentemente ritmados, que parecem comandados, cujas lesões tendem a manter um padrão, podendo variar de leves a graves ferimentos, podendo colocar em risco a vida da pessoa. As pessoas que a praticam não têm vergonha e/ou disfarçam esse comportamento, que, mesmo quando diante de expectadores, costuma ser frequente em pessoas com retardo mental e/ou autismo. A automutilação do tipo grave inclui ferimentos graves, sempre colocando a vida da pessoa em risco, ocasionando ferimentos irreversíveis, como castração e amputação de extremidades. Costuma ser

acompanhada por delírios religiosos, com pensamentos de punição, tentação e salvação.

OBJETIVO

Ressaltar a importância da assistência errônea atribuídos aos portadores desencadeantes da automutilação sob os aspectos estruturais, técnicos e gerenciais dos CAPSi, conforme os preceitos norteadores do dispositivo de saúde mental.

METODOLOGIA

Estudo descritivo, exploratório, de abordagem qualitativa e cunho bibliográfico, realizado por meio de prontuários e grupo focal com 25 adolescentes e 15 especialistas em saúde mental. Os depoimentos foram submetidos à análise temática de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um estudo realizado em um CAPSi identificou que os profissionais da atenção psicossocial precisam atender a demandas de saúde com alto nível de desempenho, enquanto estão inseridos em equipes de trabalho com número reduzido e encarregados de um território com população acima do número máximo estabelecido pelo Ministério da Saúde. Diante disso, os profissionais sofrem com a sobrecarga de trabalho e, consequentemente, passam a esquivar-se de novos projetos para evitar patologias decorrentes da sobrecarga e preservar a própria saúde.

Identificou-se que, de modo geral, as gestões municipais não investem de maneira apropriada em seu pessoal, o que resulta em equipes profissionais precarizadas, provocando alta rotatividade, pouco vínculo e a desmotivação no trabalho. E devido à grande demanda por atendimento no CAPSi, o trabalho interdisciplinar não acontece, não havendo a discussão dos casos pela equipe. Tendo em vista que a assistência prestada na unidade de saúde deve ser intersetorial e multifacetada, a circunstância apresentada impossibilita que o cuidado seja prestado conforme os preceitos norteadores do dispositivo de saúde mental.

Uma investigação realizada em um CAPS teve como objetivo conhecer a percepção dos profissionais sobre fatores que impulsionam e dificultam o trabalho multiprofissional, identificou que a atuação individual de alguns profissionais sem o consentimento da equipe e o não compartilhamento da assistência realizada com os demais técnicos são obstáculos para um efetivo trabalho em equipe. A divulgação e discussão dos dados pode contribuir para que os entes responsáveis, sobretudo os municipais, ofereçam melhores condições estruturais no CAPSi, desenvolvam processos de qualificação permanente das equipes, principalmente das gestões, e ainda, que implementem planos de cargos e salários mais sólidos com vistas a consolidar o modelo de cuidado psicossocial aos adolescentes com comportamento de automutilação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automutilação em adolescentes possui diversos fatores de riscos que interferem no desenvolvimento saudável, estando relacionados a questões sociais, psicológicas, subjetivas, emocionais, familiares e contextuais. Este estudo mostrou que o CAPSi, embora seja um serviço especializado no cuidado a crianças e adolescentes, apresentou estratégias fragilizadas de sistematização de diálogo sobre automutilação com os adolescentes, o que distancia os profissionais da realidade deles, visto que os momentos de conversa levam à identificação dos fatores de risco, consequentemente à prevenção e à minimização de sua ocorrência. Aponta-se a necessidade de realizar mais estudos que contemplem a automutilação na adolescência no contexto individual e familiar, como também no seu território escolar e em dispositivos de saúde como os CAPSi e Atenção Primária à Saúde. Com a realização deste estudo infere-se que os profissionais envolvidos possuem uma percepção errônea em relação aos atendimentos grupais, supervalorizando o atendimento individual, desconhecendo os inúmeros fatores terapêuticos que o grupo pode oportunizar para os usuários, trazendo prejuízos na assistência prestada.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Belotti M, Maia CC, Avellar LZ, Silva PO. Concepções de Profissionais de Saúde sobre as Atribuições de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil. Psicol Teor Pesqui. 2018;34:e34430.

Cardoso CS, Coimbra VC, Andrade AP, Martins MF, Guedez AC, Pereira VR. Trajetórias terapêuticas das crianças que frequentam um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. Rev Gaúcha Enferm. 2020;41:e20190166.

Fernandes AD, Matsukura TS, Lussi IA, Ferigato SH, Morato GG. Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. Cad Bras Ter Ocup. 2020;28(2):725-40.

Pereira DE, Onocko-Campos RT. Fluxos da rede de atenção psicossocial infantojuvenil: compreensão por meio da construção de itinerários. Cad Bras Saúde Ment. 2019;11(30):170-91.

Ribeiro MC. Trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial de Alagoas, Brasil: interstícios de uma nova prática. Interface Comun Saúde Educ. 2015;19(52):95-107.

Sousa JM, Vale RR, Pinho ES, Almeida DR, Nunes FC, Farinha MG, et al. Efetividade dos grupos terapêuticos na atenção psicossocial: análise à luz dos fatores terapêuticos. Rev Bras Enferm. 2020;73(Suppl 1):e20200410.

SAÚDE DA MULHER

PROMOÇÃO DA SAÚDE DE MULHERES COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA: APRENDIZAGEM DA CONTRAÇÃO DA MUSCULATURA DO ASSOALHO PÉLVICO

Karen Edilaine Peron de Souza[1]; Mayse Doro Melluzzi[2]; Rodrigo Mayer[3]; Raíssa Ferreira do Prado Pimenta[4]; Fernanda Shizue Nishida Carignano[5].

[1]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/1780570720543461

[2]Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/1544387575537060

[3]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/2677848523023621

[4]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/4306190786015332

[5]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/3399943024399274

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida. Imagem corporal. Fisioterapia.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Mulher

INTRODUÇÃO

A incontinência urinária (IU) afeta cerca de 10 milhões de brasileiros, sendo mais frequente entre o público feminino, atingindo aproximadamente 35% das pessoas com mais de 40 anos. Após a menopausa, é comum que ocorram diversos problemas relacionados a esse quadro. Esse cenário é considerado inaceitável no contexto da vida em sociedade, podendo gerar consequências significativas no âmbito social, como sentimentos de exclusão e vergonha (HIGA, 2007).

Além dos aspectos físicos, o controle da micção também abrange aspectos culturais, podendo levar à estigmatização e à ideia de que a pessoa é descuidada (BORBA et al., 2008). Mulheres podem não procurar tratamento para incontinência urinária devido à falta de consciência sobre a gravidade do problema, poucas expectativas em relação à eficácia do tratamento e vergonha de buscar ajuda de um profissional (MINASSIAN et al., 2003).

É fundamental para a promoção da saúde feminina contar com uma atenção que envolva diferentes abordagens, envolvendo uma equipe multiprofissional (MENDES, 2008). Os profissionais da fisioterapia têm papel fundamental na prevenção e tratamento, contribuindo para uma perspectiva ampla da saúde, atuando em conjunto com o indivíduo e utilizando métodos participativos para melhoria da saúde e também no compartilhamento de vivências entre as pacientes (PEREIRA, 2009).

Tendo em vista essas considerações, esta pesquisa tem por objetivo o ensinar a contração dos músculos do assoalho pélvico e avaliar o efeito de exercícios perineais na incontinência urinária, imagem corporal e na qualidade de vida de mulheres.

OBJETIVO

Avaliar o efeito dos exercícios perineais na imagem corporal e qualidade de vida das mulheres com incontinência urinária.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de intervenção do tipo antes e depois de abordagem quantitativa, realizado com mulheres que apresentavam incontinência urinária referida. As etapas do estudo foram organizadas da seguinte maneira:

Seleção de Participantes: Inicialmente, as participantes foram selecionadas através de convites feitos via grupo do Facebook e WhatsApp.

Coleta de Dados: A coleta de dados foi conduzida em 12 encontros utilizando o Google Meet, realizados duas vezes por semana, com cada sessão tendo a duração de 20 minutos para os exercícios. No primeiro encontro, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Instrumentos de Coleta de Dados: Foram utilizados questionários para coletar informações sobre o perfil sociodemográfico e clínico, avaliação da qualidade de vida (utilizando o King□s Health Questionnaire - KHQ) e imagem corporal (utilizando o BSQ - Body Shape Questionnaire). Durante todas as sessões de fisioterapia, foram fornecidas orientações sobre hábitos miccionais e exercícios perineais.

Análise dos Resultados: Os resultados foram analisados descritivamente para a obtenção de gráficos e tabelas de frequência. Para as variáveis categóricas, foram utilizadas frequência absoluta e porcentagem, enquanto para as variáveis numéricas foram utilizadas média, desvio padrão, mínimo, mediana e máximo. A diferença entre as pontuações nos momentos avaliados foi analisada utilizando o teste não paramétrico de Wilcoxon pareado. O nível de significância foi fixado em 5%. Todas as análises foram realizadas utilizando o ambiente estatístico R (R Development Core Team), versão 3.6.2.

Aspectos Éticos: O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), em conformidade com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com parecer número 35120620.2.0000.5539.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que das 24 mulheres participantes, a maioria tinha entre 51 e 60 anos (58,33%), eram casadas ou em união estável (79,17%), com ensino superior completo (66,67%) e renda familiar de 3 a 6 salários mínimos (45,83%). Cerca de metade estava com sobrepeso, uma parcela significativa não praticava atividade física regularmente (29,17%), a maioria já havia passado por cesárea (45,83%) e 45,83% possuíam dois filhos. A pesquisa também mostrou que mais da metade das participantes reconhecia que os fisioterapeutas podem auxiliar no tratamento da incontinência urinária (54,83%).

Avaliando o domínio do instrumento KHQ, de acordo com os resultados do teste de Wilcoxon pareado representado na tabela 1, observa-se diferença significativa entre as pontuações antes e após a intervenção para os domínios de percepção geral da saúde (p= 0,023), de limitações das atividades diárias (p=0,047), sono e disposição (p=0,048) e medidas de gravidade (p=0,023). Mesmo não apresentando diferença significativa em todos os domínios do instrumento de qualidade de vida após a intervenção, todos eles apresentaram melhores resultados em sua média de pontos, o que deixa evidências de uma melhora na qualidade de vida em todos os domínios. Este achado é bastante importante uma vez que a IU é uma condição de saúde comum que pode diminuir a qualidade de vida (LUKACZ et al., 2017).

Tabela 1 - Resultados do teste de Wilcoxon pareado para a comparação da pontuação dos domínios do KHQ antes e depois da intervenção

Domínio	V	valor p
Percepção geral de saúde	66,00	0,023*
Impacto da incontinência	54,50	0,229
Limitações das atividades diárias	64,50	0,047*
Limitações Físicas	65,50	0,171
Limitações Sociais	59,00	0,355
Relações Pessoais	36,00	0,821
Emoções	83,00	0,057
Sono e disposição	94,50	0,048*
Medidas de gravidade	152,00	0,023*

Fonte: Dados da pesquisa (2020) * **valor p < 0,05.**

O estudo revelou uma diferença significativa entre as pontuações antes e após a intervenção dos pacientes em relação à imagem corporal, conforme o teste de Wilcoxon pareado (p=0,033, nível de significância de 5%), o que deixa claro que a imagem corporal melhorou de forma significativa estatisticamente (Tabela 2).

O escore de imagem corporal encontrado neste estudo foi bom, mesmo a mulher com o pior escore ainda ficou bastante distante do escore máximo possível e o escore ainda melhorou sua média após a intervenção, fato que enfatiza a importância do tratamento conservador, de obter um resultado satisfatório e devolver a auto estima, a segurança através

da imagem corporal que a mulher tem de si própria. Os resultados encontrados também ressaltam a importância da avaliação da imagem corporal, pois permite ao fisioterapeuta um melhor embasamento para traçar e direcionar o tratamento, sempre considerando qual o fator de impacto e desconforto gerado pela IU na paciente.

Tabela 2 - Resultados do teste de Wilcoxon pareado para a comparação da pontuação do BSQ antes e depois da intervenção

Domínio	V	valor p
Imagem corporal	192,50	0,033*

Fonte: Dados da pesquisa (2020) *** valor p < 0,05.**

Através deste estudo, obteve-se êxito ao promover a saúde das mulheres, através de exercícios para recuperar o tônus da musculatura pélvica e auxiliar na incontinência urinária, permitindo que as mesmas pudessem aumentar controle sobre seu estado de saúde, através dos exercícios adquirindo conhecimento sobre o próprio corpo e sobre a IU. Segundo Caetano et al. (2009) a atividade física pode trazer inúmeros benefícios à vida de todas as pessoas nas esferas física, social e emocional, seguindo essa linha, a cinesioterapia do assoalho pélvico, como tratamento conservador para incontinência urinária em mulheres idosas, é um método efetivo, seguro e de baixo custo, que contribui para ampliar as possibilidades terapêuticas desta enfermidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cinesioterapia do assoalho pélvico, através do treino de fortalecimento, mostrou-se eficaz para melhoria em domínios de qualidade de vida e imagem corporal. Um programa de exercícios e orientações em saúde relacionadas à incontinência urinária pode ser uma alternativa bastante efetiva, não invasiva e definitivamente menos onerosa para a prevenção, tratamento da incontinência urinária bem como para promover a saúde deste grupo, apresentando impacto positivo diretamente na qualidade de vida e imagem corporal.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BORBA A.M.C, et al. Significado de ter incontinência urinária e ser incontinente na visão das mulheres. **Texto Contexto Enferm**. v. 17, n. 3, p. 127-135, 2008.

CAETANO A.S, et al. Influência da atividade física na qualidade de vida e auto-imagem de mulheres incontinentes. **Rev Bras Med Esporte** [Internet]. 2009Mar;15(2):93–7. Available from: https://doi.org/10.1590/S1517-86922009000200002. Acesso em: 02 mar. 2021.

HIGA, R.; LOPES, M.H.B.M. The impact of urinary incontinence on female nursing personnel.

Rev Bras Enferm. v. 60, n. 2, p. 213-6, 2007.

LUKACZ, E.S. et al. Urinary Incontinence in Women: **A Review. JAMA**., v.318, n.16, p.1592□1604, 2017. Disponível em: doi:10.1001/jama.2017.12137.Acesso em: 07 fev. 2021.

MENDES J.M.R, et al. Saúde e Interdisciplinaridade: mundo vasto mundo. **Rev Ciênc Saúde**. v. 1, n. 1, p. 24-32, 2008.

MINASSIAN V.A, et al. Urinary incontinence as a worldwide problem. **Int J Gynecol Obstet**. v. 82, n. 3, p. 327-38, 2008.

PEREIRA, A.L.F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cad Saúde Pública**. v. 25, n. 8, p. 1756-62, 2009.

DEPRESSÃO PÓS-NATAL E OS SEUS IMPACTOS NA RELAÇÃO MATERNO-FETAL

Bianca Sena da Costa[1]; Vinícius dos Santos Maciel[2]; Isabella Ferreira de Souza[3]; Nely Dayse Santos da Mata[4].

[1]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/6415982409807759

[2]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/8183861082992335

[3]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/1800440760744445

[4]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0529429570261510

PALAVRAS-CHAVE: Interação Mãe-Filho. Sintomas Depressivos. Gravidez.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Mulher.

INTRODUÇÃO

A depressão pós-parto é uma condição caracterizada pela tristeza extrema e sentimento de apatia logo após o parto, podendo durar semanas ou, até mesmo, alguns meses. Fisiologicamente, sentir melancolia e angústia durante as primeiras duas semanas após o nascimento do bebê é normal e recorrente entre as puérperas. No entanto, quando esses sentimentos se tornam mais intensos e demorados tem-se o quadro de depressão pós-natal (Krob, 2017).

Esse estado depressivo e indiferente pode afetar de maneira notável a interação da parturiente com o seu bebê e familiares, de modo que sentimentos como a ansiedade, desesperança, fadiga e irritabilidade acabam se tornando comuns e aparentes no comportamento da mulher. Sendo assim, o período puerperal é um momento delicado da vida da mãe que, quando marcado pela depressão pós-parto, pode ser evidenciado pela dificuldade no desenvolvimento de laços e sentimentos de afeto na relação materno-infantil (Brasil, 2024).

OBJETIVO

Analisar como os efeitos da depressão pós-parto podem gerar impactos negativos no estabelecimento da relação entre a mãe e o recém-nascido.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo método possibilita busca, análise crítica e síntese do conhecimento produzido sobre o tema investigado, podendo incluir estudos de diversas metodologias (Souza *et al*, 2020). Utilizou-se a estratégia PICo - População ou problema, interesse e contexto, para a formulação da questão norteadora, no qual P: puérpera e recém-nascido, I: implicação da relação e Co: depressão pós-parto, gerando a seguinte questão norteadora: “Quais as implicações da depressão pós-parto no estabelecimento da relação materno-fetal entre puérperas e recém-nascidos?”. A busca do referencial teórico foi realizada em março de 2024 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para tanto foram eleitos os seguintes descritores: i) português: Relação Materno-Fetal e Depressão Pós-Natal, ii) inglês: *Maternal-Fetal Relations and Postpartum Depression*. Quanto aos critérios de inclusão foram: artigos completos, disponíveis online, nos idiomas português, espanhol e/ou inglês, presentes na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). O período analisado foi de 2014 a 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 56 estudos observados na pesquisa, feito a leitura dos títulos e resumos, a amostra foi composta de 9 artigos científicos com afinidades ao tema, emergiram três categorias temáticas: a) a presença do parceiro durante a gestação como fator determinante no desenvolvimento da depressão pós-parto, b) depressão durante a gravidez como impulsora de uma relação negativa entre mãe/feto e c) a falta de preparo materno como estopim para a depressão e como obstáculo para a instituição de laços.

a) A presença do parceiro durante a gestação como fator determinante no desenvolvimento da depressão pós-parto

Nos artigos analisados, notou-se que existe uma relação direta entre a ausência do companheiro durante a gestação e a depressão pós-parto, sendo perceptível o sentimento de solidão e desesperança materna ao conduzir uma gravidez sozinha. Os estudos demonstraram que quando a gravidez é acompanhada pelo parceiro, os níveis de satisfação e de felicidade da mulher são maiores e, consequentemente, os níveis de vínculo afetivo entre a mãe e o bebê também são elevados tanto antes, quanto após o trabalho de parto.

Durante uma gestação, é fundamental que a mulher esteja rodeada de apoio emocional e físico, cabendo ao seu parceiro e, por diversas vezes, a sua família exercer esse papel. No entanto, nem sempre pode-se contar com a presença do pai do bebê e com a sua aceitação e apoio da gravidez. Esse abandono acaba afetando a saúde da mulher que pode vir a desenvolver um quadro depressivo que possivelmente se estenderá até o período puerperal e afetará a relação da mãe com o filho.

b) **Depressão durante a gravidez como impulsora de uma relação negativa entre mãe/feto**

Na segunda categoria, observa-se a ligação entre uma mãe diagnosticada previamente com depressão e uma possível relação maternal difícil. Se durante o período gestacional a mulher já possuir os sintomas ou já for diagnosticada com depressão, existe uma alta possibilidade do laço afetivo entre mãe e filho já apresentar dificuldades de se estabelecer ainda durante a gavidez. Esse cenário depressivo pode vir a se postergar para o período após o trabalho de parto e afetar a ligação entre puérpera e recém-nascido, de forma que a mulher se encontra apática e fechada para essa nova fase de sua vida, podendo até mesmo ignorar a criança e delegar seus cuidados a outros.

c) **A falta de preparo materno como estopim para a depressão e como obstáculo para a instituição de laços**

Adicionalmente, na terceira categoria ressalta-se a associação entre uma gravidez não planejada, a depressão e a um mau relacionamento entre parturiente e recém-nascido. A grande maioria das mulheres não planeja uma gestação, ela acaba acontecendo por um descuido ou por uma ação mal pensada. Sendo assim, em algumas ocasiões a vinda de um filho não desejado pode levar a mulher a desenvolver um quadro depressivo ainda na gestação ou após o parto, o que pode desencadear comportamentos negligentes e, por diversas vezes, até mesmo violentos com relação à criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que existem diversos fatores relacionados ao desdobramento da depressão pós-parto e que, em parte das vezes, podem levar a quadros mais graves que impedem a ligação entre mãe e filho. A grande maioria das puérperas com quadros depressivos são mulheres sozinhas que não possuíram apoio nem antes e nem após o parto. Além disso, a rotina estressante de ser mãe, trabalhar e ser dona de casa também desencadeia a exaustão e negligência materna. Dessa forma, é notável que relações negativas como as observadas poderiam ser evitadas caso a grávida possuísse uma rede de apoio funcional, além de acompanhamento psicológico e uma boa relação com o pai da criança.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministérios da Saúde. Gabinete do Ministro. **Depressão pós-parto**. Brasília, 2024.

BT DAU, A. L.; CALLINAN, L. S.; SMITH, M. V. Um exame do impacto do apego materno-fetal, sintomas depressivos pós-parto e estresse parental na sensibilidade materna. **Comportamento e desenvolvimento infantil**, v. 54, p. 99–107, 2019.

CUIJLITS, I. *et al*. Risk and protective factors for pre- and postnatal bonding. **Infant mental health journal**, v. 40, n. 6, p. 768–785, 2019.

DELAVARI, M.; MOHAMMAD-ALIZADEH-CHARANDABI, S.; MIRGHAFOURVAND, M. The relationship of maternal-fetal attachment and postpartum depression: A longitudinal study. **Archives of psychiatric nursing**, v. 32, n. 2, p. 263–267, 2018.

DUBBER, S. *et al*. Postpartum bonding: the role of perinatal depression, anxiety and maternal–fetal bonding during pregnancy. **Archives of women's mental health**, v. 18, n. 2, p. 187–195, 2015.

FRANSSON, E. *et al*. Trajetórias dos sintomas depressivos perinatais maternos e impacto no comportamento da criança □ a importância da duração dos sintomas e do vínculo materno. **Revista de transtornos afetivos**, v. 273, p. 542–551, 2020.

HILDINGSSON, I.; RUBERTSSON, C. Postpartum bonding and association with depressive symptoms and prenatal attachment in women with fear of birth. **BMC pregnancy and childbirth**, v. 22, n. 1, 2022.

KROB, A. D. *et al*. Depressão na gestação e no pós-parto e a responsividade materna nesse contexto. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande , v. 9, n. 3, p. 3-16, dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2017000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLHABERRY, M. P.; ROMERO, M.; MIRANDA, Á. Depresión materna perinatal y vínculo madre-bebé: consideraciones clínicas. **Summa Psicológica**, v. 12, n. 1, p. 77–87, 2015.

ROLLÈ, L. *et al*. Prenatal attachment and perinatal depression: A Systematic Review. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 8, p. 2644, 2020.

WAAL, N. *et al*. Vínculo materno-infantil e apoio do parceiro durante a gravidez e pós-parto: associações com o desenvolvimento socioemocional da primeira infância. **Comportamento e desenvolvimento infantil**, v. 72, n. 101871, pág. 101871, 2023.

WAAL, N. *et al*. Maternal-infant bonding and partner support during pregnancy and postpartum: Associations with early child social-emotional development. **Infant behavior & development**, v. 72, n. 101871, p. 101871, 2023.

ACEITABILIDADE DA VACINAÇÃO ENTRE GESTANTES: INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIAIS

Melanie Letícia Soto Banha[1]; Hevelly Camila da Costa Pereira[2]; Maria Eduarda dos Santos Alves[3]; Pablo Palmerim Santana[4]; Vinícius dos Santos Maciel[5]; Francianne Lobo Braga[6]; Bianca Sena da Costa[7]; Isabella Ferreira de Souza[8]; Lethicia Barreto Brandão[9]; Tatiana do Socorro dos Santos Calandrini[10]; Nely Dayse Santos da Mata[11].

[1]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/3056326609625179.

[2]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/5750685499995551.

[3]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/0067495216160177.

[4]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/4956016692383367.

[5]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/8183861082992335.

[6]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/8818072505044176.

[7]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/6415982409807759.

[8]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/1800440760744445.

[9]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/3561114338076976.

[10]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/9646872750954617.

[11]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0529429570261510.

PALAVRAS-CHAVE: Gestação. Imunização. Sociedade.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da Mulher

INTRODUÇÃO

As vacinas possuem importância significativa na prevenção primária, promovendo proteção específica contra patologias imunopreviníveis. Elas são compostas por organismos inativados ou atenuados que conferem proteção contra doenças infecciosas, desencadeando uma resposta imune quando administradas de forma adequada (Bakan *et al.*, 2023). A aceitação da vacinação entre gestantes, por sua vez, diz respeito não apenas à sua imunização no período gravídico, mas também à vacinação que será ofertada à criança nas fases iniciais da vida.

Diversos são os fatores capazes de influenciar na opção pela imunização ativa. Durante a gestação, essa hesitação vacinal torna-se acentuada. Trata-se de um momento de particular atenção à saúde, em que são aflorados medos e receios. Compete ao profissional de saúde, então, o papel de estímulo da imunoprevenção.

OBJETIVO

Identificar nas evidências científicas fatores determinantes na aceitabilidade da vacinação por parte de gestantes.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, e utilizou-se a estratégia PICo - População ou problema, interesse e contexto, para a formulação da questão norteadora, no qual P: gestantes, I: aceitabilidade da vacinação e Co: influência de fatores sociais, gerando a seguinte questão norteadora: "como fatores sociais influenciam na aceitação da vacinação em gestantes?". Realizou-se uma pesquisa na Biblioteca Virtual em Saúde no mês de março de 2024 com as palavras-chave e operadores booleanos: "Vacina" AND "Gestação" AND "Aceitação social", a qual gerou 63 resultados. Após aplicação dos filtros texto completo, bases de dados MEDLINE e LILACS, idiomas inglês e português, e período de últimos 5 anos, emergiram 24 resultados. Com a seleção por leitura de títulos e resumos, restaram 13 publicações, das quais 4 foram selecionadas após leitura integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quatro artigos selecionados foram encontrados na base de dados MEDLINE, e abordam a hesitação e a aceitabilidade vacinal durante a gestação, além de destacarem motivações da sociedade que sustentam o fenômeno.

Em países do Reino Unido, a precariedade de evidências acerca da segurança da vacina contra Covid-19 levou à orientação de que as gestantes não se imunizassem devido à exclusão de mulheres grávidas dos ensaios clínicos (Davies *et al.,* 2023). Em consonância a isso, Fiammenghi *et al.* (2023) afirmam que o Sistema Italiano de Vigilância em Saúde recomendou que mulheres grávidas não compusessem o grupo prioritário para vacinação contra o SARS-CoV-2.

Ademais, a desinformação, preocupação com a segurança do feto e subestimação das infecções foram fatores encontrados por Fiammenghi, *et al*. (2023) como determinantes na vacinação de gestantes, além de preocupação com parto prematuro, aborto e restrição de crescimento. Por sua vez, Bakan *et al.* (2023) identificaram que fatores influentes na hesitação vacinal incluem motivos religiosos e pessoais, além de conhecimentos inadequados, pouca confiança e crença de dispensabilidade dos imunizantes.

Identificou-se a relevância do profissional de saúde na disseminação de informações para gestantes no que tange à vacinação, em especial durante consultas de pré-natal. Bakan *et al.* (2023) defendem que a confiança nos serviços de saúde aumenta a percepção da suscetibilidade e gravidade da doença, bem como os benefícios da imunização. Corroborando com isso, Fiammenghi, *et al*. (2023) entendem que os profissionais de

saúde têm papel fundamental na decisão, visto que são considerados fontes confiáveis de informação. Nota-se ainda a influência das mídias sociais na desinformação e disseminação de notícias inverídicas e tendenciosas com relação aos imunizantes.

Deste modo, cabe ao profissional superar as falácias e instruir corretamente a gestante. Entretanto, Fuss *et al.* (2022) alertam para o cuidado com o assunto, destacando o prejuízo na comunicação focada em informações negativas. Com a construção de vínculo profissional e atenção ao conteúdo transmitido, torna-se mais fácil o incentivo à vacinação, demonstrando sua importância para o binômio mãe-feto.

CONCLUSÃO

Diante dos diversos fatores influentes na aceitabilidade da vacinação entre gestantes, evidencia-se a necessidade da educação em saúde, de forma a sensibilizar as mulheres grávidas quanto à importância da vacinação e tranquilizá-las no que tange à segurança do imunizante e possíveis efeitos adversos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BAKAN, S. *et al.* An Investigation of Pregnant Women's Attitudes Towards Childhood Vaccination and Trust in Health Services. **Maternal and Child Health Journal**, New York, v. 27, p. 1051-1059, 2023. DOI: https://doi.org/10.1007/s10995-023-03630-7. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10995-023-03630-7. Acesso em: 21 mar. 2024.

DAVIES, D. *et al.* COVID-19 vaccination: patient uptake and attitudes in a multi-ethnic North London maternity unit. **Postgraduate Medical Journal**, Oxford, v. 98, p. 770-775, 2022. DOI: https://doi.org/10.1136/pmj-2022-141829. Disponível em: https://doi.org/10.1136/pmj-2022-141829. Acesso em: 21 mar. 2024.

FIAMMENGHI, C. *et al.* Covid-19 vaccination during pregnancy: A mixed-methods study of attitudes in a sample of Italian women and the role of health professionals' communication. **Pacient Education and Counseling**, Limerick, v. 115, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.pec.2023.107929. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.pec.2023.107929. Acesso em: 21 mar. 2024.

FUSS, T. *et al.* Attitudes and Communication Preferences for Vaccines among Pregnant Women Receiving Care at a Safety-net Hospital. **Women's Health Issue**, New York, v. 32, n. 1, p. 67-63, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.whi.2021.09.004. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.whi.2021.09.004. Acesso em: 21 mar. 2024.

SAÚDE DO IDOSO

SAÚDE MENTAL DO IDOSO NO PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19

Juliana Nascimento Andrade[1]; Eduardo Brito do Nascimento Neto[2]; Bruno Cunha Sacramento[3]; Henrique Alves de Matos[4]; Lucas Pita Bastos Barboza[5]; Luís Henrique dos Santos Júnior[6]; Maria Luiza Santos de França[7]; Pedro Lucas da Cruz de Oliveira[8]; Samires Bezerra Sampaio[9]; Tiago de Jesus Ferreira[10]; Sueli Mendes do Nascimento[11]; Andrea Moreira Ornelas de Araújo[12].

[1]Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, BA. http://lattes.cnpq.br/4595970000418611

[2]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/315876380432810

[3]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2106186705268277.

[4]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/4595970000418611

[5]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.3286990707461015

[6]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/9623050559494674

[7]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2727237330965431

[8]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/.9619138737488558

[9]Faculdade Santa Casa (FSC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/4243012308147791

[10]Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/6817730385753546

[11]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Salvador, Bahia. http://lattes.cnpq.br/9041246706665611

[12]Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Salvador, Bahia. https://lattes.cnpq.br/8378359716926512

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/36

PALAVRAS CHAVE: Pandemia. Saúde Mental. Idoso.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do Idoso

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020, ampliou o alerta para a saúde do idoso, pois análises realizadas em vários países evidenciaram que pessoas maiores de 60 anos são mais vulneráveis à doença (OMS, 2020; HUANG, 2020).

A população idosa requer atenção e cuidados específicos e voltados às singularidades advindas com o processo do envelhecimento. Na pandemia, essa foi uma das parcelas da população cuja atenção foi redobrada diante da vulnerabilidade e das complicações por conta do SARS-CoV-2, e as comorbidades associadas a essa fase da vida, o que aumentou o risco de morte.

Além disso, o estágio da velhice vem naturalmente acompanhado de alterações no corpo, bem como, traz ao indivíduo uma série de mudanças psicológicas, levando à ocupação de um lugar marginalizado na existência humana, com perda da valoração social. Embora o envelhecimento seja um processo natural, as causas psicológicas no adoecimento nesta fase da vida como a depressão são fatores que impactam a saúde física e mental do idoso (ROCHA, 2018).

Durante a pandemia, houve uma preocupação para o efeito deletério na saúde da população idosa causado pelo isolamento social, medida orientada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a contenção do novo coronavírus (ROCHA *et al*., 2020). Apesar de perceber que as medidas restritivas foram importantes para evitar aglomerações e minimizar os impactos da pandemia, o distanciamento social e o pós pandemia sem um acompanhamento adequado e seguro contribuíram para agravar as morbidades psíquicas, evidenciando as consequências à saúde mental e emocional dos idosos (FIORILLHO, 2020; PEREIRA, 2020).

Assim, um dos principais impactos trazidos pela pandemia foi o alerta de agravos à saúde mental dessa população, uma vez que muitos passaram a apresentar um aumento significativo nos níveis de ansiedade, estresse, depressão, insônia, entre outros.

Diante desses aspectos, e observando a importância de evidenciar os aspectos psicológicos que envolve essa população, este trabalho visa compreender a saúde mental do idoso no período pandêmico da Covid-19 e os seus desdobramentos psicossociais.

OBJETIVO

Compreender a saúde mental do idoso no período pandêmico da Covid-19 e os seus desdobramentos psicossociais.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de caráter exploratório, pois incluem pesquisa de campo com entrevistas, conforme Sousa; Oliveira; Alves, 2021. As bases de dados utilizadas foram a Scientific Electronic Library Online (Scielo) e a Pubmed. Os descritores utilizados foram “SARS-CoV-2”, “pandemia”, “saúde do idoso”, “saúde mental” e suas correspondências em inglês, SARS-CoV-2”, “pandemic”, “elderly health”, “mental health”. Os dados foram coletados a partir da leitura dos títulos e resumos dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão, e uma vez selecionados os

artigos foram fichados quando então foram instauradas leituras de todo o corpo do texto, comparações e conclusões.

Acerca dos critérios de inclusão, foram escolhidos artigos em português e inglês que tratam do tema em questão. Os artigos foram localizados nos bancos de dados previamente escolhidos, com corte temporal de 2008 a 2023. Foram excluídos do estudo quaisquer materiais que não incluíssem estes requisitos. Com a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão foram selecionados ao final 8 (oito) artigos para subsidiar esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COVID-19 é caracterizada como uma doença respiratória infectocontagiosa de rápida disseminação, que pode se apresentar de forma assintomática e sintomática, neste caso, com possibilidades de infecções respiratórias agudas graves, com maior chance de morte, principalmente os idosos que apresentam maior vulnerabilidade em saúde associada às comorbidades e doenças relacionadas à saúde mental (USHER; BHULLAR; JACKSON, 2020; ROCHA *et al*., 2020).

Pessoas com mais de 65 anos tem a taxa de mortalidade 90 vezes maior do que a dos humanos de 18 a 29 anos. Quando a idade é superior a 85, este risco aumenta em até 630 vezes. Mudanças fisiológicas do envelhecimento, além de comorbidades relacionadas à idade, como doenças cardíacas e doenças pulmonares, diabetes, demência e terapia multi-medicamentosa agem como resultados desfavoráveis para pacientes idosos (PONTES *et al*., 2021).

Um estudo realizado sob a metodologia transversal, quantitativa e analítica com 384 idosos com idades entre 60 e 95 anos em Lima no Peru por Quispe *et al*. (2023) registrou uma média de estresse em idosos no contexto da pandemia da COVID-19, associado ao medo da perda de pessoas próximas.

Tendo como base os achados evidenciados em alguns estudos, no cenário pandêmico da COVID-19, no qual foram adotadas medidas de distanciamento social que foram fundamentais e cruciais para a proteção da saúde de toda a população, em especial, da população idosa, manter estratégias de acompanhamento da saúde, associada com atividades que possam reduzir as morbidades psíquicas são medidas importantes para a melhora da saúde mental dos idosos.

Nessa perspectiva, aumentar os níveis da prática de atividade física e reduzir o comportamento sedentário, além de outras atividades adaptativas comportamentais auxiliares, tais como, musicoterapia, yoga, auriculoterapia, terapia floral. Tais adaptações visam proporcionar uma melhor assistência em relação às necessidades biopsicossociais e espirituais do indivíduo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é evidente que a pandemia levou a um impacto significativo na saúde mental e emocional dos idosos, ocasionando o agravamento da condição de saúde em um contexto sistêmico e de diversas doenças mentais. Dessa forma, as políticas de saúde devem ser efetivadas para que ocorram as devidas avaliações e acompanhamento clínico, psicológico e social, mesmo após a declaração da OMS pelo fim da pandemia por COVID -19, visando uma melhor qualidade de vida frente ao envelhecimento, estabelecendo e estimulando sobretudo a manutenção de redes de apoio sólidas que ultrapassem o núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

FIORILLHO A, Gorwood P. The consequences of the COVID-19 pandemic on mental health and implications for clinical practice. **Eur Psychiatry**. 2020;63(1):e32.

HUANG C, WANG Y, LI X, REN L, ZHAO J, HU Y, et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. **Lancet** 2020; 395:497-506.

OMS. Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19, 2020. Disponível em:https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19-11-march-2020>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PEREIRA MD, OLIVEIRA LC, COSTA CFT, BEZERRA CMO, PEREIRA MD, SANTOS CKA, et al. The COVID-19 pandemic, social isolation, consequences on mental health and coping strategies: an integrative review. Res Soc Dev. 2020;9(7):1-35.

QUISPE, O. A. et al. Estresse em idosos no contexto da pandemia da covid-19 e seus fatores associados. **Cogitare Enferm**, v. 28, p. 1-13, 2023.

ROCHA, Jorge Afonso da. O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais. **Revista Farol** – Rolim de Moura – RO, v. 6, n. 6, p. 86-89, jan./2018.

ROMERO, D. E. et al. Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 37, v. 3, p. 1-16, 2021.

USHER K, BHULLAR N, JACKSON D. Life in the pandemic: Social isolation and mental health. **J Clin Nurs**. 2020;29(15- 16):2756-7.

A RECOMPOSIÇÃO CORPORAL É NECESSÁRIA PARA MELHORAS DO PERFIL INFLAMATÓRIO DE IDOSOS SUBMETIDOS AO TREINAMENTO DE FORÇA

Paulo Ricardo Prado Nunes[1]; Lucio Marques Vieira Souza[2].

[1]Departamento de Corpo e Movimento Humano, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, MG. http://lattes.cnpq.br/0526924335529339

[2]Departamento de Corpo e Movimento Humano, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, MG. http://lattes.cnpq.br/8914381274744679

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Musculação. Saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do Idoso

FOMENTO: Pesquisador Produtividade da UEMG – PQ 10/2022[1]

INTRODUÇÃO

Alterações deletérias sobre a composição corporal, tais como a redução da massa muscular e aumento da massa gorda, compõe umas das alterações morfológicas mais impactantes associadas ao envelhecimento (PRADO *et al.*, 2024). Baixos níveis de massa muscular e altos níveis de gordura corporal (obesidade sarcopênica) possui relação do aumento do risco inflamatório e consequentemente de doenças cardiovasculares e mortalidade precoce (PRADO *et al.*, 2024). Portanto, estratégias de prevenção ou tratamento do risco inflamatório devem levar em consideração os níveis de composição corporal do idoso.

As diretrizes de saúde pública recomendam a prática de treinamento de força (TF) como intervenção não farmacológica, preventiva e terapêutica para a obesidade sarcopênica e suas consequências inflamatórias (BULL *et al.*, 2020; CHODZKO-ZAJKO *et al.*, 2009). Parte das recomendações do treinamento de força são baseadas no efeito sobre a composição corporal, no qual pode ser caracterizado pelo aumento da massa muscular e redução da gordura corporal, de maneira concomitantemente (BULL *et al.*, 2020; CHODZKO-ZAJKO *et al.*, 2009). Este fenômeno é chamado de recomposição corporal (BARAKAT *et al.*, 2020). No entanto, existe a falta de consenso na literatura científica de que a recomposição corporal seja necessária para modulação do perfil inflamatório pelo TF (CHEN *et al.*, 2018; CUNHA *et al.*, 2021; DOS SANTOS *et al.*, 2020; MACEDO SANTIAGO *et al.*, 2018; MAVROS *et al.*, 2014; PHILLIPS *et al.*, 2012; SARDELI *et al.*, 2018; TOMELERI; RIBEIRO*; et al.*, 2018; TOMELERI *et al.*, 2016; TOMELERI; SOUZA*; et al.*, 2018; URZI *et al.*, 2019). Além disso, faltam estudos de revisão com meta-análise sobre esta temática, assim podendo trazer um consenso na literatura.

OBJETIVO

Comparar o efeito do TF com ou sem a recomposição corporal sobre marcadores inflamatórios em idosos.

METODOLOGIA

Esta revisão sistemática seguiu as diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* e foi registrada no *International Prospective Register of Systematic Reviews*. A busca dos artigos ocorreu em bases de dados (PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science, e SciELO) com as palavras norteadoras: *"older people", "resistance training", "adiposity", "muscle mass", "inflammation mediators", "metabolic disease"*. Dois pesquisadores independentes realizaram a busca. Os critérios de elegibilidade foram: estudo randomizado controlado, pessoas idosas (≥60 anos), intervenção com o TF comparado ao grupo controle (GC), em desfechos da composição corporal e risco inflamatório.

Do universo total de artigos (n=1590), 92 estudos foram selecionados como potenciais. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, 16 artigos foram direcionados para a extração e análise dos dados. A meta-análise (delta das variáveis de desfecho de cada estudo, diferenças da média padronizada, intervalo de confiança de 95% e heterogeneidade) foi conduzida com o software Review Manager. A diferença significativa foi estabelecida em $p < 0,05$ de acordo com o teste Z, para verificar se a diferença do tamanho do efeito foi diferente de zero. O tamanho do efeito foi estabelecido em patamares de: trivial (≤0,19), pequeno (0,20-0,49), moderado (0,50-0,79) e alto (≥0,80).

Para a comparação dos grupos, a recomposição corporal total (REC-T, aumento de massa muscular e redução de gordura corporal) ou ausente (REC-A, ausência de efeitos na composição corporal) foi definida pelo resultado de cada estudo sobre o TF e composição corporal frente ao GC. Dez estudos foram classificados como REC-T e seis como REC-A.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados desta pesquisa mostraram que apenas o grupo REC-T reduziu a interleucina (IL)-6 com tamanho do efeito moderado. Ambos os grupos (REC-T e REC-A) reduziram a proteína C reativa (PCR), no entanto o grupo REC-T demonstrou tamanho do efeito moderado e o grupo REC-A demonstrou tamanho do efeito pequeno (Tabela 1).

Parte da explicação para os efeitos importantes da redução do risco inflamatório com o TF e recomposição corporal pode estar relacionada a melhora do perfil anti-inflamatório do tecido muscular. De fato o aumento do tecido muscular pode contribuir para o aumento de secreção de citocinas anti-inflamatórias, assim podendo reduzir o perfil inflamatório. Além disso, a redução da gordura corporal está associada com a redução da secreção

de substâncias inflamatórias. Adicionalmente, a redução da gordura corporal pode ter um papel importante na modulação anti-inflamatória de células imunológicas residentes no tecido adiposo, assim facilitando a melhora do perfil inflamatório. Portanto, é razoável aceitar que, pelo menos em partes, a recomposição corporal com o TF é moduladora do perfil inflamatório (GONZALEZ-GIL *et al.*, 2020; PRADO *et al.*, 2024).

Interessantemente, o grupo de TF sem recomposição corporal reduziu a PCR. Parte desta explicação pode estar relacionada com outras adaptações do TF sobre o sistema cardiorrespiratório, redução do estresse oxidativo e aumento dos níveis de força e atividade física, que no total podem contribuir para a melhora do perfil inflamatório (BULL *et al.*, 2020; CHODZKO-ZAJKO *et al.*, 2009; GONZALEZ-GIL *et al.*, 2020; PRADO *et al.*, 2024). No entanto, cabe ressaltar que estes efeitos foram de magnitude pequena.

Tabela 1. Efeito do treinamento de força com ou sem a recomposição corporal sobre marcadores inflamatórios em idosos.

	TF, n	GC, n	DMP (CI 95%)	k	I^2	Efeito Geral, P
			IL-6			
REC-T	148	142	-0.62 [-1.13, -0.10]*	7	0.77, p < 0.001	0.02
REC-A	97	82	-0.09 [-0.39, 0.20]	3	0, p = 0.70	0.53
			PCR			
REC-T	264	257	-0.76 [-1.12, -0.40]*	10	0.74, p < 0.001	p < 0.001
REC-A	132	117	-0.31 [-0.59, -0.04]*	5	0.13, p = 0.33	0.02

DMP - diferença da média padronizada; GC - grupo controle; I^2 - heterogeneidade; IL - interleucina; K - número de estudos; n - número de indivíduos; REC-A - grupo recomposição corporal ausente; REC-T - grupo recomposição corporal total; TF - treinamento de força. * diferença do grupo controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da recomposição corporal não ser necessária para a modulação da PCR em idosos submetidos ao TF, a recomposição corporal é necessária para a modulação da IL-6 e maiores magnitudes de efeitos sobre a PCR. Portanto, os achados deste estudo confirmam a importância da recomposição corporal promovida pelo TF para a redução do perfil inflamatório de idosos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARAKAT, C.; PEARSON, J.; ESCALANTE, G.; CAMPBELL, B.; DE SOUZA, E. O. Body recomposition: can trained individuals build muscle and lose fat at the same time? **Strength Cond J**. 42, n. 5, p. 7-21, 2020.

BULL, F. C.; AL-ANSARI, S. S.; BIDDLE, S.; BORODULIN, K.; BUMAN, M. P.; CARDON,

G.; CARTY, C.; CHAPUT, J.-P.; CHASTIN, S.; CHOU, R. World Health Organization 2020 guidelines on physical activity and sedentary behaviour. **BJSM**. 54, n. 24, p. 1451-1462, 2020.

CHEN, H. T.; WU, H. J.; CHEN, Y. J.; HO, S. Y.; CHUNG, Y. C. Effects of 8-week kettlebell training on body composition, muscle strength, pulmonary function, and chronic low-grade inflammation in elderly women with sarcopenia. **Exp Gerontol**. 112, p. 112-118, Oct 2 2018.

CHODZKO-ZAJKO, W. J.; PROCTOR, D. N.; FIATARONE SINGH, M. A.; MINSON, C. T.; NIGG, C. R.; SALEM, G. J.; SKINNER, J. S. American College of Sports Medicine position stand. Exercise and physical activity for older adults. **Med Sci Sports Exerc**. 41, n. 7, p. 1510-1530, Jul 2009.

CUNHA, P. M.; TOMELERI, C. M.; NASCIMENTO, M. A.; MAYHEW, J. L.; FUNGARI, E.; CYRINO, L. T.; BARBOSA, D. S.; VENTURINI, D.; CYRINO, E. S. Comparision of Low and High Volume of Resistance Training on Body Fat and Blood Biomarkers in Untrained Older Women: A Randomized Clinical Trial. **J Strength Cond Res**. 35, n. 1, p. 1-8, Jan 1 2021.

DOS SANTOS, L.; RIBEIRO, A. S.; NUNES, J. P.; TOMELERI, C. M.; NABUCO, H. C. G.; NASCIMENTO, M. A.; SUGIHARA JUNIOR, P.; FERNANDES, R. R.; CAMPA, F.; TOSELLI, S.; VENTURINI, D.; BARBOSA, D. S.; SARDINHA, L. B.; CYRINO, E. S. Effects of Pyramid Resistance-Training System with Different Repetition Zones on Cardiovascular Risk Factors in Older Women: A Randomized Controlled Trial. **Int J Environ Res Public Health**. 17, n. 17, Aug 22 2020.

GONZALEZ-GIL, A. M.; ELIZONDO-MONTEMAYOR, L. The Role of Exercise in the Interplay between Myokines, Hepatokines, Osteokines, Adipokines, and Modulation of Inflammation for Energy Substrate Redistribution and Fat Mass Loss: A Review. **Nutrients**. 12, n. 6, Jun 26 2020.

MACEDO SANTIAGO, L. A.; NETO, L. G. L.; BORGES PEREIRA, G.; LEITE, R. D.; MOSTARDA, C. T.; DE OLIVEIRA BRITO MONZANI, J.; SOUSA, W. R.; RODRIGUES PINHEIRO, A. J. M.; NAVARRO, F. Effects of Resistance Training on Immunoinflammatory Response, TNF-Alpha Gene Expression, and Body Composition in Elderly Women. **J Aging Res**. 2018, p. 1467025, 2018.

MAVROS, Y.; KAY, S.; SIMPSON, K. A.; BAKER, M. K.; WANG, Y.; ZHAO, R. R.; MEIKLEJOHN, J.; CLIMSTEIN, M.; O'SULLIVAN, A. J.; DE VOS, N.; BAUNE, B. T.; BLAIR, S. N.; SIMAR, D.; ROONEY, K.; SINGH, N. A.; FIATARONE SINGH, M. A. Reductions in C-reactive protein in older adults with type 2 diabetes are related to improvements in body composition following a randomized controlled trial of resistance training. **J Cachexia Sarcopenia Muscle**. 5, n. 2, p. 111-120, Jun 2014.

PHILLIPS, M. D.; PATRIZI, R. M.; CHEEK, D. J.; WOOTEN, J. S.; BARBEE, J. J.; MITCHELL, J. B. Resistance training reduces subclinical inflammation in obese, postmenopausal women. **Med Sci Sports Exerc**. 44, n. 11, p. 2099-2110, 2012.

PRADO, C. M.; BATSIS, J. A.; DONINI, L. M.; GONZALEZ, M. C.; SIERVO, M. Sarcopenic obesity in older adults: a clinical overview. **Nat Rev Endocrinol**. Feb 6 2024.

SARDELI, A. V.; TOMELERI, C. M.; CYRINO, E. S.; FERNHALL, B.; CAVAGLIERI, C. R.; CHACON-MIKAHIL, M. P. T. Effect of resistance training on inflammatory markers of older adults: A meta-analysis. **Exp Gerontol**. 111, p. 188-196, Oct 1 2018.

TOMELERI, C. M.; RIBEIRO, A. S.; CAVAGLIERI, C. R.; DEMINICE, R.; SCHOENFELD, B. J.; SCHIAVONI, D.; DOS SANTOS, L.; DE SOUZA, M. F.; ANTUNES, M.; VENTURINI, D.; BARBOSA, D. S.; SARDINHA, L. B.; CYRINO, E. S. Correlations between resistance training-induced changes on phase angle and biochemical markers in older women. **Scand J Med Sci Sports**. 28, n. 10, p. 2173-2182, Oct 2018.

TOMELERI, C. M.; RIBEIRO, A. S.; SOUZA, M. F.; SCHIAVONI, D.; SCHOENFELD, B. J.; VENTURINI, D.; BARBOSA, D. S.; LANDUCCI, K.; SARDINHA, L. B.; CYRINO, E. S. Resistance training improves inflammatory level, lipid and glycemic profiles in obese older women: A randomized controlled trial. **Exp Gerontol**. 84, p. 80-87, Nov 2016.

TOMELERI, C. M.; SOUZA, M. F.; BURINI, R. C.; CAVAGLIERI, C. R.; RIBEIRO, A. S.; ANTUNES, M.; NUNES, J. P.; VENTURINI, D.; BARBOSA, D. S.; SARDINHA, L. B.; CYRINO, E. S. Resistance training reduces metabolic syndrome and inflammatory markers in older women: A randomized controlled trial. **J Diabetes**. 10, n. 4, p. 328-337, Apr 2018.

URZI, F.; MARUSIC, U.; LICEN, S.; BUZAN, E. Effects of Elastic Resistance Training on Functional Performance and Myokines in Older Women-A Randomized Controlled Trial. **J Am Med Dir Assoc**. 20, n. 7, p. 830-834 e832, Jul 2019.

O MAIOR VOLUME DO TREINAMENTO DE FORÇA MAXIMIZA A HIPERTROFIA MUSCULAR CORPORAL EM PESSOAS NA PÓS-MENOPAUSA E IDOSAS

Paulo Ricardo Prado Nunes[1]; Lucio Marques Vieira Souza[2].

[1]Departamento de Corpo e Movimento Humano, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, MG. http://lattes.cnpq.br/0526924335529339

[2]Departamento de Corpo e Movimento Humano, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, MG. http://lattes.cnpq.br/8914381274744679

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Musculação. Sarcopenia.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do Idoso

FOMENTO: Pesquisador Produtividade da UEMG – PQ/UEMG[1]

INTRODUÇÃO

O envelhecimento traz alterações importantes na redução da massa muscular, podendo ocasionar a sarcopenia, doenças metabólicas e aumento da dependência física e redução da qualidade de vida (CRUZ-JENTOFT et al., 2019). Interessantemente, pessoas idosas e na pós-menopausa apresentam maior risco de redução da massa muscular, e suas consequências negativas, quando comparada a pessoas do sexo masculino (PHILLIPS et al., 1993; STRAIGHT et al., 2015). Portanto, estratégias que possam atenuar ou reverter as alterações deletérias do envelhecimento e menopausa são importantes.

As diretrizes de saúde pública recomendam a prática de treinamento de força (TF) como intervenção não farmacológica para a manutenção da massa muscular (BULL et al., 2020; CHODZKO-ZAJKO et al., 2009). Notavelmente, as variáveis que compõem o TF (intensidade e volume) podem maximizar o efeito sobre a massa muscular (CHODZKO-ZAJKO et al., 2009). Recentemente, o volume do TF tem se destacado como um potente estímulo para maximizar o aumento da massa muscular (BAZ-VALLE et al., 2022; KRIEGER, 2010; PETERSON et al., 2011; SCHOENFELD et al., 2016). No entanto, a literatura especializada não mostra um certo consenso sobre o efeito do volume de TF sobre a massa muscular, pois alguns estudos mostram melhores resultados com maiores volumes (BAZ-VALLE et al., 2022; KRIEGER, 2010; PETERSON et al., 2011; SCHOENFELD et al., 2016), outros estudos não mostram efeito (BORDE et al., 2015; MARQUES et al., 2023) e um estudo mostra redução do efeito (BENITO et al., 2020). Parte da discrepância destes estudos pode estar relacionada as populações variadas (combinação de idades [jovens a idosos], sexo [masculino e feminino], nível de treinamento [sedentário a experiente]), formas de medição da massa muscular (regional e total) e tipo de TF (corpo todo e membros inferiores ou

superiores). Além disso, faltam estudos de revisão sistemática com meta-análise sobre esta temática direcionado apenas para pessoas idosas e na pós-menopausa, assim podendo trazer um consenso na literatura e melhores direcionamentos para a prescrição do TF.

OBJETIVO

Comparar o efeito do volume de TF de corpo todo sobre a massa muscular total em pessoas idosas e na pós-menopausa.

METODOLOGIA

Esta revisão sistemática seguiu as diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* e foi registrada no *International Prospective Register of Systematic Reviews*. A busca dos artigos ocorreu em bases de dados (PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science, e SciELO) com as palavras norteadoras: *"older people", "resistance training", "adiposity", "inflammation mediators", "metabolic disease"*. Dois pesquisadores independentes realizaram a busca. Os critérios de elegibilidade foram: estudo randomizado controlado, pessoas idosas (≥60 anos) ou na pós-menopausa (idade ≥ 45 anos e amenorreicas), intervenção com o TF (corpo todo) comparado ao grupo controle (GC), em desfechos da massa muscular total.

Do universo total de artigos (n=1015), 50 estudos foram selecionados como potenciais. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, 14 artigos foram direcionados para a extração e análise dos dados. A meta-análise (delta das variáveis de desfecho de cada estudo, diferenças da média padronizada (DMP), intervalo de confiança (IC) de 95% e heterogeneidade (i^2)) foi conduzida com o software Review Manager. A diferença significativa foi estabelecida em $p < 0,05$ de acordo com o teste Z, para verificar se a diferença do tamanho do efeito foi diferente de zero. O tamanho do efeito foi estabelecido em patamares de: trivial (≤0,19), pequeno (0,20-0,49), moderado (0,50-0,79) e alto (≥0,80).

Para a comparação dos grupos, o volume de TF foi calculado pela multiplicação dos dados relatados em cada estudo: número de exercícios x séries por exercício x frequência semanal x semanas. Os grupos de TF de baixo volume (TFBV = 11 subgrupos, n = 515) e TF de alto volume (TFAV = 8 subgrupos, n = 263) foram separados pela mediana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O TFBV demonstrou volume total de 445 unidades arbitrárias (~48 séries semanais) e o TFAV 997.3 unidades arbitrárias (~68 séries semanais). Foi observado que ambos os grupos de volume aumentaram a massa muscular (TFAV = ~1.3 kg vs. TFBV = ~0.9 kg) em comparação ao GC. No entanto, o grupo de TFAV demonstrou tamanho do efeito moderado (DMP: 0.52, [IC95%: 0.27, 0.77], $p < 0.001$; i^2: 0, $p = 0.97$) e o TFBV demonstrou tamanho

do efeito pequeno (DMP: 0.34, [IC95%: 0.14, 0.53], $p < 0.001$; i^2: 0, $p = 0.87$).

Os dados deste estudo concordam com meta-análises anteriores, mesmo com diferentes populações, medidas de massa muscular e formas de TF (BAZ-VALLE et al., 2022; KRIEGER, 2010; PETERSON et al., 2011; SCHOENFELD et al., 2016). Além disso, os nossos achados são similares com um estudo randomizado controlado em pessoas idosas e na pós-menopausa submetidas ao TF de maior volume (NASCIMENTO DE OLIVEIRA-JUNIOR *et al.*, 2022). Portanto, parece razoável aceitar a importância do maior volume de TF sobre a massa muscular para pessoas idosas e na pós-menopausa.

Parte da explicação para o maior efeito sobre a massa muscular com o maior volume de TF pode estar relacionado a maximização da síntese de proteínas musculares e biogênese de ribossomos (BURD et al., 2010; HAMMARSTROM et al., 2020; KUMAR et al., 2012). Outro fator importante para o aumento da massa muscular pelo maior volume de TF pode estar relacionado ao maior acúmulo de água intracelular e supra regulação de proteínas sarcoplasmáticas (CAVALCANTE *et al.*, 2023; HAUN *et al.*, 2019). Portanto, tanto a hipertrofia miofibrilar e sarcoplasmática podem ser moduladas com maiores volumes de TF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ambos os volumes de TF (baixo e alto) aumentarem a massa muscular em pessoas idosas e na pós-menopausa, o TF de maior volume maximiza os ganhos de massa muscular. Portanto, os achados deste estudo confirmam a importância do volume de TF sobre a massa muscular de pessoas idosas e na pós-menopausa.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BAZ-VALLE, E.; BALSALOBRE-FERNANDEZ, C.; ALIX-FAGES, C.; SANTOS-CONCEJERO, J. A Systematic Review of The Effects of Different Resistance Training Volumes on Muscle Hypertrophy. **J Hum Kinet**. 81, p. 199-210, Jan 2022.

BENITO, P. J.; CUPEIRO, R.; RAMOS-CAMPO, D. J.; ALCARAZ, P. E.; RUBIO-ARIAS, J. A. A Systematic Review with Meta-Analysis of the Effect of Resistance Training on Whole-Body Muscle Growth in Healthy Adult Males. **Int J Environ Res Public Health**. 17, n. 4, Feb 17 2020.

BORDE, R.; HORTOBÁGYI, T.; GRANACHER, U. Dose□Response Relationships of Resistance Training in Healthy Old Adults: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Sports Med**. 45, n. 12, p. 1693-1720, 2015.

BULL, F. C.; AL-ANSARI, S. S.; BIDDLE, S.; BORODULIN, K.; BUMAN, M. P.; CARDON, G.; CARTY, C.; CHAPUT, J.-P.; CHASTIN, S.; CHOU, R. World Health Organization 2020 guidelines on physical activity and sedentary behaviour. **BJSM**. 54, n. 24, p. 1451-1462,

2020.

BURD, N. A.; HOLWERDA, A. M.; SELBY, K. C.; WEST, D. W.; STAPLES, A. W.; CAIN, N. E.; CASHABACK, J. G.; POTVIN, J. R.; BAKER, S. K.; PHILLIPS, S. M. Resistance exercise volume affects myofibrillar protein synthesis and anabolic signalling molecule phosphorylation in young men. **J Physiol**. 588, n. Pt 16, p. 3119-3130, Aug 15 2010.

CAVALCANTE, E. F.; KASSIANO, W.; RIBEIRO, A. S.; COSTA, B.; CYRINO, L. T.; CUNHA, P. M.; ANTUNES, M.; DOS SANTOS, L.; TOMELERI, C. M.; NABUCO, H. C. G.; SUGIHARA JUNIOR, P.; FERNANDES, R. R.; RODRIGUES, R. J.; CARNEIRO, M. A. S.; PINA, F. L. C.; DIB, M. M.; TEIXEIRA, D. C.; ORSATTI, F. L.; VENTURINI, D.; BARBOSA, D. S.; CYRINO, E. S. Resistance Training for Older Women: Do Adaptive Responses Support the ACSM and NSCA Position Stands? **Med Sci Sports Exerc**. Apr 3 2023.

CHODZKO-ZAJKO, W. J.; PROCTOR, D. N.; FIATARONE SINGH, M. A.; MINSON, C. T.; NIGG, C. R.; SALEM, G. J.; SKINNER, J. S. American College of Sports Medicine position stand. Exercise and physical activity for older adults. **Med Sci Sports Exerc**. 41, n. 7, p. 1510-1530, Jul 2009.

CRUZ-JENTOFT, A. J.; BAHAT, G.; BAUER, J.; BOIRIE, Y.; BRUYERE, O.; CEDERHOLM, T.; COOPER, C.; LANDI, F.; ROLLAND, Y.; SAYER, A. A.; SCHNEIDER, S. M.; SIEBER, C. C.; TOPINKOVA, E.; VANDEWOUDE, M.; VISSER, M.; ZAMBONI, M. Sarcopenia: revised European consensus on definition and diagnosis. **Age Ageing**. 48, n. 1, p. 16-31, Jan 1 2019.

HAMMARSTROM, D.; OFSTENG, S.; KOLL, L.; HANESTADHAUGEN, M.; HOLLAN, I.; APRO, W.; WHIST, J. E.; BLOMSTRAND, E.; RONNESTAD, B. R.; ELLEFSEN, S. Benefits of higher resistance-training volume are related to ribosome biogenesis. **J Physiol**. 598, n. 3, p. 543-565, Feb 2020.

HAUN, C. T.; VANN, C. G.; OSBURN, S. C.; MUMFORD, P. W.; ROBERSON, P. A.; ROMERO, M. A.; FOX, C. D.; JOHNSON, C. A.; PARRY, H. A.; KAVAZIS, A. N.; MOON, J. R.; BADISA, V. L. D.; MWASHOTE, B. M.; IBEANUSI, V.; YOUNG, K. C.; ROBERTS, M. D. Muscle fiber hypertrophy in response to 6 weeks of high-volume resistance training in trained young men is largely attributed to sarcoplasmic hypertrophy. **PLoS One**. 14, n. 6, p. e0215267, 2019.

KRIEGER, J. W. Single vs. multiple sets of resistance exercise for muscle hypertrophy: a meta-analysis. **J Strength Cond Res**. 24, n. 4, p. 1150-1159, 2010.

KUMAR, V.; ATHERTON, P. J.; SELBY, A.; RANKIN, D.; WILLIAMS, J.; SMITH, K.; HISCOCK, N.; RENNIE, M. J. Muscle protein synthetic responses to exercise: effects of age, volume, and intensity. **J. Gerontol. - Biol. Sci. Med. Sci**. 2012.

MARQUES, D. L.; NEIVA, H. P.; MARINHO, D. A.; MARQUES, M. C. Manipulating the Resistance Training Volume in Middle-Aged and Older Adults: A Systematic Review with Meta-Analysis of the Effects on Muscle Strength and Size, Muscle Quality, and Functional Capacity. **Sports Med**. 53, n. 2, p. 503-518, Feb 2023.

NASCIMENTO DE OLIVEIRA-JUNIOR, G.; DE SOUSA, J. F. R.; CARNEIRO, M.; MARTINS, F. M.; SANTAGNELLO, S. B.; SOUZA, M. V. C.; ORSATTI, F. L. Resistance Training Volume Enhances Muscle Hypertrophy, but Not Strength in Postmenopausal Women: A Randomized Controlled Trial. **J Strength Cond Res**. 36, n. 5, p. 1216-1221, May 1 2022.

PETERSON, M. D.; SEN, A.; GORDON, P. M. Influence of resistance exercise on lean body mass in aging adults: a meta-analysis. **Med Sci Sports Exerc**. 43, n. 2, p. 249-258, Feb 2011.

PHILLIPS, S. K.; ROOK, K. M.; SIDDLE, N. C.; BRUCE, S. A.; WOLEDGE, R. C. Muscle weakness in women occurs at an earlier age than in men, but strength is preserved by hormone replacement therapy. **Clin Sci (Lond)**. 84, n. 1, p. 95-98, Jan 1993.

SCHOENFELD, B. J.; OGBORN, D.; KRIEGER, J. W. Dose-response relationship between weekly resistance training volume and increases in muscle mass: A systematic review and meta-analysis. **J. Sports Sci.** p. 1-10, 2016.

STRAIGHT, C. R.; BRADY, A. O.; EVANS, E. Sex-specific relationships of physical activity, body composition, and muscle quality with lower-extremity physical function in older men and women. **Menopause**. 22, n. 3, p. 297-303, 2015.

TECENDO OS FIOS DO SAGRADO: UMA JORNADA ESPIRITUAL ATRAVÉS DA TRADIÇÃO JUREMA NAGÔ

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Cosmologia Afro-Brasileira. Espiritualidade Ancestral. Conexão Sagrada.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Espiritual.

INTRODUÇÃO

A tradição Jurema Nagô, enraizada na rica diversidade religiosa do Brasil, oferece um intrigante panorama espiritual que se entrelaça entre os fios do sagrado. Por meio de rituais ancestrais, símbolos místicos e práticas rituais, essa tradição tecida com cuidado e devoção há séculos, proporciona uma jornada espiritual singular. Este resumo expandido, intitulado "Tecendo os Fios do Sagrado: Uma Jornada Espiritual através da Tradição Jurema Nagô", busca explorar e compreender os diversos aspectos que permeiam essa jornada espiritual. Ao adentrar nesse universo religioso, somos convidados a desvendar os mistérios dos terreiros, os rituais sagrados e os símbolos que constituem a essência dessa tradição. Examinaremos as dimensões materiais e imateriais que compõem o tecido da religiosidade juremeira, vislumbrando não apenas a conexão entre o humano e o divino, mas também as complexas relações sociais, culturais e históricas que moldaram essa tradição ao longo do tempo. Ao percorrer essa jornada espiritual, buscamos não apenas compreender, mas também celebrar a riqueza e a profundidade do legado espiritual deixado pela tradição Jurema Nagô, que continua a inspirar e transformar a vida daqueles que a ela se dedicam com devoção e respeito.

OBJETIVO

Este resumo expandido tem como objetivo explorar e analisar os diversos aspectos da tradição Jurema Nagô, uma expressão singular do sagrado enraizada na diversidade religiosa do Brasil. Por meio de uma investigação detalhada, busca-se compreender os rituais, símbolos, práticas rituais e dimensões materiais e imateriais que compõem essa

tradição espiritual. Além disso, visa-se examinar as relações sociais, culturais e históricas que influenciaram e moldaram a tradição ao longo do tempo, proporcionando uma compreensão mais abrangente de sua relevância e significado para aqueles que a praticam e para a sociedade em geral. Por meio desta jornada espiritual, pretende-se não apenas desvendar os mistérios do universo juremeiro, mas também celebrar sua riqueza e profundidade, contribuindo assim para o enriquecimento do conhecimento sobre as tradições religiosas brasileiras.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica, com um objetivo exploratório. A pesquisa qualitativa foi escolhida devido à sua capacidade de explorar em profundidade os fenômenos e experiências humanas, permitindo uma compreensão mais rica e contextualizada dos temas abordados.

O período de análise compreende os anos de 2016 a 2018, visando capturar uma visão atualizada e abrangente das discussões e pesquisas relacionadas à tradição Jurema Nagô durante esse intervalo de tempo.

Os dados foram coletados a partir de artigos encontrados em repositórios das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de Brasília (UNB) e Universidad de La Rioja (unirioja). Esses repositórios foram selecionados por abrigarem uma variedade de pesquisas acadêmicas que abordam aspectos relevantes da tradição Jurema Nagô, garantindo assim uma diversidade de perspectivas e abordagens.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo de Farias (2016) sobre a Jurema destaca sua complexidade místico-semiótica, enfatizando a noção de "ter jurema" como um dom que pode ser inato ou adquirido através de um processo iniciático. A prática da Jurema envolve habilidades como a incorporação de entidades, a manipulação de energias e rituais mágicos, e o conhecimento das propriedades de plantas e objetos. Embora algumas tradições exijam rituais de iniciação similares aos do Candomblé, há discordância sobre a necessidade desses rituais, com alguns considerando a Jurema como um dom dado por Deus desde o nascimento. A iniciação à Jurema, quando realizada, adapta procedimentos do Candomblé, como o bori, mas mantém sua própria identidade. Além disso, a ciência da Jurema é destacada como um componente central, envolvendo conhecimentos místicos e práticos transmitidos pelos juremeiros, que conectam o mundo material ao espiritual. Essa ciência não é exclusiva da Jurema, estando presente em diversas práticas e ocupações, mas é essencial para a identidade juremeira e distingue a religião do Candomblé. Esses aspectos contribuem para a caracterização da Jurema Sagrada como uma religião autônoma, apesar de sua histórica

associação com outras crenças.

Souza (2016) em sua pesquisa adotou uma abordagem colaborativa com o intuito de contribuir para a expansão do conhecimento sobre o catimbó-jurema, uma temática valorosa para diversos pesquisadores. No decorrer do estudo, foram analisados textos de diferentes autores, como Andrade, Bastide, Cascudo e Teixeira, a fim de situar historicamente os estudos sobre o assunto e fornecer embasamento teórico-metodológico para a dissertação. A pesquisa também investigou a construção dos espaços religiosos, observando suas dimensões materiais, imaginárias, utópicas, afetivas e miméticas, destacando a importância dos "elementos sensíveis" na conformação desses espaços. Além disso, foram discutidos o papel do corpo, as paisagens do sagrado e os espaços míticos da jurema, utilizando conceitos de diversos autores como Tuan, Mauss, Pesavento, Frei Betto e Leonardo Boff. Por fim, o autor reconhece as limitações do estudo e destaca a importância de contribuir para pesquisas futuras sobre o tema, mantendo-se atento às subjetividades que envolvem os espaços religiosos.

Miranda (2018) analisa a emergência contemporânea da Jurema Sagrada como religião e sua visibilidade no espaço público, destacando a transformação da percepção da Jurema de feitiçaria para religião legítima. O estudo revela como as estratégias de legitimação da Jurema se assemelham às de outras religiões afro-brasileiras, buscando reconhecimento étnico e cultural. O autor também explora as negociações dos juremeiros com o Estado, evidenciando sua atuação como um novo movimento social na luta por direitos e reconhecimento. A análise das práticas públicas dos juremeiros revela a construção da identidade coletiva "Povo de Jurema" e sua estratégia de diálogo com o Estado, utilizando elementos culturais e étnicos para reafirmar sua origem afro-indígena e demandar direitos específicos. A emergência da Jurema no cenário religioso brasileiro representa, assim, não apenas uma diferenciação das outras religiões de matriz africana, mas uma reafirmação da diversidade étnica e cultural desses grupos.

Campos e Joron (2018) discutem a perseguição histórica enfrentada pelas religiões afro-brasileiras e indígenas, com ênfase no Catimbó e na Jurema. Eles destacam a marginalização do legado religioso ameríndio, especialmente em comparação com a tradição dos Orixás. O texto também aborda a influência negra na prática da Jurema, evidenciada pela presença de elementos como Exus e pombagiras, além da hibridização cultural que caracteriza essas religiões contemporaneamente. Os autores enfatizam a luta por reconhecimento social e a reinvenção da identidade dos praticantes urbanos da Jurema, que buscam legitimidade ancestral tanto indígena quanto africana, enquanto enfrentam desafios de comprovação genética e interação com comunidades indígenas e afrodescendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta jornada espiritual através da tradição Jurema Nagô, é possível reconhecer a profundidade e a complexidade desse universo religioso que foi meticulosamente tecido ao longo dos tempos. Através da análise dos rituais, símbolos, práticas e dimensões materiais e imateriais, pudemos vislumbrar não apenas a riqueza espiritual, mas também a importância cultural e histórica dessa tradição.

A pesquisa qualitativa revelou nuances e sutilezas que muitas vezes escapam às análises quantitativas, permitindo uma compreensão mais holística e contextualizada da tradição Jurema Nagô. As fontes encontradas nos repositórios das instituições selecionadas proporcionaram uma variedade de perspectivas e abordagens, enriquecendo assim nossa compreensão do tema.

No entanto, é importante reconhecer que esta jornada também revelou lacunas e desafios a serem enfrentados. Ainda há muito a ser explorado e compreendido sobre a tradição Jurema Nagô, especialmente no que diz respeito à sua interação com outras tradições religiosas, sua influência na sociedade contemporânea e sua adaptação às mudanças culturais e sociais.

À medida que encerramos esta jornada, é fundamental ressaltar a importância de continuar explorando e valorizando a tradição Jurema Nagô, não apenas como um fenômeno religioso, mas também como um patrimônio cultural e espiritual do povo brasileiro. Que este estudo possa inspirar novas pesquisas e reflexões, contribuindo assim para o enriquecimento do conhecimento sobre essa fascinante tradição espiritual. Que os fios do sagrado continuem sendo tecidos, conectando passado, presente e futuro numa infinita jornada de descoberta e compreensão.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CAMPOS, Z. D. P.; JORON, C. M. P. **JUREMA: culto, religião e espaço público**. Recife, 2018. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7433372. Acesso em: 03 mar 2024.

FARIAS, C de L D. **Salve a jurema sagrada! Identidades e direitos humanos na religiosidade afro-ameríndia em Campina Grande/PB**. João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9522. Acesso em: 04 mar 2024.

MIRANDA, C. **E a Jurema se abriu toda em flor : a luta por reconhecimento do Povo de Jurema como povo tradicional de matriz Afro-indígena**. Brasilia, 2018. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/34064. Acesso em: 03 mar 2024.

SOUZA, A. L. N. **A mística do catimbó-jurema representada na palavra, no tempo e no espaço**. Natal, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22119. Acesso em: 05 mar 2024.

ANÁLISE DA TENDÊNCIA TEMPORAL DOS DALY DEVIDO A ACIDENTES DE TRANSPORTE COM MULHERES NO CEARÁ ENTRE 2000 E 2019

Gabrielle Prudente e Silva[1]; Kariza Lopes Barreto[2]; Marizângela Lissandra de Oliveira[3]; Marcus Vinicius dos Santos Vieira[4]; Larissa Almeida Ribeiro[5]; Brenno Santiago Gonçalves[6]; Aaron Macena da Silva[7]; Caroline Mary Gurgel Dias Florêncio[8]; Deborah Gurgel Smith[9]; Raimunda Hermelinda Maia Macena[10].

[1]Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/3747727224862980

[2]Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/1416089292971704

[3]Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/8478564521353050

[4]Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/2873858138959866

[5]Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Governador Valadares, MG. http://lattes.cnpq.br/2709199607122135

[6]Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/7435663876843204

[7]Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/2299997485377986

[8]Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/7677779496509711

[9]Louisiana State University Health Shreveport (LSUHS), Shreveport, Louisiana. http://lattes.cnpq.br/9507552698969004

[10]Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. http://lattes.cnpq.br/6728123164375829

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/48

PALAVRAS-CHAVE: Carga global de doença. Segurança no trânsito.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Física.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a mulher vem assumindo novas posições na sociedade e, por consequência, se expõe a diversos riscos, tornando-a alvo de doenças e acidentes, inclusive os de trânsito. Hoje, muitas mulheres buscam sua liberdade adquirindo seu próprio carro e seu direito de ir e vir sem precisar que alguém a acompanhe (Dias, Costa e Souza, 2021).

O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maior número de mortes no trânsito, sendo essa a segunda causa de morte não natural evitável, causando 40 mil mortes por ano (Lima; Macena; Mota, 2019).

São escassos os dados objetivos dos impactos de longo prazo dos acidentes de transporte na qualidade de vida das mulheres, sobretudo no estado do Ceará.

OBJETIVO

Analisar a tendência temporal dos anos de vida ajustados por incapacidade (*Disability Adjusted Life Years*) - DALYs na população feminina cearense decorrentes dos acidentes de transporte nos anos de 2000 a 2019.

MÉTODO

Estudo ecológico realizado a partir de dados oriundos do *Global Burden of Disease* (GBD). O parâmetro utilizado para avaliação do impacto de condições adversas relacionadas à saúde foi o DALY, onde se associam os anos de vida perdidos por mortes prematuras e anos de vida vividos com incapacidade, através da combinação concomitante de indicadores de mortalidade e morbidade, onde a dimensão da qualidade de vida pode então ser considerada. Foi calculada uma média do DALY do período de 2000 a 2019.

A população investigada é referente às mulheres que sofreram algum acidente de transporte entre os anos 2000 e 2019 no estado do Ceará. Os dados foram coletados no site do *Institute for Health Metrics and Evaluation* (IHME, 2023), sendo selecionados os seguintes filtros: causa, agravo - acidentes de transporte, medida - DALY, localização - Ceará/BR, período - 2000-2019, sexo - feminino e unidade de medida - taxa.

Os dados foram inseridos no software *Joinpoint Regression Program 5.0* (NIH, 2023), sendo calculada a tendência temporal das taxas de DALY, com obtenção da variação percentual anual (APC) com seus respectivos intervalos de confiança (IC), os quais foram calculados pelo método paramétrico. Para seleção do melhor modelo, foi utilizado o Critério de Informação Bayesiana Ponderada (WBIC).

Não foi necessário submissão ao comitê de ética por se tratar de dados de domínio público.

RESULTADOS

Os DALYs relacionados a acidentes de transporte com mulheres de 15-49 anos no Ceará durante o período 2000-2019 obteve menor valor em 2001 (12,34 anos) e maior em 2012 (16,97 anos). A média do período foi de 14,87 anos.

A análise temporal apresentou uma tendência crescente no período de 2000-2012 (APC = 2,64, IC= 2,2 - 3,1), com média de 14,19 anos. Já no período de 2012 a 2019, houve uma tendência decrescente (APC = -1,84, IC= -3,1 - -0,9), sendo 15,73 anos a média desse período.

DISCUSSÃO

Apesar do crescente número de DALY de mulheres devido a acidentes de transporte até 2012, o estudo encontrou tendência de redução a partir desse ano. O envolvimento do Brasil, em 2010, no contexto internacional de mobilização para o alcance da meta da Década de Ações para a Segurança no Trânsito (DAST) 2011-2020, da ONU, representou um avanço na redução de lesões no trânsito com a busca da construção de parcerias, qualificação das informações e realização das intervenções de forma articulada, intersetorial e integrada (Ladeira; Malta; Morais; Montenegro *et al.*, 2017). Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados oficialmente na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), constituindo a "nova agenda universal" de desenvolvimento (Okado, 2016).

No Estado do Ceará, ações da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) foram implantadas no ano 2000 com vistas a reduzir mortes e lesões no trânsito. Tais ações foram se modificando no sentido de corroborar com as metas da DAST, as quais são realizadas a partir da educação no trânsito, estimulando o respeito entre pedestres e condutores, além da implantação de ciclofaixas e vias exclusivas para ônibus, cursos de pilotagem para ciclistas, motociclistas e cursos para motoristas de ônibus, assim como ações educativas realizadas em escolas. Tais ações têm levado ao declínio dos acidentes de trânsito na capital do estado, Fortaleza, nos últimos anos, fazendo com que os acidentes de trânsito passassem da 6ª posição em causas de morte em 2016 para a 16ª posição em 2019, com redução de 47,2% dos acidentes no mesmo período, apesar do aumento de 9% na frota de veículos (PMF, 2020).

Essas e outras iniciativas, que apresentam resultados a médio e longo prazo, são comprovadamente eficazes para reduzir os acidentes de trânsito. Com destaque para a educação infanto-juvenil, uma vez que pedestres e motoristas conscientes serão formados através de crianças que foram conscientizadas sobre sua responsabilidade individual e respeito aos direitos do outro (Faria; Janeiro; Braga; Janeiro, 1999)

CONCLUSÃO

Os DALY devido a acidentes de transporte com mulheres no Ceará passaram a apresentar queda após o ano de 2012. Entre os fatores que podem justificar esse fato estão as ações desenvolvidas pela AMC e os esforços internacionais para alcançar as metas da DAST.

Os acidentes de transportes com mulheres constituem um problema de saúde pública. Analisar os DALY nos estudos dessas causas é importante, pois não existem fontes para conhecer a magnitude da incapacidade nem o peso das mortes precoces. As mulheres passam a ser vítimas em potencial desses acidentes ficando com sequelas graves. Com essa análise, as políticas públicas de segurança no trânsito serão orientadas de forma mais

assertiva para a condição do Estado.

REFERÊNCIAS

DIAS, JC DA C.; COSTA, CP; DE SOUZA, JCP A esquiva de mulheres na direção de veículos / Evitar que mulheres dirijam veículos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento** , v. 7, n. 9, pág. 87902-87921, 2021.

FARIA, E. D. O.; JANEIRO, U. F. D. R. D.; BRAGA, M. G. D. C.; JANEIRO, U. F. D. R. D. Propostas para minimizar os riscos de acidentes de trânsito envolvendo crianças e adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, 4, p. 95-107, 1999.

LADEIRA, R. M.; MALTA, D. C.; MORAIS, O. L. D.; MONTENEGRO, M. D. M. S. *et al.* Acidentes de transporte terrestre: estudo Carga Global de Doenças, Brasil e unidades federadas, 1990 e 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 20, p. 157-170, 2017.

LIMA, T. F. D.; MACENA, R. H. M.; MOTA, R. M. S. Acidentes Automobilísticos no Brasil em 2017: estudo ecológico dos anos de vida perdidos por incapacidade. **Saúde em Debate**, 43, p. 1159-1167, 2019.

MATOZINHOS, F. **Análise da triagem e dos atendimentos a mulheres vítimas de acidentes de transito**. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/TxzfJVJ4kd7KCGmHBwSZJ9n/?format=pdf⟨=pt. Acesso em: 04/12/2023.

OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. **https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru**, 2016-12-19 2016. Artigos / Articles.

Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). **Relatório Anual de Segurança Viária de Fortaleza 2019**. 2020. Disponível em: https://vida.centralamc.com.br/files/annual_reports/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Vi%C3%A1ria%202019.pdf. Acesso em: 31/01/2024.

Institute for Health Metrics and Evaluation. **Resumo de causa e risco do GBD 2019**: [Transport injuries]. Seattle, EUA: IHME, University of Washington. 2020. Disponível em: https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare/. Acesso em 04/12/2023.

National Cancer Institute. Division of Cancer Control and Population Sciences. **Joinpoint Trend Analysis Software**. Disponível em: https://surveillance.cancer.gov/joinpoint/. Acesso em 04/12/2023.

A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA AUTOPERCEPÇÃO CORPORAL DE ADOLESCENTE NO PROCESSO DE MATURAÇÃO SEXUAL

Maria Eduarda dos Santos Alves[1]; Ryanne Clívia Conceição Monteles[2]; Vinicius dos Santos Maciel[3]; Hevelly Camila da Costa Pereira[4]; Pablo Palmerim Santana[5]; Camila Rodrigues Barbosa Nemer[6]; Nely Dayse Santos da Mata[7].

[1]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/0067495216160177

[2]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/5589967566794675

[3]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/8183861082992335

[4]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/5750685499995551

[5]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/4956016692383367

[6]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/9193622763928241

[7]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0529429570261510

PALAVRAS-CHAVE: Imagem Corporal. Adolescente. Autoestima.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Física

INTRODUÇÃO

O período da adolescência é considerado uma fase vulnerável na vida das pessoas, especialmente no que diz respeito a insatisfação com a imagem corporal. Observa-se que a prática de atividade física tende a diminuir ao longo da adolescência e pode permanecer em níveis baixos ao longo da vida, em consequência. No entanto, é evidente que a atividade física proporciona benefícios significativos para a saúde física, emocional, espiritual e social. Durante a adolescência, diversos fatores estimulam a prática de atividade física, incluindo percepções de competência e lazer, além do apoio parental, contribuindo para o aumento da autoestima e melhorias na imagem corporal. Nesse contexto, as pesquisas que exploram a relação entre a imagem corporal de adolescentes e a atividade física destacam a ligação entre os baixos índices de atividade física com insatisfação corporal (Sabiston *et al*., 2022).

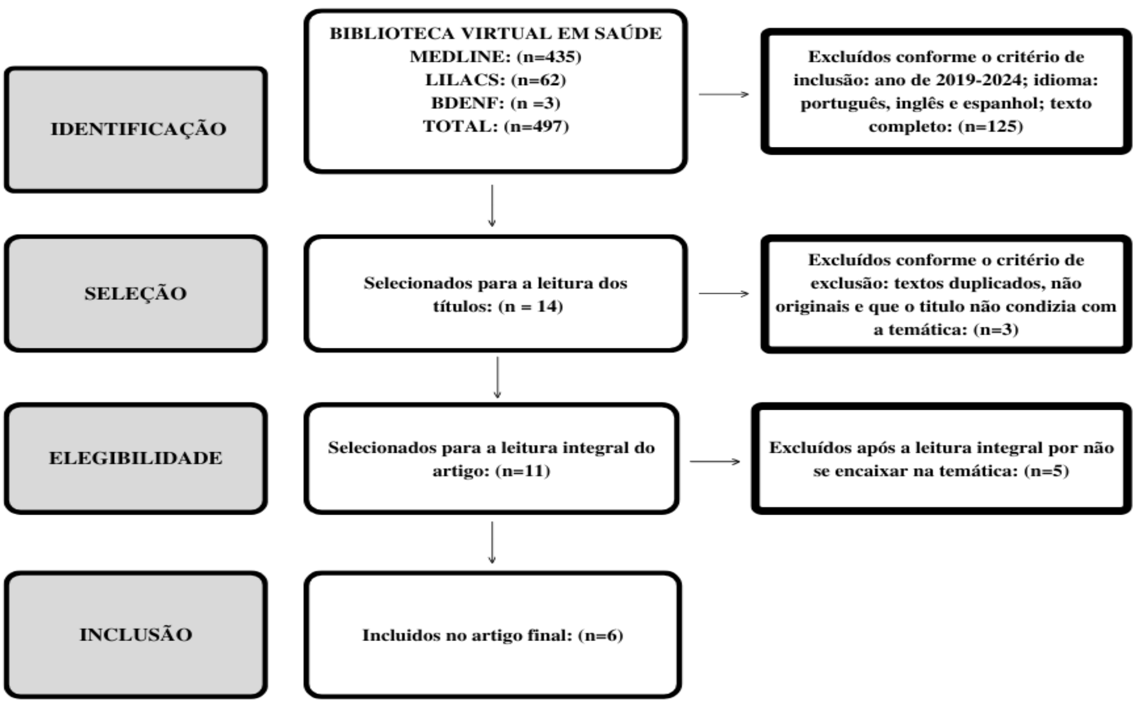
OBJETIVO

Levantar as evidências sobre a influência da atividade física na autopercepção de adolescentes durante o processo de maturação sexual e ressaltar sua relevância no contexto da aceitação da imagem corporal dos jovens.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, com a seguinte pergunta norteadora: "Qual a influência da atividade física durante o período de maturação sexual na autopercepção do corpo entre adolescentes?". A busca foi realizada em janeiro e fevereiro de 2024, através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: (adolescente) AND (atividade física) AND (imagem corporal). Quanto aos critérios de inclusão forma: artigos completos, disponíveis online, nos idiomas de português, espanhol e inglês, presentes na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), na Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e na Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). O período analisado foi de 2019 a 2024. Os critérios de exclusão foram: teses, dissertações, artigos duplicados e textos completos, que não estão mais disponíveis online ou que não apresentasse confluência com a pergunta da pesquisa.

Fluxograma 1: fluxograma com as fases da revisão de literatura



Fonte: elaborado pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado final da pesquisa foi composta por 06 (seis) artigos que foram utilizados dos resultados e discussão. O quadro abaixo apresentou a distribuição dos artigos de acordo com o nome dos autores e a ordem de publicação; título; a revista no qual o estudo foi publicado.

Quadro 1 - Distribuição dos artigos segundo os autores/ano, título e revista.

N	AUTOR/ANO	TÍTULO	REVISTA
1	AFONSO, R. C.; DIZ, J. C.; GUITIÉRREZ, L. R. PÉREZ, C. A. 2023.	Influencia de la atividade em la imagen em pré-adolescentes y adolescentes: importancia del índice de massa corporal como fator de confusión,	Nutrición Hospitalaria
2	LUCIBELLO, K. M.; SABISTON, C. M.; PILA, E.; NICITOPOULOS, K. A. 2023.	Um modelo integrativo de estigma de peso, imagem corporal e atividade física em adolescentes	ELSEVIER
3	SABISTON, C. M.; DORÉ, I.; LUCIBELLI, K. M.. PILA, E.; BRUNET, J.; THIBAULT, V.; BÉLANGER, M. 2022.	As emoções autoconscientes da imagem corporal pioram ao longo da adolescência e estão relacionadas ao comportamento de atividade física em meninas e meninos.	ELSEVIER
4	RUSSO, E. G.; RINALDO, N.; ZACCAGNI, L. 2022.	Atividade física e percepção da imagem corporal em adolescentes: uma revisão sistemática.	International Jouenal of Environmental Research and Public Health
5	BACEVICIENE, M.; JANKAUSKIENE, R. 2021	Mudanças nas atitudes socioculturais em relação a aparência, imagem corporal, atitudes e comportamentos alimentares, atividade física e qualidade de vida em estudantes antes e durante o bloqueio da covid-19,	ELSEVIER
6	FANTINELI, E. R.; DA SILVA, M. P.; CAMPOS, J. G.; MALTA, N. A.; PACÍFICO, A. B.; DE CAMPOS, W. 2018.	Imagem corporal em adolescentes: associação com estado nutricional e atividade física.	Ciência & Saúde Coletiva

Fonte: elaborado pelos autores

Após a análise dos seis artigos finais, identificaram-se duas categorias principais: adolescência e a relação com a insatisfação corporal e o impacto da atividade física na autopercepção corporal de adolescentes.

Adolescência e a relação com a insatisfação corporal

A fase da adolescência é caracterizada por complexas transformações afetivas e sociais, tornando-se um período de vulnerabilidade, especialmente no que diz respeito à insatisfação com a imagem corporal, que pode influenciar o surgimento de comportamentos e condições patológicas, como distúrbios alimentares, a ansiedade e a depressão. À medida que ocorrem as modificações corporais durante a maturação sexual, observa-se um aumento na estrutura corporal e massa. Dessa forma, a construção da imagem corporal

durante a adolescência é influenciada pela percepção individual do próprio corpo, que se desenvolve a partir de experiências vividas (Fantineli, 2018; Sabiston, 2022; Russo, 2022).

A falta de mecanismos de defesa, devido à imaturidade emocional desse grupo etário, pode dificultar a adaptação às mudanças físicas e psicológicas vivenciadas nesse período. No contexto da obesidade e do sobrepeso, considerados problemas de saúde pública, as evidências indicam uma associação entre uma imagem corporal pouco saudável e a presença dessas condições, frequentemente ligadas à inatividade física. Além disso, o contexto sociocultural exerce influência na forma como esses adolescentes percebem a si mesmos e interagem com o meio social (Fantineli, 2018; Sabiston, 2022; Russo, 2022).

O impacto da atividade física na autopercepção corporal de adolescentes

Sob o mesmo ponto de vista, a maioria dos adolescentes expressa insatisfação com sua imagem corporal, uma percepção muitas vezes influenciada pela representação mental do padrão de beleza, moldada por fatores históricos, culturais e sociais. A prática regular de atividade física emerge como um fator diretamente relacionado à percepção mais realista da imagem corporal, trazendo consigo inúmeros benefícios, como melhoria da saúde fisiológica, bem-estar mental, função cognitiva e redução da mortalidade. O estigma associado à insatisfação com a imagem corporal pode impactar negativamente a disposição para a prática de exercícios físicos, provocando sentimentos de vergonha e resultando em menor adesão à atividade física (Alfonso, 2023; Lucibello, 2023; Baceviciene, 2021).

Estudos que investigam a relação entre a experiência negativa relacionada ao peso e a atividade física destacam diferenças entre adolescentes e adultos. Nestes casos, observa-se uma associação mais negativa em relação ao peso menor nos homens e ao peso maior nas mulheres. A diminuição significativa de hábitos alimentares pouco saudáveis e do consumo de alimentos industrializados desempenha um papel crucial na influência positiva da imagem corporal. Nesse sentido, destaca-se a importância de fortalecer a educação nutricional e as competências alimentares. Além disso, é essencial persistir e intensificar o estímulo à prática regular de atividade física como parte integrante do cuidado integral à saúde (Alfonso, 2023; Lucibello, 2023; Baceviciene, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência se revela como uma fase complexa que pode ter impactos significativos na imagem corporal dos jovens, por mais que a insatisfação com a própria imagem possa desencadear comportamentos prejudiciais à saúde mental, a influência do contexto sociocultural na percepção da imagem corporal é clara. No entanto, a prática regular de atividade física emerge como um elemento fundamental para promover uma visão mais realista e saudável do próprio corpo. A transição para hábitos alimentares mais saudáveis e a redução do consumo de alimentos industrializados são cruciais para

a melhoria da imagem corporal. Além disso, é imperativo intensificar os esforços para incentivar a prática regular de atividade física, não apenas como uma medida preventiva, mas como parte integrante de um cuidado abrangente à saúde, visando o bem-estar global dos adolescentes (Fantineli, 2018; Sabiston, 2022; Russo, 2022; Alfonso, 2023; Lucibello, 2023; Baceviciene, 2021).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AFONSO, R. C.; DIZ, J. C.; GUITIÉRREZ, L. R. PÉREZ, C. A. Influencia de la atividade em la imagen em pré-adolescentes y adolescentes: importancia del índice de massa corporal como fator de confusión, **Nutrición Hospitalaria**. 2023. Disponível em: Acessado em: 01 de fevereiro de 2024.

LUCIBELLO, K. M.; SABISTON, C. M.; PILA, E.; NICITOPOULOS, K. A. Um modelo integrativo de estigma de peso, imagem corporal e atividade física em adolescentes. **ELSEVIER**. 2023. Disponível em: Acessado em: 01 de fevereiro de 2024.

SABISTON, C. M.; DORÉ, I.; LUCIBELLI, K. M. PILA, E.; BRUNET, J.; THIBAULT, V.; BÉLANGER, M. As emoções autoconscientes da imagem corporal pioram ao longo da adolescência e estão relacionadas ao comportamento de atividade física em meninas e meninos. **ELSEVIER.** 2022. Disponível em: Acessado em: 01 de fevereiro de 2024.

RUSSO, E. G.; RINALDO, N.; ZACCAGNI, L. Atividade física e percepção da imagem corporal em adolescentes: uma revisão sistemática. **International Jouenal of Environmental Research and Public Health**. 2022. Disponível em: Acessado em: 01 de fevereiro de 2024.

BACEVICIENE, M.; JANKAUSKIENE, R. Mudanças nas atitudes socioculturais em relação a aparência, imagem corporal, atitudes e comportamentos alimentares, atividade física e qualidade de vida em estudantes antes e durante o bloqueio da covid-19. **ELSEVIER**, 2021. Disponível em: Acessado em: 01 de fevereiro de 2024.

FANTINELI, E. R.; DA SILVA, M. P.; CAMPOS, J. G.; MALTA, N. A.; PACÍFICO, A. B.; DE CAMPOS, W. Imagem corporal em adolescentes: associação com estado nutricional e atividade física. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2018. Disponível em: Acessado em: 01 de fevereiro de 2024.

GRUPO DE CAMINHADA DA TERCEIRA IDADE: O INCENTIVO À PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Eduardo Ferreira Dawson[1]; Milene Rossi[2]; Caroline Karlinski Scherer[3]; Lucas Nunes Manfredi[4].

[1]Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul.
http://lattes.cnpq.br/9730548740283484

[2]Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul.
http://lattes.cnpq.br/4262273716324166

[3]Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul.
http://lattes.cnpq.br/6770009035257179

[4]Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul.
https://lattes.cnpq.br/6947829418722632

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/1

PALAVRAS-CHAVE: Saúde física. Idoso. Doenças crônicas.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde física

INTRODUÇÃO

Exercício físico refere-se a ações que implicam em consumo de energia superior ao nível de repouso, através de movimentos eletivos e seriados do corpo. A prática rotineira de atividade física está imediatamente associada à redução das taxas de mortalidade de diversas doenças crônicas, como o diabetes, obesidade e a hipertensão arterial sistêmica, imensamente prevalentes em nosso país e na rotina diária das unidades básicas de saúde (UBS) (BRASIL, 2013).

Na população de idade mais avançada, a prática esportiva ganha especial importância, também, na socialização, ganho de autonomia e independência e redução e prevenção do enfraquecimento muscular relacionado ao processo de envelhecimento. Portanto, torna-se essencial incluir o incentivo ao exercício físico nos cuidados e orientações habituais destes pacientes.

OBJETIVO

Este presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência da elaboração de uma ação de promoção à prática de exercício físico na terceira idade, vivida por graduandos do curso de Medicina em uma UBS e apresentar os resultados atingidos por esta.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, descritivo, elaborado por graduandos do curso de Medicina na fase do Internato em estágio curricular obrigatório na Estratégia Saúde da Família (ESF), da vivência em uma UBS, na capital do Rio Grande do Sul, no período de Janeiro a Fevereiro de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criou-se um grupo de caminhada, aberto a todos pacientes usuários de uma UBS de Porto Alegre, mas com especial abrangência aos pacientes com idade superior a 60 anos. O projeto tinha como propósito incentivar a prática regular de exercícios físicos e criar um espaço de prática esportiva segura e supervisionada, através de caminhadas semanais com duração de 50 minutos.

O grupo reunia-se todas as Quartas-feiras, no período da manhã. Antes do início das atividades, media-se o peso e a pressão arterial de todos os participantes como forma de triagem. Uma vez realizadas as medidas, dirigiam-se todos os integrantes, junto com os profissionais e acadêmicos atuantes na unidade, à uma praça localizada ao lado da UBS. Antes e após a caminhada, eram destinados 10 minutos para aquecimento e alongamento, com intuito de aliviar a tensão muscular e promover o bem-estar dos pacientes.

Após a criação do grupo e o início de suas caminhadas, percebeu-se um aumento expressivo no interesse e engajamento dos participantes nas programações e uma maior busca destes por orientações relacionadas à mudanças de estilo de vida. Desta forma, evidenciou-se o sucesso do projeto em cumprir com seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se o encorajamento à prática de exercício físico pela população de idade mais avançada, atendida por uma UBS em Porto Alegre, como também a conscientização acerca de sua importância. Destaca-se a importância da participação e envolvimento dos acadêmicos e profissionais nas atividades propostas pelo projeto e o exemplo de comprometimento com a saúde passado para os usuários participantes.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus**.

Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica.** Brasília, 2013d.

A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO NO TREINO DE MUSCULAÇÃO

Ronnierbergson Souza de Aguiar[1]; Johny Carlos de Queiroz[2]; Ana Beatriz da Silva[3].

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação. Musculação. Treino.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Física.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a alimentação vem ganhando cada vez mais destaque por propiciar uma boa nutrição, gerando uma melhor qualidade de vida e melhorando o desempenho das pessoas nas atividades físicas. Segundo Viana (2017) a alimentação deve reduzir os efeitos indesejados causados pelos exercícios, sendo adequada para cada indivíduo e considerando o tipo de treino, a intensidade e a duração, a fim de fornecer os nutrientes necessários para suprir a demanda energética.

Entre as inúmeras modalidades, a musculação vem sendo uma das preferidas e mais buscadas por se tratar de uma atividade que aumentar a força e favorece a hipertrofia muscular. A musculação vem sendo uma das modalidades esportivas mais procuradas pela população, um tipo de exercício que exige diferentes treinamentos e execução dos movimentos. Se feito com uma supervisão adequada, modifica favoravelmente a composição corporal (Silva, 2018, p. 271-278).

Uma alimentação apropriada, além de melhorar a recuperação nos intervalos entre um treino e outro, aumenta as reservas energéticas e auxilia na redução da fadiga, proporcionando que o indivíduo aumente o tempo de treinamento e diminuindo o risco do desenvolvimento de doenças. Para que se tenha uma alimentação adequada, é necessário que haja acompanhamento com um profissional qualificado, a fim de adequar a dieta tanto em energia, quanto em macro e micronutrientes (Almeida; Balmant, 2017).

OBJETIVO

O objetivo desse trabalho é analisar a importância da alimentação no treino de musculação, refletindo como melhorar o desempenho físico, através da pratica da musculação em conjunto com uma boa alimentação, na qual manter o indivíduo em seu estado de saúde saudável é o mais importante.

METODOLOGIA

Para a realização do trabalho proposto, foi produzido um estudo qualitativo de revisão de literatura, na qual, segundo Cordeiro *et al.* (2007), apresenta uma temática mais aberta quando comparada à revisão sistemática, e dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção. A fundamentação foi realizada através de documentos científicos disponíveis na internet. O levantamento bibliográfico foi feito com o intuito de confirmar o objetivo da pesquisa por meio da averiguação de estudos sobre a alimentação na musculação. A procura dos dados científicos foi realizada em bases de dados como Medlline, Pub Med e Scielo, que possibilitaram uma melhor análise e apontamento para as perspectivas sobre a alimentação na musculação. Além disso, a revisão de literatura teve como foco o caráter subjetivo das referências analisadas, por conceitos, definições, posições e opiniões.

A busca dos estudos ocorreu através das seguintes palavras-chave: “alimentação”, “musculação” e “treino/treinamento”. A escolha das publicações teve como base inicial a identificação dos títulos que apresentavam proximidade como o tema de interesse, em seguida a leitura dos resumos e finalmente a leitura completa dos estudos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Lucena *et al*. (2021) em seu estudo fez um paralelo ente o tipo de alimentação que a pessoa consumia e classificou em (saudável, não saudável e moderadamente saudável) com a satisfação com a imagem corporal, e verificou que a satisfação foi maior dentre as pessoas que realizavam alimentação saudável (50,79%), quando comparado com os que realizavam alimentação moderadamente saudável (21,11%) e não saudável (20%).

No mesmo estudo Lucena *et al*. (2021) avaliou o treino resistido com peso (TRP) versus o treino de (TRP) com dieta acompanhada por nutricionista, este último apresentou melhores resultados em relação ao alcance dos objetivos com a prática da musculação. Viana (2017) em seu estudo verificou que as pessoas que frequentam a academia para atividade de musculação, não procuram um nutricionista em sua maioria e que acreditam que somente a atividade física promoverá resultados satisfatórios. Corroborando com o estudo de Viana, o artigo de Pinto (2013) apresentou que a minoria (24%) passou por consulta com nutricionista antes de iniciar a musculação para relacionar a alimentação com a atividade física, além disso, encontrou que desse resultado um pouco mais que o dobro dos alunos (49,1%) faz uso de suplementação alimentar, sua maioria sem orientação de um profissional.

Carvalho *et al.* (2018), em seu estudo, acusam que muitas vezes o uso é desnecessário da suplementação. Já Sarkzenian et al. (2009) diz que nem sempre é preciso suplementar, porque os ganhos muitas vezes, procedem de uma alimentação que se adeque a cada tipo de atividade física, como a adequação proteica, que sendo de qualquer fonte, é muito eficaz

em relação à hipertrofia somada a musculação. A propósito, no cenário nacional, muitas vezes até mesmo alguns produtores ignoram as normas nacionais para comercializações reguladas pela Avisa, principalmente quando se tratam de produtos destinados à hipertrofia muscular e ao emagrecimento (Silva; Ferreira, 2014).

Pereira, Silva e Andrade relatam que a ingesta de proteínas traz proveitos para a força e desenvolvimento muscular. Já Campebell *et al.* (2007) diz que o tipo de proteína ingerida pode intervir nos resultados de um treino de força, por causa da substituição da velocidade na absorção, na feição de aminoácidos, na resposta hormonal e nos efeitos antioxidantes.

Antes da atividade física o indivíduo deve consumir alimentos ricos em carboidratos para a manutenção da glicose sanguínea, e também rica em liquido para manter a hidratação do corpo durante a atividade, deve ter uma baixa quantidade de gorduras e fibras porque elas podem suceder no esvaziamento gástrico e estresse gastrointestinal, a aplicação da estratégia rica em carboidrato antes da atividade física aumenta a reserva de glicogênio muscular, assim obtendo um bom desempenho e garantindo energia o suficiente para pratica da atividade física (Oliveira, 2014).

As proteínas estão associadas a um melhor estímulo da síntese muscular, quando consumidas em conjuntos com carboidratos como combinações de arroz e feijão, sucede em um maior desempenho físico e menor dano muscular, desde modo obtém maior desempenho no exercício físico e hipertrofia muscular (Lima; Santana, 2014).

Dos Reis *et al.* (2017), procederam uma pesquisa em relação a utilização de recursos ergogênicos e suplementos alimentares por praticantes de musculação em academias e atestaram que o suplemento mais citado pelos praticantes entrevistados foi a proteína do soro do leite - whey protein. Por sua vez, Da Cruz Júnior *et al*. (2018) apresentaram em seu estudo uma prevalência do uso contínuo de creatina por praticantes de musculação.

Uma pesquisa realizada nas últimas décadas, pode se observar as qualidades nutricionais sobre a proteína, no qual é produzido a partir do soro do leite (Whey), um subproduto resultante da fabricação de queijos por coagulação da caseína. Contendo um alto valor nutricional devido suas proteínas apresentar um teor de aminoácidos essenciais bem alto, sendo assim eficiente para a complementação de dietas principalmente por atletas, visando propor o desenvolvimento e a recuperação do musculo de uma forma mais rápida (Fischborn, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma boa alimentação traz muitos benefícios para organismo da pessoa de maneira geral, porém, são poucas as pessoas que tem discernimento sobre as reais necessidades nutricionais e sabem a importância da ingestão de cada macro nutriente. Contudo, muitos praticantes de musculação e até atletas, ainda não tem o conhecimento e desconhecem a

necessidade de equilibrar cada macro nutriente na alimentação e acreditam por influências errôneas que adquiriram no ambiente que convivem, que a ingestão de quantidades altas de um macro nutriente específico, em desfavor de outro, vai melhorar o desempenho na atividade física e no esporte. Portanto de acordo com o que foi pesquisado, conclui-se que o suporte nutricional é fundamental para proporcionar o bom estado nutricional, assim como para obter a composição corporal desejada, seja voltada a hipertrofia ou emagrecimento, dessa forma, viabiliza um melhor rendimento na pratica da atividade física, como também intervém na preservação da saúde.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M.; BALMANT, B. D. **Avaliação do hábito alimentar pré e pós-treino e uso de suplementos em praticantes de musculação de uma academia no interior do estado de São Paulo. Revista brasileira de nutrição esportiva.** São Paulo, Vol. 11. Núm. 62. p. 104-117, 2017. Disponível em: <http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/740>

American College of Sports Medicine- ACSM. (2009). **Nutrition and Athletic Performance. Medicine & Sience in Sports & Exercise**. Dietetic Association, and Dietitians of Canada. https://doi.org/10.1249/MSS.0b013e318190eb86

ANDRADE, L. A., BRAZ, V. G., NUNES, A. P. O., VELLUTO, J. N., & MENDES, R. R. (2012). **Consumo de suplementos alimentares por clientes de uma clínica de nutrição esportiva de São Paulo**. *Revista Ciência e Movimento, 20*(3), 27-36.

CAMPBELL, B. et al. International Society of Sports Nutrition position stand: protein and exercise. **Journal of the International Society of Sports Nutrition**, v. 4, n. 1, p. 8, 2007.

CARVALHO, J. de O.; OLIVEIRA, B. N. de; MACHADO, A. A. N.; MACHADO, E. P.; OLIVEIRA, B. N. de. **Uso de suplementação alimentar na musculação: revisão integrativa da literatura brasileira**. Conexões, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 213-225, 2018. DOI: 10.20396/conex.v16i2.8648126. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8648126. Acesso em: 09 jun. 2023.

CORDEIRO, A.M.; OLIVEIRA, G.M.; RENTERÍA, J.M.; GUIMARÃES, C.A. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. Rev. Col. Bras. Cir. v. 34, n. 6, Nov./Dec. 2007.

DA CRUZ JÚNIOR, E. G., de SÁ, F. O., LEÃO, L. L., SOUZA, N. S., & TOLENTINO, G. P. (2018). **Perfil dos usuários de creatina frequentadores de academias de musculação**. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, 12(76), 980-984. http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1186

SILVA, S. R. A. *et al*. Representações sociais da alimentação saudável para pessoa idosa: uma revisão integrativa:. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 98, n. 1, 2024.

REAÇÃO ALÉRGICA A CEFTRIAXONA: UM RELATO DE CASO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Marcio Peixoto Rocha da Silva[1]**; Camila Regina de Paula e Silva Antocheski**[2]**; Caroline Foiatto Galeti**[3]**; Driely Georgia Dums**[4]**; Glenda Marina Ribeiro de Lima**[5]**; Thiago Stabach**[6]**.**

[1]Universidade do Contestado (UNC), Mafra, Santa Catariana. http://lattes.cnpq.br/4474107119052162

[2]Universidade do Contestado (UNC), Mafra, Santa Catariana. http://lattes.cnpq.br/4143155791124434

[3]Universidade do Contestado (UNC), Mafra, Santa Catariana.

[4]Universidade do Contestado (UNC), Mafra, Santa Catariana. http://lattes.cnpq.br/5031357964208801

[5]Universidade do Contestado (UNC), Mafra, Santa Catariana. http://lattes.cnpq.br/2505289777644196

[6] Universidade do Contestado (UNC), Mafra, Santa Catariana. http://lattes.cnpq.br/5214936360517604

PALAVRAS-CHAVE: Úlcera venosa crônica. Reação adversa medicamentosa. Atenção Primária a Saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Física

INTRODUÇÃO

A insuficiência venosa crônica é uma condição prevalente na prática clínica, caracterizada por uma disfunção no sistema venoso devido à incompetência valvular, podendo estar associada ou não à obstrução do fluxo sanguíneo. Esta condição pode comprometer tanto o sistema venoso superficial quanto o profundo, ou ambos simultaneamente. Como uma das manifestações mais significativas da insuficiência venosa crônica, encontramos as úlceras venosas nos membros inferiores. Além de causarem desconforto físico, as úlceras venosas podem gerar dor, aumentar o risco de infecções, apresentar odor desagradável e impactar significativamente na mobilidade e qualidade de vida dos indivíduos afetados (LAZAR et al., 2023; GONÇALVES et al., 2020). Em casos de úlceras venosas infectadas, os antibióticos são administrados com o intuito de combater os microrganismos patogênicos. Uma destas medicações é a ceftriaxona, uma cefalosporina de terceira geração que inibe a síntese de parede bacteriana, possuindo uma meia-vida de eliminação longa e boa penetração em tecidos orgânicos. De maneira geral, a ceftriaxona é bem tolerada e possui amplo espectro de ação contra bactérias gram-negativas e atividade razoável contra gram-positivas. (PIRES; FERNANDES, 2018; SILVA et al., 2014). Os principais efeitos colaterais reportados à ceftriaxona são distúrbios gastrointestinais, alterações hematológicas e reações cutâneas. Os distúrbios gastrointestinais incluem diarreia, náusea, vômito, estomatite e glossite. As alterações hematológicas apresentam eosinofilia, leucopenia, granulocitopenia,

anemia hemolítica e trombocitopenia. Já reações cutâneas correspondem a presença de erupção cutânea, dermatite alérgica, prurido, urticária, edema e eritema multiforme. Existem também efeitos colaterais raros, como dor de cabeça, tontura, enzimas hepáticas elevadas, depósitos significativos de cálcio na vesícula biliar, oligúria, aumento da creatinina sérica, candidíase genital, tremores e anafilaxia (SILVA et al., 2014). É de grande valia ressaltar que as reações alérgicas graves à ceftriaxona ocorrem em aproximadamente 1-3% dos casos (ROZEETA et al., 2018).

OBJETIVO

Relatar um caso de reação adversa a cefitriaxona ocorrida no município de Itaiópolis.

METODOLOGIA

Trata-se de um relate de caso referente a uma reação adversa da ceftriaxona atendida e manejada por uma equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) em parceria com o serviço de urgência e emergência municipal no ano de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante uma das consultas para reavaliação de uma úlcera venosa crônica em membros inferiores, foi verificado os seguintes sinais: úlcera venosa em membro inferior direito em face anterior e lateral de perna direita com bordas elevadas e eritematosas, aumento de temperatura em relação ao membro contralateral e presença de secreção amarelo-esverdeada no interior da úlcera. Além disso o membro apresenta lipodistrofia distal até região maleolar, edema duas em três cruzes e veias varicosas calibrosas em face medial. Já o membro inferior esquerdo apresenta uma úlcera de diâmetro aproximado de 13cm sem sinais flogísticos e sem lipodistrofia, mas apresenta edema uma em três cruzes com presença de veias varicosas. A paciente A.A. possui 54 anos e faz tratamento de hipertensão arterial sistêmica sem outras comorbidades. Seus membros não apresentam alterações de pulsos arteriais ao exame físico. As úlceras estão no 8 mês de tratamento com realização de curativos da unidade de saúde duas vezes por semana.

Devido ao quadro infecioso foi prescrito ceftriaxona 1g durante três dias via intramuscular tendo iniciado a mediação no hospital municipal por ausência do insumo na unidade. Cerca de 20 minutos após a aplicação da medicação, o acompanhante chama a equipe de enfermagem contando que A.A. queixava-se de prurido intenso pelo corpo associado a dispneia e tosse. A equipe médica evidenciou placas eritematosas em membros superiores, pálpebras superiores e inferiores e tronco. Após avaliação administraram epinefrina endovenosa melhorando os sintomas respiratórios dentro de poucos minutos.

No dia seguinte A.A. foi a ESF tomar a segunda dose do antibiótico. Devido ao ocorrido a equipe trocou o tratamento por ceftriaxona 500mg de 6 em 6 horas por 5 dias. A avaliação a paciente ainda apresentava-se com placas eritematosas em membros superiores e inferiores, face e tronco. A reação foi registrada no E-SUS AP para evitar posteriores reações alérgicas graves como a presenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho ficou evidente um quadro de reação alérgica grave a ceftriaxona que é considerado um evento raro pela própria bula da medicação. Devido ao fato de ceftriaxona ser uma medicação muito utilizada no dia a dia de equipes médicas, mesmo se tratando de um evento raro, as equipes precisam estar cientes das reações adversas para que possam prontamente intervir e assim evitarem danos permanentes ou morte a medida que o número absoluto possa não ser irrelevante quanto o número relativo de reações adversas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

LAZAR, M. et al. **Patient-centered Outcomes for Individuals with a Venous Leg Ulcer: A Scoping Review**. Advances in Skin and Wound Care, v. 36, n. 1, p. 10–17, 2023.

MARIANO GONÇALVES, C. et al. A**ssistência De Enfermagem No Tratamento De Úlcera Venosa: Uma Revisão Bibliográfica**. Nursing Care in the Treatment of Venous Ulcer: a Literature Review. v. 8, n. 1, p. 16–25, 2020.

SILVA, Tiago Fernando Aragão; FILHO, Marcos Antônio de Araújo; BRITO, Maria dos Remédios Mendes; FREITAS, Rivelilson Mendes. **Mecanismo de Ação, Efeitos Farmacológicos e Reações Adversas Da Ceftriaxona: Uma Revisão de Literatura.**

SAÚDE MENTAL

DIÁLOGOS EM SAÚDE MENTAL: CLÍNICA GRUPAL EM CONTEXTO DE EXTENSÃO DA ESCREVIVÊNCIA

Waldenilson Teixeira Ramos[1].

[1]Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro. http://lattes.cnpq.br/2268223482149159

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Acolhimento, Adoecimento, Cuidado.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde do Adolescente

INTRODUÇÃO

Sociedades capitalistas, que têm como base de funcionamento o estabelecimento de concepções individualistas e competitivas, propagam o discurso corporativista sobre a dimensão dos sujeitos contemporâneos. Inevitavelmente, caminham a passos largos em direção aos processos de adoecimento de sua própria população. Concomitantemente, tomada como evidenciada uma estrutura social, educacional, política, econômica e cívica radicalmente assentada em um cenário de absoluta desigualdade, o sofrimento psíquico e mental torna-se inexorável para a maior parte da população brasileira. Assim sendo, diante de tal conjuntura, o acesso ao ensino superior se apresenta ambivalente à uma esperança de ascensão e conquista de condições de uma vida mais digna e, ao mesmo tempo, a uma Quimera fora do estado de vigília, haja vista toda pressão advinda de concepções capitalistas e a absoluta desigualdade de nosso território.

Implicado em pensar no que nos resta ainda fazer na atual conjuntura e paradigma do adoecimento mental e psíquico na sociedade capitalista contemporânea, este trabalho apresenta os diálogos e intervenções, no território do município de Niterói, dos projetos de extensão empreendidos na Universidade Federal Fluminense (UFF). Enfatiza-se neste trabalho a importância da extensão não só como atividade de formação acadêmica, mas explicitando os ganhos à sociedade que são promovidos por estes projetos éticos e críticos na atuação em saúde. Os projetos que tomam centralidade neste relato de experiência são os projetos de extensão intitulados por “Arte, Corpo e Subjetividade” e o “Pré-Vestibular Popular Escrevivência” que, neste ano de 2023, estabeleceram uma parceria na montagem de oficinas de Saúde Mental a fim de atender estudantes que enfrentavam os processos de angústia, mal-estar, e outros sofrimentos advindos da pressão e expectativa da prova do ENEM deste ano (2023). Este resumo apresentará, de forma breve, um relato sobre a

composição destes projetos de extensão e como ambos ajudaram a acolher e cuidar de sofrimentos de ordens mentais e psicológicas.

OBJETIVO

Compreendendo que as atividades de ensino, pesquisa e atuação em assistência à população são componentes cruciais para a formação não só do campo psi, mas também de diversos outros profissionais dentro e fora do campo da saúde, este escrito visa partilhar experiências suscitadas em projetos de extensão na Universidade Federal Fluminense em Niterói. Mais especificamente, visa-se partilhar como os projetos de extensão, após estabelecerem certo diálogo e sintonia, podem intervir e compor dispositivos de assistência à saúde mental da população.

METODOLOGIA

O projeto de extensão “Arte, Corpo e Subjetividade”, munido da perspectiva ético-teórico-metodológica da Análise Transdisciplinar (Rauter, 2016), oferece atendimentos de caráter clínico no setor de Serviços de Psicologia Aplicada da Universidade Federal Fluminense em Niterói. Esse projeto de Extensão é um desdobramento do Estágio Supervisionado ─ disciplina obrigatória na Graduação em Psicologia e é uma atividade do Laboratório de Subjetividade e Corporeidade (CORPOREILABS/UFF), onde se propõe a constituir um dispositivo coletivo de assistência no âmbito do SPA/UFF, alinhado às políticas públicas de saúde mental. A fim de desenvolver uma dimensão clínico-institucional que possa expandir o Estágio Curricular Específico em curso no SPA da UFF para estudantes que já o tenham concluído e queiram dar prosseguimento às ações desenvolvidas e/ou psicólogos em busca de atualização, em parceria com os estudantes regularmente inscritos no estágio. Por conta da natureza do presente projeto de extensão, que é voltado ao oferecimento de atendimentos clínicos e demais dispositivos de promoção de saúde a usuários do SPA-UFF, a avaliação dos usuários se traduz, para nós, no exercício de articularem, junto aos extensionistas que os atendem, como estão ocupando e construindo aquele espaço de cuidado para si, o que é colhido constantemente no encontro e acolhimento das questões trazidas por eles nos dispositivos oferecidos e poderá ser relatado pelos extensionistas nos prontuários do SPA-UFF dos respectivos usuários.

O projeto “Pré-Vestibular Popular Escrevivência” é uma proposta político-pedagógica que objetiva estrategicamente o acesso universal ao Ensino Superior ─ trata-se de um projeto que efetua-se enquanto um pré-vestibular social, atendendo mais de 60 estudantes. O projeto é uma proposta político-pedagógica que objetiva estrategicamente o acesso universal ao Ensino Superior e que entende o vestibular como um instrumento que ainda reproduz desigualdades. Por isso, suas ações são dedicadas à formação contínua do ser humano para o acesso a uma universidade que ainda precisa ser transformada. Não

se trata, portanto, de uma competição técnica para uma vaga na universidade, mas uma ação de transformação-formação que implica em preparar para a entrada na universidade enquanto cientistas, artistas, cidadãos e agentes históricos. O fundamento do Projeto é desenvolver ações educacionais no campo da Educação de Jovens e Adultos voltadas para a preparação do vestibular que tenham como premissa os seguintes tópicos: 1. construção de cidadania; 2. acesso aos códigos culturais; 3. ambientação junto à universidade e o fazer científico. Se enquadra, portanto, numa perspectiva de Extensão Popular, que retoma o protagonismo dos trabalhadores no processo de construção da ação universitária a partir do método dialógico de participação-ação.

A partir da construção conjunta desses projetos, tornou-se possível a construção de espaços de escuta, acolhimento e oficinas de atenção à saúde mental aos estudantes que, neste ano de 2023, foram o público-alvo do projeto de extensão Pré-vestibular Popular Escrevivência. Todas as sessões foram dirigidas por mim, autor deste trabalho, na função de psicólogo dos projetos, e a estagiária do projeto Arte Corpo e Subjetividade, Maria Eduarda Freitas do Nascimento. Munidos de uma perspectiva crítica e transdisciplinar da clínica, foram tomadas a grupalidade dessas sessões como elemento transversal de uma clínica do social ─ uma concepção de clínica ampliada (Dettman; Aragão; Margotto, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É imprescindível fortalecer as ações de promoção, proteção e cuidado em saúde mental na atenção primária, através de dispositivos intersetoriais que reforcem a territorialização dos equipamentos sociais, culturais e de práticas populares de saúde e cuidado. Ao mesmo tempo, é necessário criar dispositivos de co-responsabilização a serem utilizados como mecanismos de interlocução e integração entre os diversos segmentos da saúde com a comunidade e outros envolvidos no cuidado em saúde mental na lógica antimanicomial (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 2010, p. 67). Nesse mesmo sentido, torna-se crucial atividades em assistência à população que busquem a superação do modelo hospitalocêntrico e a concomitante constituição de uma rede de cuidados centrada na comunidade. Esse deslocamento refere-se não apenas à transformação no âmbito dos dispositivos assistenciais, mas também indica outra relação entre saúde mental, cidade e cultura. O diálogo desses projetos toma tais direções ético-políticas como centralidade.

A construção das oficinas foi feita sobre a direção de estabelecer um espaço de fala e escuta protagonizado pelos estudantes, onde puderam experimentar o dispositivo das “cartas sem remetentes”: atividade consistente em dois momentos, uma de fala aberta sobre quem é e sua história e, em seguida, através de vários papéis, cada qual com um dos nomes dos integrantes, começam a circular pelas mãos dos membros e todos podem escrever uma mensagem para aquela pessoa sem escrever o próprio, construindo uma carta coletiva sem remetente explícito, colocando a coletividade como este remetente; “apresentações transferidas”: Após uma curta apresentação geral do grupo, todos os

membros são convidados a compor duplas ou trios, cada pequeno grupo tem 5 minutos para falar mais sobre si, passados os 5 ou 10 minutos, todos são convidados a compor um grupo geral novamente. Neste segundo momento, o parceiro não falará mais em nome próprio, todavia, performatiza a apresentação da outra pessoa que compôs a dupla ou o trio; e anamnese sobre a angústia advinda do ENEM: através de perguntas não estruturadas, todos foram convidados a dialogar mais sobre seus processos com o preparo para a prova, a escuta não é dirigida pelos profissionais, mas protagonizado pelo próprio grupo.

Em todos os encontros, sempre esteve explícita a angústia, a ansiedade, mal-estar, desmotivações e os medos advindos das expectativas e pressão da prova do ENEM, por outro lado, ao fim de cada encontro, se evidenciou o alívio em falar e construir conjuntamente outros sentidos sobre a vivência de ser um pré-vestibulando. Evidencia-se a praticidade do cuidado em saúde mental de estudantes que irão prestar provas destas magnitudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As direções de uma clínica grupal convidam-nos a olhar a emergência da multiplicidade na instância e no trilhar de sua composição, não se valendo de concepções individuais e privadas do sujeito, mas abrindo para os lugares da individuação e propõem formas outras de se agenciar e estar com o outro (Benevides, 2013). Todos os estudantes assistidos relataram profundas felicidades e ganhos com as ações, marcando os encontros como momentos de alívio e acolhimento. Por conta dos limites das estruturas textuais deste trabalho, detalhamentos sobre a experiência não são possíveis de serem explicitados de forma mais longa e profunda, todavia, outros trabalhos sobre este

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BENEVIDES, R. **Grupo: a afirmação de um simulacro.** 3. ed. Porto Alegre:Sulina/Editora da UFRGS, 2013.

DETTMANN, A. P. DA S.; ARAGÃO, E. M. A.; MARGOTTO, L. R.. **Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 3, p. 362-369, set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/gjGLDdHwpPKCJCTtX5HfrFy/?lang=pt#. Último acesso em 07 de dezembro de 2023.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial. Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010.** Brasília: Conselho Nacional deSaúde/Ministério da Saúde, 2010.

Rauter, C. Clínica **Transdisciplinar: Afirmação da multiplicidade em Deleuze/Spinoza.** Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência, v. 8 - nº 1 - pp.45-56, 2015. Disponível

em: https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/26802/14897. Último acesso 5 de dez. 2023.

ISOLAMENTO SOCIAL: IMPLICAÇÕES NA ESCOLHA PROFISSIONAL DO ADOLESCENTE.

Flavia da Cunha Cordeiro[1]; Felipe Amaral Barata[2].

[1]Faculdade ideal (FACI), Belém, PA. http://lattes.cnpq.br/6893999700077181

[2]Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Vocacional. Adolescência.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde mental; Saúde Social: Saúde da criança e do adolescente.

INTRODUÇÃO

O processo de escolha profissional está imbricado com diversos fatores externos não dependendo apenas das aptidões e desejos pessoais do sujeito. Desta forma o trabalho se propõe a pensar como se deu esse desenvolvimento em um indivíduo que se encontra proibido de transitar socialmente? Pensando nisso que o presente texto, pretende descrever alguns aspectos relevantes dos processos de desenvolvimento e enfatiza possíveis efeitos do isolamento nesse processo de construção de identidade pessoal e formação de identidade vocacional.

OBJETIVO

O objetivo é abranger uma noção de identidade para além de compreensões meramente conscientes, ondemonstrar que no cerne da identidade existem fatores inconscientes que engendram uma escolha profissional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico cuja metodologia se pauta em uma revisão sistemática de literatura em livros, periódicos e revistas especializadas, revisão e fichamento de textos e análise das fontes bibliográficas a partir da teoria psicanalítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha profissional é compreendida por Bohoslavsky (1977), como uma extensão da identidade subjetiva do sujeito, em que se dá na injunção entre as demandas conscientes do Eu e aquelas advindas das moções pulsionais inconscientes, ressaltando ali a prevalência do que Freud postulou como Princípios de Prazer e de Realidade. Dessa

forma, a partir da escuta realizada na escola EEEM Augusto Meira, na cidade de Belém do Pará, com alunos do terceiro ano do ensino médio, que após um ano de isolamento social ocasionado pela pandemia do COVID-19, retornaram para as aulas presenciais e tiveram que lidar com alguns desafios pós pandemia, como por exemplo a readaptação social, luto e a escolha profissional. É notório que o isolamento social reduziu repertório cultural dos adolescentes resultando em uma grande dificuldade do jovem em escolher qual profissão deseja seguir, devido o esfacelamento das suas antigas noções de futuro, que se perdem diante das intempéries econômicas que acabam empurrando alguns adolescentes ao mercado de trabalho de forma abrupta, com a finalidade de ajudar a família e isto remete a origem do ideal do Eu, que é sugestionado pelas primeiras identificações, os pais, ou seja, “por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal” (FREUD, 1923.p.19). Desta forma, o retorno às aulas presenciais demonstra a confusão do adolescente com o real que se materializa de forma súbita, exigindo posicionamentos de escolhas sociais e narcísicas frente a suas fantasias, que ficaram sobre o domínio de um desenvolvimento psicossocial estagnado. Que reaparece pelo viés do sofrimento, visto que “quando o Eu não consegue dominar o complexo de Édipo, o investimento de energia deste, oriundo do Id, volta a operar na formação reativa do ideal do Eu” (FREUD, 1923, p.36).

É a partir desse conceito, que Freud e Bohoslavsky consentem, ao pensar a escolhas objetais para além das identificações superficiais, mas que nelas tem um caráter antagônico e inconsciente que perpassa pelo sujeito como uma manifestação do instinto de vida para Bohoslavsky (1977, p.39) “o objeto com que se trabalha se há possibilidade de escolhê-lo, será sempre o depositário de um objeto interno, inconsciente que reclama a reparação ou sublimação”.

A escolha profissional propõe então, um vínculo interno com as profissões, que ocorre através da sublimação que, resolve um conflito estreitamente dinâmico de instâncias psíquicas. Portanto o contexto social pelo viés das instituições de trabalho ou educacional é que vai preparar o adolescente para resolução dessa dinâmica através da escolha. Esta escolha apresenta-se como ensaio para comportamentos futuros, em outras palavras “o momento de escolher a ocupação ou de estudo é o momento em que o adolescente deve elaborar antecipadamente, este comportamento” (Bohoslavsky, 1977, p.41).

Porém todo esse processo de passagem de narcisismo e escolha profissional, só é possível pelo viés da identidade, que engendra aspectos familiares, sociais e inconscientes do sujeito, tornando o processo penoso em termos normais e com o isolamento e todos os aspectos que suscitaram com ele, tornaram essa fase cada vez mais incerta a respeito dos resultados e dos conflitos. Em suma, a identidade é a certeza de quem se é, e onde deseja estar no futuro, e esta não remete a tempo, mas a escolha, nas palavras de Freud □nada nos é mais seguro do que o sentimento de nós mesmos, do nosso Eu□ (FREUD, 1930, p.16)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar um tema tão delicado como a escolha profissional de um adolescente, faz com que seja refletido se as escolas estão preparadas para receber esses alunos após a pandemia, compreendendo toda a dimensão que perpassa por essa fase da vida em ressonância com o isolamento social recém extinto. E que compreender a escolha de uma vocação ou a ausência dessa escolha engendra principalmente buscar compreender o nível de maturidade psíquica que esse sujeito está, a nós compete estabelecer espaços de diálogo como este com o professor Felipe Amaral Barata na escolha EEEM Augusto Meira e difundir nosso saber com a comunidade acadêmica e científica para que possamos juntos construir espaços educacionais mais acolhedores e interdisciplinar.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Bohoslavsky,R (1977). ***Orientação Vocacional: A estratégia Clínica*** (11th ed., Vol. 2). Martins Fontes, 2003.

Freud, S. (1930-1936). ***O Mal Estar na Civilização, Novas Conferências introdutórias e Outros Textos*****.** Companhia das Letras, 2010.

Freud, S. (1920-1923). ***Psicologia das massas e análise do eu e outros textos***. Companhia das Letras, 2011.

SAÚDE MENTAL E DIREITO: A REFORMA PSIQUIÁTRICA E O ACESSO A JUSTIÇA

Lucas Neves de Melo[1]; Antônio Edson da Silva Soares Filho[2].

[1]Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, PE. http://lattes.cnpq.br/7241540315516444

[2]Centro Universitário Mauricio De Nassau (UNINASSAU), Garanhuns, PE. http://lattes.cnpq.br/0983216491721681

PALAVRAS-CHAVE: Cidadãos. Inclusão. Vidas.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A interseção entre saúde mental e direitos individuais é um campo complexo e crucial, onde a Reforma Psiquiátrica emerge como uma abordagem transformadora. A saúde mental, muitas vezes negligenciada ou estigmatizada, ganha destaque na agenda contemporânea à medida que a sociedade reconhece a importância de garantir o bem-estar psicológico de seus cidadãos. Este cenário delineia um contexto propício para explorar as interações entre a saúde mental e o acesso à justiça, destacando a necessidade de abordagens legais que respeitem a dignidade e os direitos fundamentais das pessoas com transtornos mentais (Sampaio, *et al*., 2021).

Por outro lado, a Reforma Psiquiátrica, concebida como um movimento social e político, visa transformar os modelos tradicionais de tratamento psiquiátrico, promovendo a inclusão social e o respeito aos direitos humanos das pessoas com doenças mentais. No contexto legal, a interação entre saúde mental e justiça é evidenciada pelas questões de capacidade legal, internação involuntária e acesso igualitário aos serviços jurídicos. A busca por um equilíbrio delicado entre a proteção da sociedade e a garantia dos direitos individuais dos pacientes psiquiátricos destaca a importância de uma abordagem holística e sensível ao contexto (Machado, 2021).

Além disso, o estigma associado às questões de saúde mental frequentemente se manifesta no sistema jurídico, influenciando o tratamento dispensado às pessoas com transtornos mentais. A Reforma Psiquiátrica, ao enfatizar a desinstitucionalização e a busca por alternativas ao tratamento asilar, contribui para desmantelar estereótipos prejudiciais e fortalecer a inclusão social desses indivíduos. A perspectiva de acesso à justiça para pessoas com problemas mentais exige não apenas reformas estruturais nos sistemas de saúde mental, mas também uma revisão crítica das práticas legais para garantir tratamento justo e equitativo (Desviat, *et al*., 2015).

Por fim, a dimensão cultural e social das questões de saúde mental e direito exige uma análise contextualizada para promover mudanças efetivas. A implementação de políticas que garantam acesso à justiça para pessoas com transtornos mentais deve considerar as especificidades culturais, econômicas e sociais que permeiam o tecido da sociedade. Ademais, é imperativo reconhecer a interconexão entre a saúde mental e outros aspectos da vida, como emprego, moradia e educação, para criar soluções integradas que abordem os desafios enfrentados por essa população de maneira abrangente (Cruz, *et al*., 2020).

Em suma, a questão da capacidade legal de indivíduos com transtornos mentais é um elemento central nas interações entre saúde mental e direito. A Reforma Psiquiátrica propõe abordagens mais progressistas, reconhecendo a capacidade dessas pessoas de tomar decisões sobre suas vidas, desde que devidamente apoiadas. O acesso à justiça, portanto, deve contemplar mecanismos que garantam a participação ativa e informada das pessoas com doenças mentais nos processos legais que as envolvem, respeitando sua autonomia e autonomia de escolha (Sampaio, *et al*., 2021).

OBJETIVO

Analisar a relação entre saúde mental e direito, tendo como foco a reforma psiquiátrica brasileira e o acesso à justiça das pessoas com transtornos mentais.

METODOLOGIA

A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, caracterizando uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória (Zanini, *et al*., 2021). Foram selecionados 5 artigos que estavam nas seguintes bases de dados: SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES.

Para seleção dos trabalhos foram utilizados como critérios de inclusão: trabalhos relacionados à temática abordada, disponíveis na sua forma de artigos, dissertações e teses, realizados no Brasil. Com relação aos critérios de exclusão, foram desconsiderados os trabalhos não disponibilizados em seu formato completo.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos nesta pesquisa ocorreram de acordo com as etapas exigidas a um rigor metodológico. Para realizar este trabalho, seguimos os seguintes passos: primeiro, fizemos uma leitura exploratória do material escolhido, ou seja, uma leitura rápida para ter uma ideia geral do conteúdo dos textos. Em seguida, fizemos uma leitura seletiva, ou seja, uma leitura aprofundada para identificar os pontos mais relevantes dos textos. Depois, optamos pela seleção dos resultados e conclusões da pesquisa dos textos investigados, ou seja, escolhemos as informações mais importantes para o nosso objetivo. Por fim, fizemos uma análise e apresentação descritiva dos textos investigados, ou seja, descrevemos e explicamos as informações selecionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto brasileiro, a relação entre saúde mental e direito assume contornos desafiadores, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e eficaz. Embora o país tenha avançado na implementação de políticas públicas voltadas para a saúde mental, ainda persistem desafios significativos no que tange à garantia dos direitos fundamentais das pessoas com transtornos mentais (Sampaio, *et al*., 2021). A Reforma Psiquiátrica, iniciada nos anos 1980, representa um marco importante, buscando substituir o modelo asilar por abordagens comunitárias e integradas. Entretanto, a efetiva implementação dessas políticas enfrenta obstáculos estruturais, como a falta de financiamento adequado e a necessidade de maior capacitação profissional, impactando diretamente na qualidade do atendimento e na promoção dos direitos dos pacientes (Desviat, *et al*., 2015).

Enfrentando uma situação complexa, a interseção entre saúde mental e direito no Brasil é muitas vezes tensionada pela ausência de uma legislação específica que aborde de maneira abrangente os direitos das pessoas com transtornos mentais. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado em 2015, representa um avanço ao reconhecer as pessoas com transtornos mentais como sujeitos de direitos, fortalecendo a necessidade de inclusão social e respeito à autonomia (Machado, 2021). No entanto, a aplicação efetiva dessas disposições legais ainda é um desafio, com obstáculos como a discriminação persistente, a estigmatização e a falta de infraestrutura adequada para oferecer suporte terapêutico e social às pessoas com transtornos mentais.

Buscando uma solução urgente, a luta pela efetivação da relação entre saúde mental e direito no Brasil requer um comprometimento contínuo com a desestigmatização, a educação pública e a implementação eficaz de políticas inclusivas. Além disso, é imperativo ampliar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade, promovendo a conscientização sobre a importância do respeito aos direitos fundamentais dessas pessoas. A construção de uma sociedade mais justa e solidária passa pela garantia de que a saúde mental seja tratada como um componente integral do bem-estar humano, respaldada por uma estrutura legal que promova a igualdade, a dignidade e a justiça para todos (Cruz, *et al*., 2020).

Concretizando uma mudança histórica, a Reforma Psiquiátrica no Brasil representou um marco significativo na transformação do modelo de atendimento em saúde mental, afastando-se de abordagem asilar para buscar alternativas mais humanizadas e inclusivas. Entre os principais avanços, destaca-se a desinstitucionalização, que visou o fechamento progressivo de manicômios e a promoção de serviços comunitários (Desviat, *et al*., 2015). A criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a ênfase em tratamentos ambulatoriais e ações de reinserção social foram passos importantes para garantir um cuidado mais integrado e respeitoso aos direitos dos pacientes.

No entanto, os avanços da Reforma Psiquiátrica brasileira coexistem com desafios persistentes. A falta de financiamento adequado e a resistência cultural à mudança no paradigma asilar são barreiras significativas. Além disso, a carência de profissionais

capacitados, o estigma social relacionado aos transtornos mentais e a necessidade de uma rede de suporte social mais robusta continuam sendo desafios a serem superados (Machado, 2021). A efetivação dos princípios da Reforma Psiquiátrica demanda um comprometimento contínuo na implementação de políticas públicas, na conscientização da sociedade e na construção de uma abordagem mais humanizada em saúde mental.

Sofrendo uma grave violação, o acesso à justiça para pessoas com transtornos mentais no Brasil é frequentemente comprometido por uma série de desafios estruturais e sociais. A complexidade do sistema legal muitas vezes torna difícil para esses indivíduos compreenderem seus direitos e navegarem pelos procedimentos judiciais (Sampaio, *et al*., 2021). Além disso, a estigmatização associada aos transtornos mentais pode resultar em discriminação dentro do próprio sistema judicial, prejudicando a imparcialidade e a equidade no tratamento desses casos.

Precisando de uma revisão urgente, a capacidade legal dessas pessoas também é um ponto de preocupação, já que a legislação muitas vezes não está alinhada com os princípios da inclusão e autonomia preconizados pela Reforma Psiquiátrica. A falta de medidas adequadas de apoio à capacidade e de alternativas à internação involuntária pode restringir indevidamente a participação desses indivíduos nos processos legais (Cruz, *et al*., 2020). Assim, para melhorar o acesso à justiça para pessoas com transtornos mentais, é crucial implementar reformas legais que garantam uma abordagem mais inclusiva, promovam a conscientização e ofereçam suporte adequado para assegurar que esses cidadãos sejam tratados com justiça e respeito em todas as instâncias do sistema judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseção entre saúde mental e direito destaca a necessidade premente de abordagens inovadoras e inclusivas. A Reforma Psiquiátrica surge como um farol, iluminando o caminho para uma sociedade mais justa e compassiva, onde a saúde mental é considerada um direito humano fundamental e o acesso à justiça é assegurado para todos, independentemente de seu estado mental. A jornada rumo a uma abordagem mais holística e respeitosa dos direitos das pessoas com transtornos mentais continua a exigir reflexão, colaboração e ação concreta, visando uma sociedade mais justa e solidária.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CRUZ, N. F. O. *et al*. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, educação e saúde**, v. 18, 2020.

DESVIAT, M. *et al*. **A reforma psiquiátrica**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015.

MACHADO, C. V. A Reforma Psiquiátrica Brasileira: caminhos e desafios. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 5-8, 2021.

SAMPAIO, M. L. *et al*. Dimensão epistêmica da Reforma Psiquiátrica Brasileira: significados de gestores, profissionais e usuários. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.

ZANINI, A. M. *et al*. Estudos de percepção e educação ambiental: um enfoque fenomenológico. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 23, p. e 32604, 2021.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NASF-AB NO APOIO Á ESF: UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Caroline Maria de Freitas Vieira[1], Leonardo Pestillo de Oliveira[2].

[1]Mestranda em Promoção da Saúde, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar -Unicesumar. Pós-Graduada em Metodologia e Didática do Ensino Superior. Graduação em Psicologia. Psicóloga da Atenção Básica do Município de Chupinguaia-RO. Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF-AB).
http://lattes.cnpq.br/0307029964353236

[2]Orientador, Pós Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Promoção da Saúde e do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Cesumar (UniCesumar).
http://lattes.cnpq.br/5641304042011472

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia Saúde da Família. PNPS. Psicologia no SUS.

INTRODUÇÃO

A atuação do psicólogo no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) é precursora das práticas de saúde mental, através de um contexto de promoção da saúde mental do sujeito, dentro de práticas em grupos de apoio, trabalhando também de forma ampliada acolhendo a comunidade em geral (CFP, 2019). E que conforme, a Declaração de Alma Ata o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde (DECLARAÇÃO DE ALMA ATA, 1978).

Diante do exposto, conforme o Ministério da Saúde, os profissionais que atuam na saúde mental atuantes do NASF devem desenvolver ações em torno às atividades pertinentes a responsabilidade profissional, com abordagem coletiva em apoio a ESF nos casos de demanda em saúde mental, intervindo de forma conjunta no intuito de “evitar medicalização” em situações comum a á vida cotidiana; promovendo ações que visa a exclusão a relação à loucura, mobilizando recursos comunitários para construção de rede de apoio à reabilitação psicossocial de acesso facilitado na comunidade (BRASIL, 2009).

Dentro dessa linha de raciocínio, entendemos que esse profissional da psicologia que faz parte da equipe NASF está ali para dar orientação, apoio, suporte às demandas da própria unidade de saúde, não sendo especificamente como porta de entrada da ESF, mas sim visto e pertencente ao apoio a essa equipe de saúde da família.

OBJETIVO

A presente pesquisa corresponde com objetivo a um estudo de revisão bibliográfica a respeito da atuação do psicólogo no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família) para as práticas de promoção da saúde mental, uma política pública de suma relevância para a comunidade em geral, criada no ano de 2008, através da Portaria de n° 154 (Portaria GM n°154, 2008) e assim elaborado para dar suporte e apoio à Estratégia Saúde da Família (ESF) como uma forma multiprofissional e especializada, contribuindo para a ampliação da abrangência e inserção dessas equipes, aprimorando e contribuindo qualitativamente sua atuação nas comunidades (BRASIL, 2017). O NASF, então, é, por definição, vinculado à Estratégia Saúde da Família, que trabalha dando um apoio suporte à equipe, na articulação entre as equipes NASF e ESF através do apoio matricial (BRASIL, 2010).

METODOLOGIA

Essa pesquisa consiste em um estudo de revisão bibliográfica, optando-se por artigos no Google acadêmico e a publicação das políticas publica desenvolvida pelo Ministério da Saúde, sendo elas compreender a atuação do psicólogo dentro dessa política pública do Núcleo de Apoio à Saúde da Família quanto às práticas de promoção da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ano de 1994 se deu a formulação do Programa Saúde da Família, posteriormente denominado de Estratégia Saúde da Família (ESF) pelo Ministério da Saúde, esse que constitui uma das principais tentativas de superação dos problemas decorrentes do modelo biomédico e também de busca da implementação dos princípios do SUS (Fertonani, Pires, Biff, & Scherer, 2015).

O SUS então, foi também constituído para conceber, organizar, unir e contemplar as estratégias em promoção, proteção e recuperação da saúde, o SUS é então organizado de forma descentralizada e hierarquizada em diversos níveis de atenção, sendo eles: primário, secundário e terciário. Nesse resumo iremos abordar apenas esse primeiro nível, sendo a primária, que é a Atenção Básica (AB) ordenadora das redes de saúde, e responsável pela continuidade e integralidade do cuidado de saúde dos usuários e a comunidade em geral, ele funciona como porta de entrada preferencial do cidadão ao SUS, promovendo a construção de novos paradigmas ao descentralizar o foco da alta complexidade (GONÇALVES; DIÓGENES, 2020).

A ESF é a porta de entrada para toda a comunidade fundada para constituir e ampliar os serviços de saúde na Atenção Primária à Saúde; e assim com o intuito de maior qualidade e resolutividade para expandir as ações em saúde, foi criado mediante a Portaria GM n° 154, de 24 de janeiro de 2008 o NASF Núcleos de Apoio à Saúde da Família (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). O NASF deve ser constituído por uma equipe de

profissionais de diferentes áreas que vão atuar juntamente prestando apoio a ESF. O Nasf não constitui como porta de entrada do sistema para os usuários, mas sim como apoio às equipes Saúde da Família.

Logo depois de denominado de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica - NASF - AB, para integrar a Atenção Básica, oferecendo retaguarda especializada às equipes de saúde da família com suporte assistencial as equipes ESF como também técnico-pedagógico. Podemos assim entender que a sua atuação deve ser integrada à ESF, não se caracterizando como porta de entrada do sistema, mas compartilhando a gestão do cuidado por meio do apoio matricial, desenvolvendo um papel interdisciplinar e intersetorial, educação permanente aos profissionais da saúde e população, participação, integralidade, participação social, desenvolvimento de noção do território, promoção da saúde e humanização (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Através da metodologia do apoio matricial que se promove essa integração das equipes de saúde da família com profissionais de outras especialidades para aumentar a capacidade de cuidado por meio da ampliação da clínica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

O NASF é composto de nove áreas estratégicas: saúde da criança/do adolescente e do jovem, saúde mental, reabilitação e a saúde integral de pessoas idosas, alimentação e nutrição, serviço social, saúde da mulher, assistência farmacêutica, atividade física como também prática corporais e práticas integrativas e complementares (Ministério da Saúde, 2009 p. 10). A equipe deverá ser composta de acordo com a necessidade de cada território, sendo que são previstas duas possibilidades de arranjos assistenciais, como: NASF 1, podendo dispor de no mínimo cinco profissionais de nível superior (médico acupunturista, assistente social, educador físico, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico ginecologista, médico homeopata, nutricionista, médico pediatra, psicólogo, médico psiquiatra e terapeuta ocupacional), e o NASF 2, pode dispor no mínimo três profissionais de nível superior sendo; assistente social, educador físico, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo e terapeuta ocupacional. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Os NASFs fazem parte da atenção básica, mas não se constitui com unidades físicas, ele atua de forma integrada a rede de atenção à saúde, que ao analisar as informações e encaminhamentos da ESF e dar apoio, o NASF é de suma importância no trabalho realizado pelas equipes Saúde da Família, elas atuam em conjunto priorizando o usuário do serviço de saúde e atendimento humanizado conforme as diretrizes e fundamentos do SUS (BRASIL, 2010). É importante que a sociedade compreenda que o NASF não é a porta de entrada para os usuários, mas, serviço de apoio com ênfase em atendimentos coletivos, ressaltando alguns casos individuais, havendo necessidade (SOARES & COSTA, 2022).

No dia 21 de janeiro do ano de 2020, o Ministério da Saúde publicou através de uma nota que acaba com a obrigatoriedade de as equipes multiprofissionais estarem vinculadas ao NASF, e isso significa que os gestores municipais eles vão ficar livres para compor

uma equipe ou não, e não mais precisando seguir a obrigatoriedade e os requisitos de Saúde da Família (BRASIL, 2020). Foi então que desde 2020, o Ministério da Saúde não realiza mais credenciamento do NASF, entretanto essa mudança foi publicada através da Nota Técnica nº 3 do Departamento de Saúde da Família, criando um novo modelo de financiamento a APS, em modelo diferente de financiamento diferente para o SUS , este a Radis 207(Reunião, Análise e Difusão de Informações sobre Saúde) este criado em 1982 pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, um programa de jornalismo em Saúde Pública da Fiocruz (BVS- FIO CRUS, 2009).

Essa portaria supracitada retira as ações do NASF que antes era custeada pelo governo federal; e conforme a nota técnica nº 3/2020-DESF/SAPS/MS, o impacto também atinge as novas equipes a partir de janeiro de 2020, que se dá a liberdade para o gestor de o município articular a composição dos profissionais das equipes, estabelecendo carga horária e podendo cadastrar os profissionais nas equipes NASF-AB ou em nenhuma equipe, apenas no estabelecimento de Atenção Primária (BRASIL, 2020). Dentro disso, e levando em conta os níveis de atenção à saúde, se não obtiver uma base de saúde favorável às demandas, visto que as desigualdades são alarmantes nos municípios e em todo o país, principalmente quando se refere ao acompanhamento em saúde da comunidade e que a cada vez mais as garantias conquistadas por meio de lutas sociais irão declinar, pois a saúde básica é a porta de entrada para o SUS, se esta base sofre pressão, automaticamente todo o sistema sofrerá, e principalmente as famílias sofrerão, ficando cada vez mais distantes do direito à saúde pública, gratuita e de qualidade, direito de todos e todas e dever do Estado (SOARES & COSTA, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro desse resumo apresentado, entende-se que esse profissional da psicologia que faz parte da equipe NASF para orientação, apoio, suporte às demandas da própria unidade de saúde, não sendo especificamente como porta de entrada da ESF, mas sim visto e pertencente ao apoio a essa equipe de saúde da família para as atividades de saúde mental. Essa pesquisa tem como principal abordagem compreender a atuação do psicólogo dentro dessa política pública do Núcleo de Apoio à Saúde da Família quanto às práticas de promoção da saúde mental através de referencial bibliográfico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990. (1990). **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Informações.3. Acesso em: 01 de Março de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. **Redefine a**

Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Diário Oficial da União 2014. Acesso em: 03 de Março de 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Gabinete do Ministro. **Caderno de atenção básica: Diretrizes do NASF Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília, 2009. Acesso em: 05 de Abril de 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Gabinete do Ministro. **Caderno de atenção básica: Diretrizes do NASF Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília, 2010. Acesso em: 05 de Abril de 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Gabinete do Ministro. **NOTA TÉCNICA Nº 3/2020- DESF/SAPS/MS. Brasília, 2020**. Disponível em: < NT-NASF-AB-e-Previne-Brasil-1.pdf (conasems.org.br). Acesso em 21 de Junho de 2023.

Portaria GM n. 154, 2008**.** Portaria GM n. 154, de 24 de janeiro de 2008. **Cria os núcleos de apoio à saúde da família NASF.** Recuperado de: http://dab.saude.gov.br/docs/legislacao/portaria154_24_01_08.pdf. Acesso em: 22 de Junho de 2023.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE ENFERMAGEM DURANTE O PUERPÉRIO E A SAÚDE MENTAL MATERNA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Eduarda dos Santos Alves[1]; Ryanne Clívia Conceição Monteles[2]; Vinicius dos Santos Maciel[3]; Hevelly Camila da Costa Pereira[4]; Pablo Palmerim Santana[5]; Francianne Lobo Braga[6]; Nely Dayse Santos da Mata[7].

[1]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/0067495216160177

[2]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. https://lattes.cnpq.br/5589967566794675

[3]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/8183861082992335

[4]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/5750685499995551

[5]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/4956016692383367

[6]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/4956016692383367

[7]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0529429570261510

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos puerperais. Saúde da Mulher. Saúde da Criança e do Adolescente.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental

INTRODUÇÃO

Ao longo da gravidez, a mulher vivencia diversas mudanças, que afetam não apenas seu corpo, mas também suas emoções e interações sociais, que se estendem desde a concepção até o pós-parto. O puerpério, caracterizado pelo retorno do corpo às condições pré-gestacionais, demanda cautela especial, sendo essencial informar sobre essas transformações durante o acompanhamento no pré-natal. Destaca-se a importância de um acompanhamento contínuo no período pós-parto para garantir uma mais transição saudável (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021).

Os desafios de se ajustar aos compromissos e responsabilidades da maternidade, somadas a emoções complexas, preocupações e estresse, podem desencadear impactos tanto psicológicos quanto físicos, contribuindo para o surgimento de ansiedade e depressão. Nesse contexto, cabe ao enfermeiro, durante as consultas, identificar possíveis intercorrências e monitorar fatores de risco, proporcionando um atendimento integral à mulher que abranja tanto os aspectos físicos quanto os psicológicos (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021).

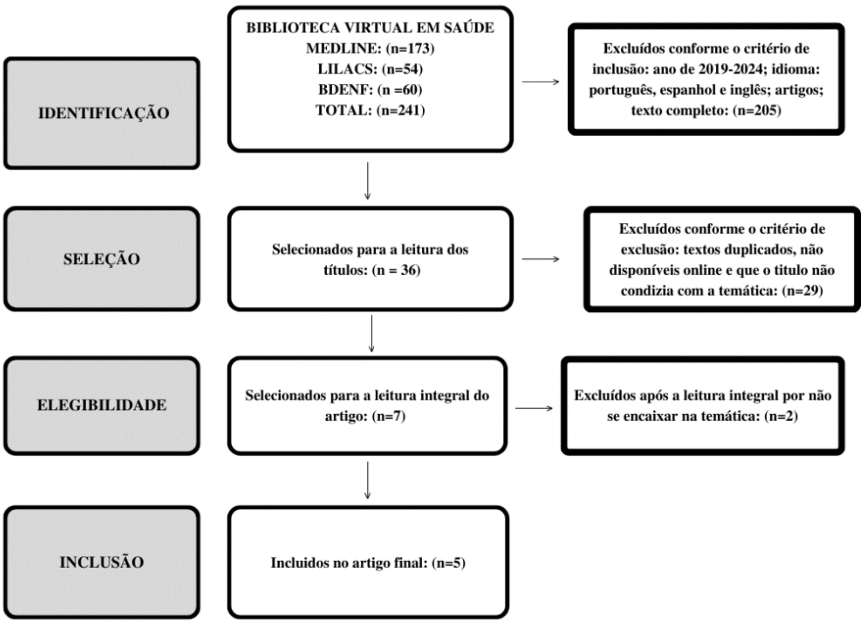
OBJETIVO

Destacar a importância do acompanhamento de enfermagem para a saúde mental de puérperas para o diagnóstico e tratamento precoce de transtornos puerperais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, com a seguinte pergunta norteadora: □Qual a importância do acompanhamento de enfermagem para a saúde mental da puérpera?□. A busca foi realizada em janeiro e fevereiro de 2024, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: (saúde mental) AND (puerpério) AND (enfermagem). Quanto aos critérios de inclusão forma: artigos completos, disponíveis online, nos idiomas de português, espanhol e inglês, presentes na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), na Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e na Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). O período analisado foi de 2019 a 2024. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados e textos completos que não estão mais disponíveis online ou que não apresentasse, confluência com a pergunta da pesquisa.

Fluxograma 1: fluxograma com as fases da revisão de literatura



Fonte: elaborado pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado final da pesquisa foi composta por 05 (cinco) artigos que foram utilizados dos resultados e discussão. O quadro abaixo apresentou a distribuição dos artigos de acordo com o nome dos autores e a ordem de publicação; título; a revista no qual o estudo

foi publicado.

Quadro 1 - Distribuição dos artigos segundo os autores/ano, título e revista.

N	AUTOR/ANO	TÍTULO	REVISTA
1	LIU, C.; XIAO, D.; HAN, D.; LI, S.; ZHU, T.; WANG, W.; ZHOU, L.; YAN, W.; LI, W. 2021.	Efeitos da enfermagem cognitiva combinada com enfermagem contínua no estudo mental pós-parto e na reabilitação.	Biomédica Res Int.
2	ELIAS, E. A.; PINHO, J. P.; DE OLIVEIRA, S. R. 2021.	Expectativas e sentimentos de gestantes sobre o puerpério: contribuições para a enfermagem.	Enfer Foco
3	GEDZYK-NIEMAN, S. A. 2021.	Depressão pós-parto e paterna pós-natal: identificação, riscos e recursos.	Nursing clibics of North America
4	STALLAERT, L. 2020.	O papel da enfermeira no reconhecimento das emoções das mulheres em relação ás expectativas não atendidas de amamentação.	Nursing for Women's Health
5	MOLI, M. F.; MATOS, A.; RODRIGUES, T. A.; MARTINS, T. S.; PIRES, F. C.; PIRES, N. A. S. 2019.	Rastreando a depressão pós-parto em mulheres jovens	Revista de enfermagem

Fonte: elaborado pelos autores

Após a análise dos cinco artigos finais, identificaram-se duas categorias principais: Desafios e Necessidades Psicológicas das Puérperas e a Importância do Acompanhamento Integral no Pré-Natal e Puerpério.

Desafios e necessidades psicológicas das puérperas

Uma mulher em estado puerperal encontra-se no período pós-parto, enfrentando uma série de reações evidentes de estresse tanto psicológico quanto físico. O impacto emocional dessas experiências negativas, frequentemente associadas ao período gestacional, como o aumento da pressão arterial, distúrbios de sono, secreção hormonal, desconforto físico e preocupações, comprometendo, assim, a sua recuperação e subsequente seu relacionamento familiar (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021; Moll et al., 2019).

A puérpera em um estado depressivo pode prejudicar a si mesma e ao bebê, refletindo em uma diminuição da amamentação e no não cumprimento do calendário nacional do bebê. Isso aumenta o risco de a criança apresentar baixo peso e transtornos psicomotores. Dessa forma, A depressão pós-parto, um transtorno mental comum e de difícil diagnóstico,

pode ser confundida com a tristeza pós-parto. O prognóstico desse transtorno puerperal está intimamente ligado ao diagnóstico precoce e à intervenção rápida (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021; Moll et al., 2019).

Nesse contexto, é imperativo proporcionar às mulheres um cuidado integralizado, abrangendo tanto a gestação por meio do pré-natal quanto o período puerperal. O enfermeiro, ao lidar com transtornos puerperais, deve oferecer um atendimento qualificado às gestantes e puérperas, considerando os fatores de risco. A atenção adequada e precoce promove um processo de reconstrução da saúde da puérpera, fortalecendo seus laços familiares e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento saudável do bebê (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021; Moll et al., 2019).

A importância do acompanhamento integral no pré-natal e puerpério

A atuação do enfermeiro no pré-natal desempenha um papel crucial na identificação de intercorrências, no monitoramento de gestantes em situações de risco e na promoção de cuidados tanto físicos quanto psicológicos. Nesse contexto, é fundamental entender os sentimentos de mulheres grávidas durante a gravidez e após o parto, levando em conta o cenário pessoal e familiar. Além disso, é essencial conhecer suas expectativas em relação ao final da gestação e à convivência com o recém-nascido (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021; Gedzyk-Nieman, 2021; Stallaert, 2020; Moll *et al*., 2019).

Frente à mudança do modelo de enfermagem, que se desenvolveu de um foco centrado na doença para um enfoque centrado nas pessoas, surge a necessidade de reabilitação das puérperas após o parto. Intervenções de enfermagem são indispensáveis para aliviar emoções negativas e promover a recuperação física e psicológica pós-parto. A educação em saúde, fornecida às puérperas, conscientiza sobre os impactos das alterações emocionais e fornece informações cruciais sobre os cuidados após o parto e com o recém-nascido (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021; Gedzyk-Nieman, 2021; Stallaert, 2020; Moll *et al*., 2019).

O atendimento contínuo às puérperas após a alta hospitalar, realizado principalmente por meio de ligações telefônicas e outros métodos de acompanhamento, é parte integrante desse cuidado abrangente. O diagnóstico precoce e a intervenção adequada são elementos essenciais no enfrentamento da depressão pós-parto, que pode afetar tanto a puérpera quanto o bebê. A compreensão dos sentimentos das gestantes e puérperas, aliada a um cuidado integralizado, diagnóstico precoce e intervenção rápida por parte dos profissionais de saúde, contribui para um prognóstico positivo no contexto da depressão pós-parto (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021; Gedzyk-Nieman, 2021; Stallaert, 2020; Moll *et al*., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período puerperal traz desafios, destacados pelo estresse psicológico e físico após o parto. Os transtornos puerperais são de diagnóstico, tendo a necessidade do diagnóstico precoce e rápidas interversões. Dessa forma, o acompanhamento do pré-natal e do puerpério de forma integralizada é crucial. Além disso, o enfermeiro desempenha um papel vital ao compreender os desafios emocionais e as intervenções necessárias, para um prognostico positivo desses transtornos (Liu *et al*., 2021; Elias *et al*., 2021; Gedzyk-Nieman, 2021; Stallaert, 2020; Moll *et al*., 2019).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ELIAS, E. A.; PINHO, J. P.; DE OLIVEIRA, S. R. 2021. Expectativas e sentimentos de gestantes sobre o puerpério: contribuições para a enfermagem. **Enfer Foco**. Disponível em: Acesso em 20 de Fevereiro de 2024.

LIU, C.; XIAO, D.; HAN, D.; LI, S.; ZHU, T.; WANG, W.; ZHOU, L.; YAN, W.; LI, W. 2021. Efeitos da enfermagem cognitiva combinada com enfermagem contínua no estudo mental pós-parto e na reabilitação. **Biomédica Res Int**. Disponível em: Acesso em 20 de Fevereiro de 2024.

MOLI, M. F.; MATOS, A.; RODRIGUES, T. A.; MARTINS, T. S.; PIRES, F. C.; PIRES, N. A. S. 2019. Rastreando a depressão pós-parto em mulheres jovens. **Revista de enfermagem**. Disponível em: Acesso em 20 de Fevereiro de 2024.

GEDZYK-NIEMAN, S. A. 2021. Depressão pós-parto e paterna pós-natal: identificação, riscos e recursos. **Nursing clibics of North America**. Disponível em: Acesso em 20 de Fevereiro de 2024.

STALLAERT, L. 2020. O papel da enfermeira no reconhecimento das emoções das mulheres em relação ás expectativas não atendidas de amamentação. **Nursing for Women's Health**. Disponível em: Acesso em 20 de Fevereiro de 2024.

REDUÇÃO DE DANOS EM USUÁRIOS DE DROGAS: ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NA SAÚDE MENTAL

Maxsuel Oliveira de Souza[1].

[1]Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasília, Distrito Federal. http://lattes.cnpq.br/1415990422609996

PALAVRAS-CHAVE: Redução de danos. Saúde mental. Estratégias.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental

INTRODUÇÃO

A Redução de Danos (RD) trata-se de um conjunto de estratégias que visam minimizar os danos causados pelo uso das diversas drogas, sem que necessariamente haja a interrupção do uso das substâncias (*SURJUS; FORMIGONI; GOUVEIA, 2021)*. Esta estratégia adentrou ao Brasil em 1989 no município de Santos - São Paulo, momento histórico em que ocorreu a "epidemia da AIDS", ou seja, do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) que neste público estava correlacionado ao uso indevido de drogas injetáveis (PASSOS; SOUZA, 2011).

Marllat (1999, *apud SURJUS; FORMIGONI; GOUVEIA, 2021, pg. 11*) descreve cinco princípios básicos e norteadores da RD, sendo eles:

1. A RD é uma alternativa de saúde pública para modelos moral/criminal e de doença do uso e da dependência de drogas.
2. A RD reconhece a abstinência como resultado ideal, mas aceita alternativas que reduzam danos.
3. A RD surgiu principalmente como uma abordagem de "baixo para cima".
4. A RD promove acesso a serviços de baixa exigência como alternativa para abordagens tradicionais de alta exigência.
5. A RD baseia-se nos princípios do pragmatismo empático versus idealismo moralista.

A partir destes princípios, perceber-se que as estratégias de redução de danos possibilitam o manejo e o cuidado de forma transversal e humanizada; partindo da lógica do individual ao coletivo; respeitando as particularidades dos sujeitos; com o intuito de descriminalizar o uso das substâncias psicoativas, sejam elas lícitas ou ilícitas; respeitando a autonomia e a singularidade do indivíduo; com estratégias psicoeducativas que reduzam

os danos ou agravos à saúde; visando a prevenção em saúde; buscando o uso consciente e seguro; e com rede de apoio e suporte (*SURJUS; FORMIGONI; GOUVEIA, 2021)*.

Posto isto, esta pesquisa busca investigar: **Quais são as estratégias de redução de danos e cuidado aos usuários de drogas no campo da saúde mental?**

OBJETIVO

Descrever as estratégias de redução de danos e cuidado em saúde mental aos usuários de drogas.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura. Realizado na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), durante o mês de janeiro e fevereiro de 2024. Selecionou-se as bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrievel System Online* (MEDLINE) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para a busca de dados foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeSC): "Redução de danos", "Saúde Mental" e "Estratégias", com o operador *booleano* "AND".

Os critérios de inclusão foram: artigos gratuitos, completos e disponíveis *on-line*; textos nos idiomas em inglês e português; publicados entre os anos de 2019 a 2023; que abordassem no título e resumo a temática em tela. E critérios de exclusão: duplicidade de artigos nas bases de dados, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 79 textos completos com os descritores, sendo 53 no LILACS e 26 no MEDLINE. Após a inclusão dos critérios de temporariedade e idiomas restaram 24 textos completos, com 19 no LILACS e 5 no MEDLINE. Para o refinamento das temáticas, utilizou-se a ferramenta "assunto principal" da BVS, na qual selecionou-se artigos sobre "usuários de drogas", "transtornos relacionados ao uso de substâncias", "redução do dano", "serviços de saúde mental" e "saúde mental", com resultados de 9 no LILACS e 3 no MEDLINE.

Em continuidade, após leitura dos títulos e resumos, por elegibilidade foram excluídos 6 artigos do LILACS e 2 do MEDLINE. A amostra deste estudo foi composta por 3 artigos do LILACS e 1 do MEDLINE.

Segue em exposição no **Quadro 1** a descrição dos títulos dos artigos, autores, objetivos dos estudos, anos de publicação e base de dados.

Quadro 1. Estudos selecionados nas bases de dados LILACS e MEDLINE

Título	Autores	Objetivo do estudo	Ano de publicação	Base de dados:
Inserção das estratégias cognitivo-comportamentais no CAPS álcool e drogas.	Almeida, Érica Aparecida Schefer de; Sartes, Laisa Marcorela Andreoli; Souza, Karine Soriana Silva de.	Conhecer a percepção de psicólogos que trabalham em Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas sobre a inserção de estratégias das terapias cognitivo-comportamentais para o tratamento de dependência de álcool e outras drogas em sua prática.	2022	LILACS
Uma revisão bibliográfica sobre as estratégias de construção da autonomia nos serviços públicos brasileiros de atenção em saúde a usuários de drogas.	Martins, Matheus Eduardo Rodrigues; Buchele, Fatima; Bolsoni, Carolina Carvalho.	Descrever as estratégias para construção de autonomia para pessoas que fazem uso abusivo de drogas.	2021	MEDLINE
Cuidado à saúde mental de usuários de drogas: relato de experiência.	Anjos, Jakivânia Sousa dos; Soares, Camila Alves.	Relatar a experiência de um grupo de Redução de Danos com usuários em acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas, na região metropolitana de Fortaleza -CE, além disso, descrever como são desenvolvidas as ações no grupo e apresentar potencialidades e fragilidades das estratégias de redução de danos no tratamento do uso abusivo de psicoativos.	2021	LILACS
Avaliação das estratégias de redução de danos na rede de atenção psicossocial.	Santos, Elitiele Ortiz dos; Pinho, Leandro Barbosa de; Eslabão, Adriane Domingues; Medeiros, Rafael Gil.	Avaliar as estratégias de Redução de danos na Rede de Atenção Psicossocial de um município do interior da região Sul do Brasil.	2020	LILACS

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Dentre as estratégias encontradas para a redução de danos e o cuidado em saúde mental estão:

As técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental, o Modelo de Prevenção de Recaídas, a Entrevista Motivacional e o Treino de Habilidades Sociais, ambas as ferramentas/intervenções foram utilizadas por profissionais da psicologia no tratamento de pessoas com dependência química nos Centros de Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas (CAPS AD) (ALMEIDA; SARTES; SOUZA, 2022).

Martins e Buchele (2021) trazem uma sistematização das atividades e práticas realizadas pelos CAPS AD para o cuidado deste público, sendo: o atendimento em liberdade, o acolhimento e recepção deste sujeito, a escuta inicial, o profissional de referência no processo de cuidado, a construção do Plano Terapêutico Singular (PTS) do paciente, a responsabilização pelo PTS; os serviços de base territorial e comunitária; o cuidado em rede; a realização de grupos e oficinas; os atendimentos individuais e grupais; às estratégias de redução de danos; a não obrigatoriedade de abstinência e a participação da família. Ambas as atividades podem se configurar como estratégias que viabilizam o cuidado e reduzem os danos psicossociais.

Em continuidade, compartilhando sobre as estratégias de cuidado, Anjos e Soares (2021) trazem a experiência de um grupo de redução de danos em um CAPS AD. Como resultados foi possível perceber o ganho da autonomia; o fortalecimento do vínculo e da escuta ativa no processo terapêutico; das trocas de experiências entre os usuários; as discussões sobre as temáticas específicas no campo álcool e drogas; a relevância da prevenção e promoção da saúde no processo de redução de riscos/danos; assim como, o uso consciente das drogas e das redes de apoio e suporte emocional; as técnicas de psicoeducação; a auto-observação e o manejo das intervenções em situações de crise.

Por fim, Santos e colaboradores (2020) trazem a relevância do fortalecimento das redes de cuidado no âmbito da saúde, principalmente da Atenção Primária à Saúde (APS) juntamente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com foco no aprimoramento das estratégias de redução de danos na atenção básica. Por fim, o estudou evidenciou a real necessidade da aproximação das redes de cuidado APS e RAPS, como o foco na maior vinculação das equipes de saúde para o planejamento e cuidado compartilhado deste público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou as estratégias de cuidado e redução de danos aos usuários de drogas. Sendo necessário a aproximação das redes de cuidado em saúde, com o fortalecimento do vínculo, acolhimento e cuidado de forma horizontal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érica Aparecida Schefer de; SARTES, Laisa Marcorela Andreoli; SOUZA, Karine Soriana Silva de. Inserção das estratégias cognitivo-comportamentais no CAPS álcool e drogas. **Psicol. ciênc. Prof.,** v. 42, 2022.

ANJOS, Jakivânia Sousa dos; SOARES, Camila Alves. Cuidado à saúde mental de usuários de drogas: relato de experiência. **Rev. psicol. (Fortaleza, Online).,**v. 12, n. 2, 2021.

MARTINS, Matheus Eduardo Rodrigues; BUCHELE, Fatima; BOLSONI, Carolina Carvalho. Uma revisão bibliográfica sobre as estratégias de construção da autonomia nos serviços públicos brasileiros de atenção em saúde a usuários de drogas. **Cad Saude Publica.,** v. 37, n. 8, 2021.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré; OLÍMPIO, Anny Caroline dos Santos; COSTA, João Breno Cavalcante; MOREIRA, Roberta Magda Martins; OLIVEIRA, Lycélia da Silva; SILVA, Rita Wigna de Souza. Consumo de crack: característica de usuários em tratamento em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. **SMAD, Rev. eletrônica saúde mental alcool drog.,** v. 15, 4, 2019.

OLIVEIRA, Lannuzya Veríssimo e; COELHO, Ardigleusa Alves; SALVADOR, Pétala Tuani Cândido de Oliveira; FREITAS, Claúdia Helena Soares de Morais. Muros (in)visíveis: reflexões sobre o itinerário dos usuários de drogas no Brasil. **Physis (Rio J.).,** v., 29, n. 4, 2019.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Paula Souza. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**., v. 23, n. 1, 2011.

SANTOS, Elitiele Ortiz dos; PINHO, Leandro Barbosa de; ESLABÃO, Adriane Domingues; MEDEIROS, Rafael Gil. Avaliação das estratégias de redução de danos na rede de atenção psicossocial. **Texto & contexto enferm.,** v. 29, 2020.

SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; FORMIGONI, Maria Lucia O. Souza; GOUVEIA, Fernanda. **Redução de Danos:** Conceitos e Práticas. Material comemorativo aos 30 anos de Redução de Danos no Brasil. São Paulo: UNIFESP, 2021.

TURBULÊNCIAS NA JORNADA PARENTAL: EXPLORANDO A SAÚDE MENTAL DE PAIS ATÍPICOS

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Desafios Parentais. Bem-estar Familiar. Suporte Psicológico.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A jornada parental é uma experiência multifacetada, repleta de desafios e recompensas. No entanto, para os pais que cuidam de crianças com necessidades especiais ou deficiências, essa jornada pode se tornar ainda mais complexa. A rotina diária desses pais atípicos é marcada por demandas únicas, enfrentamento de obstáculos e a necessidade constante de adaptação. Nesse contexto, a saúde mental desses pais desempenha um papel crucial não apenas em seu próprio bem-estar, mas também no cuidado e na qualidade de vida de seus filhos.

OBJETIVO

Esta revisão expandida tem como objetivo explorar a saúde mental de pais atípicos, examinando os desafios que enfrentam, os fatores de risco envolvidos e as estratégias de enfrentamento disponíveis. Ao compreender melhor essas turbulências na jornada parental, podemos identificar maneiras de oferecer um suporte mais eficaz e abrangente a essas famílias, promovendo assim o bem-estar tanto dos pais quanto de seus filhos atípicos.

METODOLOGIA

Este trabalho acadêmico adota uma abordagem qualitativa, visando uma compreensão mais profunda e detalhada dos fenômenos estudados. A natureza da pesquisa é considerada básica, com o intuito de explorar e descrever os aspectos relacionados à saúde mental de pais atípicos. A pesquisa possui um caráter exploratório, buscando identificar padrões, tendências e insights que possam contribuir para uma melhor compreensão do tema.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos disponíveis no Google Acadêmico. Este recurso foi selecionado devido à sua vasta

base de dados e acesso a artigos científicos revisados por pares. O período de abrangência da pesquisa compreende os anos de 2010 a 2022, permitindo uma análise abrangente e atualizada das informações disponíveis sobre a saúde mental de pais atípicos.

A escolha da pesquisa bibliográfica como método se deve à natureza do tema, que envolve uma ampla gama de informações e perspectivas. A análise desses artigos permitirá uma síntese crítica do conhecimento existente e uma fundamentação teórica sólida para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo realizado por Minetto (2010) alcançou seus objetivos ao examinar as práticas educativas parentais, especialmente entre pais de crianças com desenvolvimento típico e atípico. A pesquisa destacou que diferenças nessas práticas podem ser compreendidas considerando-se o contexto em que ocorrem, incluindo crenças sobre práticas, níveis de estresse e funcionamento familiar. Foi observado que as crenças sobre práticas educativas desempenham um papel significativo, sugerindo a importância de fornecer informações adequadas para os pais repensarem suas abordagens e promover relacionamentos familiares mais funcionais. Recomenda-se a implementação de programas estruturados para orientar os pais e reduzir o estresse parental, especialmente para pais de crianças com desenvolvimento atípico, que necessitam de redes de apoio específicas e eficazes. O estudo também apontou para limitações, como a falta de validação dos instrumentos para a população brasileira e a dificuldade em recrutar participantes, especialmente pais de crianças com deficiência intelectual e síndrome de Down. Sugere-se que futuras pesquisas abordem questões como acompanhamento longitudinal das famílias, estudos qualitativos para compreender as opiniões dos pais, validação de instrumentos, desenvolvimento de programas de intervenção e aprofundamento das necessidades específicas dos pais de crianças com deficiência intelectual. Esses esforços visam superar as limitações e contribuir para uma compreensão mais abrangente das práticas educativas parentais e seu impacto nas famílias.

O estudo de Minetto et al. (2012) examinou as práticas educativas parentais de três grupos diferentes de pais: aqueles com filhos com desenvolvimento típico, síndrome de Down e deficiência intelectual. Os resultados revelaram diferenças significativas entre os grupos, com os pais de crianças com síndrome de Down demonstrando práticas mais próximas daqueles com desenvolvimento típico. Por outro lado, os pais de crianças com deficiência intelectual se destacaram com práticas educativas distintas. Além disso, constatou-se que os pais de crianças com síndrome de Down e deficiência intelectual enfrentam níveis mais elevados de estresse em comparação com os pais de crianças com desenvolvimento típico. O estudo ressalta a importância de fornecer orientação e apoio aos pais em sua jornada educacional. Propõe-se a implementação de programas estruturados por diferentes instâncias, como governo, escolas e igrejas, para oferecer suporte e recursos

especializados. Destaca-se a necessidade de ampliar as redes de apoio institucionais para famílias com crianças com desenvolvimento atípico, visando reduzir o estresse parental e promover práticas educativas mais eficazes. O estudo conclui que práticas educativas parentais adequadas contribuem para o desenvolvimento infantil, impactando positivamente seu desempenho escolar e relacionamentos sociais.

O estudo de Ferreira (2021) aborda os desafios enfrentados por famílias que cuidam de crianças com deficiência física e/ou intelectual, destacando o papel predominante das mães como cuidadoras principais. A falta de divisão de tarefas e reconhecimento por parte da família, juntamente com a sobrecarga emocional e financeira, contribui para problemas de saúde mental, incluindo estresse, angústia, depressão e ansiedade. Além das questões relacionadas à deficiência em si, fatores como atraso no desenvolvimento da criança, deterioração financeira da família e falta de apoio social também impactam a saúde mental dos cuidadores. O acesso a redes de suporte na comunidade é crucial para melhorar a qualidade de vida dessas famílias. Os profissionais de saúde devem considerar a saúde mental dos cuidadores ao fornecer serviços de reabilitação, visando melhorar o desenvolvimento da criança e a qualidade de vida familiar. É fundamental adotar um modelo de cuidado centrado na família, reconhecendo as necessidades individuais e recursos relevantes de cada caso. Apesar dos desafios na implementação efetiva da assistência à pessoa com deficiência, a evolução na compreensão e abordagem desse tema promete trazer benefícios significativos para as famílias cuidadoras.

O estudo conduzido por Paixão et al. (2022) examina a complexa interação entre a saúde mental das mães de crianças com deficiência e os desafios enfrentados nessa jornada. Evidências destacam que as mães assumem a maior parte das responsabilidades de cuidado, enfrentando aumento do estresse psicológico, dificuldades financeiras e alterações na dinâmica familiar. Essa sobrecarga pode levar ao desenvolvimento de transtornos mentais, à medida que as mães priorizam o cuidado da criança em detrimento de si mesmas, abdicando de autocuidado, trabalho e atividades sociais. Estratégias de enfrentamento, como o apoio espiritual e redes de apoio, são adotadas, mas o contexto da pandemia da COVID-19 intensificou esses desafios, aumentando o medo de contágio, interrompendo tratamentos e agravando o sofrimento psicológico. A pesquisa ressalta a importância de novos estudos para minimizar as consequências da falta de saúde mental das mães de crianças com deficiência, reconhecendo a necessidade de uma abordagem holística e de apoio eficaz para essas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre as turbulências na jornada parental de pais atípicos, focando na saúde mental, revelou uma série de desafios significativos enfrentados por esses pais e suas famílias. A análise dos dados demonstrou que a responsabilidade aumentada de cuidar de crianças com necessidades especiais ou deficiências pode gerar uma sobrecarga

emocional considerável nos pais, levando a níveis elevados de estresse, ansiedade e até mesmo depressão.

Através da exploração das práticas educativas, fatores de estresse, estratégias de enfrentamento e disponibilidade de suporte, identificamos a necessidade urgente de medidas que visem melhorar a saúde mental e o bem-estar desses pais. A falta de apoio adequado e a sobrecarga de responsabilidades podem ter impactos negativos não apenas na saúde dos pais, mas também no desenvolvimento e na qualidade de vida das crianças atípicas.

É essencial que os profissionais de saúde, educadores, políticas públicas e a sociedade em geral reconheçam e valorizem as demandas específicas enfrentadas por pais atípicos. Estratégias de intervenção e apoio devem ser desenvolvidas e implementadas de forma a oferecer suporte holístico e contínuo a essas famílias. Isso pode incluir programas de orientação e suporte emocional, acesso facilitado a serviços de saúde mental, redes de apoio comunitário e políticas que promovam a inclusão e igualdade de oportunidades.

Em última análise, ao abordar as turbulências na jornada parental de pais atípicos, estamos não apenas promovendo o bem-estar individual e familiar, mas também construindo uma sociedade mais inclusiva e empática, onde todas as crianças e suas famílias possam prosperar.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

FERREIRA, L. G. **Saúde Mental de Familiares de Crianças com Deficiência, uma Revisão Integrativa.** Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229917. Acesso em: 01 mar. 2024.

MINETTO, M. DE F. *et al.*. Práticas educativas e estresse parental de pais de crianças pequenas com desenvolvimento típico e atípico. **Educar em Revista**, n. 43, p. 117–132, jan. 2012.

MINETTO, M. F. J., **Práticas educativas parentais, crenças parentais, estresse parental e funcionamento familiar de pais de crianças com desenvolvimento típico e atípico**. Florianópolis, 2010. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94159. Acesso em: 03 mar. 2024.

PAIXÃO, D. P. *Et al.*, **Saúde mental de mães de crianças com deficiência: uma revisão de escopo. Educação, Trabalho e Saúde: caminhos e possibilidades em tempos de pandemia** - ISBN 978-65-5360-171-0 - Vol. 2 - P. 191 à 202 - Ano 2022.

FETICHE SOCIAL: EXPLORANDO A SAÚDE MENTAL DA MULHER ATRAVÉS DO CASO DE ANA HICKMANN E O CULTO AO SOFRIMENTO PROLONGADO DA MULHER VIOLENTADA

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Estigma. Percepções sociais. Empoderamento.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, as interações entre as expectativas sociais, o papel de gênero e a saúde mental das mulheres emergem como um campo de estudo crucial e complexo. Sob a lente do fetiche social, que envolve uma reverência implícita ao sofrimento feminino, este resumo expandido busca explorar os intricados vínculos entre a cultura do culto ao sofrimento prolongado da mulher violentada e suas ramificações na saúde mental. Utilizando o caso emblemático de Ana Hickmann, uma personalidade pública cuja experiência com violência despertou atenção nacional, esta pesquisa investiga como a narrativa pública, muitas vezes impulsionada pela mídia e pelas normas culturais, influencia a percepção e o tratamento das mulheres vítimas de violência. Ao examinar a dinâmica entre a pressão social para que as mulheres suportem o sofrimento prolongado após situações traumáticas e os efeitos adversos resultantes disso em sua saúde mental, este estudo visa lançar luz sobre as tensões subjacentes que moldam as experiências individuais e coletivas das mulheres na sociedade contemporânea.

OBJETIVO

O objetivo deste resumo expandido é analisar as tensões do fetiche social em relação à saúde mental das mulheres, utilizando o caso de Ana Hickmann como um estudo de caso exemplar. Especificamente, pretende-se investigar como a cultura do culto ao sofrimento prolongado da mulher violentada impacta a percepção, o tratamento e o bem-estar psicológico das mulheres que enfrentam situações de violência. A pesquisa buscará compreender as complexas interações entre as expectativas sociais, o papel de gênero e a saúde mental, visando lançar luz sobre as implicações dessa dinâmica para as mulheres na sociedade contemporânea.

METODOLOGIA

Este resumo expandido baseia-se em uma pesquisa bibliográfica que abrange artigos publicados em livros, revistas acadêmicas e periódicos, bem como publicações disponíveis no Instagram, com foco nas discussões sobre as tensões do fetiche social e sua relação com a saúde mental da mulher, utilizando o caso de Ana Hickmann como ponto de partida. A pesquisa inclui materiais publicados no período de 2006 a 2024, abrangendo um amplo espectro temporal para garantir uma visão abrangente e atualizada do tema em questão.

A natureza desta pesquisa é de caráter básico, uma vez que busca explorar e compreender os fenômenos sociais relacionados ao culto ao sofrimento prolongado da mulher violentada. Além disso, o objetivo é essencialmente exploratório, buscando identificar e analisar as diversas facetas e implicações dessa dinâmica cultural na saúde mental das mulheres, sem a pretensão de propor soluções definitivas ou conclusões definitivas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Slegh (2006) enfatiza que a violência contra as mulheres é uma grave violação dos direitos humanos, com consequências destrutivas para a comunidade e a sociedade. Ele argumenta que a violência não é natural e não está vinculada a normas culturais aceitas, mas sim a uma variedade de fatores, como perda de controle, resistência às mudanças nos papéis de gênero e lacunas nos sistemas jurídico, econômico e de saúde. O autor adverte que ignorar a violência contra mulheres e crianças é um processo de autodestruição psicológica para os países e as sociedades. Ele destaca os altos custos sociais de prejudicar as contribuições construtivas das mulheres e minar a confiança das crianças na justiça, segurança e paz. Slegh ressalta a responsabilidade da comunidade nacional e internacional em estabelecer limites para os agressores e apoiar suas vítimas. Ele enfatiza a urgência de libertar as mulheres dessas injustiças e situações insuportáveis, conforme indicado pelas recomendações da OMS.

Moreira e Cunha (2018) abordam a questão da violência contra a mulher, destacando suas raízes antigas e profundamente enraizadas na sociedade. Eles ressaltam a sensação de falhas primárias na resolução desse problema, apontando que os avanços sociais foram mínimos diante da magnitude da dor sofrida pelas mulheres. Apesar da existência de legislação específica, como a Lei n.º 11.340/2006, os preceitos muitas vezes não são efetivados na prática. As autoridades são instadas a agir com base nos estudos de diversas áreas do conhecimento para enfrentar essa questão. Profissionais de diferentes campos, como Saúde, Psicologia, Sociologia e Direito, lidam diariamente com o problema, porém é necessária uma abordagem multidisciplinar e uma conscientização geral da sociedade para garantir a eficácia das medidas adotadas. O Estado é convocado a ter um olhar diferenciado sobre essa questão, considerando sua influência em diversos aspectos da vida das vítimas, como família, trabalho e relações sociais. Além disso, ressalta-se a importância de investimentos em recursos humanos e financeiros para o atendimento e prevenção da

violência doméstica. Destaca-se a necessidade de mudanças culturais para combater a violência contra a mulher, especialmente por meio da educação e conscientização desde a infância. A escola é apontada como um agente fundamental nesse processo, onde políticas públicas podem ser implementadas para promover a não violência e a prevenção como elementos de transformação social.

O artigo de Zinhani e Orlandi (2023) oferece reflexões sobre a influência da cultura machista na manutenção de relacionamentos abusivos, destacando-a como uma reprodução de dominação e sexismo, onde o homem é considerado superior à mulher. Observa-se que o machismo está presente tanto em relações heterossexuais quanto homoafetivas, contribuindo para a perpetuação da violência verbal, física e psicológica. Os autores ressaltam que, embora o machismo não seja a única causa do abuso, sua influência é significativa. Além disso, exploram diferentes facetas dos relacionamentos abusivos, ressaltando a importância da conscientização e educação em direitos humanos para evitar a perpetuação desse ciclo de violência. Eles enfatizam que o conhecimento e políticas educacionais são fundamentais para deslocar essas práticas abusivas e promover relações mais respeitosas e saudáveis.

O post compartilhado pela conta @Direito.dela no Instagram (2024), destaca a expectativa social imposta sobre mulheres que terminam relacionamentos abusivos. Aponta-se que, mesmo após sair de uma situação prejudicial, a mulher é frequentemente incentivada a vivenciar um período de luto, dedicando-se exclusivamente ao sofrimento, ao cuidado dos filhos e ao trabalho. Essa postura é percebida como validação do seu sofrimento. No entanto, quando ela decide abrir espaço para uma nova relação, sua dor é deslegitimada, revelando um fetiche social pelo sofrimento feminino. A sociedade valoriza a ideia de que quanto mais uma mulher se submete à dor e sacrifício, mais digna e valiosa ela é. O texto ressalta que apenas quem viveu um relacionamento abusivo compreende o quão desafiador é se abrir para uma nova relação. Por fim, é destacado o desejo de que Ana, citada no post, encontre prazer e felicidade em sua jornada, reforçando que as mulheres merecem o melhor em suas vidas amorosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou lançar luz sobre as complexas dinâmicas que permeiam as tensões do fetiche social em relação à saúde mental das mulheres, utilizando o caso de Ana Hickmann e o culto ao sofrimento prolongado da mulher violentada como lentes para investigação. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar uma série de aspectos cruciais que destacam a necessidade urgente de abordar e compreender essa questão em profundidade.

A análise dos materiais bibliográficos e das publicações disponíveis no Instagram revelou que o culto ao sofrimento prolongado da mulher violentada é uma construção social profundamente enraizada, que reflete e reforça as desigualdades de gênero e as normas

patriarcais presentes em nossa sociedade. A pressão sobre as mulheres para que suportem o sofrimento prolongado após situações traumáticas, como a violência, não apenas perpetua o ciclo de abuso, mas também pode ter sérias repercussões na saúde mental, levando a sintomas de estresse, ansiedade e depressão.

O caso de Ana Hickmann serviu como um exemplo vívido das expectativas sociais impostas às mulheres que enfrentam situações de violência, destacando como a narrativa pública e a cobertura midiática podem influenciar a percepção e o tratamento das vítimas. No entanto, também demonstrou a importância do apoio social e do acesso a recursos adequados para a recuperação e o bem-estar das mulheres em situações semelhantes.

Diante dessas constatações, torna-se claro que é essencial promover uma maior conscientização sobre as questões relacionadas ao fetiche social e à saúde mental das mulheres, bem como implementar políticas e programas eficazes para prevenir e combater a violência de gênero. Além disso, é fundamental desafiar as normas culturais e os estereótipos de gênero que perpetuam a desigualdade e a discriminação, buscando criar uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

DUARTE, Camila Rufato (@direito.dela). 2024. **“Mas ela já tá namorando? O fetiche social pelo longo sofrimento da mulher violentada.”.** Instagram, 13 de março de 2024. https://www.instagram.com/p/C4asdPoOTeX/.

MELO ZINHANI, Landara Anne; PUCCINELLI ORLANDI , Eni de Lourdes. Relacionamento abusivo: analise discursiva de depoimentos de vítimas de abusos. **Traços de Linguagem - Revista de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2023. DOI: 10.30681/2594.9063.2023v7n2id11592. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/11592. Acesso em: 13 mar. 2024.

MOREIRA, Allyne Marie Molina; CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. Entre o Amor e o Sofrer-A Violência contra a Mulher nas Relações Afetivas do Século XXI: Uma Análise à luz da Sociologia Jurídica e da Psicanálise. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 4, n. 1, p. 111-131, 2018.

SLEGH, Henny. Impacto psicológico da violência contra as mulheres. Publicado em -**outras Vozes**”, n. 15, 2006.

GRUPO DE MEDITAÇÃO GUIADA COM O PROPÓSITO DE REDUZIR CARGA DE ANSIEDADE E ESTRESSE DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Flávia Holzschuh[1].

[1]Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), Santa Maria, Rio Grande do Sul.

http://lattes.cnpq.br/8375312112825912

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/52

PALAVRAS CHAVES: Saúde Mental. Enfermagem. Terapias Complementares.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental

INTRODUÇÃO

Profissionais da saúde que trabalharam na pandemia da covid-19 apresentam até hoje um elevado índice de alterações psíquicas, desgaste físico, estresse, ansiedade, dentre outros tantos sintomas. Diante de um desastre mundial esses profissionais tiveram que buscar recursos e métodos para auxiliar pacientes e assim prestar uma assistência humanizada diante do caos (Mattana et al, 2022).

E pós-pandemia o profissional da saúde ainda passa horas no ambiente de trabalho, alguns em hospitais, outros em unidade básica de saúde entre outros postos de trabalho. O contato constante com pessoas, além da sobrecarga de atividades, a pressão, a responsabilidade demasiada, a carga horária, onde muitos devido à dificuldade financeira, trabalhos em dois turnos ou mais. Como fica este profissional psicologicamente e fisicamente que lida constantemente com doentes, e são responsáveis pela vida do outro, como fica a vida deste profissional que tem famílias, e que cada um, tem suas inquietações no lar quer seja financeira, quer seja de relacionamento, quer seja de cuidados com alguém doente, e/ou filhos (Silva et al., 2015).

Diante disso foi se pensado em realizar uma atividade diferente na ação do janeiro branco para trazer um momento de relaxamento para estes profissionais.

OBJETIVO

Relatar experiências dos profissionais da saúde atuantes no contexto hospitalar que participaram de um grupo de meditação guiada com o propósito de reduzir carga de ansiedade e estresse.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência dos profissionais da saúde que participaram de uma ação de janeiro branco desenvolvido por cipeiros da gestão 2023/2024 de um hospital público do Rio Grande do Sul. No período janeiro de 2024. Para obtenção de dados foi utilizada vivências dos profissionais no decorrer desse período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças. Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece, de forma integral e gratuita, vinte e nove procedimentos de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) à população (BRASIL, 2019). A meditação está dentro das PICS e traz uma série de benefícios ao corpo e a mente. Sobre a prática bastaria dizer que é necessário estar em silêncio, sem atividade na mente, apenas ser e estar em si, em seu centro. Meditar é algo simples, sem esforço: um estado de não fazer nada. Quando pensamos em meditação, já nos vem à cabeça imagens de grandes mestres budistas, ou de pessoas com grande disciplina emocional. Mas na verdade, está muito longe disso. A técnica é acessível e você pode incorporá-la de diversas maneiras em sua rotina. A busca pela paz interior e pela saúde integral tem que se tornar natural no dia a dia do indivíduo, a saúde mental e emocional por muitas vezes não é prioridade (Oliveira, Nayara Cristina Silva; Ferreira, Rivaldo Albert Gois; Wanderley, Sarah Vislynne Nunes; Cavalcanti, Jeane Odete Freire dos Santos). Atualmente os profissionais de saúde e tantos outros profissionais vivem uma rotina muito acelerada e estressante podendo desencadear sérios distúrbios mentais. Diante de uma crise, a incerteza e o medo trazem ao indivíduo pensamentos ansiosos, a mudança na rotina causa estresse dentre tantos outros sintomas. Os cipeiros da gestão 2023/2024 ofertaram uma ação em conscientização ao janeiro branco com o intuito de tentar reduzir a carga de estresse e ansiedade dos profissionais com um momento de relaxamento. Alguns profissionais atuantes em um hospital publico do interior do Rio Grande do Sul participaram da meditação da respiração sendo essa guiada por uma profissional especialista na área de meditação. Em um ambiente tranquilo os profissionais foram convidados a ficar em uma posição que julgasse confortável, então todos sentaram em colchonetes no chão, havia uma musica de relaxamento ao fundo, aroma de capim limão e a profissional foi guiando o grupo de meditação, todos foram convidados a fechar os olhos e se concentrar apenas na sua respiração e na fala do profissional, foram trinta minutos de total relaxamento. Ao final da atividade os profissionais saíram relaxados, calmos, menos ansiosos e com disposição para retornar ao trabalho com os pacientes. Jones et al. (2019) traz que a meditação promove ao indivíduo uma atitude em que a mente fique mais concentrada, atenta e, consequentemente, mais calma. Com esses benefícios, a meditação pode ser entendida como uma ferramenta para alívio da ansiedade, pois a concentração auxilia o indivíduo a

centrar-se, o que contribui para a redução da agitação mental e, por consequência, reduz a ansiedade. Milhomens *et al*., (2019) corrobora que a meditação, independentemente do tipo, promove alterações favoráveis, como fortalecimento físico, emocional, mental, social e cognitivo. Sendo essa uma prática fácil, de baixo custo e que não requer muitos instrumentos para a sua aplicabilidade e como vimos trazendo inúmeros benefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a rotina dos profissionais de saúde do contexto hospitalar gera ansiedade, medo, cansaço, estresse e tantos outros sintomas. Mas observamos que com a meditação ofertada na ação em conscientização ao janeiro branco, os profissionais conseguiram ter um momento de relaxamento e paz. E retornaram ao trabalho mais aliviado e zen, gostaram da ação elogiando a iniciativa dos cipeiros e solicitaram que fosse realizada em outros momentos ações como aquela.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Práticas Integrativas e Complementares (PICS):** quais são e para que servem. Ministério da saúde. Brasília, 2019.

Jones, D. R., Lehman, B. J., Noriega, A., & Dinnel, D. L. (2019). **The effects of a short-term mindfulness meditation intervention on coping flexibility. Anxiety, stress, and coping,** 32(4), 347–361. https://doi.org/10.1080/10615806.2019.1596672

Milhomens, L. D. M., Tesser, T. R., Ribeiro, A. A. V., Araújo, B. C., Melo, R. C. D., Hirayama, M. S., ... & Barreto, J. O. M. (2019). **Meditação/mindfulness para tratamento de doenças cardiovasculares em adultos e idosos: Qual a eficácia/efetividade e segurança do uso complementar da meditação/mindfulness para o tratamento de doenças cardiovasculares na população adulta e idosa?**. pesquisa.bvsalud.org, p. 32–32.

Mattana, A, D. B. et al. (2022). **Estresse em profissionais de enfermagem da linha de frente da Covid-19.** *Research, Society and Development*, 11(7): 1-12.

Oliveira, Nayara Cristina Silva; Ferreira, Rivaldo Albert Gois; Wanderley, Sarah Vislynne Nunes; Cavalcanti, Jeane Odete Freire dos Santos. **A PRÁTICA DE MEDITAÇÃO E ALONGAMENTO NA BUSCA DO RELAXAMENTO FÍSICO E MENTAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL:revisão de literatura.** Revista Diálogos em Saúde ISSN 2596-206X. Volume 3 - Número 1 - jan/jun de 2020.

Silva, J. L. L. et al. (2015). **Fatores psicossociais e prevalência da síndrome de burnout entre trabalhadores de enfermagem intensivistas**. *Rev. Bras. Ter. Intensiva*, 27(2): 125-133.

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES ESCOLARES DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19

Taísse Alves Soares[1]; Tais da Silva Paz[2]; Erika Conceição Silva[3]; Diellison Layson Dos Santos Lima[4].

[1]Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Colinas, Maranhão. http://lattes.cnpq.br/4171693663468901

[2]Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Colinas, Maranhão. https://lattes.cnpq.br/6118203004008540

[3]Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Colinas, Maranhão. http://lattes.cnpq.br/6857044314409403

[4]Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Colinas, Maranhão. http://lattes.cnpq.br/1808283046136587

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/7

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes. Distanciamento. Impactos.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental

INTRODUÇÃO

Considerando a progressão da COVID-19, uma infecção respiratória aguda provocada pelo SARS-CoV-2, com potencial gravidade, alta capacidade de transmissão e disseminação global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a doença do coronavírus uma pandemia global em março de 2020, e medidas de saúde pública foram implementadas em todo o mundo para conter a propagação do vírus. Assim, o isolamento social emergiu como uma forma preventiva importante (Parmet *et al.*, 2020). A imposição de medidas como a quarentena e o distanciamento social tiveram impactos notáveis na vida dos jovens, afastando-os de suas atividades e relações habituais. Essas mudanças na rotina podem gerar transtornos, e as restrições ao domicílio impactam a saúde mental, desencadeando um sofrimento psicológico (De Oliveira *et al*., 2023).

Na adolescência, esses jovens são marcados por intensas mudanças, e embora muitos ainda desfrutem de boa saúde mental, fatores sociais como violência, pobreza ou abandono podem torná-los vulneráveis (Gomes *et al.*, 2021). Dessa forma, o surgimento abrupto de uma doença global representou uma ameaça adicional à saúde, resultando em diversas manifestações de adoecimento mental, mesmo sem exposição direta à infecção (Ahmed *et al*., 2020). Além disso, a interrupção das atividades escolares e o confinamento do mundo externo tiveram impactos significativos em seu amadurecimento psicomotor (Aydogdu, 2020, *apud* Almeida, 2021). Esses efeitos são particularmente relevantes quando consideramos o papel crucial das escolas na socialização e no desenvolvimento infantojuvenil.

Ademais, com esses desafios impostos pelo isolamento, o uso excessivo das redes sociais emergiu como uma preocupação (Guessoum *et al*., 2020). Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo descrever os impactos das redes sociais na saúde mental de estudantes escolares durante o período de isolamento social causado pela pandemia da COVID-19.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura de caráter descritivo com abordagem qualitativa, realizada no mês de janeiro de 2024. A pesquisa foi conduzida nas bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), incluindo a Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), o Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e as Bases de Dados de Enfermagem (BDENF). A busca avançada foi guiada utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), combinados entre si através do operador booleano "*AND*", sendo estes: Pandemia *and* Adolescentes *and* Isolamento Social, encontrando-se 1.936 estudos. Após leitura de títulos e resumos, selecionamos 47 artigos para uma leitura minuciosa. Posteriormente, considerando os critérios de inclusão: artigos publicados na íntegra nos últimos cinco anos (2020-2024), nos idiomas inglês e português. E exclusão: literatura cinzenta e artigos repetidos. Resultando em um total de 9 artigos para o desenvolvimento deste estudo. A questão norteadora que serviu de base para a pesquisa foi: Como as redes sociais influenciam a saúde mental dos estudantes durante o período de isolamento social?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em decorrência do isolamento, os estudos analisados revelam as repercussões desse distanciamento causado pela pandemia da COVID-19, especificamente, na ausência do ambiente escolar que, atrelados as redes sociais, trouxeram efeitos significativos na vivência emocional deste público. O uso dessas mídias sociais por parte dos adolescentes, quando excessivo e indiscriminado, pode comprometer não apenas suas relações familiares e sociais, mas também resultar em uma dependência preocupante da tecnologia (Portugal *et al*., 2020).

Esse impacto foi observado através de manifestações de sentimentos como tristeza, cansaço, indiferença, depressão, ansiedade e transtorno obsessivo compulsivo (TOC). Santos (2021), identificou ramificações associadas a esses impactos, e cita o estresse, vulnerabilidade, dependência da internet e perturbações do sono. Essa exposição imoderada a telas e aparelhos contribuiu para o aumento de estresse, agressividade, irritabilidade, falta de atenção em relação às atividades escolares e até mesmo na falta de ânimo, efeitos que já eram prevalentes anterior ao isolamento (De Castro, 2021).

Este cenário indica uma notável carência de suporte emocional por parte da escola ou dos serviços de saúde, destacando a importância de abordagens mais amplas para enfrentar os desafios emocionais vividos pelos adolescentes durante este período (Gomes *et al.,* 2021). Para o autor, essa situação fez com que os adolescentes criassem suas próprias estratégias de manejo emocional implementadas como redes sociais, bate papo com amigos, jogos e músicas. Neste sentido, é compreendido que, o aumento do tempo gasto em dispositivos, uma das poucas distrações disponíveis durante o isolamento, expôs as crianças a uma quantidade significativa de informações.

Essa problemática levanta preocupações sobre o impacto na saúde mental e no desenvolvimento, tornando necessário que os pais monitorem o conteúdo e a frequência desse hábito, e ainda, que incentivem atividades alternativas para equilibrar o uso da tecnologia. Destacando também a importância de estratégias para um ambiente digital saudável e o bem-estar dos escolares em longos períodos de afastamento social (Wang et al., 2020 apud Sousa et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O isolamento social em decorrência da COVID-19, demonstrou impactos diretos na saúde mental dos estudantes, como os resultados deste estudo evidenciaram. Além de mostrar intrinsecamente uma interconexão entre o uso de plataformas digitais e o estado emocional destes jovens. Assim, destaca-se a necessidade de uma abordagem mais holística na promoção da saúde mental desses jovens. Isso inclui a implementação de programas educacionais destinados a aprimorar a literacia digital e emocional dos adolescentes, juntamente com a oferta de recursos de suporte online acessíveis. Portanto, é importante que sejam realizados estudos mais abrangentes que explorem profundamente esses impactos específicos nos adolescentes escolares. Possibilitando, assim, formular estratégias verdadeiramente eficazes para fomentar o bem-estar dos adolescentes em um mundo cada vez mais interconectado digitalmente.

REFERÊNCIAS

AHMED, M. Z. *et al*. **Epidemic of COVID-19 in China and associated Psychological Problems**. Asian journal of psychiatry, 51, 102092, 2020.

ALMEIDA, I. M. G.; DA SILVA JÚNIOR, A. A. **Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19.** *Research, Society and Development*, 2021.

DE CASTRO, Amanda S.; JUNIOR, José Antônio B. **Desenvolvimento saudável da saúde mental de crianças expostas ao abuso da tecnologia durante o isolamento social.** Brazilian Journal of Health Review, 2021.

DE OLIVEIRA, Thaise C. L., et al. **Efeitos do isolamento social pela covid-19 na inatividade física e na saúde mental de crianças e adolescentes.** Revista Baiana de Saúde Pública, 47.2 249-263, 2023.

GUESSOUM, S. B. *et al*. **Transtornos psiquiátricos em adolescentes durante a pandemia e bloqueio COVID-19.** Psychiatry research, 291, 113264, 2020.

GOMES, AD. *et al*. **Emoções manifestadas por adolescentes escolares na pandemia de COVID-19.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 3, pág. e47110313179, 2021.

PARMET, Wendy E.; SINHA, Michael S. Covid-19 — **The law and limits of quarantine.** *New England Journal of Medicine,* 382.15: e28, 2020.

PORTUGAL, Adriana; SOUZA, J. **Uso das redes sociais na internet pelos adolescentes: uma revisão de literatura.** Rev. Ensino de Ciências e Humanidades. v.4, p.262-291, 2020.

SOUZA, M. S., *et al.* **Repercussões da pandemia Covid-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa.** Journal of Education Science and Health, 2023.

IMPACTO DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS NA SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE MULTIFACETADA E PERSPECTIVAS PARA INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Trauma psicológico. Ciclo de violência. Resiliência emocional.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Os relacionamentos abusivos representam uma preocupação significativa em termos de saúde mental e bem-estar emocional, afetando não apenas as vítimas diretamente envolvidas, mas também suas famílias, comunidades e a sociedade em geral. A complexidade desses relacionamentos vai além das manifestações físicas visíveis, adentrando os aspectos psicológicos sutis que podem causar danos profundos e duradouros. Neste contexto, este resumo expandido visa explorar o impacto dos relacionamentos abusivos na saúde mental, considerando uma análise multifacetada que abrange não apenas os efeitos imediatos, mas também as implicações de longo prazo. Além disso, serão discutidas perspectivas para intervenção e prevenção, reconhecendo a importância de abordagens holísticas que envolvam não apenas a vítima, mas também o ambiente social e cultural em que tais relacionamentos ocorrem. Ao compreender melhor os mecanismos subjacentes aos relacionamentos abusivos e suas consequências para a saúde mental, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para apoiar as vítimas, interromper o ciclo de violência e promover relacionamentos saudáveis e equitativos.

OBJETIVO

Este resumo expandido tem como objetivo investigar o impacto dos relacionamentos abusivos na saúde mental, adotando uma abordagem multifacetada que considera não apenas os efeitos imediatos, mas também as implicações de longo prazo. Além disso, busca-se explorar perspectivas para intervenção e prevenção desses relacionamentos, reconhecendo a importância de estratégias holísticas que abordem não apenas as necessidades das vítimas, mas também o contexto social e cultural em que ocorrem os relacionamentos abusivos. Por meio desta análise aprofundada, pretende-se fornecer insights relevantes para profissionais de saúde mental, assistentes sociais, pesquisadores e formuladores de políticas públicas, visando melhorar o suporte às vítimas, interromper o

ciclo de violência e promover relacionamentos saudáveis e seguros.

METODOLOGIA

Este resumo expandido baseia-se em uma revisão bibliográfica de artigos encontrados em revistas como Psicologia em Processo, Facit Business and Technology Journal, Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, e no Repositório Institucional, cobrindo o período de 2021 a 2024. O estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza básica, com o objetivo exploratório de analisar criticamente a literatura recente sobre os temas selecionados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Gama, Williams e Brino (2021) conduziram um estudo que destacou a importância do balanceamento entre grupos como uma tática crucial de controle metodológico ao analisar os efeitos dos relacionamentos abusivos na saúde mental das mulheres. Ao considerar variáveis sociodemográficas, observou-se que, embora as participantes dos grupos estudados tivessem médias de renda individual semelhantes, aquelas sem histórico de relacionamentos abusivos apresentaram uma renda familiar média significativamente maior. Essa disparidade ressalta a vulnerabilidade econômica enfrentada por muitas mulheres ao saírem de relacionamentos abusivos, com a dependência financeira sendo um fator de risco para a violência entre parceiros íntimos. A análise revelou que a presença de déficits no repertório de negociação e habilidades sociais está associada à ocorrência de violência conjugal, destacando a importância de intervenções direcionadas a essas habilidades para prevenir e mitigar os efeitos nocivos da violência. Embora não tenha sido encontrada uma diferença significativa na prevalência de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) entre os grupos, a presença de agressão física e psicológica severa no relacionamento, juntamente com outros transtornos psicológicos, foi identificada como fatores de risco para o desenvolvimento de TEPT em mulheres vitimizadas. A análise também revelou a violência psicológica como um importante preditor de TEPT, ressaltando a necessidade de maior atenção a esse tipo de agressão na prevenção e no tratamento da violência entre parceiros íntimos. Os resultados enfatizam a importância de políticas públicas que abordem a violência contra as mulheres e destaquem a necessidade de capacitação de profissionais de saúde para reconhecer e intervir em casos de violência doméstica.

Carvalho (2022) enfatiza a complexidade do ciclo de aprisionamento presente nos relacionamentos abusivos, ressaltando sua ligação com uma variedade de fatores que vão além das relações interpessoais, abrangendo também aspectos familiares, sociais e laborais. Essa estrutura de poder contribui para o crescimento das desigualdades e perpetua uma cultura de violência, dificultando intervenções preventivas eficazes. No entanto, ao considerar as experiências individuais e a dinâmica social, a autora destaca a necessidade

de desenvolver formas de intervenção que possam ser implementadas socialmente. O principal desafio reside na cultura de organização social, que mantém hierarquias e impede o avanço em direção a uma sociedade justa e equitativa. Portanto, os estudos sobre o tema estão longe de serem esgotados, abrindo espaço para futuras pesquisas que explorem a questão em maior profundidade. Conclui-se que a mudança de paradigmas sociais deve incluir uma compreensão mais profunda do sujeito como um ser social, promovendo ações coletivas para interromper o ciclo de violência e oferecer novas oportunidades para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das vítimas.

Vieira, Nascimento e Jordão (2024) abordaram a escassez de informações sobre a violência psicológica, destacando sua invisibilidade dentro da sociedade e o ciclo de violência nos relacionamentos abusivos. O estudo ressaltou que a falta de reconhecimento cultural e patriarcal contribui para essa invisibilidade, já que a violência psicológica não deixa marcas físicas visíveis e muitas vezes não é percebida pela vítima como um ato violento. Isso é evidenciado pela ênfase dada às formas de violência física em detrimento da violência psicológica em delegacias e na mídia. O ciclo de violência, baseado em manipulação e controle, desgasta psicologicamente a vítima e fortalece o agressor, dificultando a saída do relacionamento abusivo. O gaslighting, um tipo de manipulação psicológica, é frequentemente utilizado para fazer a vítima duvidar de sua realidade, fortalecendo o controle do agressor. O estudo destaca a importância de reconhecer a violência psicológica para prevenir sua escalada para formas mais graves de agressão. Apesar das medidas preventivas existentes, como aplicativos, delegacias de atendimento e redes de apoio, esses recursos não são especificamente direcionados à violência psicológica. A conscientização e educação da sociedade são fundamentais para identificar, denunciar e prevenir a violência psicológica, quebrando os estigmas que a envolvem e proporcionando apoio e proteção às vítimas, enquanto responsabiliza os agressores por seus atos. A Lei Maria da Penha foi destacada como um instrumento legal crucial na proteção das vítimas de violência psicológica, mas ainda há um longo caminho a percorrer na erradicação desse tipo de violência. O estudo representa um avanço significativo no entendimento e enfrentamento da invisibilidade da violência psicológica, contribuindo para mais informações sobre o tema e sua visibilidade na sociedade, visando um ambiente de respeito, dignidade e igualdade para todas as mulheres.

No estudo realizado por Moraes et al. (2024), foi explorada a possibilidade de a educação sexual formal atuar como uma ferramenta de combate às violências e aos agravos à saúde mental na adolescência. Os autores observaram que os valores e fundamentos da educação sexual têm o potencial de enfrentar diversos danos causados por relações abusivas, especialmente quando implementados precocemente. Eles destacaram que a educação sexual pode capacitar os indivíduos a estabelecer e manter relacionamentos saudáveis, evitando permanecer em ambientes onde a violência afetiva é perpetuada e causando danos físicos, psicológicos e sociais. No entanto, os autores ressaltaram a importância de uma abordagem contínua, abrangente e crítica da educação sexual para

capacitar os jovens a elaborar valores, assumir responsabilidade por seus comportamentos e entender os mecanismos sutis que levam à repressão, violência e outros agravos dentro das relações. Essa abordagem ampla e reflexiva é essencial para promover relacionamentos saudáveis e prevenir a ocorrência de violências afetivas em diferentes contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou claro que os relacionamentos abusivos têm repercussões profundas e duradouras na saúde mental das vítimas, afetando não apenas seu bem-estar psicológico, mas também sua autoestima, capacidade de funcionamento diário e relacionamentos interpessoais. Além disso, observou-se que os efeitos negativos podem se estender a longo prazo, mesmo após o término do relacionamento abusivo.

As perspectivas para intervenção e prevenção destacam a necessidade de abordagens holísticas e colaborativas que considerem não apenas os aspectos individuais das vítimas, mas também os fatores contextuais e sociais que perpetuam a violência. Isso inclui o fortalecimento do apoio emocional e psicológico, o acesso a recursos de segurança, o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento e a conscientização pública sobre os sinais de relacionamentos abusivos.

É crucial que profissionais de saúde mental, assistentes sociais, educadores e outros profissionais estejam atentos aos indicadores de relacionamentos abusivos e sejam capazes de oferecer suporte adequado às vítimas. Além disso, é fundamental investir em programas de educação e sensibilização desde as fases iniciais da vida, visando a prevenir a perpetuação desse ciclo de violência.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

DE MORAES, Francisco Railan Alves et al. EDUCAÇÃO SEXUAL COMO UM INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA AFETIVA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 3, p. 1050-1066, 2024.

DE CARVALHO, Viviane Soares; DE FREITAS, Talita Maria Machado. RELACIONAMENTO ABUSIVO: O CICLO DE APRISIONAMENTO E DEPENDÊNCIA EMOCIONAL. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 36, 2022.

GAMA, Viviane Dutra; DE ALBUQUERQUE WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti; DE FARIA BRINO, Rachel. Saúde mental e transtorno de estresse pós-traumático em mulheres vítimas de violência entre parceiros íntimos. **Psicologia em Processo**, v. 1, n. 1, p. 66-78, 2021.

VIEIRA, Ana Caroline Alves; DO NASCIMENTO, Cristiane de Paula; JORDÃO, Giselda Benedita. A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA VIVENCIADA POR MULHERES VÍTIMAS DE RELACIONAMENTO ABUSIVO COM PARCEIRO ÍNTIMO (PSICOLOGIA). **Repositório Institucional**, v. 2, n. 2, 2024.

“ELOGIOS, USO CONTÍNUO E SEM CONTRAINDICAÇÕES”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ATIVIDADE EDUCATIVA ACERCA DO BULLYING

Danielle Falcão de Brito[1]; Douglas Galvão de Oliveira[2]; Maria Clara de Medeiros Dias[3]; Raul Victor Caetano Leite[4]; Sara Solange Dutra Diniz Morgado[5]; Thallis Coelho da Silva Gramelich[6]; Elane da Silva Barbosa[7].

[1]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
http://lattes.cnpq.br/3111868376961884

[2]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
http://lattes.cnpq.br/2998415909187095

[3]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
http://lattes.cnpq.br/7272830115205205

[4]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
http://lattes.cnpq.br/4709918759324297

[5]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
http://lattes.cnpq.br/0545564924080695

[6]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
https://lattes.cnpq.br/6598265133444776

[7]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
http://lattes.cnpq.br/7040140253391382

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/28

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Educação. Adolescência.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A adolescência configura-se como momento no qual o indivíduo se encontra em um processo de descoberta de si mesmo perante o mundo. Nessa fase, o ser humano vai ao encontro da sua personalidade e da construção da sua identidade. Desse modo, situações que favorecem a rejeição social e desencorajam a autoestima e confiança - como a ocorrência do *bullying* - podem debilitar permanentemente a saúde psíquica dos jovens. A autoestima, especificamente, diz respeito à valorização que o sujeito tem em relação a si próprio, sendo um importante agente para a adaptação social na adolescência (Falcon, 2018). Sob essa perspectiva, ela é considerada, ainda, uma importante aliada na promoção da saúde mental em todos os ciclos da vida, fazendo-se essencial desde a infância para prevenir o surgimento de sentimentos de incapacidade e inferioridade em relação a si e aos outros (Paixão *et al.*, 2018).

Nessas circunstâncias, o *bullying* traduz-se como um forte desencadeador da baixa autoestima nos jovens, podendo impactar o futuro de suas vidas. Isso porque a insegurança e as “cicatrizes” deixadas podem apresentar-se como obstáculos no desenvolvimento da personalidade e das relações sociais, além de impedir que estes consigam aproveitar oportunidades profissionais e desempenhar suas atividades laborais com excelência (Carpenter; Ferguson, 2011). Diante dessa afirmativa, entende-se que a ocorrência desse fenômeno pode trazer à vítima: queda no rendimento escolar, desestímulo para planejar metas acadêmicas, dificuldades nos relacionamentos familiares e sociais, além de transtornos mentais, tais como depressão e ansiedade. Logo, é notória a urgência em reunir esforços para mitigar a ocorrência do *bullying* nas escolas.

Ademais, é pertinente mencionar que a educação tem o poder de transformar as pessoas e o mundo (Brandão, 2017). Dessa forma, é possível afirmar que iniciativas educativas direcionadas ao combate do *bullying* e promoção da autoestima podem modificar não apenas a percepção, mas também as ações dos alunos diante desse fenômeno desafiador.

OBJETIVO

Relatar a experiência de uma atividade educativa com adolescentes de uma escola pública de Mossoró-RN sobre o *bullying* e os seus impactos na autoestima e na saúde mental das vítimas.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência acerca de projeto de intervenção em saúde realizado por acadêmicos do curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) durante a disciplina “A Saúde Coletiva e a Vivência na Comunidade II”, em setembro de 2022. A atividade educativa ocorreu em uma escola pública localizada na cidade de Mossoró-RN, contemplando alunos com idade entre 11 e 14 anos do Ensino Fundamental II e professores da turma abordada.

Inicialmente, houve o planejamento da ação educativa. O primeiro momento deu-se através de encenação a respeito do *bullying*, no qual retratou-se um cenário em que um aluno sofria preconceitos em sala de aula. Posteriormente, aconteceu uma breve problematização acerca do tema, com uma explanação sobre seu conceito, suas manifestações e suas consequências, a fim de demonstrar a gravidade do fenômeno. Já o segundo momento ocorreu por meio de uma atividade em turma, intitulada de “dinâmica do presente”, na qual os alunos participaram ativamente, exercitando o reconhecimento das principais qualidades dos colegas e a distribuição de elogios. Ao final dessa dinâmica, foram presenteados bombons aos alunos, para que eles compartilhassem uns com os outros. Por fim, para a realização deste estudo, apoiou-se nas reflexões feitas durante o planejamento

da ação, além da fundamentação em autores que estudam sobre a temática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As primeiras impressões acerca dos alunos foram marcantes. Embora demonstrassem extroversão e interatividade entre os colegas, os alunos exibiram timidez com os participantes da atividade em andamento. Inicialmente dispersos, gradualmente demonstraram interesse e colaboração à medida que se envolviam com as dinâmicas propostas. Observou-se também as distintas características dentro da mesma sala de aula, com alguns estudantes sendo bastante comunicativos e expressivos, enquanto outros mantinham uma postura mais reservada e introvertida, fato que já suscitou reflexões sobre a importância de acolher as diferentes formas de pensamento, ação e interação no contexto do ensino-aprendizagem.

Com o desenvolvimento da primeira dinâmica, na qual houve a encenação e diálogo sobre o *bullying*, os alunos demonstraram reflexão e sensibilidade diante da problemática, evidenciada pela mudança em suas expressões faciais, agora cientes da seriedade do assunto. Aproveitou-se então para discutir a omissão da sociedade e das instituições diante dos casos de *bullying*, que alimenta a perpetuação desse fenômeno prejudicial. Esta questão, tanto em âmbito nacional quanto global, destaca a invisibilidade que muitas vezes envolve as agressões, seja por parte da escola ou dos próprios colegas, contribuindo para sua persistência e agravamento (Lima Neto; Oliveira Neto; Dropa, 2020). Infelizmente, diversos casos de omissão do *bullying* resultaram em crimes, incluindo verdadeiros massacres, muitas vezes motivados por uma busca de vingança por parte das vítimas. O resultado desse primeiro momento foi a sensibilização dos alunos sobre o *bullying*, seus malefícios e consequências, bem como a importância da denúncia e do apoio mútuo entre colegas.

Os alunos foram então encorajados a praticar a autoaceitação, como parte da segunda dinâmica. Receberam bombons de chocolate e foram convidados a escolher um colega para presentear, destacando a ideia de que todos são especiais naquele ambiente. Os mediadores conduziram a atividade, lendo uma qualidade e pedindo aos alunos que escolhessem um colega para receber o chocolate. Diferente da dinâmica anterior, os alunos foram os protagonistas, exercitando um olhar atencioso sobre as qualidades dos colegas, o que fortaleceu o entrosamento e o acolhimento entre eles. Essa prática de elogiar uns aos outros, conforme destacado por Moreno e Jurado (2024), promove a construção de um ambiente baseado na empatia e na tolerância coletiva, fundamentais para relações interpessoais saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, os resultados obtidos com a intervenção educativa indicaram uma mudança perceptível nas atitudes dos alunos, que passaram de uma postura inicial de timidez e dispersão para um engajamento ativo e reflexivo sobre o tema. Ao discutir-

se sobre a omissão acerca do fenômeno do *bullying* e as suas consequências, os alunos foram incentivados a agir e romper com a cultura do silêncio. A atividade também estimulou a autoaceitação e o respeito mútuo, já que os elogios e gestos de gentileza permitiram aos alunos a construção de um ambiente baseado na empatia e na valorização das diferenças, além de destacar a importância da inclusão.

Ademais, engajar-se em iniciativas como a descrita neste trabalho mostrou-se ser uma oportunidade enriquecedora para os estudantes de Medicina na sua trajetória formativa. Durante essa experiência, foi possível adquirir perspectivas sobre saúde mental, aprimorar habilidades de comunicação, aprender técnicas de intervenção precoce, fortalecer competências de trabalho em grupo, promover bem-estar e refletir acerca do impacto que desejam ter na comunidade como futuros profissionais de saúde.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2017. 12 p.

CARPENTER, D.; FERGUSON, C. J. **Cuidado! Proteja seus filhos dos bullies**. 1 ed. São Paulo: Butterfly, 2011.

FALCON, D. D.; SUAREZ, I. F.; PEREZ, N. C. S. Adolescencia y autoestima: su desarrollo desde las instituciones educativas. **Conrado**, Cienfuegos, v. 14, n. 64, p. 98-103, 2018. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-86442018000400098. Acesso em: 17 mar. 2024.

MORENO, A.; JURADO, M. M. Prosocial behaviours and emotional intelligence as factors associated with healthy lifestyles and violence in adolescents. **BMC Psychology**, v. 12, n. 88, 2024. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s40359-024-01559-2#citeas. Acesso em: 03 mar. 2024

LIMA NETO, A.;OLIVEIRA NETO, J. W.; DROPA, R. Bullying na escola: de quem é a responsabilidade pela coibição desta prática?. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 155-176, 2020. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/36997. Acesso em: 10 mar. 2024.

PAIXÃO, R. F.; PATIAS, N. D.; DELL'AGLIO, D. D. Self-esteem and Symptoms of Mental Disorder in the Adolescence: Associated Variables. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 34, e34436, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/QYHkMHM6v8CFbgwfTtzggxD/?lang=en. Acesso em: 10 mar. 2024.

EXERCÍCIO FÍSICO E DEPRESSÃO EM ADULTOS: DADOS PRELIMINARES

Paulo Ricardo Prado Nunes[1]; Lucio Marques Vieira-Souza[2].

[1]Departamento de Corpo e Movimento Humano, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, MG. http://lattes.cnpq.br/0526924335529339

[2]Departamento de Corpo e Movimento Humano, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, MG. http://lattes.cnpq.br/8914381274744679

PALAVRAS-CHAVE: Atividade Física. Doença. Saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental

INTRODUÇÃO

A depressão é caracterizada pela variação e falta do humor de forma grave, de interação social, comportamental e emocional, sendo uma desordem psiquiátrica, que pode ser caracterizada pela intensidade dos sintomas em episódios leves, moderados e graves, sendo o diagnóstico da depressão feito através dos sintomas, e com isso pode-se saber o grau em que o indivíduo se encontra (PEARCE et al., 2022).

A condição física se encontra positivamente ligada à saúde mental e ao bem estar, o que pode auxiliar no processo do tratamento, por isso, o exercício físico vem sendo usado como parte da prescrição para melhora dos sintomas, pelo efeito positivo na elevação da autoestima, liberação de hormônios essenciais ligados a felicidade e ao humor e redução dos pensamentos negativos (PEARCE et al., 2022).

OBJETIVO

O presente estudo teve como objetivo compreender os efeitos do exercício físico na melhora da depressão em indivíduos adultos.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura baseada em artigos no período entre 2010 a 2023 em indivíduos adultos. Para a pesquisa de artigos, foram usadas as plataformas eletrônicas de dados: *Google Acadêmico*, *Lilacs e Scielo*. Os descritores foram pesquisados no Decs: “depressão, transtornos depressivos, ansiedade e exercício físico”. Dos estudos analisados, a escolha foi por artigos mais específicos e conectados com o tema abordado.

Como critérios de inclusão: artigos que tinham livre acesso e de exclusão: artigos com pesquisas de caráter experimental, revisões bibliográficas, anais de congressos e eventos, e os que relacionaram a depressão e ansiedade a outras patologias diversas. De 151 artigos encontrados, separou-se 03 artigos para a elaboração deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos encontrados, tiveram como método a aplicação de questionários, avaliação física e programas de treinamento com tempo delimitado (tabela 1).

Tabela 1. Estudos elegíveis.

ESTUDO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
CEVADA *et al*., 2012	O estudo comparou a qualidade de vida, ansiedade e resiliência de atletas não atuantes de ginastica artísticas e de outros esportes pessoas não atletas.	Indivíduos que compuseram o estudo, ex-atletas de ginástica artística corresponde à (n = 17), de modalidades diferente (n = 15) e indivíduos que não são atletas (n = 30). Foram utilizados questionários para a contagem de dados.	Foi notado diferença significativa entre os grupos na resiliência e aspectos emocionais da qualidade de vida, indicando que ex-atletas apresentou maior resiliência e melhor resposta emocional que os não atletas. Concluindo que ainda com um menor nível de exercícios, aindasim,tem respostas emocionais melhores que os não praticantes de nenhuma modalidade.
MONTEIRO, 2019	Importância da pratica do esporte e exercício físico em pessoas depressivas e os seus fatores psicossociais.	O presente estudo foi composto por dois artigos. O primeiro artigo descreve os relacionados caso clínicos, clínicos com relação a pratica de esportes e exercícios físicos em pacientes de TDM (transtorno depressivo maior) no programa de tratamento e o segundo mostra os empecilhos e benefícios gerados pela TDM e correlaciona com os exercícios físicos.	O primeiro estudo mostra que o primeiro grupo, que são pacientes com sintomas leves, tem uma menor escala de sintomas da depressão, onde são mais fáceis de manter uma periodicidade em um treinamento físico e em esportes. Já no segundo estudo, mostra que houve maiores benefícios do que barreiras com relação a pratica de atividade física. Com isso, houve um consenso de que o exercício físico os leva para uma boa qualidade de vida, auxiliando na de forma preventiva indivíduos com sintomas moderados.

CERQUEIRA; PINHEIRO; ZUNTINI, 2018.	Avaliar os benefícios do treinamento resistido na redução de sintomas de depressão em mulheres sedentárias.	Estudo de caso com duas mulheres sedentárias obesas. Primeiramente, ambas passaram por avaliação física e escala de Hamilton. Posteriormente foram submetidas a um programa de treinamento resistido por dois meses.	As mulheres apresentaram melhora de flexibilidade, ganho de resistência abdominal e a redução dos escores na escala de Hamilton, indicando que o treinamento resistido contribuiu para a redução dos sintomas.

Fonte: Autoria própria

De acordo com Monteiro (2019), o exercício físico atua de forma complementar aos tratamentos normais utilizados para estes tipos de casos, contribuindo na redução de sintomas depressivos, oferecendo uma melhora na qualidade de vida. No estudo de Cevada *et al.* (2012) mostrou que foi notada diferença nos níveis emocionais dos indivíduos após a iniciação do programa de exercício, reduzindo esses sintomas.

Monteiro (2019) mostra que indivíduos com sintomas da depressão, tentem a ter menor comprometimento para ingressar em um programa de exercício física. Contudo, o estudo evidenciou que, indivíduos que são diagnosticados com sintomas leves da depressão, são mais fáceis de manter uma regularidade em esportes e em um programa de exercícios. Relatou também que, os exercícios promoveram maiores benefícios do que barreiras com indivíduos de sintomas moderados.

Cerqueira, Pinheiro e Zuntini (2018) mostrou que o treinamento resistido trouxe melhora nos índices de flexibilidade, ganhos de resistência abdominal, e que o exercício resistido também trouxe umas significativas reduções de sintomas depressivos em mulheres sedentárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com dados coletados através de análise de artigos, é perceptível que o exercício físico é crucial para o tratamento peventivo da depressão como alternativa sem o uso de medicamentos, atuando de forma terapêutica e complementar aos tratamentos mais utilizados. Com isso, é importante uma boa avaliação sobre as condições físicas e fisiológicas para cada indivíduo, que tem algum tipo de sintoma ou até mesmo a depressão. Por isso, é necessário um controle da intensidade do exercício de acordo com as necessidades de cada um.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, A. R.; PINHEIRO, E. C.; ZUNTINI, ACS. Contribuições do Treinamento Resistido na Redução de Sintomas de Depressão: Estudo de Caso. **Revista Gestão Universitária**, p. 1-8, 2018.

CEVADA, Thais et al. Relação entre esporte, resiliência, qualidade de vida e ansiedade. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 39, p. 85-89, 2012.

GOMES, Aramid et al. A efetividade do exercício físico no tratamento da depressão. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 22, p. 58-64, 2019.

LAUX, Rafael Cunha; MATTIELLO, Gabriel Fernando; CORAZZA, Sara Teresinha. Efeitos dos treinamentos metabólico e de força no estado de humor. **ConScientiae Saúde**, v. 17, n. 3, p. 286-292, 2018.

PEARCE, Matthew et al. Association between physical activity and risk of depression: a systematic review and meta-analysis. **JAMA psychiatry**, v. 79, n. 6, p. 550-559, 2022.

ANÁLISE DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE EM ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Isadora Beatriz da Cruz Coelho[1]; Thalya de Cássia Martini Bettini[2]; Ana Laura Nogueira[3]; Adriana Cristina Nicolussi[4].

[1]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/1185050215395849

[2]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/6541335128324573

[3]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/4448811562897977

[4]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/8524003645736366

PALAVRAS-CHAVE: Educação Médica. Saúde Mental. Saúde do estudante.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde mental como o estado de equilíbrio e bem-estar no qual uma pessoa é capaz de desenvolver suas habilidades individuais para enfrentar os desafios da vida e participar ativamente na comunidade. Este estado de bem-estar não se limita apenas à saúde psicológica, mas também é influenciado por diversos fatores sociais e ambientais. (LINS, *et al.*, 2015).

O curso de Medicina possui, atualmente, em sua matriz curricular, uma maior carga horária quando comparado a outros cursos da área da saúde (KUMAR, *et al.*, 2019). A exaustiva carga horária associada à cobrança de uma formação médica de excelência contribui para elevar os níveis de depressão, ansiedade e estresse nesses estudantes (MCKERROW *et al.*, 2020). Desde o processo de seleção para o ingresso na universidade, os estudantes de medicina lidam com situações de relações interpessoais pautadas na competição, pressão psicológica e redução das atividades de lazer para se obter maior tempo destinado aos estudos, além do curto período de tempo para obtenção de conhecimentos teóricos e práticos, necessários à boa atuação médica. Somado a isso, quando adentram ao contexto acadêmico, esses alunos vivenciam contato com doenças graves e óbitos, o que pode acarretar o surgimento de sintomas relacionados à saúde mental (LINS, *et al.*, 2015).

A discussão acerca dos fatores relacionados à saúde mental dos graduandos em Medicina torna-se imprescindível, pois a sua precariedade contribui para prejuízos no desempenho acadêmico desses alunos e compromete suas futuras atuações profissionais no que dizem respeito à tomada de decisões clínicas e à relação médico-paciente (RAMADIANTO, *et al.*, 2022).

OBJETIVO

O estudo tem como objetivo analisar a presença de depressão, ansiedade e estresse em estudantes do curso de graduação em Medicina em uma universidade pública do estado de Minas Gerais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, básica e descritiva, cujo propósito é baseado na observação, descrição e documentação de aspectos relacionados a determinada situação. A pesquisa ocorreu nos espaços físicos da referida universidade, a amostra foi composta por estudantes universitários com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os gêneros e regularmente matriculados no curso de medicina. O estudo foi realizado em novembro de 2023 e o recrutamento da amostra ocorreu por meio de divulgação feita através de cartazes informativos dispostos nos murais da universidade, em redes sociais e por e-mails enviados aos discentes com matrícula ativa.

Os participantes foram reunidos em sala, data e hora específicas e previamente divulgadas para receberem orientações gerais e fazerem a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi aplicado um questionário sociodemográfico para identificar o perfil dos participantes (gênero, idade, semestre em que estuda, medicação em uso e prática de atividades físicas).

Também foi aplicada a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21), desenvolvida por Lovibond e Lovibond (1995), que é composta por 21 questões, na qual os participantes indicam o grau em que experimentaram cada um dos sintomas mencionados no item, durante a última semana. A pontuação em cada um dos itens é classificada em uma escala do tipo Likert de quatro pontos, sendo: 0 a resposta quando o item não se aplicou de maneira alguma; 1 quando o item se aplicou em algum grau ou por pouco tempo; 2 quando o item se aplicou em um grau considerável ou por boa parte do tempo e 3 quando o item se aplicou muito ou na maioria do tempo. A classificação dos sintomas de estresse foi: 0-10 = normal; 11-18 = leve; 19-26 moderado; 27-34 = severo e 35-42 = extremamente severo, dos sintomas de ansiedade foi: 0-6 normal; 7-9 = leve; 10-14 = moderado; 15-19 = severo e 20-42 extremamente severo e dos sintomas de depressão foi: 0-9 = normal; 10-12 = leve; 13-20 = moderada; 21-17 = severo e 28-42 = extremamente severo (Lovibond e Lovibond, 1995).

Para a caracterização da amostra foram realizadas análises descritivas de média, desvio-padrão e frequência no Excel e no PSPP. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente, parecer nº 5.517.018/2022.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra foi composta por 12 acadêmicos de medicina, com média de idade de 23,75 anos (DP = 2,45) idade mínima de 20 anos e máxima de 29, em sua maioria solteiro (91,7%, n = 11), do gênero feminino (75%, n = 9) e autodeclarado branco (58,3% n=7).

A maioria dos acadêmicos estava matriculada no quarto período (33,3% n= 4), seguidos do quinto e oitavo (16,7%, n = 2 cada), segundo, terceiro, sétimo e décimo primeiro (8,3%, n = 1 cada).

Os participantes, majoritariamente negam ter alguma doença psicológica (75% n=9), não usam medicamentos em geral (66,7% n=8), nem antiansiolíticos, 75% (n=9). Contudo, realizam algum tipo de tratamento não farmacológico (75% n=9) e praticam alguma atividade física, 91,7% (n=10).

No que se referem aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse, a maioria dos estudantes encontravam-se em níveis normais. O sintoma que mais pontuou foi estresse, seguido de depressão e ansiedade, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Frequência e percentagem de sintomas de depressão, ansiedade e estresse de acordo com o nível de severidade (N=12).

Sintoma	Normal n (%)	Leve n (%)	Moderado n (%)	Grave n (%)	Extremamente grave n (%)
Depressão	5 (41,7)	2 (16,7)	4 (33,3)	0 (0,0)	1 (8,3)
Ansiedade	5 (41,7)	3 (25,0)	1 (8,3)	1 (8,3)	2 (16,7)
Estresse	5 (41,7)	1 (8,3)	6 (50,0)	0 (0,0)	0 (0,0)

Fonte: Autores, 2024

O sintoma mais evidente na amostra foi o estresse seguido da depressão. Esses achados podem estar diretamente relacionados aos estressores ocupacionais que envolvem os estudantes do curso de Medicina, como um perfil perfeccionista desses alunos, o fato de estarem sujeitos à grande pressão de aprendizado, elevada carga horária dos componentes curriculares, pouco tempo destinado às atividades sociais e de lazeres, além de frequente

contato com doenças e óbitos (LINS, *et al*., 2015).

É importante identificar a depressão, ansiedade e estresse nesse público, pois podem causar prejuízos à formação e à futura atuação profissional desses estudantes. Portanto, torna-se de extrema importância a implementação de estratégias e ações de cuidado à saúde mental dos graduandos em Medicina como forma de torná-los profissionais mais capacitados e emocionalmente capazes de oferecer auxílio aos pacientes (STROUS, *et al*., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram a presença de depressão, ansiedade e estresse de intensidade normal e leve na maioria dos alunos, contudo 50% relataram estresse moderado e alguns com moderado a extremamente grave sintomas sugestivos de depressão e ansiedade. É fundamental que as coordenações dos cursos e os núcleos de assistência estudantil em saúde destinem um olhar atento à saúde mental desses alunos para evitar que esses sintomas se agravem e causem prejuízo a longo prazo nesses estudantes. Sugere-se a realização de mais estudos com tamanho amostral maior sobre a temática.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

KUMAR, B. *et al*. **Depression, Anxiety, and Stress Among Final-year Medical Students**. Cureus, v. 11, n. 3, p. e4257, 2019. Disponível em: https://www.cureus.com/articles/18501-depression-anxiety-and-stress-among-final-year-medical-students#!/. Acesso em: 10 mar. 2024.

LINS, L. *et al*. **Health-related quality of life of students from a private medical school in Brazil. International Journal of Medical Education**, v. 6, p. 149-154, 2015. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26547925/. Acesso em: 10 mar. 2024.

LOVIBOND, P. F.; LOVIBOND, S. H. **The structure of negative emotional states: comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories**. Behaviour Research and Therapy, v. 33, n. 3, p. 335□343, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)00075-U. Acesso em: 13 mar. 2024.

MCKERROW, I. *et al*. **Trends in medical students' stress, physical, and emotional health throughout training**. Medical Education Online, v. 25, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10872981.2019.1709278. Acesso em: 13 mar. 2024

RAMADIANTO, A. S. *et al*. **Symptoms of depression and anxiety in Indonesian medical students: association with coping strategy and resilience**. BMC Psychiatry, v. 22, n. 92, p. 1-10, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12888-022-03745-1. Acesso em 13 mar. 2024.

STROUS, R. D. *et al*. **Medical students' self-report of mental health conditions.**

International Journal of Medical Education, v. 3, p. 1-5, 2012. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4205523/. Acesso em 10 mar. 2024.

ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ESTRESSE EM ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

Thalya de Cassia Martini Bettini[1]; Isadora Beatriz da Cruz Coelho[2]; Wilbert Esteban Cárdenas Urquizo[3]; Adriana Cristina Nicolussi[4].

[1]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/6541335128324573

[2]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/1185050215395849

[3]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/2442442095233936

[4]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/8524003645736366

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Saúde Mental. Saúde do estudante.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Na transição para a universidade, marcante na idade dos jovens adultos, encontra-se o período de início de sofrimentos psíquicos, como ansiedade e depressão (OLIVEIRA et al., 2022), decorrente da propensão maior dessa população ao estresse causado pela sobrecarga de rotinas exaustivas, estudos e pressão profissional (TORRES et al., 2023)

Segundo de Jesus Novaes, (2024), a ansiedade caracteriza-se como uma preocupação constate de que algo negativo vai acontecer, tornando-se um mecanismo do medo do desconhecido. Grande parte dos universitários ao terem que lidar com um novo ambiente, podem desencadear sintomas ansiosos resultando em uma diminuição da concentração impactando negativamente no desempenho acadêmico (DIAS et al., 2021).

Já a depressão, é uma síndrome caracterizada por manifestações de desinteresse pela vida e ou trabalho, tristeza sem um motivo justificável, desânimo, irritabilidade e até quadros de insônia (SANTIAGO et al., 2021). Outro sintoma frequente entre os universitários é o estresse, o qual se define como um mecanismo de defesa a situações de ameaça ou perigo, provocando alterações emocionais e até físicas (SANTIAGO et al., 2021).

Desta forma, as novas atividades e competências exigidas para a formação de enfermeiros, tais como, lidar com procedimentos complexos, relações de vínculo com paciente e contato constante com a morte, podem causar aos estudantes instabilidade emocional e transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão e estresse. É essencial

que as instituições de ensino estejam atentas à saúde mental dos estudantes de enfermagem, visto que lidar com as altas demandas práticas do curso podem ser desafiadoras (MELO et al., 2021).

Partindo dessa premissa, os resultados obtidos na presente pesquisa podem auxiliar em iniciativas de atenção à saúde mental desses futuros profissionais.

OBJETIVO

Avaliar ansiedade, depressão e estresse em estudantes de graduação em Enfermagem.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, básica e descritiva, realizada em uma universidade pública no Triângulo Sul de Minas Gerais.

Os critérios de inclusão englobaram estudantes de graduação de enfermagem, de ambos os sexos, com idade superior a 18 anos regularmente matriculados.

Relacionado à coleta de dados, convidou-se os estudantes para uma reunião em uma sala de aula da universidade pelos próprios pesquisadores, no qual realizou-se a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com entrega de uma cópia aos mesmos, preenchimento de um questionário e da escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21).

O questionário sociodemográfico e clínico, consta como questões idade, cor autodeclarada, estado civil, período matriculado, prática de atividade física, presença de doença física ou psicológica diagnostica, dor crônica, se realiza tratamento farmacológico ou não farmacológico e se faz uso de ansiolítico. Enquanto que a escala DASS-21, contem 21 questões para avaliar sintomas de ansiedade, depressão e estresse.

Realizou-se análise descritiva dos dados obtidos com uso do *Software* PSPP gratuito, organizando os mesmos com o auxílio do editor de planilha *Microsoft Excel.*

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente, parecer nº 5.517.018 /2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 37 estudantes, com média de idade de 23,30 anos (Desvio padrão = 7,27) com idade mínima de 19 e máxima 53 anos, predominaram mulheres (94,6%), brancas (59,5%), solteiras (91,9%), regulamente matriculadas no quinto período do curso, não praticantes de atividade física (56,8%), sem doença física ou psicológica diagnosticada (78,4%), não realiza tratamento farmacológico (59,5%) nem não farmacológico (70,3%),

não possui dor crônica (86,5%) e não faz uso de ansiolítico (83,8%).

A tabela 1 apresenta a frequência e porcentagem de depressão, ansiedade e estresse nos participantes. Predominaram estudantes com níveis normais para os três sintomas, todavia destaca-se um percentual considerável para os escores grave e extremamente grave.

Em um estudo realizado em uma faculdade do sertão pernambucano, constatou-se que 56,7% de estudantes de enfermagem incluídos na pesquisa não praticavam atividade física, dado semelhante ao presente estudo, no qual a maioria também não pratica esse tipo de atividade. Exercitar-se configura como um autocuidado e auxilia na prevenção de doenças entre elas, a ansiedade e a depressão (SOUSA et al., 2022).

Tabela 1: Frequência e porcentagem de ansiedade, depressão e estresse, de acordo com valores referência da escala DASS-21 (n=37).

	Ansiedade		**Depressão**		**Estresse**	
	Referência	n (%)	Referência	n (%)	Referência	n (%)
Normal	0 a 7	11 (29,7)	0 a 9	20 (54,1)	0 a 14	15 (40,5)
Leve	8 a 9	5 (13,5)	10 a 13	3 (8,1)	15 a 18	3 (8,1)
Moderado	10 a 14	8 (21,6)	14 a 20	6 (16,2)	19 a 25	11 (29,7)
Grave	15 a 19	4 (10,8)	21 a 27	1 (2,7)	26 a 33	4 (10,8)
Extremamente grave	20 a acima	9 (24,3)	28 e acima	7 (18,9)	34 e acima	4 (10,8)

Fonte: autores, 2024

Ainda, escores com valor normal de ansiedade (29,7%) foram encontrados neste estudo, contudo o percentual de escores com valor extremamente grave ainda é considerável e próximo com valor de 24,3%. Achados semelhantes foram constatados por Sousa et al. (2022) ao realizar estudo com acadêmicos de enfermagem da Universidade Estadual do Piauí, no qual constataram 32% de estudantes com ansiedade grave elevado, o qual poderia indicar que uma parcela considerável de graduandos de enfermagem sofre de ansiedade, por vezes não diagnosticada, durante a graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que acadêmicos de enfermagem apresentam um percentual relevante de escores que vão de moderado a extremamente grave nas variáveis de ansiedade, depressão e estresse quando avaliados através do DASS-21. Estes resultados podem alertar às instituições de ensino superior em enfermagem sobre a necessidade de programas de diagnóstico, prevenção e tratamento dos seus alunos, talvez através de disciplinas, projetos

de extensão e programas de ajuda à saúde mental dentro das universidades.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

DE JESUS NOVAES, Arianny. Aspectos Psicossociais E Sintomas De Ansiedade Relacionados À Graduação Entre Estudantes De Enfermagem. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.25194/rebrasf.v12i1.1716. Disponível em: https://adventista.emnuvens.com.br/RBSF/article/view/1716.

DIAS, Luana Gonçalves; SILVA, Nubia Alves Da; OLIVEIRA, Saphira Sampaio Barbosa De; MARQUES, Matheus Santos. Ansiedade e Depressão em Universitários a Área da Saúde: Uma Revisão Integrativa / Anxiety and Depression in University Students in the Health Area: An Integrative Review. **ID on line. Revista de psicologia**, *[S. l.]*, v. 15, n. 58, p. 565-575, 2021. DOI: 10.14295/idonline.v15i58.3344. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3344.

MELO, Heloísa Eleotério De; SEVERIAN, Patrícia Fernandes Garcia; EID, Letícia Palota; SOUZA, Marise Ramos De; SEQUEIRA, Carlos Alberto da Cruz; SOUZA, Maria da Graça Girade; POMPEO, Daniele Alcalá. Impacto dos sintomas de ansiedade e depressão na autoeficácia percebida em estudantes de enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, *[S. l.]*, v. 34, 2021. DOI: 10.37689/acta-ape/2021AO01113. Disponível em: https://acta-ape.org/article/impacto-dos-sintomas-de-ansiedade-e-depressao-na-autoeficacia-percebida-em-estudantes-de-enfermagem/.

OLIVEIRA, Maria de Jesus Araújo De; XIMENES, Maria Aline Moreira; LIMA, Magda Milleyde De Sousa; MORAIS, John Anderson Dos Santos; BARROS, Lívia Moreira; CAETANO, Joselany Áfio. Satisfação, ansiedade e depressão entre estudantes de graduação em enfermagem [Satisfaction, anxiety and depression among undergraduate nursing students] [Satisfacción, ansiedad y depresión entre estudiantes de pregrado en enfermeira]. **Revista Enfermagem UERJ**, *[S. l.]*, v. 30, n. 1, p. e70555, 2022. DOI: 10.12957/reuerj.2022.70555. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/70555.

SANTIAGO, Mathews Barbosa; BRAGA, Odete Silva; DA SILVA, Polyanna Rodrigues; CAPELLI, Vinicius Matheus Ritter; DA COSTA, Ruth Silva Lima. Índices de depressão, ansiedade e estresse entre estudantes de enfermagem e medicina do Acre. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 73-84, 2021. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v10i1.3374. Disponível em: https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3374.

SOUSA, Francisco das Chagas Araújo et al. Prevalência de ansiedade em estudantes de enfermagem de uma instituição de ensino superior. **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 11, n. 3, p. e16911326338, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.26338. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26338.

TORRES, Regina Daniele Ribeiro; OLIVEIRA, José Jonas; SILVA, Jasiele Aparecida de Oliveira; BAGANHA, Ronaldo Júlio. Ansiedade e depressão em universitários: Uma rapid review. . **Revista Científica Universitas**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 158–181, 2023.

AVALIAÇÃO DE SINTOMAS DE ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ESTRESSE EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA

Ana Flávia Nunes de Almeida[1]; Mariana Alves Messias Souza Bomfim[2]; Ana Laura Nogueira[3]; Michele Cunha Silva[4] Adriana Cristina Nicolussi[5].

[1]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/3043885885530080

[2]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/3184943671337926

[3]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/4448811562897977

[4]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/0858934694492621

[5]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/8524003645736366

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes de ciências da saúde. Saúde do estudante. Saúde mental.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental

INTRODUÇÃO

Ao longo da graduação, os estudantes enfrentam uma série de situações desafiadoras e estressantes, incluindo sobrecarga geral de atividades acadêmicas, dificuldade de conciliar os compromissos universitários com a vida pessoal, dentre outros (SILVA; SOUZA; FORTALEZA, 2023). Nesse cenário, acarretam-se fatores de risco de condições como o estresse, ansiedade e depressão (OLIVEIRA, 2020).

A ansiedade é caracterizada por uma experiência persistente de interação com o ambiente, sendo uma resposta adaptativa a situações de estresse ou perigo, reais ou imaginárias, afetando a função emocional e psicossocial do indivíduo (SANTOS, SIMÕES, 2020).

Estes sintomas de ansiedade e o estresse podem levar a depressão em estudantes universitários, que tem apresentado prevalências preocupantes e as causas podem estar relacionadas com cronicidade do estresse induzida pela produção de cortisol mediante situações de tristeza, comprometimento da autoestima e sono, sentimento de culpa, cansaço e falta de concentração (DAGNEW, DAGNE, ANDUALEM, 2020).

Portanto, diante do impacto significativo que esses sintomas podem acarretar à vida dos estudantes universitários, é fundamental investigar a presença dos mesmos nestes acadêmicos para pensar em estratégias eficazes de apoio emocional e psicológico, bem como programas de prevenção e intervenção precoce para promover o bem-estar e a saúde mental desses jovens durante sua jornada acadêmica.

OBJETIVO

Avaliar os níveis de ansiedade, depressão e estresse em estudantes do curso de Fisioterapia de uma universidade pública no Triângulo Sul de Minas Gerais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, básica e realizada em uma universidade pública no Triângulo Sul de Minas Gerais. Foram incluídos estudantes da graduação do curso de Fisioterapia regularmente matriculados com idade superior a 18 anos.

Foi utilizada a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21), para medir simultaneamente ansiedade, depressão e estresse. Cada uma das três subescalas é composta por sete itens, utilizando um formato Likert de quatro pontos. Já a versão em português foi validada por Vignola e Tucci (2014).

Os estudantes foram convidados a participar da pesquisa de forma voluntária e sigilosa. Aqueles que participaram, receberam instruções gerais sobre o estudo, e após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) receberam uma cópia do mesmo. Em seguida, preencheram um questionário para caracterização sociodemográfica e clínica e a escala DASS-21.

As informações coletadas foram codificadas, digitadas duas vezes e verificadas em planilhas do *Excel®*. Posteriormente, foram importadas para o *programa Statistical Package for the Social Sciences®* (SPSS), versão 21.0. As variáveis categóricas foram analisadas por meio da distribuição de frequência relativa e absoluta. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente, parecer nº 5.517.018/2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 11 alunos, com média de idade de 21,91 anos (Dp = 3,21), sendo a mínima 19 e a máxima 30 anos. Predominaram as mulheres (100,0%), de cor branca, solteiras e que estavam cursando 2° período, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem das características sociodemográficas da amostra (n=11). Uberaba, MG, Brasil, 2024.

VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS	TOTAL n (%)
Cor autorrelatada	Branca	6 (54,5)
	Parda	4 (36,4)
	Preta	1 (9,1)
Estado civil	Solteira	10 (90,9)
	Outro	1 (9,1)
Período acadêmico	2°	4 (36,4%)
	5°	2 (18,2%)
	3°	2 (18,2%)
	4°	1 (9,1%)
	1°	1 (9,1%)
	10°	1 (9,1%)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Quanto aos dados clínicos, a maioria pratica atividade física, possui algum tipo de comprometimento físico ou psicológico, não realizam tratamento farmacológico e não farmacológico, não sentem dores crônicas nem fazem uso de ansiolíticos, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Frequência e porcentagem das características clínicas da amostra (n=11). Uberaba, MG, Brasil, 2024.

VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS	TOTAL n (%)
Prática Atividade Física	sim	7 (63,6)
	não	4 (36,4)
Possuí Doença Física E Psicológica	sim	6 (54,5)
	não	5 (45,5)
Realiza tratamento Farmacológico	não	7 (63,6)
	sim	4 (36,4)
Realiza Tratamento Não Farmacológico	não	9 (81,8)
	sim	2 (18,2)
Doença Crônica	não	11 (100,0)
	sim	0 (0,0)
Uso De Ansiolítico	não	9 (81,8)
	sim	2 (18,2)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Em relação aos sintomas de ansiedade, depressão e estresse, de acordo com DASS-21, as participantes apresentaram graus variados, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Frequência e porcentagem das características de ansiedade, depressão e estresse a amostra (n=11). Uberaba, MG, Brasil, 2024.

VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS	REFERÊNCIA	TOTAL n (%)
Ansiedade	Normal	0 a 7	4 (36,4)
	leve	8 a 9	0 (0,0)
	Moderado	10 a 14	3 (27,3)
	Grave	15 a 19	1 (9,1)
	extremamente grave	20 e acima	3 (27,3)
Depressão	Normal	0 a 9	5 (45,5)
	Leve	10 a 13	2 (18,2)
	moderado	14 a 20	2 (18,2)
	grave	21 a 27	1 (9,1)
	extremamente grave	28 e acima	1 (9,1)
Estresse	Normal	0 a 14	4 (36,4)
	leve	15 a 18	1 (9,1)
	moderado	19 a 25	2 (18,2)
	grave	26 a 33	2 (18,2)
	extremamente grave	34 e acima	2 (18,2)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Observa-se que mais da metade das alunas referiram ansiedade e estresse de moderado a extremamente grave, o que requer atenção dos núcleos de apoio a estudantes, visando pensar em estratégias para o monitoramento e enfrentamentos dos mesmos, para evitar piora em sua saúde psicológica. Costa *et al.* (2019) entrevistaram 227 acadêmicos de fisioterapia e encontraram níveis moderado a alto de ansiedade e uma média de estresse de 23,53 colaborando com estes dados.

Estudo de Gonçalves, Teodoro, Miranda (2021) também avaliou os níveis dos três sintomas em 58 estudantes de fisioterapia de um Centro Universitário e encontrou média de estresse elevada (M=7,9) entre os mesmos corroborando os resultados encontrados, nos quais 54,6% das graduandas informaram estresse de moderado a grave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das variações encontradas nos níveis dos sintomas avaliados, há um relevante número de alunas relatando ansiedade e estresse. Estes resultados indicam a importância de considerar não apenas a saúde física, mas também a saúde mental dos estudantes de Fisioterapia, destacando a necessidade de apoio visando à saúde integral dos mesmos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

COSTA *et al.* Avaliação dos níveis de ansiedade, estresse e qualidade de vida em acadêmicos de Fisioterapia. **Fisioterapia Brasil**., v.20, n.5, p.659-667. 2019. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1281734. Acesso em: 21 mar 2024.

DAGNEW, B.; DAGNE, H.; ANDUALEM, Z. Depression and its determinant factors among University of Gondar medical and health science students, Northwest Ethiopia: institution-based cross-sectional study. **Neuropsychiatric disease and treatment**, p. 839-845, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32280225/. Acesso em: 20 mar 2024.

GONÇALVES, M. P.; TEODORO, E. C. M.; MIRANDA, V.C.R. Perfil cardiovascular e emocional de acadêmicos do curso de fisioterapia do Centro Universitário Funvic.

Fisioter Bras.,v.22, n.4, p.516-535. 2021. Disponível em: https://convergenceseditorial.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/4236. Acesso em: 21 mar 2024.

OLIVEIRA, L. S. Qualidade de vida e saúde mental de estudantes universitários. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família. Universidade Federal do Ceará. Sobral. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53459. Acesso em: 21 mar 2024.

SANTOS, R. M.; SIMÕES, M. O. Níveis de ansiedade em alunos concluintes de cursos de saúde. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 17, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.ufg.br/REF/article/view/51302. Acesso em: 21 mar 2024.

SILVA, B. L.; SOUZA, A. P. C.; FORTALEZA, L. M. M. Alterações emocionais em estudantes concluintes do curso de Fisioterapia de uma instituição pública de ensino superior. **Research, Society and Development**., v. 12, n. 8. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373618108_Alteracoes_emocionais_em_estudantes_concluintes_do_curso_de_Fisioterapia_de_uma_instituicao_publica_de_ensino_superior. Acesso em: 09 mar 2024.

VIGNOLA, R. C. B.; TUCCI, A. M**.** Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. **Journal of affective disorders**, v. 155, p. 104-109, 2014. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24238871/. Acesso em: 09 mar 2024.

SINTOMAS DE ANSIEDADE, ESTRESSE E DEPRESSÃO ENTRE GRADUANDOS DE TERAPIA OCUPACIONAL

Mariana Alves Messias Souza Bomfim[1]; Ana Flávia Nunes de Almeida[2]; Michele Cunha Silva[3]; Wilbert Esteban Cárdenas Urquizo[4]; Adriana Cristina Nicolussi[5].

[1]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/3184943671337926

[2]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais
http://lattes.cnpq.br/3043885885530080

[3]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/0858934694492621

[4]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/2442442095233936

[5]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/8524003645736366

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Saúde do estudante. Terapia ocupacional.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A saúde mental pode ser definida como além da ausência de distúrbios mentais como ansiedade, depressão e estresse. Esse conceito envolve fatores biológicos, psicológicos e sociais (OMS, 2024). Além disso, dentro da agenda do ano de 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), um dos objetivos é promover a saúde mental e o bem-estar (ONU, 2015).

Apesar disso, o ingresso à universidade serve como um período de transição entre a adolescência e a vida adulta podendo desencadear fatores estressantes para graduandos (CONSTANTINIDIS, MATSUKURA, 2021). Pode-se configurar risco à saúde mental dos estudantes de terapia ocupacional, uma vez que, antes do cenário pandêmico, 68% dos estudantes ou não apresentavam questões prévias relacionadas à saúde mental ou as existentes não interferiam na vida de forma significativa (MORATO, FERNANDES, SANTOS, 2022). Assim, toda essa cascata pode gerar distúrbios comprometendo a saúde mental dos estudantes.

Ademais, poucos estudos relacionados à saúde mental de graduandos do curso de Terapia Ocupacional são realizados, mesmo que as evidências demonstrem que esses graduandos possuem maior prevalência de depressão e transtorno mental comum do que

alunos de outros cursos (CONSTANTINIDIS, MATSUKURA, 2021). Portanto, percebe-se necessário e relevante avaliar esses sintomas nos graduandos em Terapia Ocupacional (TO).

OBJETIVO

Avaliar sintomas de ansiedade, estresse e depressão de graduandos do curso de Terapia Ocupacional de uma universidade pública no Triângulo Sul de Minas Gerais.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, básico, transversal descritivo, realizado em novembro de 2023 com graduandos do curso de Terapia Ocupacional de uma Universidade Federal localizada no interior de Minas Gerais. Os critérios de inclusão foram: alunos de graduação do curso de Terapia Ocupacional, maiores de 18 anos e regularmente matriculados.

Foi utilizado para coleta de dados um questionário sociodemográfico e clínico contendo informações como: idade, gênero, cor autodeclarada, estado civil, período matriculado, se pratica atividade física, presença de patologias e/ou comorbidades, bem como tratamentos realizados. Posteriormente à aplicação do questionário, foi aplicado a Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS-21) para avaliação da ansiedade, estresse e depressão, no qual é composto por 21 perguntas com alternativas de zero a três relacionadas ao quanto ela se aplicou durante a última semana. A escala foi adaptada e validada no português do Brasil por Vignola e Tucci (2014). Os estudantes foram convidados a participar da pesquisa de forma voluntária e sigilosa. Os mesmos foram instruídos em relação à pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) recebendo cada um uma cópia do mesmo. Após isso, responderam aos questionários. Os dados coletados foram codificados, digitados e organizados em planilhas do Excel®. Posteriormente, foram importadas para o programa *Statistical Package for the Social Sciences*® (SPSS) na versão 21.0. As variáveis categóricas foram analisadas por meio da distribuição de frequência relativa e absoluta. A pesquisa atendeu todos os pressupostos éticos e foi aprovada pelo Comitê de Ética (CEP) sob o número nº 5.517.018/2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 21 alunos, a média de idade foi de 23,14 anos (Dp = 7,29), com mínima de 18 e máxima de 50 anos. Predominaram participantes do sexo feminino, brancas solteiras, a maioria se encontrava no 4º período do curso e que praticam algum tipo de atividade física, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem das características sociodemográficas (n=21). Uberaba, MG, Brasil, 2024

VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS	TOTAL n (%)
Cor autorelatada	Branca	13 (61,9)
	Preta	4 (19,0)
	Parda	4 (19,0)
Gênero	Feminino	20 (95,2)
	Masculino	1 (4,8)
Estado civil	Solteiro	20 (95,2)
	Casado ou união estável	1 (4,8)
Período acadêmico	4º	12 (57,1)
	5º	4 (19,0)
	2º	3 (14,3)
	8º	2 (9,5)
Pratica Atividade Física	Sim	12 (57,1)
	Não	9 (42,9)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

A maior parte dos participantes não possui doença física e psicológica, realizam algum tratamento farmacológico e não realizam tratamento não farmacológico, também não possuem dor crônica nem fazem uso de ansiolítico, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Frequência e porcentagem das características clínicas (n=21). Uberaba, MG, Brasil, 2024

VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS	TOTAL n (%)
Possui doença física e psicológica	Não	11 (52,4)
	Sim	10 (47,6)
Realiza tratamento farmacológico	Sim	11 (52,4)
	Não	10 (47,6)
Realiza tratamento não farmacológico	Não	14 (66,7)
	Sim	7 (33,3)
Doença crônica	Não	19 (90,5)
	Sim	2 (95,5)
Uso de Ansiolítico	Não	12 (57,1)
	Sim	9 (9,5)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Em relação à ansiedade, estresse e depressão, observa-se uma alta frequência de alunos relatando os mesmos de intensidade moderada à extremamente grave (tabela3).

Tabela 3 – Frequência e porcentagem dos resultados obtidos na Escala DASS-21 (n=21). Uberaba, MG, Brasil, 2024

VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS	REFERÊNCIA	TOTAL n (%)
	Normal	0 a 7	6 (28,6)
Ansiedade	Leve	8 a 9	0 (0,0)
	Moderado	10 a 14	5 (23,8)
	Grave	15 a 19	3 (14,3)
	Extremamente grave	20 e acima	7 (33,3)
	Normal	0 a 14	7 (33,3)
Estresse	Leve	15 a 18	3 (14,3)
	Moderado	19 a 25	3 (14,3)
	Grave	26 a 33	5 (23,8)
	Extremamente grave	34 e acima	3 (14,3)
	Normal	0 a 9	7 (33,3)
Depressão	Leve	10 a 13	5 (23,8)
	Moderado	14 a 20	2 (9,5)
	Grave	21 a 27	1 (4,8)
	Estremamente grave	28 e acima	6 (28,6)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Sanches *et al*. (2018) avaliaram a prevalência de indicadores de estresse dentre graduandas concluintes do curso de Terapia Ocupacional, encontraram 84% das alunas referindo estresse, sendo 61,5% na fase de resistência e 34,6% na fase de exaustão.

A alta carga horária de estudos exigida pelo curso, demonstrado por Witt *et al.* (2019), em que os graduandos de TO dedicavam de 11 a 20 horas semanais para os estudos, além de considerarem que a vida acadêmica foi considerado principal fator gerador de estresse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os graduandos do curso de Terapia Ocupacional entrevistados, encontrou-se níveis de moderado a extremamente grave em mais da metade deles (71,4%) para o sintoma de ansiedade, em 52,3% para estresse e 42,8% para depressão, o que serve de alerta, pois pode levar ao sofrimento psíquico e até mesmo transtornos mentais.

Faz-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o tema com essa população com suas particularidades inerentes ao curso de formação, para que os fatores estressores e sobrecarga acadêmica sejam devidamente explorados. Ademais é relevante o planejamento e implementação de ações de promoção de apoio à saúde mental desses alunos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CONSTANTINIDIS, T. C.; MATSUKURA, T. S. Saúde mental de estudantes de terapia ocupacional: revisão de escopo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e2139, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/43HKgw8XZBFxXdSTd4CFC7K/. Acesso em: 09 mar 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde Mental**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/mental-health. Acesso em: 11 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Saúde Mental.** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental/saude-mental. Acesso em: 11 mar. 2024.

SANCHES, B. P.; SILVA, N. R.; SILVA, M. L. Avaliação do estresse em estudantes concluintes de terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 153□161, 2018. Disponível em: https://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1781. Acesso em: 11 mar. 2024.

VIGNOLA, R. C. B.; TUCCI, A. M. Adaptação e validação da escala de depressão, ansiedade e estresse (DASS) para o português brasileiro. **Transtorno de afeto**., v. 155, p. 104-109, 2014. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24238871/. Acesso em: 20 mar 2024.

WITT, P. A., MONARENG, L., ABRAHAM, A. A., KOOR, S., & SABER, R. Resilience in occupational therapy students. **South African Journal of Occupational Therapy**, v. 49, n.2, p. 33-41, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2310-38332019000200006. Acesso em: 11 mar 2024.

MORATO, G. G.; FERNANDES, A. D. S. A.; SANTOS, A. P N. Saúde Mental e cotidiano dos estudantes de terapia ocupacional frente à covid-19: possíveis impactos e repercussões. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**., v.30, n.3035. 2022. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3035. Acesso em: 19 mar 2024.

GESTAÇÃO E PERÍODO PÓS-PARTO NOS TRANSTORNOS MENTAIS: REVISÃO DE LITERATURA

Priscila Bosco Chiarello[1]; Mariana Alves Messias Souza Bomfim[2]; Isabella dos Santos Sobreira[3]; Mariana Ravagnani Frejuello[4]; Lucia Aparecida Ferreira[5].

[1]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/6402455951936803

[2]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/3184943671337926

[3]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/1291168958330161

[4]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/5782047585876868

[5]Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais.
http://lattes.cnpq.br/6530122027138493

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/13

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos Mentais. Gravidez. Período Pós-Parto.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais manifestam-se em diversas formas e contextos, evidenciados por comportamentos e ações característicos que requerem cuidados específicos (OPAS, 2024). Assim, é possível observar que certos indivíduos sofrem de transtornos mentais, como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno bipolar, psicose pós-parto e transtorno do pânico, durante a gestação e o puerpério (Fiocruz, 2021).

Além disso, a etiologia dos transtornos mentais envolve, entre outros fatores, aspectos ambientais em contextos sócio-históricos específicos, podendo causar disfunções psicofisiológicas (Aktar et al., 2019). Ao considerar o período perinatal, embora a assistência tenha avançado significativamente no manejo de mulheres com transtornos mentais nesse contexto, ainda se observa a ineficácia de algumas estratégias adotadas. Estudos indicam complicações, como parto prematuro e baixo peso e estatura de recém-nascidos, em mulheres com transtornos mentais não tratados adequadamente (Sūdžiūtė et al., 2020).

Portanto, com base no conhecimento dos diversos desdobramentos desse problema, o presente estudo tem como objetivo destacar a produção científica relacionada ao período de gestação e puerpério em mulheres com transtornos mentais.

OBJETIVO

Conhecer as evidências científicas que relatam sobre a gestação e o período pós-parto nos transtornos mentais.

METODOLOGIA

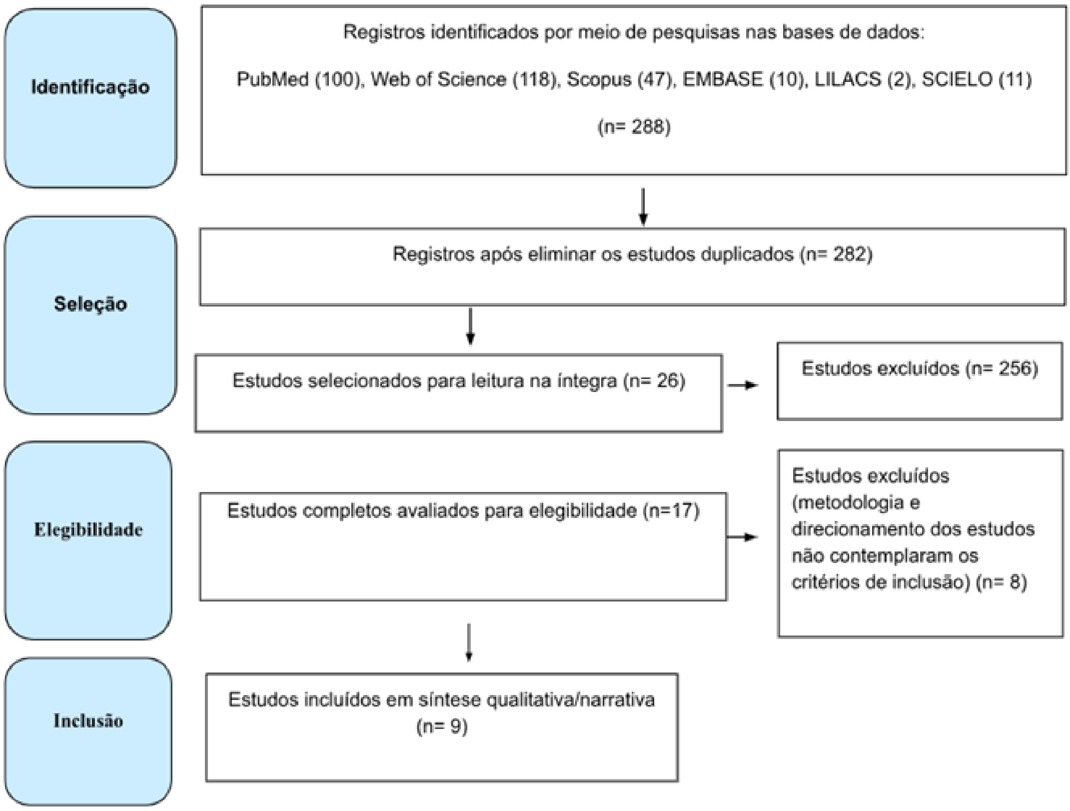
Trata-se de uma de revisão integrativa da literatura, elaborada conforme seguintes etapas: elaboração da pergunta norteadora de pesquisa conforme o tema levantado; organização dos critérios de inclusão e exclusão; definição dos descritores (baseados no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Mesh term*); busca e classificação dos estudos; avaliação na íntegra dos artigos incluídos; interpretação dos principais resultados; e apresentação da revisão (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO., 2008).

A busca foi realizada no período de janeiro de 2024 a fevereiro de 2024, estruturada pela seguinte pergunta norteadora: Como é a gestação e o puerpério por pacientes com transtornos mentais? Buscaram-se artigos nas bases de dados: *Embase, Web of Science, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Pubmed, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scopus*. Utilizaram-se como descritores: “Pregnancy” AND “Mental Disorders” AND “Postpartum Period”.

Foram incluídos artigos gratuitos disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, publicados entre os anos de 2020 e 2024. Excluíram-se: artigos duplicados, estudos de opinião, teses, dissertações, manuais, resumos apresentados em eventos e anais.

Para a seleção dos estudos utilizaram-se critérios estabelecidos pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) *statement* (Page, et al., 2021), conforme Figura 1.

Figura 1: Diagrama baseado no PRISMA referente às etapas de busca e seleção dos artigos.



Fonte: adaptado de Page et al. (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra consistiu em nove artigos, todos de produção internacional em língua inglesa, representando 100% (n=9) do total. Destes, 33,3% (n=3) foram conduzidos no Reino Unido, 22,2% (n=2) nos Estados Unidos, 11,1% (n=1) na África do Sul, 11,1% (n=1) na Finlândia, 11,1% (n=1) na Holanda e 11,1% (n=1) na Lituânia. Já em relação ao delineamento do estudo, 44,4% (n=4) eram ensaios clínicos randomizados, 22,2% (n=2) eram revisões integrativas, 22,2% (n=2) compararam grupos intra-sujeitos e 11,1% (n=1) foram estudos de corte. Quanto à abordagem metodológica, 55,5% (n=5) dos artigos adotaram uma abordagem qualitativa e 44,4% (n=4) uma abordagem quantitativa.

Os transtornos mentais durante o período perinatal podem ter um impacto significativo na saúde materna e fetal quando não tratados. Mulheres com transtornos mentais, como ansiedade, transtorno bipolar, estresse pós-traumático, esquizofrenia e depressão, enfrentam um maior risco de complicações obstétricas, incluindo parto prematuro e nascimento de bebês com baixo peso. Além disso, essas mulheres tendem a buscar menos cuidados pré-natais e podem ser mais propensas a hospitalizações (Sūdžiūtė et al., 2020).

Adicionalmente, o suicídio é uma das principais causas de morte entre mulheres em idade reprodutiva, contribuindo com cerca de 8% a 9% dos óbitos nessa faixa etária. Há também uma crença de que o suicídio represente uma causa significativa de mortalidade

materna durante o período perinatal. Mulheres com transtornos como esquizofrenia ou transtorno bipolar enfrentam um maior risco de suicídio durante a gravidez e o puerpério (DU TOIT et al., 2020).

Complementando, estudos recentes destacam que transtornos psicóticos graves, como esquizofrenia e transtornos esquizoafetivos, têm seu auge na idade adulta jovem, afetando assim a saúde reprodutiva das pacientes. Gestantes com esquizofrenia têm maior risco de desenvolver complicações como diabetes gestacional, pré-eclâmpsia e parto prematuro, enquanto os recém-nascidos têm maior propensão a adversidades como baixo peso ao nascer e necessidade de cuidados intensivos neonatais (Simoila et al., 2020).

Concomitantemente, mulheres com transtorno bipolar no período pós-parto são especialmente vulneráveis à psicose pós-parto, devido a fatores como instabilidade hormonal, resposta imunológica aumentada e interrupção do sono (Gordon-Smith et al., 2020).

Diante dessas questões, orientações sobre saúde sexual e reprodutiva para mulheres que frequentam serviços de saúde mental são essenciais. O conhecimento sobre contracepção é fundamental para melhorar o quadro funcional, considerando opções como implantes subdérmicos, dispositivos intrauterinos, métodos hormonais combinados, métodos de barreira e contracepção de emergência (MCCLOSKEY et al., 2021).

No entanto, a maioria dos estudos examinados enfoca realidades de países estrangeiros, enquanto há uma lacuna na literatura brasileira sobre o tema, o que sugere a necessidade de mais pesquisas nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aborda os impactos dos transtornos mentais durante o período perinatal, ressaltando que a falta de tratamento pode afetar tanto a saúde materna quanto a do feto, aumentando o risco de complicações obstétricas. É importante abordar a saúde mental durante o período perinatal de forma integrada e sensível, visando melhorar os resultados tanto para as mães quanto para os recém-nascidos.

Apesar das informações apresentadas, observa-se uma lacuna nos estudos que investigam o papel do apoio familiar e conjugal durante o período gestacional e pós-parto. Há necessidade de mais pesquisas nessa área para validar a importância de destacar a temática da gestação e do período pós-parto nos transtornos mentais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AKTAR, Evin. *et al*. **Fetal and Infant Outcomes in the Offspring of Parents With Perinatal Mental Disorders**: Earliest Influences. Leiden: Frontiers in Psychiatry, 2019.

Du Toit, Elsa. *et al*. **Perinatal suicidality**: Risk factors in South African women with mental

illness. Cidade do Cabo: South African Journal of Psychiatry, 2020.

GORDON-SMITH, Katherine *et al*. **Symptom profile of postpartum and non-postpartum manic episodes in bipolar I disorder**: A within-subjects study. Worcester: Psychiatry research, 2020.

MCCLOSKEY, Leanne *et al*. **Contraception for women with psychiatric disorders**. Chicago: American Journal of Psychiatry, 2021.

MENDES, Karina; SILVEIRA, Renata, GALVÃO; Cristina. **Revisão integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. São Paulo: Texto e Contexto - Enfermagem [Internet], 2008.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Transtornos mentais**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais. Acesso em: 22 mar. 2024.

Page Matthew *et al*. **The PRISMA 2020 statement**: an updated guideline for reporting systematic reviews. Melbourne: BMJ, 2021.

SIMOILA, Laura *et al*. **Pregnancy, delivery and postpartum in women with schizophrenia or schizoaffective disorder in Finland**: a national register-based comparative study. Helsinki: Psychiatry Research, 2020.

SŪDŽIŪTĖ, Kotryna *et al*. **Pre-existing mental health disorders affect pregnancy and neonatal outcomes**: a retrospective cohort study. Kaunas: BMC Pregnancy and Childbirth, 2020.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PSICO/MORAL NO BRASIL EM 2022

Maria Luiza Vasconcelos Montenegro[1]; Kallyandra Maria Hermínio Pessoa e Silva[2]; Fernanda Barboza de Carvalho Santana[3]; Evelyn Andrade de Santana[4]; Davi Mendes Luna[5]; Maria Geyza Soares Xavier[6]; Pauliana Valéria Machado Galvão[7].

[1]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco. http://lattes.cnpq.br/2005357348790209

[2]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco. https://lattes.cnpq.br/3773726965961384

[3]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco. http://lattes.cnpq.br/6150446758276698

[4]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco. http://lattes.cnpq.br/9371212992804360

[5]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco. http://lattes.cnpq.br/8536331220140020

[6]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco. http://lattes.cnpq.br/6224558541386140

[7]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco. http://lattes.cnpq.br/0176106507905120

PALAVRAS-CHAVE: Exposição à violência. Psicopatologia. Saúde pública.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A violência psico/moral pode ser definida como a subjugação de um indivíduo à uma condição de abuso psicológico, o qual desencadeia, comumente, quadros psiquiátricos marcados, entre outras condições, por ansiedade e depressão (BONAMIGO et al., 2022). A repetição crônica de episódios de violência psico/moral repercute de forma significativamente deletéria na vida de um indivíduo, podendo ocasionar, em casos mais graves, tentativas de suicídio ou, até mesmo, a concretização desse ato. Um estudo brasileiro constatou que, no ano de 2019, a violência psicológica correspondeu a 17,4% de todos os tipos de violência registrados no país, superando os casos de violência física e sexual (MASCARENHAS et al., 2021). Esse subtipo de violência não é exclusivo de uma única parcela da sociedade, pois possui registros não só entre a população pediátrica, mas também entre indivíduos idosos. A literatura atual, entretanto, destaca as mulheres como as principais vítimas de abusos morais, as quais, na maioria das vezes, sofrem a agressão dos seus próprios parceiros

(PIOLANTI; FORAN, 2022). Partindo do conhecimento das relevantes consequências negativas deste agravo para a sociedade, faz-se essencial conhecer qual grupo de pessoas está mais propenso a vivenciá-lo no território nacional.

OBJETIVO

A presente pesquisa buscou analisar o perfil epidemiológico das vítimas por violência psico/moral no Brasil em 2022.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal de caráter descritivo e abordagem quantitativa realizado a partir de dados secundários obtidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram coletados os registros de violência psico/moral no Brasil, sendo levado em consideração as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, raça, estado civil , escolaridade em anos completos, Unidades Federativas do país e região de residência do violentado. Não houve necessidade de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) por serem utilizadas apenas informações de domínio público para a confecção desta pesquisa. Tal fato respeita a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n°510 divulgada em 7 de abril de 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que o número total de ocorrências de violências psico/moral no período estudado foi de 102.110. As mulheres representaram 83,6% (85.415) das vítimas, enquanto os indíviduos do sexo masculino 16,3% (16.665). Em relação a idade, a maior parte dos casos notificados são jovens entre 20 e 29 anos (22,9%) e adultos com 30 a 39 anos (21%). Ademais, as raças que apresentaram maiores prevalência tanto no sexo feminino quanto no masculino foi a parda (45,3%), seguido pela raça branca (36,1%). A respeito da escolaridade, foi observado que em grande parte das notificações esse quesito foi ignorado ou deixado em branco (27,4%). Nesse sentido, dos casos que foi esclarecido esse aspecto, foi constatado que indivíduos com ensino médio completo compõe o perfil da maioria das vítimas (19,4%). É válido ressaltar que enquanto o sexo feminino segue esse viés, o masculino tem o número de sujeitos com 5ª a 8ª série do ensino fundamental superior aos com ensino médio completo. Foi observado, também, que com associação da raça e escolaridade, o grupo que apresentou maior índice foram pessoas de raça parda com ensino médio completo. Além disso, acerca do local de ocorrência, 75,3% dos casos ocorreram em residência e 9,2% em via pública. Em se tratando de regiões do Brasil, a maioria dos casos encontra-se no sudeste (50,2%), principalmente, no estado de São Paulo (23,4%). Observou-se que nesse tipo de violência o cônjuge foi o autor em 22,8% dos casos

e que 59,6% das ocorrências de violência psico/moral foram classificadas como violência de repetição. Logo, as principais variáveis suscetíveis à referida violência compõem-se por sexo feminino, raça parda, idade jovem e ensino médio completo. Uma pesquisa brasileira observou que mais anos de estudo não obrigatoriamente significa uma maior proteção contra a violência (SILVA; HINO; FERNANDES, 2022). Isso entra em concordância com os resultados do presente trabalho, o qual constatou que indivíduos com maior nível de escolaridade estão mais propensos à violência psicológica e moral. Todavia, em ambos, devido ao grande número de notificações nas quais essa variável foi ignorada ou deixada em branco, não se torna possível confirmar o real perfil de escolaridade das vítimas. Os resultados evidenciam também que a grande maioria dos casos notificados aconteceram em residências, sendo o agressor principal o cônjuge, além de terem um caráter de reincidência. Desse modo, isso pode estar associado ao fato de que determinadas atitudes violentas por parte do sexo masculino ainda são vistas de forma natural pela sociedade, o que é reflexo do ainda presente desequilíbrio de poder nas relações entre homens e mulheres, o qual contribui, assim, para que indivíduos do sexo feminino sejam as vítimas habituais de violência doméstica (SEMAHEGN; MENGISTIE, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, o presente estudo traça o perfil epidemiológico das vítimas de violência psico/moral no Brasil: mulher, jovem e parda. Por esse tipo de violência, em sua maior parte, ocorrer na residência da pessoa lesada e ser realizada pelo cônjuge, a subnotificação torna-se uma grande problemática em relação ao levantamento de dados, demonstrando uma fragilidade nas pesquisas relacionadas ao tema. Além disso, quando notificada, muitas vezes, as variáveis epidemiológicas não são colhidas por completo, dificultando a coleta de materiais necessários para concretização de medidas preventivas e de vigilância. Assim, torna-se de suma importância que, para o aprimoramento de futuros estudos, as notificações sejam realizadas com busca ativa pelos fatores sociais envolvidos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BONAMIGO, V. G. *et al.* Violência física, sexual e psicológica segundo a análise conceitual evolucionista de rodgers. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, p. e82955, 2022.

MASCARENHAS, M. D. M. *et al.* Prevalence of exposure to violence among adults – Brazil, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, Supl. 2, p. e210019, 2021.

PIOLANTI, A.; FORAN, H. M. Psychological violence in dating relationships among adolescents: A systematic review and meta-analysis of prevention programs. **Preventive Medicine**, v. 159, p. 107053, 2022.

SEMAHEGN, A.; MENGISTIE, B. Domestic violence against women and associated factors in Ethiopia; systematic review. **Reproductive Health**, v. 12, n. 1, p. 78. 2015.

SILVA, E. R.; HINO, P.; FERNANDES, H. Sociodemographic characteristics of interpersonal violence associated with alcohol consumption. **Cogitare Enfermagem,** v. 27, p. e77876, 2022.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS POR LESÕES AUTOPROVOCADAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO EM 2022

Maria Luiza Vasconcelos Montenegro[1]; Evelyn Andrade de Santana[2]; Kallyandra Maria Hermínio Pessoa e Silva[3]; Fernanda Barboza de Carvalho Santana[4]; Davi Mendes Luna[5]; Maria Geyza Soares Xavier[6]; Pauliana Valéria Machado Galvão[7].

[1]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco.
http://lattes.cnpq.br/2005357348790209

[2]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco.
http://lattes.cnpq.br/9371212992804360

[3]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco.
https://lattes.cnpq.br/3773726965961384

[4]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco.
http://lattes.cnpq.br/6150446758276698

[5]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco.
http://lattes.cnpq.br/8536331220140020

[6]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco.
http://lattes.cnpq.br/6224558541386140

[7]Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM-UPE), Recife, Pernambuco.
http://lattes.cnpq.br/0176106507905120

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio. Violência. Registros de mortalidade.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência autoprovocada se instala quando um indivíduo, voluntariamente, causa uma lesão contra si ou contra um grupo de outras pessoas (WHO, 2008). Tal agravo possui diferentes níveis de gravidade, o qual pode se configurar apenas como uma ideação suicida, na qual a pessoa possui o desejo de encerrar a própria vida e exerce atos lesivos contra o próprio organismo que não resultam em morte, como arranhaduras e amputação de membros, ou com o suicídio propriamente dito. São diversos os fatores de risco que permeiam essa temática, entre eles pode-se citar histórico de doenças psiquiátricas, como depressão e ansiedade, abandono físico e desestruturação do núcleo familiar (HUBERS et al., 2018). Em 2019, o suicídio esteve entre as cinco maiores causas de óbitos no território nacional, acometendo, especialmente, a parcela jovem da população (MIRANDA; SOUSA; LIMA, 2023). Os casos de suicídio possuem uma abrangência global, estando presentes não só entre as nações

desenvolvidas, mas também naquelas consideradas em desenvolvimento, sendo, desse modo, um importante problema de saúde pública.

OBJETIVO

A presente pesquisa buscou analisar o perfil epidemiológico das vítimas por lesões autoprovocadas em Pernambuco em 2022.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal de caráter descritivo e abordagem quantitativa realizado a partir de dados secundários obtidos através do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram coletados os registros de óbitos por lesões autoprovocadas no estado de Pernambuco, sendo levado em consideração as seguintes variáveis: sexo (masculino e feminino), faixa etária (10-19; 20-29; 30-39; 40-49; 50-59; 60-69; 70-79; 80+), raça (branca; preta; amarela; parda; indígena; ignorado), estado civil (solteiro; casado; viúvo; separado judicialmente; outro; ignorado), escolaridade em anos completos (nenhuma; 1-3; 4-7; 8-11; 12+; ignorado) e macrorregião de saúde (Vale do São Francisco e Araripe; Sertão; Metropolitana; Agreste). Não houve necessidade de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) por serem utilizadas apenas informações de domínio público para a confecção desta pesquisa. Tal fato respeita a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n°510 divulgada em 7 de abril de 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados acerca das vítimas por lesões autoprovocadas no estado de Pernambuco, no período estudado, resultaram em 484 ocorrências no total. A respeito do sexo da vítima, mais de 80% das lesões foram provocadas por homens. Quando observados os parâmetros faixa etária e estado civil, tem-se que a maior prevalência encontra-se no grupo de 20 a 29 anos (22,7%), este majoritariamente composto por solteiros (90,9%). Nota-se, ainda, o aumento gradual de casos até os 40 anos, quando este número passa a diminuir. No entanto, é importante estabelecer o percentual de lesões autoprovocadas em indivíduos a partir dos 60 anos, que somam mais de 17% de todas as notificações. Em relação ao estado civil, os solteiros são as principais vítimas com 65,7% dos casos, seguidos pelas pessoas casadas, que somam 22,9% das ocorrências. Acerca da escolaridade da vítima, com o aumento do tempo de escolaridade, é observado um aumento gradativo das ocorrências, chegando ao ápice no grupo de 8 a 11 anos de estudo, que soma 32% dos casos, e diminuindo logo após, na faixa dos 12 ou mais anos de estudo, que corresponde a 13,2%. Somadas, as faixas dos 4 a 7 anos e dos 8 a 11 anos de escolaridade representam mais da metade das notificações (58,6%). No que se refere à raça, a parda obtém o maior

quantitativo (71%). Com a segunda maior prevalência, a raça branca representa cerca de 24% dos casos. Os dados, quando analisados dentro das macrorregiões do estado de Pernambuco, revelam a região metropolitana como o principal cenário dos eventos estudados - quase 50% das notificações. O agreste pernambucano representa 21,9% dos casos, seguido pelo Vale do São Francisco e Araripe (19,2%). Com o menor índice (9%), o sertão obteve 44 eventos registrados do montante de 484 em todo o estado no ano de 2022. Logo, as variáveis mais relacionadas às lesões autoprovocadas são: sexo masculino, idade entre 20 e 29 anos, solteirice, 8 a 11 anos de estudo e raça parda. Ademais, comparando os dados obtidos em Pernambuco com os casos de violência autoprovocada notificados no Sistema de Informações e Agravos de Notificações (Sinan) em nível nacional em 2021, ano anterior ao estudo, observa-se discrepância entre os cenários. Nesse sentido, as divergências de predomínios das variáveis epidemiológicas entre o estado em questão e o contexto do território nacional são o sexo, devido ao maior quantitativo presente nos homens em Pernambuco enquanto a nível nacional 70,3% dos casos ocorreram no sexo feminino. Quanto à raça, houve no estado o maior percentual em pardos, enquanto que no outro cenário, a maior porcentagem de notificações foi demonstrada entre negros (45,4%) e brancos (44,1%). Com relação às semelhanças entre os dados nacionais e pernambucanos, observou-se em ambos o predomínio de notificações na faixa de 20 a 49 anos de idade (60,2%) e em solteiros (49,5%). Ressalta-se, não apenas no presente estudo, que, apesar de indivíduos jovens estarem entre as faixas etárias mais vulneráveis às lesões autoprovocadas, não se pode ignorar a porcentagem de casos na população idosa. Toudic et. al. concluíram, em sua revisão, que o suicídio chega a ser a segunda causa de morte em indivíduos de faixa etária entre 15 e 29 anos, e ressaltaram também a alta taxa de suicídios na população idosa, apontando o isolamento social como um dos fatores contribuintes (MOTILLON-TOUDIC et al., 2022). Um estudo brasileiro que estudou indivíduos afetados por tentativa de suicídio, em sua amostra, encontrou uma média de idade de 22.8 anos, o que revela realmente a predominância de indivíduos jovens no risco para lesões autoprovocadas (PEREIRA et al., 2018). Em discordância com o nosso estudo, entretanto, a maior porcentagem de indivíduos afetados é feminina, mas deve-se levar em conta que a amostra do estudo maior é composta predominantemente por indivíduos do sexo feminino. Quanto à raça e à escolaridade, há muitas diferenças entre os resultados encontrados pelos estudos. Um estudo transversal com base nos dados do Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA) estipula que 62,4% das vítimas de lesão autoprovocada eram de raças preta ou parda, enquanto que 34,3% eram brancas (BAHIA et al., 2017). No mesmo trabalho, nota-se que 41,2% das vítimas tinham apenas de zero a quatro anos de estudo. O domicílio constituiu a maior parte do local de ocorrência das lesões (86,4%), e 96,9% dos indivíduos residiam na zona urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo constatou que o perfil das vítimas de lesões autoprovocadas, em sua maioria, é constituído por: sexo masculino, jovens entre 20 a 29 anos, solteiro, com 8 a 11 anos de estudo e raça parda. Além disso, foi observado que, em relação aos dados nacionais de 2021, as informações reunidas estão em consonância em relação ao estado civil e à faixa etária, porém destoam quanto ao sexo e à raça. Assim, por ser uma das principais causas de morte entre os jovens, é fundamental a elaboração de estudos que propiciem traçar o perfil epidemiológico deste tipo de violência, a fim de viabilizar o desenvolvimento de estratégias que diminuam a quantidade crescente de vítimas por lesões autoprovocadas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BAHIA, C. A. *et al*. Lesão autoprovocada em todos os ciclos da vida: perfil das vítimas em serviços de urgência e emergência de capitais do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2841–2850, 2017.

HUBERS, A. A. M. *et al.* Suicidal ideation and subsequent completed suicide in both psychiatric and non-psychiatric populations: a meta-analysis. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**, v. 27, n. 2, p. 186-198, 2018.

MIRANDA, M. C. L. B.; SOUSA, J. G.; LIMA, M. B. Perfil epidemiológico de lesões autoprovocadas no Estado do Piauí entre 2017 e 2021. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, e23812441124, 2023.

MOTILLON-TOUDIC, C. *et al.* Social isolation and suicide risk: Literature review and perspectives. **European Psychiatry**, v. 65, n.1, e.65, 2022.

PEREIRA, A. S.; WILLHELM, A. R.; KOLLER, S. H.; ALMEIDA, R. M. M. Fatores de risco e proteção para tentativa de suicídio na adultez emergente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3767–3777, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing violence and reducing its impact**: how development agencies can help. Geneva: WHO, 2008.

IMPACTO DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO EM ESTUDANTES DE MEDICINA

Janderson Nogueira Santos[1]; Joedson Lemos Souza[2]; Tatiana Almeida Couto[3].

[1]Faculdade Atenas, Valença, Bahia.

[2]Faculdade Atenas, Valença, Bahia.

[3]Orientadora. Faculdade Atenas, Valença, Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Déficit de Atenção. Hiperatividade. Transtorno.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais, o transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento (CID-10), caracterizado por alterações frequentes na atenção e na atividade motora. Nos últimos anos, o transtorno de déficit de atenção em adultos tem ganhado destaque como um fenômeno complexo e multifacetado que impacta significativamente a vida acadêmica e social. A crescente conscientização sobre este transtorno, aliado ao aumento dos diagnósticos, reflete uma evolução na compreensão de suas nuances e implicações ao longo do ciclo de vida (DSM-5, 2014).

O indivíduo afetado pelo TDAH geralmente demonstra um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, o qual interfere no funcionamento ou desenvolvimento. Tipicamente, apresenta padrões de comportamento distintos ou combinados, tais como: o tipo desatento, caracterizado por divagação durante as tarefas, falta de persistência, dificuldades em manter o foco e desorganização; o tipo hiperativo, que se manifesta com atividade motora excessiva em momentos inapropriados ou excesso de fala; e o tipo impulsivo, que está associado a ações precipitadas, sem planejamento prévio e com alta probabilidade de causar danos, além da incapacidade de adiar gratificação e um desejo por recompensas imediatas (CASTRO; DE LIMA, 2018).

OBJETIVO

Investigar o impacto do transtorno de déficit de atenção no desempenho acadêmico e social.

METODOLOGIA

Utilizou-se manuais e artigos científicos para a delimitação da temática. Ressaltando-se que trata-se de um estudo prévio que será ampliado para estudo para busca de artigos no Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), com os seguintes descritores: "Déficit de Atenção", "hiperatividade", "transtorno", no período referente aos últimos 10 anos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O TDAH) é uma condição neurobiológica caracterizada por dificuldades em manter e direcionar adequadamente a atenção, regular os níveis de atividade cognitiva e, em alguns casos, controlar impulsos comportamentais. Segundo Rappley (2005), essas dificuldades resultam em prejuízos globais para os indivíduos, manifestados por comportamentos mal adaptados que não condizem com o estágio de desenvolvimento esperado para sua idade cronológica. Acredita-se que o TDAH seja uma desordem do sistema executivo, e não uma deficiência primária na inteligência ou no conhecimento.

O diagnóstico do transtorno é obtido por meio de uma análise minuciosa da história clínica, que leva em consideração informações como a duração dos sintomas, contexto em que ocorrem, desempenho escolar, interações sociais e comportamento em casa. Aspectos como níveis de distração, comprometimento no desenvolvimento e as consequências, como dificuldades de aprendizado ou realização de tarefas cotidianas, também são cuidadosamente avaliados (ROHDE 2020).

A hiperatividade se manifesta por meio de comportamentos como movimentar as mãos ou os pés incessantemente, levantar-se frequentemente da cadeira, correr ou escalar de forma excessiva em situações impróprias, dificuldade em brincar ou participar silenciosamente de atividades de lazer, agitação constante e fala excessiva. Os sintomas de impulsividade incluem responder precipitadamente antes que as perguntas sejam concluídas, dificuldade em aguardar sua vez e interrupção frequente ou intromissão nas atividades dos outros (ABDA, 2017).

Destaca-se que pessoas com TDAH podem ser mais suscetíveis a se envolver em acidentes automobilísticos, violar regras de trânsito e adotar práticas sexuais de risco, e os traços de impulsividade podem explicar a tendência desse comportamento (MATTOS et al., 2016).

Em relação à formação universitária, referindo aos estudantes em graduação de medicina, tem-se que ao iniciar o curso, os estudantes enfrentam uma fase de transição instável, marcada pela discrepância entre a animação inicial durante o vestibular e a desilusão causada pelas mudanças nos hábitos diários. Isso desencadeia um processo de defesa psicológica, que pode se manifestar como dissociação ou isolamento emocional (BERNARDES; SIQUEIRA, 2022).

Assim como, verifica-se alta incidência de *Burnout* quando se aplica aos estudantes de medicina, caracterizado pelo esgotamento mental, cinismo e queda no desempenho acadêmico. A exaustão enfrentada pelos estudantes de medicina, decorrente da sobrecarga imposta pelas demandas acadêmicas, frequentemente os leva a adotar estratégias inadequadas de enfrentamento, como a privação de sono, na tentativa de dedicar mais tempo aos estudos (PAGNIN; QUEIROZ, 2015). A qualidade do sono emerge como um elemento crucial para a qualidade de vida desses estudantes, sendo que distúrbios relacionados a eles estão associados à ansiedade, depressão e ausências nas aulas (GONÇALVES; SILVA NETO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações sobre o TDAH, é evidente que esta condição não apenas impacta os aspectos comportamentais, mas também influencia a esfera emocional e social dos indivíduos. Os sintomas clássicos de desatenção, hiperatividade e impulsividade não apenas comprometem o desempenho acadêmico e profissional, mas também podem afetar a autoestima, a autoconfiança e os relacionamentos interpessoais. É crucial reconhecer que o TDAH transcende suas manifestações comportamentais visíveis, exigindo uma abordagem holística.

Considerando o ambiente acadêmico, especialmente em áreas como medicina, em que a pressão para a produtividade e as demandas são intensas, é essencial reconhecer os desafios adicionais enfrentados pelos estudantes com TDAH. A sobrecarga de informações, a competição em processos seletivos, a administração do tempo e a falta de tempo para o lazer podem agravar os sintomas do TDAH e aumentar o risco de *Burnout*. Portanto, estratégias de apoio adequadas, incluindo intervenções psicológicas e modificações no ambiente de aprendizado, são fundamentais para ajudar esses estudantes a enfrentarem os desafios acadêmicos e promover uma melhor qualidade de vida.

,

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BERNARDES, E. G.; SIQUEIRA, E. C. de. Uma abordagem geral do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: revisão de literatura. **Rev. Eletrônica Acervo Saúde**. 2018.

CASTRO, C. X. L.; DE LIMA, R. F. Consequências do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na idade adulta. **Rev. psicopedagogia**, 2016.

MATTOS, P. et al. Painel brasileiro de especialistas sobre diagnóstico do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) em adultos. **Rev Psiquiatr**, 2016.

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO PSICODIAGNÓSTICA: O DOCE ENCANTO DE UM HISTRIÔNICO EM SEU PROCESSO VITIMIZATÓRIO

Andrea Almeida Zamorano[1].

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/42

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno de personalidade histriônica. Manipulação emocional. Psicoterapia interpessoal.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Conforme o DSM-5 (2015), o Transtorno da Personalidade Histriônica possui uma característica essencial: a emocionalidade excessiva e difusa, além do comportamento de busca de atenção. Esse padrão surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos. Para que o indivíduo seja diagnosticado com o transtorno, deve apresentar cinco ou mais dos critérios seguintes: Desconforto em situações em que não é o centro das atenções; Interação social frequentemente caracterizada por comportamento sexualmente sedutor, inadequado ou provocativo; Exibe mudanças rápidas e expressão superficial das emoções; Uso reiterado da aparência física para atrair a atenção para si; Estilo de discurso excessivamente impressionista e carente de detalhe; Autodramatização, teatralidade e expressão exagerada das emoções; Sugestionabilidade (facilmente influenciado pelos outros ou pelas circunstâncias); Consideração das relações pessoais mais íntimas do que na realidade são. Por sua vez, os histriônicos, têm a tendência de adotar uma abordagem mais literal, não deixando nada ao acaso. Concluem que, se não podem cuidar de si mesmos, terão de encontrar alguém que faça isso. Assim buscarão obstinadamente obter atenção e aprovação que assegurem que suas necessidades sejam atendidas. Os histriônicos costumam acreditar que é necessário ser amados por todos e por tudo o que fazem o que os levam a um medo extremo de serem rejeitados.

Por sua vez, o DSM-5 (APA, 2013) define o TPH como um padrão predominante de procura por atenção e emocionalidade em excesso. As principais características são a necessidade de ser o centro das atenções, sentindo desconforto quando não o é, o uso de atributos físicos e vestimenta para chamar a atenção, os comportamentos excessivamente dramáticos e de teatralidade, a mudança rápida e superficial das emoções, e o estilo impressionista e carente de detalhes no discurso. Pessoas diagnosticas com TPH tendem a serem mais sugestionáveis (APA, 2013), apresentar comportamentos de sedução, sociabilidade em excesso (Millon, 2016), falta de atenção nos detalhes (Novais, Araujo, & Godinho, 2015), altos níveis de extroversão e abertura para experiências (Furnham, 2014). Os traços mais relevantes para o TPH são busca por atenção, labilidade emocional, manipulação, insegurança de separação, comportamentos de sedução, antagonismo,

impulsividade e enganosidade (Anderson et al., 2014; Hopwood, Thomas et al., 2012; Morey et al., 2016; Samuel et al., 2012).

Com relação ao funcionamento social, é comum o paciente com transtorno de personalidade histriônica apresentar dificuldades no trabalho visto que a falta de objetivos determinados, a dependência do outro e os sentimentos de desamparo prejudicam a sua capacidade de realizar as tarefas por si próprio, com independência.

Apresentam grandes dificuldades de relacionamento, mostram-se muito dependentes, tentando controlar seus parceiros através da sedução e manipulação emocional, podendo afastar as pessoas de si pelos pedidos de atenção em excesso. Na maioria das vezes ficam deprimidos e aborrecidos quando não são o centro das atenções, além de ter uma avidez pela novidade, estimulação e excitação, apresentando baixa tolerância à frustração e as situações de adiamento das gratificações. Podem apresentar risco de suicídio, o que clinicamente se manifesta por gestos e ameaças de suicídio, para chamar atenção e coagir outros para terem maior envolvimento consigo.

OBJETIVO

Fornecer insights valiosos para a prática e estudo clínicos por meio de diagnóstico psicodinâmico do Transtorno de Personalidade Histriônica, os aspectos relativos às manifestações clínicas e de organização da personalidade, tendo por referência a avaliação psicodiagnóstica.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um estudo de caso e posteriormente, feito uma busca em bases de dados científicos, como PubMed, Scopus, Web of Science, LILACS e BDENF utilizando termos de pesquisas relevantes e cruzamento dos descritores em saúde: “Assistência de Enfermagem”, “Atenção Primária à Saúde□, Saúde Coletiva□ e □Saúde Mental, e palavras-chaves acima descritas. Foram considerados artigos publicados em inglês nos últimos dez anos, com foco em revisões sistemáticas, meta-análises e diretrizes de dados específicos de diagnósticos TPH. Como definição de critérios claros para inclusão de estudos com extração de dados relevantes, incluindo tipos de intervenção, resultados clínicos e artigos selecionados para confirmar a adequação e a qualidade dos dados. Foram excluídos estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, como aqueles ao qual pertencem aos aspectos clínicos ou epidemiológicos de investigação da doença específica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O TPH diz respeito a pessoas muito emotivas, hipersensíveis, exageradas, superficiais, emocionalmente instáveis, dramáticas, muito preocupadas com a estética.

Exigem atenção toda para si, expressam as emoções de forma exagerada, choram ou sentem raiva por coisas mínimas, se vestem de forma extravagante e buscam sempre por elogios. Inclinam-se a poligamia, desenvolvem padrões de sedução e de controle. Pessoas acometidas por esse transtorno se veem afetadas em sua vida social, profissional, e, do ponto de vista psicológico, demonstram um grande medo de sofrerem perdas afetivas. Também demonstram uma maior tendência a desenvolverem quadros de depressão.

Pacientes histriônicos podem também apresentar alucinações auditivas, ilusões mnêmicas, descritas por Dalgalarrondo (2008, p. 147) como “*acréscimo de elementos falsos a um núcleo verdadeiro de memória*”*,* e podem inclusive ter a propensão a atos suicidas ou a encenações deste ato. Podem também serem prejudicais à sua integridade física, pois a necessidade de atenção acaba levando-o a causar prejuízo a si próprio, como, por exemplo, automutilação, não se manter em um tratamento para continuar doente, além de utilizarem muito tempo e até mesmo dinheiro, ao sempre se apresentar de forma impressionável e chamativa para se manter no centro das atenções.

As pessoas com Transtorno de Personalidade Histriônica devem ter acompanhamento psicoterápico frequentemente, contudo geralmente não permanecem em tratamento psicoterapêutico tempo suficiente para produzir alterações significativas. O tratamento objetiva auxiliar o indivíduo a descobrir as motivações e medos associados com os seus pensamentos e comportamentos, contribuir para que o paciente desenvolva padrões de pensamentos mais flexíveis e comportamentos mais adaptativos, além de ajudar a pessoa a aprender a se relacionar com os outros de uma forma mais positiva.

Como principal contribuição do trabalho no contexto clínico e de saúde mental, destaca-se a ampliação na compreensão dos aspectos diagnósticos por meio da integração dos indicadores descritivos e psicodinâmicos da personalidade, o que evidenciou os níveis de organização defensiva e as dificuldades centrais de cada caso.

Em amostras adultas, pacientes com transtorno de personalidade têm respostas menos favoráveis do que os sem transtorno a uma variedade de tratamentos já testados para depressão, incluindo medicações antidepressivas, psicoterapia interpessoal, placebo e medicação combinada mais terapia. Os transtornos de personalidade têm sido geralmente associados com limitada resposta aos tratamentos e à cronicidade, que se refere aos pacientes que se mantêm sempre doentes (Stek et al., 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de investigação e análise a que se propôs este artigo, sugere-se que estudos futuros sejam realizados para pesquisar as diversas faces do histriônico frente ao discurso dos profissionais abordando situações em que esse perfil seja benéfico para a sociedade e maléfico para o indivíduo; avaliar suas consequências; comparar as tipologias histriônicas positiva e negativa evidenciando as questões favoráveis e desfavoráveis para o indivíduo e

para o contexto das relações interpessoais; pesquisar e investigar os perfis histriônicos que espelharam suas carreiras influenciadas pelo par parental ou substitutos, avaliando seu desempenho, examinando o nível de cobrança próprio e dos outros, amparados na rotina desenfreada de autoexigência. Importante ressaltar que a prescrição de medicamentos não visa à cura do TPH, mas para o alívio dos sintomas recorrentes, como, por exemplo, da ansiedade, da depressão, da agressividade, que em grande parte dos diagnósticos de Transtorno de Personalidade Histriônica se apresentam constantemente.

No processo psicoterapêutico, o profissional deve estar atento durante as entrevistas a vários aspectos do paciente, como sua postura corporal, suas vestimentas, seu porte, suas atitudes, seu olhar, pois isso pode ser de grande ajuda para que o terapeuta possa chegar a um diagnóstico. Geralmente, os pacientes histriônicos tomam iniciativa, são enérgicos, sugestivos, e isso pode ser identificado através das primeiras avaliações, desde que o terapeuta esteja atento a tais características. Consequentemente, uma compreensão adequada pode facilitar o diagnóstico preciso, o tratamento ideal e o prognóstico eficaz. As considerações finais apontam para a complexidade do campo e direcionam pesquisas futuras.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

American Psychiatry Association (APA). (2013). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders 5. Washington: American Psychiatry Association.

Anderson J, Snider S, Sellbom M, Krueger R, Hopwood C (2014). A comparison of the DSM-5 section II and section III personality disorder structures. Psychiatry Research 216, 363–372.

DSM-5, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5ed. Porto Alegre: Artmed, 2015, seção II, p.667-669.

Millon, T. (2016). What is a personality disorder? Journal of Personality Disorders, 30(3), 289-306.

TRANSTORNO DE DESPERSONALIZAÇÃO: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E DISTÚRBIOS PSÍQUICOS DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM PORTADORES DA SÍNDROME DE BURNOUT

Andrea Almeida Zamorano[1].

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/43

PALAVRAS-CHAVE: Esgotamento emocional. Saúde mental. Estresse ocupacional.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Ocupacional.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do estresse é um problema atual, sendo objeto de pesquisa multiprofissional em diversas áreas, pois apresenta riscos para o equilíbrio da saúde do ser humano. Os principais fatores que desencadeiam o estresse no ambiente laboral estão relacionados a aspectos da organização, administração, sistema de trabalho e das relações interpessoais - fatores que compõem os aspectos psicossociais. O esgotamento emocional é caracterizado pelo desgaste ou pela perda dos recursos emocionais e de energia, que conduzem à falta de entusiasmo, frustração, tensão e fadiga. A despersonificação é marcada pelo desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas no trabalho. Desta forma, a despersonificação seria a dimensão desencadeadora do processo. Ocorre quando o trabalhador adota atitudes negativas, e é acompanhada por insensibilidade e falta de motivação. Por fim, a baixa de realização pessoal é evidenciada quando há tendência negativa à autoavaliação profissional, aumento da irritabilidade, baixa produtividade, deficiência de relacionamento profissional e perda da motivação, tornando-se infeliz e insatisfeito.

A atividade laboral hospitalar é caracterizada por excessiva carga de trabalho, contato com situações limitantes, altos níveis de tensão e riscos. Devido às próprias características do trabalho, as equipes de enfermagem e médica são mais suscetíveis ao estresse ocupacional. Este pode ser após um longo período de depressão, estresse ou grandes esforços de adaptação ou após um acontecimento traumático. Pode surgir com o início de uma outra condição mental como distúrbio de pânico ou depressão (estes podem ser resolvidos ficando apenas a despersonalização), pode surgir após o uso de várias drogas como a marijuana ou, menos comummente, alucinógenos, ecstasy ou quetaminas, ou de igual modo simplesmente do nada, sem um fator desencadeante.

O medo de ficar louco, de perder o controlo e ficar com danos cerebrais permanentes, também é frequente. As queixas do foro cognitivo são comuns, especificamente uma diminuição na habilidade para se concentrar nas tarefas do quotidiano, principalmente as mais complexas, como uma maior frequência do esquecimento no seu dia a dia e a

dificuldade em evocar memórias do passado de forma emocionalmente significante. Concordantemente, os testes neuropsiquiátricos têm revelado défices de atenção e de memória. Em consequência, muitos indivíduos queixam-se de deterioração ocupacional, sentem que no trabalho ficam muito abaixo das suas capacidades do que previamente à doença. Alguns ficam mesmo incapazes de trabalhar. Surgem ainda queixas de dificuldade no relacionamento interpessoal. As pessoas que experienciam o distúrbio da despersonalização são frequentemente perturbadas por uma intensa sensação de desconexão emocional com aqueles de quem mais gostam.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi analisar os possíveis impactos do esgotamento emocional, despersonalização e sensação de baixa realização pessoal no trabalho, caracterizadas como síndrome de *burnout*, de hospital geral do nível terciário de atenção do Sistema Único de Saúde do Recife-PE.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), que tem por objetivo contribuir para produção, organização e disseminação da informação científica. Foram considerados como critérios de inclusão, artigos publicados em periódicos científicos nacionais, considerando a necessidade de atualidade na revisão sobre o tema. Indexados em pelo menos uma das bases de dados com a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a base de Dados de Enfermagem (BDENF), localizáveis por intermédio das palavras-chave e dos seguintes descritores cadastrados no Portal de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Assistência de Enfermagem”, “Atenção Primária à Saúde”, “Saúde Coletiva”, “Saúde Mental”. Foram excluídos da pesquisa, produções científicas que não configuravam artigos sem disponibilidade íntegra e artigos repetidos. Como definição de critérios claros para inclusão de estudos com extração de dados relevantes, incluindo tipos de intervenção, resultados clínicos e artigos selecionados para confirmar a adequação e a qualidade dos dados. Foram excluídos estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, como aqueles ao qual pertencem aos aspectos clínicos ou epidemiológicos de investigação da doença específica. Este estudo descritivo, transversal, censitário, identificou *Burnout* e alguns fatores associados entre enfermeiros da assistência pediátrica e tocoginecológica de hospital geral do nível terciário de atenção do Recife- PE. A amostra da pesquisa foi selecionada por conveniência, ou seja, foram considerados todos os profissionais da enfermagem, que voluntariamente, aceitaram participar da pesquisa e responderam ao questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fatores de estresse traumático mais tardios na vida, tais como a morte traumática ou suicídio de um amigo ou parente, assim como formas prolongadas ou subagudas de stress, tais como conflitos interpessoais graves ou de ajustamento de papéis, podem despoletar um distúrbio de despersonalização. Esta discussão leva-nos naturalmente para um outro problema em que se verificam diferenças significativas nas proporções encontradas em diferentes populações e que sugerem que o distúrbio de despersonalização pode ser parcial e geneticamente determinado, tornando-se fenotipicamente expresso face a uma adversidade tardia. Uma grande variedade de técnicas psicoterapêuticas têm sido usadas no tratamento, incluindo terapêutica orientada para trauma e cognitivo-comportamental, no entanto também estes não tem eficácia estabelecida até hoje. Acima de tudo são claramente necessárias novas intervenções terapêuticas para situações agudas em indivíduos refratários.

Os itens ou juízos no modo de afirmações sobre as três dimensões conceituais de Maslach *burnout* encontram-se a seguir:

1. **Esgotamento Emocional (EE):** Eu me sinto esgotado ao final de um dia de trabalho. Eu sinto que os clientes me culpam por alguns de seus problemas. Eu me sinto como se estivesse no final do meu limite. Eu me sinto emocionalmente exausto (a) pelo meu trabalho. Eu me sinto cansado (a) quando levanto de manhã e tenho de encarar outro dia de trabalho. Eu me sinto esgotado (a) com meu trabalho. .Eu sinto que estou trabalhando demais no meu emprego. Trabalhar com pessoas o dia inteiro é realmente um grande esforço para mim?

2. **Despersonalização (DE):** Eu me sinto frustrado (a) com o meu trabalho. Trabalhar diretamente com pessoas me deixa estressado (a). Eu sinto que trato alguns dos meus clientes como se eles fossem objetos. Eu acho que me tornei mais insensível com as pessoas desde que comecei este trabalho. Eu acho que este trabalho está me endurecendo emocionalmente?

3. **Realização pessoal com o trabalho (RP):** Eu me sinto cheio de energia. Eu me sinto estimulado (a) depois de trabalhar lado a lado com minha clientela. No meu trabalho eu lido com os problemas emocionais com muita calma. Eu posso criar facilmente um ambiente tranquilo com a minha clientela. Eu sinto que estou influenciando positivamente a vida de outras pessoas através do meu trabalho. Eu trato de forma adequada os problemas da minha clientela. Eu posso entender facilmente o que sente a minha clientela acerca das coisas. Eu não me importo realmente com alguns dos meus pacientes ou clientes. Eu tenho realizado muitas coisas importantes neste trabalho?

As respostas possíveis aos itens ou juízos apresentados acima são: ( ) 1 - Nunca; ( ) 2 - Uma vez ao ano ao menos; ( ) 3 - Uma vez ao mês ao menos; ( ) 4 - Algumas vezes ao mês; ( ) 5 - Uma vez por semana; ( ) 6 - Algumas vezes por semana; ( ) 7 - Todos os dias.

Como as respostas das questões estão na forma de escala Likert, foi utilizada a soma dos valores de cada questão para cada dimensão. A partir das dimensões divididas em categorias, estas foram definidas a partir de medidas descritivas (média, mediana, frequência absoluta e relativa) das próprias dimensões e relacionados às variáveis sócio-organizacionais. Associando-se as variáveis de dimensão de Maslach *burnout* com a variável idade, por exemplo, que já estava categorizada, foi possível observar a distribuição dos dados.

A validação do resultado deste trabalho e do questionário aplicado para a avaliação das dimensões de Maslach burnout foi realizada através de análise fatorial onde será determinada a confiabilidade pelo método do alfa de Cronbach, a validade e a normatização dos constructos resultantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento significativo da prevalência da síndrome *Burnout* destaca a importância de estratégias de suporte à saúde mental e ocupacional dos enfermeiros hospitalares, exigindo, portanto, discussões e ações dos órgãos governamentais, instituições de saúde e das entidades de classe. Consequentemente, uma compreensão adequada pode facilitar o diagnóstico preciso, o tratamento ideal e o prognóstico eficaz são consideráveis e que apontam para a complexidade do campo e direcionam pesquisas futuras. Embora o *burnout* acometa as mais diversas profissões, aquelas em que se lida com o sofrimento alheio aumentam a vulnerabilidade. Os enfermeiros estão submetidos continuamente a elementos geradores do estresse laboral, que são associados à síndrome: a escassez de pessoal, que supõe acúmulo de tarefas e sobrecarga laboral, o trabalho por turno e/ou noturno, o trato com usuários problemáticos, o conflito e ambiguidade de papéis, a baixa participação nas decisões, a inexistência de plano de cargos e salários, o sentimento de injustiça nas relações laborais e os conflitos com colegas e/ou instituição. Além disso, as contínuas interrupções e reorganização das tarefas, que agravam a sobrecarga, o lidar de modo muito próximo com a morte, a criação de vínculo afetivo com o paciente e seu sofrimento, a exposição constante a risco de contaminação e violência. A frágil organização política dessa categoria profissional e o desconhecimento do papel do enfermeiro numa organização hospitalar potencializam a vulnerabilidade.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Galindo RH, Feliciano KV, Lima RA, Souza AI. *Síndrome de burnout entre enfermeiros de um hospital geral da cidade do Recife.* Rev Esc Enferm USP. 2012;46(2):420-7.

Guralnik, O.; Giesbrecht, T.; Knutelska, M.; Siroff, B.; and Simeon, D.(2007, Dezembro) *Cognitive functioning and Depersonalisation Disorder*. The Jounal of nervous and mental disease, 195(12): 983-988.

Maslach, C. *A multidimensional theory of burnout*. In:C. L. Cooper (ed).Theories of organizational stress. Norfolk, UK: Oxford University Press, 2000; 68-85.

Nascimento Sobrinho CL, Barros DS, Tironi MO, Marques Filho ES. Médico de UTI: *prevalência da síndrome de burnout, características sócio-demográficas e condições de trabalho.* Rev Bras Educ Med. 2010;34(1):106-15.

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS EM SAÚDE MENTAL: EXPLORANDO OS BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA CANNABIS NO TRATAMENTO DO AUTISMO

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Neurodesenvolvimento. Terapia Alternativa. Impacto Familiar.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Recentemente, tem havido um interesse crescente no uso da cannabis, especialmente do canabidiol (CBD), como possível tratamento para várias condições médicas, incluindo transtornos do espectro autista (TEA). Esta mudança reflete uma nova abordagem nas terapias alternativas e complementares na saúde mental. O TEA, uma condição complexa que afeta o desenvolvimento neurológico e comportamental, apresenta desafios significativos no manejo clínico e no bem-estar dos indivíduos afetados e suas famílias. Esta revisão ampliada visa explorar os benefícios e desafios associados ao uso de cannabis, especialmente CBD, no tratamento do autismo. Ao examinar a literatura científica disponível, busca-se entender melhor os potenciais efeitos terapêuticos do CBD e os aspectos práticos e éticos envolvidos em sua utilização para o TEA. Além disso, aborda lacunas de conhecimento e áreas que requerem mais pesquisa para elucidar completamente a eficácia e segurança do CBD como intervenção terapêutica para indivíduos com TEA. O objetivo é contribuir para uma discussão informada sobre as tendências contemporâneas em saúde mental e as opções de tratamento disponíveis para aqueles afetados pelo autismo.

OBJETIVO

O objetivo deste resumo expandido é analisar de forma abrangente as tendências contemporâneas em saúde mental, com foco específico na utilização da cannabis, em particular do canabidiol (CBD), como potencial tratamento para o transtorno do espectro autista (TEA). Pretende-se investigar os benefícios terapêuticos e os desafios associados ao uso de CBD no manejo do TEA, examinando evidências científicas disponíveis, aspectos práticos e éticos da sua utilização, além de identificar lacunas de conhecimento e áreas que requerem mais pesquisa para melhor compreender a eficácia e a segurança dessa abordagem terapêutica. Este estudo busca contribuir para uma discussão informada sobre as opções de tratamento disponíveis e as implicações mais amplas das tendências

emergentes na saúde mental, especialmente no contexto do TEA.

METODOLOGIA

Para elaborar este resumo expandido, foi realizada uma revisão bibliográfica de natureza básica e objetivo exploratório. Foram consultadas bases de dados eletrônicas relevantes, como a Revista JRG de Estudos Acadêmicos, ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar e REVISTA INTERNACIONAL DE VITIMOLOGIA E JUSTIÇA RESTAURATIVA, devido à sua importância na publicação de estudos acadêmicos sobre saúde mental e tratamento do transtorno do espectro autista (TEA). Os critérios de inclusão abrangeram publicações entre 2023 e 2024 para incluir pesquisas recentes sobre o assunto. A busca pelos artigos utilizou termos relevantes relacionados ao uso da cannabis, especialmente do canabidiol (CBD), no contexto do TEA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Recentemente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido diagnosticado em cerca de 16% das crianças, aumentando a demanda por novas abordagens terapêuticas. Especialistas têm explorado o uso de canabinoides, como o canabidiol (CBD), para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. O CBD, conhecido por seu potencial terapêutico, é encontrado na planta de cannabis e difere do THC por não causar euforia ou intoxicação. Sua legalização no Brasil em 2020 ampliou suas possibilidades de uso, sendo considerado benéfico para condições como ansiedade, insônia, epilepsia e dor crônica. Estudos sugerem que o óleo de CBD pode ajudar no controle de convulsões, comuns em indivíduos com TEA. Apesar de relatos positivos sobre seu uso em autismo, faltam estudos conclusivos sobre sua eficácia. A pesquisa sobre CBD no contexto do autismo está em estágio inicial, exigindo estudos mais rigorosos. Seu uso deve ser supervisionado por profissionais de saúde, considerando doses adequadas para evitar efeitos adversos. A aquisição de CBD deve ser regulamentada para garantir sua qualidade. Ainda que promissor, é necessária mais pesquisa para compreender completamente os benefícios e riscos do CBD no tratamento do autismo. A colaboração entre pesquisadores, profissionais de saúde e educadores é crucial para uma abordagem segura e informada no manejo do TEA com CBD (PEREIRA e BENTO, 2023).

Abreu e Passos (2023) conduziram um estudo examinando o potencial do canabidiol (CBD) como tratamento para o transtorno do espectro autista (TEA). A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica de artigos científicos relacionados ao TEA, suas comorbidades e o uso do CBD como fármaco terapêutico. O estudo destacou como as comorbidades impactam a vida dos autistas e como as intervenções farmacológicas atuais muitas vezes exigem a combinação de medicamentos devido a efeitos adversos semelhantes aos sintomas do TEA. Foi discutida a origem do uso medicinal da cannabis sativa e enfatizado o potencial do

CBD devido às suas propriedades antipsicóticas e neuroprotetoras. Os resultados sugerem a eficácia do CBD no tratamento das comorbidades do TEA, promovendo melhorias comportamentais, clínicas e psíquicas, com efeitos adversos leves. No entanto, ressalta-se a necessidade de mais estudos para ampliar o conhecimento sobre seu uso, segurança e benefícios específicos para o TEA. Este estudo contribui para uma reflexão sobre a viabilidade do CBD como tratamento para o TEA e destaca a importância de pesquisas adicionais para complementar os resultados encontrados.

A pesquisa sobre o uso medicinal da cannabis para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela um campo promissor, embora repleto de desafios devido ao contexto regulatório brasileiro. Os dados demonstram um potencial significativo de alívio sintomático, especialmente no controle do comportamento e na redução de convulsões em pacientes com epilepsia resistente a tratamentos, enfatizando a eficácia terapêutica da cannabis. No entanto, as restrições legais atuais no Brasil criam barreiras substanciais ao acesso à cannabis medicinal, dificultando o avanço da pesquisa necessária para compreender seus benefícios e mecanismos de ação. Diante desse paradoxo, é urgente uma reavaliação crítica das políticas de saúde, com ênfase na integração de evidências empíricas em reformas legislativas, garantindo que considerações éticas priorizem os direitos e o bem-estar dos indivíduos com TEA. À medida que a comunidade científica continua a explorar as nuances do TEA e o potencial das intervenções baseadas em cannabis, é fundamental que legisladores e profissionais de saúde respondam de maneira adaptativa a essas descobertas. Somente através de um esforço colaborativo para reconciliar o panorama legal com o entendimento científico em constante evolução, podemos desbloquear o pleno potencial da cannabis medicinal para indivíduos com TEA, melhorando sua qualidade de vida e oferecendo esperança às suas famílias e cuidadores (JUNIOR, 2024).

A análise abrangente sobre o uso do CBD no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela um cenário complexo, com avanços terapêuticos promissores e desafios intrínsecos. Estudos revisados destacam a diversidade de respostas individuais ao CBD, indicando a necessidade de abordagens personalizadas no espectro autista. Apesar dos benefícios percebidos, como alívio da ansiedade, desafios como preconceitos e potenciais efeitos adversos ressaltam a complexidade da sua incorporação no tratamento do TEA. O papel do farmacêutico é fundamental na gestão responsável do acesso a produtos à base de cannabis. A necessidade contínua de pesquisa, incluindo estudos de longo prazo com amostras homogêneas, é evidente para validar cientificamente a eficácia e segurança do CBD no TEA. A compreensão das implicações do sistema endocanabinoide (SEC) no TEA sugere conexões entre características do TEA e a ação favorável do CBD em sintomas comportamentais e cognitivos. A complexidade da fisiopatologia do TEA e a necessidade de consideração interdisciplinar reforçam a importância de pesquisas contínuas e abordagens holísticas. É crucial encontrar um equilíbrio entre benefícios e desafios associados ao uso do CBD no tratamento do TEA, com colaboração entre pesquisadores, profissionais de saúde e farmacêuticos para uma abordagem segura e informada no manejo dessa condição

complexa (LUZ, SILVA e AQUINO, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão bibliográfica destaca a crescente tendência na saúde mental de explorar o potencial terapêutico da cannabis, especialmente do canabidiol (CBD), no tratamento do transtorno do espectro autista (TEA). Os estudos revisados sugerem que o CBD pode oferecer benefícios significativos no manejo das comorbidades associadas ao TEA, melhorando os aspectos comportamentais, clínicos e psíquicos dos indivíduos afetados. No entanto, apesar dos resultados promissores, existem desafios, como questões de segurança, dosagem ideal, interações medicamentosas e efeitos a longo prazo, que necessitam de investigação mais aprofundada e estudos clínicos rigorosos. Aspectos éticos e legais também são relevantes, especialmente em populações vulneráveis, como crianças e adolescentes com TEA. A revisão enfatiza a importância de investir em pesquisas científicas robustas para fornecer insights adicionais sobre o papel da cannabis, em particular do CBD, no tratamento do autismo. A colaboração entre pesquisadores, profissionais de saúde e defensores dos direitos dos pacientes é crucial para garantir que as decisões clínicas sejam baseadas em evidências sólidas, maximizando os benefícios terapêuticos e minimizando os riscos potenciais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ABREU, R. R. S. de; PASSOS, M. A. N. O uso de canabidiol como tratamento do autismo. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 436-448, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7858939. Disponível em: https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/525. Acesso em: 30 mar. 2024.

JUNIOR, Aderbal Silva Aguiar. O paradoxo terapêutico: benefícios da cannabis medicinal no transtorno do espectro autista e as barreiras legais no brasil. **REVISTA INTERNACIONAL DE VITIMOLOGIA E JUSTIÇA RESTAURATIVA**, v. 2, n. 1, 2024.

LUZ, L.; ALMEIDA MARQUES DA SILVA, A. C.; LUZ AQUINO, L. CANABIDIOL COMO UM POTENTE CANDIDATO PARA O TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. e514761, 2024. DOI: 10.47820/recima21.v5i1.4761. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4761. Acesso em: 1 abr. 2024.

PEREIRA, Nathalia Araújo Pinheiro; BENTO, Thayná Terrin. CANABIDIOL EM AUTISMO (TEA). **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 19, n. 19, 2023.

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS NOS PACIENTES COM A DOENÇA MACHADO-JOSEPH: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Rafaella Xavier de Deus[1].

[1]Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Santos, São Paulo.
http://lattes.cnpq.br/9452541272561919

PALAVRAS-CHAVE: Doença Machado-Joseph. Saúde Mental. Qualidade de Vida.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A doença Machado-Joseph (DMJ), também conhecida como Ataxia Espinocerebelar tipo 3, é uma condição genética rara que possui sintomas degenerativos progressivos no sistema nervoso, geralmente na medula espinhal, tronco cerebral e cerebelo. É uma ataxia de herança autossômica dominante, necessitando apenas de um gene herdado para sua manifestação. Normalmente acomete pessoas por volta dos 30 aos 50 anos de idade. A doença apresenta variados tipos de sintomas, seus principais são disartria, ataxia de marcha e dos membros, desequilíbrio, retração palpebral e dificuldade para engolir. Não existe cura para essa forma de ataxia, o tratamento é focado no manejo dos sintomas (Raposo et al., 2024).

Este trabalho procura determinar, de forma objetiva e acessível, os principais transtornos mentais que acometem os indivíduos com a doença Machado-Joseph, frequência dos diagnósticos, descrevendo as possíveis associações destes transtornos com a doença, assim como seu papel na deterioração da qualidade de vida do paciente.

OBJETIVO

O objetivo do seguinte trabalho é identificar a partir de uma análise bibliográfica de um compilado de artigos que investigam o adoecimento mental e pontuam transtornos mentais associados a doença Machado-Joseph, os transtornos mentais mais frequentes que acometem esses pacientes, assim como o impacto dos sintomas da doença na qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente trabalho identifica-se dentro da abordagem qualitativa. O levantamento dos artigos aconteceu por meio de uma revisão da literatura, onde através de uma triagem foram identificados estudos que apresentaram em seus resultados questões relacionadas à saúde mental, adoecimento mental e transtornos mentais ligados à doença Machado-Joseph.

Foram avaliados estudos nas bases de dados Scielo, Medline (PubMed) e ScienceDirect. Delimitou-se um espaço amostral de 2014 - 2024. O processo de busca para a seleção das pesquisas ocorreu por meio da busca das palavras-chave: "Doença Machado-Joseph", "Ataxia Espinocerebelar Tipo 3", "Adoecimento Mental", "Transtornos Mentais" e "Qualidade de vida". Foram incluídos artigos nos idiomas português e inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais sintomas não-motores da doença Machado-Joseph são distúrbios cognitivos e psiquiátricos, alterações das funções executivas, na atenção, distúrbios do sono e sintomas depressivos que aparecem no decorrer da doença (Matos; De Almeida; Nóbrega, 2019).

Outros sintomas, como a perda da capacidade motora, podem resultar em prejuízos psicossociais, como o surgimento de sintomas depressivos, baixa autoestima e possibilidade do indivíduo se isolar socialmente (Libera; Filippin; Piccinini, 2016).

Diversos estudos afirmam que quando falamos da saúde mental dos pacientes com a doença Machado-Joseph, a maior prevalência é de sintomas depressivos, geralmente diagnosticados com Depressão Moderada ou Severa (Richter et al., 2017). Esses sintomas depressivos são considerados como uma expressão neuropsiquiátrica da doença (Yap et al., 2022).

É indiscutível que a conexão entre os sintomas de neurodegeneração e o grau da doença podem intensificar os sintomas da depressão, mesmo assim a depressão deve ser tratada de forma independente (Jacobi et al., 2020).

Alguns estudos pontuam que há uma grande frequência de diagnóstico de Transtorno de Ansiedade Generalizada TAG) nos pacientes com a DMJ. Está associado aos sintomas da doença e o impacto no dia a dia e na família (Souza; Leite; Dunningham, 2021).

Um estudo identificou níveis altos de ansiedade em indivíduos pré-sintomáticos com a chegada da idade indicada de início da doença, ou seja, os sintomas ansiosos surgiram antes mesmo da manifestação da doença (Lêdo et al., 2016).

Os sintomas de ansiedade podem estar relacionados aos distúrbios de sono, tanto como causador quanto consequência. Não há uma frequência exata da ligação de ambos, depende do percurso da doença (Yuan et al., 2019).

Há evidências neurobiológicas que dizem que as modificações nas ligações entre os núcleos da base, o sistema límbico, córtex pré-frontal e cerebelo estão envolvidos nos desenvolvimentos dos sintomas psiquiátricos durante a evolução da doença, e na medida que o indivíduo vai perdendo a qualidade de vida (Lo et al., 2016).

O tratamento da doença é feito pelo controle sintomático e exige um enfoque multidisciplinar, envolvendo terapeuta ocupacional, psiquiatra, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, entre outros. Apenas tratando todos os domínios perdidos pelo paciente se faz possível manejar o adoecimento mental (Klockgether; Mariotti; Paulson, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os transtornos mais frequentes, conclui-se que a depressão é o transtorno com mais prevalência entre os pacientes. O Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) também se demonstrou presente de forma significativa. As manifestações desses transtornos podem comprometer ainda mais a qualidade de vida desses pacientes, necessitando de um tratamento com enfoque multiprofissional visando autonomia, maiores habilidades motoras e melhora da saúde mental. Esses pacientes também apresentaram diversos sintomas psiquiátricos durante a evolução da doença. Há evidências de que esses sintomas podem estar ligados a questões neurobiológicas.

Realizar um diagnóstico precoce e tratamentos adequados podem mitigar o adoecimento mental desses indivíduos, contribuindo para um melhor prognóstico. Pesquisadores aludem à importância do cuidado da saúde mental destes pacientes. São necessárias novas pesquisas para melhor compreensão do sofrimento psicológico de pessoas com a doença Machado-Joseph.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

LIBERA, Lucas Bolzan Dela; FILIPPIN, Nadiesca Taisa; PICCININI, Aline Martinelli. Caracterização do equilíbrio, risco de quedas e qualidade de vida em pessoas com doença de Machado-Joseph. Fisioterapia Brasil, *[s. l.],* v. 17, n. 1, p. 4-9, 2016.

RICHTER, Daiana Taís et al. Avaliação da capacidade física, comportamental e funcional de indivíduos com ataxia de Machado Joseph. Disciplinarum Scientia| Saúde, *[s. l.],* v. 18, n. 3, p. 467-475, 2017.

SOUZA, Iandra Silva; LEITE, Mirtes Bomfim; DUNNINGHAM, William Azevedo. PREVALÊNCIA DE SINTOMAS ANSIOSOS EM PACIENTES COM ATAXIA CEREBELAR EM UM CENTRO DE NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA NA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA-BRASIL: UM ESTUDO PRELIMINAR. Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria, *[s. l.],* v. 25, n. 3, 2021.

JACOBI, Heike et al. Conversion of individuals at risk for spinocerebellar ataxia types 1, 2,

3, and 6 to manifest ataxia (RISCA): a longitudinal cohort study. The Lancet Neurology, *[s. l.],* v. 19, n. 9, p. 738-747, 2020.

LO, Raymond Y. et al. Depression and clinical progression in spinocerebellar ataxias. Parkinsonism & related disorders, *[s. l.],* v. 22, p. 87-92, 2016.

KLOCKGETHER, Thomas; MARIOTTI, Caterina; PAULSON, Henry L. Spinocerebellar ataxia. Nature reviews. Disease primers, *[s. l.],* v. 5, n. 1, p. 24, 2019.

RAPOSO, Mafalda et al. Blood and cerebellar abundance of ATXN3 splice variants in spinocerebellar ataxia type 3/Machado-Joseph disease. Neurobiology of Disease, *[s. l.],* v. 193, p. 106456, 2024.

MATOS, Carlos A.; DE ALMEIDA, Luís Pereira; NÓBREGA, Clévio. Machado-Joseph disease/spinocerebellar ataxia type 3: lessons from disease pathogenesis and clues into therapy. Journal of neurochemistry, *[s. l.],* v. 148, n. 1, p. 8-28, 2019.

YAP, Kah Hui et al. Neurocognitive Changes in Spinocerebellar Ataxia Type 3: A Systematic Review with a Narrative Design. The Cerebellum, London, v. 21, n. 2, p. 314-327, 2022.

LÊDO, Susana et al. Mid-and long-term anxiety levels associated with presymptomatic testing of Huntington□s disease, Machado-Joseph disease, and familial amyloid polyneuropathy. Brazilian Journal of Psychiatry, *[s. l.],* v. 38, p. 113-120, 2016.

YUAN, Xiaoqin et al. Extra-Cerebellar Signs and Non-motor Features in Chinese Patients With Spinocerebellar Ataxia Type 3. Frontiers in neurology, *[s. l.],* v. 10, p. 110, 2019.

SAÚDE OCUPACIONAL

IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO JURÍDICA NA SAÚDE OCUPACIONAL DOS ADVOGADOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O BEM-ESTAR NO TRABALHO

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Sobrecarga. Estresse. Esgotamento.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Ocupacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a advocacia tem sido impactada pela precarização do trabalho, refletindo-se negativamente na saúde ocupacional dos advogados. A massificação da profissão, resultado do aumento da oferta de vagas no ensino superior e da busca por acesso à justiça, tem gerado uma competição acirrada e uma pressão por resultados. No entanto, isso não tem se traduzido em melhores condições laborais, mas sim em um ambiente marcado por sobrecarga e precariedade. O aumento do estresse e do esgotamento entre os advogados é evidente, afetando não só sua qualidade de vida, mas também sua capacidade de desempenhar suas funções de maneira eficaz e ética. Diante desse cenário, é crucial analisar os impactos dessa precarização na saúde mental dos advogados e buscar estratégias para promover seu bem-estar e saúde ocupacional.

OBJETIVO

O objetivo deste resumo expandido é analisar a precarização da profissão jurídica e seus impactos na saúde ocupacional dos advogados. Diante das mudanças significativas nas estruturas e dinâmicas do mercado jurídico, é crucial entender como a massificação da advocacia, o aumento da competição e a flexibilização das relações laborais têm contribuído para um ambiente de trabalho marcado por sobrecarga e precariedade. Pretende-se também explorar os efeitos desse cenário na saúde mental dos advogados, destacando o aumento do estresse, do esgotamento e de outros problemas de saúde ocupacional. Além disso, busca-se identificar estratégias e perspectivas para promover o bem-estar e a saúde ocupacional no ambiente jurídico, visando criar um ambiente de trabalho mais saudável e

equilibrado para os profissionais da área.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste resumo expandido consiste em uma pesquisa bibliográfica de natureza básica e objetivo exploratório. O estudo abrange o período de 2016 a 2020, sendo conduzido com base na análise de artigos encontrados em fontes bibliográficas relevantes. Para isso, foram consultadas diversas fontes de informação, incluindo a dissertação de mestrado da Universidade de São Paulo (USP), o repositório da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o acervo da Universidade do Porto. Essas fontes foram selecionadas devido à sua reputação e à qualidade dos trabalhos acadêmicos disponíveis, visando garantir a robustez e a confiabilidade dos dados utilizados neste estudo. A escolha por artigos publicados nesses anos e provenientes dessas instituições permite uma abordagem atualizada e abrangente sobre o tema da precarização da profissão jurídica e seus impactos na saúde ocupacional dos advogados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A dissertação de mestrado de Jacomo (2016) aborda a autopercepção dos potenciais estressores ocupacionais e suas consequências para advogados e advogadas líderes de uma grande banca de advocacia. O estudo foca na transição dos escritórios de advocacia para modelos de gestão flexível, que podem resultar em estresse e impactos na saúde mental dos líderes. Por meio de estudos de casos múltiplos com nove advogados líderes de unidades em São Paulo e Rio de Janeiro, o autor identifica potenciais estressores, como sobrecarga de trabalho, cultura da urgência e falta de controle, que podem levar a sentimentos de injustiça, desequilíbrio entre trabalho e lazer, e falta de autonomia. Apesar da autopercepção desses estressores, a maioria dos advogados não se reconhece como estressada, destacando a necessidade de maior reflexão sobre as relações de trabalho na advocacia contemporânea e suas consequências para a saúde e bem-estar dos profissionais.

O estudo realizado por Santos (2018) examina o impacto da precarização da profissão jurídica, particularmente na saúde ocupacional dos advogados jovens em Feira de Santana. O autor contextualiza o crescimento exponencial da oferta de vagas no curso de Direito no Brasil, impulsionado por medidas governamentais de incentivo à educação e pela percepção da advocacia como uma via para a promoção de mudanças sociais. No entanto, essa massificação da profissão resulta em condições de trabalho desafiadoras e precárias para os advogados, incluindo flexibilização e aviltamento de honorários, jornadas excessivas, falta de estrutura adequada nos locais de trabalho e impactos negativos nas relações interpessoais e na saúde mental dos profissionais. A burocracia e as frustrações no ambiente do judiciário nacional também são destacadas como fatores adicionais de

estresse para os advogados. Santos ressalta que a precarização afeta diretamente a saúde física e psicológica dos advogados, levando a altos níveis de estresse, ansiedade e outros sintomas de adoecimento. Ele argumenta que a categoria precisa buscar estratégias de defesa e proteção, incluindo ações da Ordem dos Advogados do Brasil para fiscalizar e garantir condições de trabalho adequadas e remuneração justa para os advogados jovens. Em última análise, o estudo destaca a necessidade urgente de medidas para mitigar os impactos negativos da precarização na saúde ocupacional e bem-estar dos advogados.

O estudo conduzido por Silva (2020) investiga os níveis de burnout e conflito trabalho-família entre advogados, assim como sua inter-relação e variações de acordo com características sociodemográficas e laborais. As três hipóteses formuladas foram analisadas em relação aos resultados obtidos. Embora a hipótese de níveis elevados de burnout tenha sido rejeitada em sua totalidade, foi observado que em todas as dimensões do burnout, exceto no total, houve participantes com pontuações máximas, indicando a continuidade da preocupação com o burnout nesta profissão. Quanto ao conflito trabalho-família, embora não tenha sido confirmada integralmente, foi identificado como uma área de preocupação, especialmente entre os participantes mais jovens. A análise das variáveis sociodemográficas revelou diferenças significativas apenas no que diz respeito ao sexo, com as mulheres apresentando níveis mais elevados de desgaste psíquico e indolência. Além disso, foi confirmada a correlação positiva entre burnout e conflito trabalho-família, sendo o conflito um preditor significativo para o burnout e vice-versa. O estudo aponta algumas limitações, como o tamanho reduzido da amostra e a representatividade limitada. Sugere-se, para futuras pesquisas, uma amostragem mais ampla, considerando variáveis como traços de personalidade e áreas específicas dentro da advocacia. Destaca-se a importância da prevenção e sensibilização para os riscos psicossociais enfrentados pelos advogados, bem como a promoção de estratégias de coping e a gestão eficaz do conflito trabalho-família. A pesquisa ressalta a necessidade de atenção à saúde mental dos profissionais, especialmente em contextos como o atual, marcado pela pandemia e pelo teletrabalho. Apesar dos desafios enfrentados, o estudo destaca que muitos advogados demonstram níveis razoáveis de ilusão pelo trabalho, indicando que a profissão ainda é fonte de satisfação para muitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precarização da profissão jurídica e seus efeitos na saúde ocupacional dos advogados representam um desafio urgente a ser enfrentado. A massificação da advocacia, juntamente com a intensificação da competição e a flexibilização das relações de trabalho, resultou em um ambiente laboral caracterizado pela sobrecarga, insegurança e precariedade. Os advogados lidam com pressões constantes por resultados, prazos apertados e demandas complexas, contribuindo para o aumento do estresse, do esgotamento e de outros problemas de saúde mental.

Apesar dos desafios enfrentados, é possível vislumbrar perspectivas promissoras para promover o bem-estar no ambiente de trabalho jurídico. Identificar estratégias eficazes para lidar com a precarização e mitigar seus efeitos na saúde ocupacional dos advogados é essencial. Isso envolve a implementação de políticas organizacionais que visem à redução da sobrecarga de trabalho, à promoção do equilíbrio entre vida profissional e pessoal e ao estímulo a práticas de autocuidado e promoção da saúde mental.

Além disso, é crucial que a comunidade jurídica, incluindo instituições de ensino, órgãos reguladores e associações profissionais, esteja envolvida na discussão e busca por soluções para esses problemas. A educação continuada sobre saúde ocupacional e gestão do estresse deve ser incentivada, assim como a implementação de programas de apoio psicológico e emocional para os advogados.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

JACOMO, Amabile Cristina Sass. **Autopercepção dos potenciais estressores ocupacionais e suas consequências para advogados e advogadas líderes de uma grande banca de advocacia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.47.2016.tde-21092016-155103. Acesso em: 2024-03-06.

SANTOS, C. H. F. **A precarização social do trabalho do advogado e os efeitos sobre a saúde**. Salvador, 2018. Disponível em: https://repositoriodev.ufba.br/handle/ri/31387. Acesso em: 29 fev. 2024.

SILVA, A. F. G. **Burnout e conflito trabalho-família: um estudo com advogados**. Porto, 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/129362. Acesso em: 03 mar. 2024.

ESTRESSE OCUPACIONAL EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ATUANTES NO ÂMBITO HOSPITALAR: uma revisão narrativa

Eutânia Costa Ferro[1]; Diellison Layson dos Santos Lima[2].

[1]Universidade Estadual do Maranhão, Colinas, Maranhão. http://lattes.cnpq.br/9372435714826139

[2]Universidade Estadual do Maranhão, Colinas, Maranhão. http://lattes.cnpq.br/1808283046136587

PALAVRAS CHAVES: Estresse Ocupacional. Profissionais de Enfermagem.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Ocupacional

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma das maiores fontes de satisfação humana, porém ao longo do tempo pode se tornar uma fonte de adoecimento, visto que apresenta fatores de risco à saúde do trabalhador (Santos *et al*., 2017). E um desses agravos é o Estresse Ocupacional, definido como um estado fisiológico que propicia o desgaste do organismo possibilitando a diminuição da capacidade laboral, podendo acarretar no afastamento parcial ou total de suas funções (Ávila *et al.*, 2018).

Nesse sentido, os profissionais de enfermagem apresentam maior nível de estresse quando comparado a outras profissões da área da saúde, uma vez que tais profissionais detém de uma dupla jornada de trabalho, ou seja, mais de um vínculo empregatício e a sobrecarga exaustiva. Além de estarem expostos aos níveis de organização, administração e qualidade das relações interpessoais (Santos *et al.,*2019).

De acordo com a Health Education Authority, a enfermagem ocupa o quarto lugar como uma das profissões mais estressantes no setor público. Por isso, é fundamental que os enfermeiros reconheçam os fatores estressores em seu ambiente de trabalho e compreendam suas consequências no processo de saúde-doença (Fotinhas e Cardoso, 2020).

Diante desse contexto, caso o profissional não consiga manejar adequadamente emergências, dor e angústia, isso pode afetar sua capacidade de tomar decisões, tornando-os mais propensos a cometer erros. Assim, é essencial que busquem soluções para mitigá-los e enfrentá-los, visando prevenir danos à sua própria saúde e assegurar uma assistência de qualidade aos usuários (Bezerra *et al*., 2016). Portanto, torna-se imprescindível identificar as questões psicológicas que afetam as atividades laborais dos profissionais de enfermagem, com foco no estresse ocupacional.

OBJETIVO

Descrever os fatores que contribuem para o surgimento do estresse ocupacional em profissionais de enfermagem atuantes no âmbito hospitalar e suas consequências na vida do trabalhador.

MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa, realizada através das bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) sendo elas: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library (SCIELO) *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de Dados em Enfermagem (BDENF).

A questão norteadora consiste em: "Quais os fatores que contribuem para o surgimento do estresse ocupacional em profissionais de enfermagem atuantes no âmbito hospitalar e suas consequências na vida do trabalhador?". Os artigos foram obtidos com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) cruzados com o operador booleano *And*: Estresse Ocupacional *AND* Profissionais de Enfermagem *AND* Esgotamento Profissional. A busca dos artigos realizou-se no período de janeiro de 2024 e teve como critérios de inclusão: artigos completos disponíveis em português, inglês ou espanhol, que abordassem a temática e publicados entre 2020-2024.

Já os critérios de exclusão: artigos em duplicidade nas bases, revisões, teses e dissertações. Inicialmente encontrou-se 463 documentos, após a identificação, todos os estudos foram submetidos a uma triagem, incluindo a leitura do título, resumo e aplicação dos critérios, restando, assim, 108 trabalhos para leitura na íntegra e seleção. Ao final de todo o processo, foram selecionados 7 para compor a amostra final deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ambiente hospitalar é regado de fatores que contribuem negativamente para saúde dos seus servidores, assim, a classe mais exposta é a de enfermagem, devido às especificidades ligadas a dinâmica de trabalho advinda do setor da saúde. A rotina de trabalho deste colaborador é marcada por atividades que os levam tanto ao esgotamento mental como físico (Silva *et al.,* 2020).

O surgimento do Estresse Ocupacional ocorre por consequência da desestruturação do processo laboral. E isso se dá em função da dupla jornada de trabalho, baixa remuneração, precariedade de insumos para realização do atendimento ao cliente, insatisfação pessoal violência física e verbal sofrida tanto pelos pacientes como pelos familiares (Franz e Cargnin, 2020; Nascimento et al., 2022; Sant-Ana *et al.* 2023).

Por conseguinte, fatores como: dimensionamento de trabalhadores inadequado, superlotação do setores hospitalares, descontentamento com a equipe de enfermagem e multiprofissional, supervisão e direção, somado a estrutura precária do ambiente hospitalar, configuram-se também como estressores (Ribeiro *et al*., 2020). Dessa maneira, é importante que seja realizada uma estruturação adequada deste ambiente, assim como, a valorização deste trabalhador no seu âmbito de atuação.

Ressalta-se que estes fatores podem causar danos significativos na vida pessoal desse colaborador, pois além dos efeitos geradas sob a saúde mental, o estresse exacerbado pode afetar o padrão e a qualidade do sono, a cognição, relacionamentos familiares e amorosos, tempo de lazer e dentre outros (Moreira *et al*., 2022). Assim, faz-se de suma necessidade que estes profissionais sejam assistidos ativamente para que os danos causados pelo estresse sejam minimizados.

Dessa forma, o estresse no âmbito trabalhista pode gerar consequências negativas, o que pode refletir na assistência prestada ao cliente, pois estes profissionais atuam diretamente e indiretamente no cuidado Integral a população.

CONCLUSÃO

Assim, mediante os estudos que integram este trabalho, o Estresse Ocupacional ocorre devido a carga horária laboral exaustiva, condições precárias para se exercer as atividades e demandas do dia a dia advindas do trabalho. Além disso, elucida-se que o estresse influência de forma negativa na vida pessoal do trabalhador tendo em vista que este pode ocasionar tanto danos físicos e mental.

Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de mais estudos que abordem a temática, voltando-se para a enfermagem, visando assim, compreender melhor tal fenômeno e proporcionar a criação de estratégias para solucionar ou minimizar o aparecimento dos fatores e suas consequências decorrentes do estresse ocupacional.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, I. Y. C. et al. Estrés laboral en enfermería y factores associados Cartagena (Columbia). **Salud Uninorte**, v. 30, n. 1, pág: 34-43, 2018.

FRANZ, E. C.; CARGNIN, M. C. dos S. Estresse Ocupacional do Profissional de Enfermagem que atua em Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Espaço Ciência & Saúde,** v. 8, n. 1, p. 34-44, jul./2020.

FOTINHA, J. E; CARDOSO, J. M. M. O estresse no trabalho do enfermeiro . **Revista Uningá**, v. 51, pp.78-86, 2020.

MOREIRA, L. P. et al. Estresse e burnout em trabalhadores de enfermagem da Unidade de Cirurgia Geral. **Av Enferm**, v. 40, n. 1, pág: 24-3, 2022.

NASCIMENTO, J. F. et al.Sinais e sintomas do estresse em profissionais da enfermagem que atuaram no combate a COVID-19. **R. Pesq. Cuid. Fundam.**, v.14, e.11638, 2022.

RIBEIRO, K. V. et al. Estresse ocupacional e fatores estressores em enfermeiros de unidades de internação clínica. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 44, n. 2, p. 81-94, 2020.

SANT'ANA, J. C. P. et al. Prevalence and Factors Associated with Work-Related Stress and Burnout Syndrome among Nursing Professionals Working in Oncology. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 69, n. 2, pág. 1-11, e-053644, 2023.

SANTOS,E. K. M. *et al.* O estresse nos profissionais de saúde. **HU rev,** v. 45, n. 2, 2019.

SANTOS, N. A. R. et al. Estresse ocupacional na assistência de cuidados paliativos em oncologia. **Cogitare Enferm,** v. 22, n. 4, pág:1-10, 2017.

SILVA, M.R., *et al*. Impacto do estresse na qualidade de vida de trabalhadores de enfermagem hospitalar. Texto Contexto Enferm., v. 29: e20190169, 2020.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Estresse no local de trabalho: É hora de aliviar o fardo**, 2016.

O PERFIL DE UM NARCISISTA FRENTE A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA ASSEDIANTE NO AMBIENTE DE TRABALHO

Andrea Almeida Zamorano[1].

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/41

PALAVRAS-CHAVE: Relacionamento interpessoal. Tipologias narcísicas. Assédio moral.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Ocupacional.

INTRODUÇÃO

Na prática clínica da psicanálise é possível observar os pacientes de funcionamento narcisista preocupados exageradamente com a imagem, a aparência e a perfeição. Para Holmes (2005), seu discurso consiste em exaltar suas próprias realizações, sua saúde, pessoas e relacionamentos importantes os quais cultiva quase sempre para compensar seu sentimento de insegurança e insignificância, com um misto de inferioridade não aparente, de modo que consegue “mascarar” esta situação utilizando sempre discursos pontuados na primeira pessoa. Na maioria das vezes essas pessoas sentem a necessidade de ser o centro das atenções; mas, curiosamente, esse perfil narcisista possui pouco interesse pela vida e pelas reações da plateia, tendo como foco e objeto central de atenção ele mesmo. Em alguns momentos, podem ser pessoas divertidas e até mesmo fascinantes, ou se tornam indivíduos maçantes no convívio com os outros e até mesmo insuportáveis. Apresentam uma excessiva necessidade de serem admirados e elogiados, e diante de alguma crítica ou situação em que são ignorados, sentem-se inferiorizados e infelizes. Esses indivíduos possuem baixa capacidade de perceber os outros, tendo uma vida emocional fragilizada e superficial.

O indivíduo narcisista é manipulador, tem facilidade para cativar seus superiores (principalmente quando dotado de inteligência afetiva e intelectual), forjando relacionamentos rápidos, mas superficiais. Tem dificuldade de relacionamento interpessoal, pois não apresentam empatia com as outras pessoas, muito menos condições e capacidade para compreendê-las em profundidade. Não são bons ouvintes, pois são impacientes. Desejam o que não lhes pertence pelo prazer de querer o que é do outro, indiferentes a qualquer valor intrínseco. São ambiciosos, invejosos e preocupados em guarnecer sua autoestima. É comum encontrar perfis narcisistas em cargos de poder, liderança e gestão, pois estes indivíduos são movidos pelo status, poder, autoridade e prestígio.

> “a prática do assédio moral se caracteriza pela repetição de gestos, palavras e comportamentos que, isoladamente considerados, podem parecer inofensivos” (NASCIMENTO, 2011).

Entretanto, não é porque o assédio moral se desenvolve, em regra, de forma insidiosa, por meios de ataques sutis e de difícil percepção, que suas consequências para a vítima são necessariamente mais brandas do que as de uma violência física. Por vezes, a violência psicológica assediante deixa sequelas difíceis de serem administradas pelo ofendido e acarreta inúmeros reveses, tais como a exclusão definitiva do assediado do mercado de trabalho e até mesmo a tentativa ou a consumação do suicídio. (HIRIGOYEN, 2011).

Leymann, divide as condutas assediantes em cinco grupos: Ataques às possibilidades de comunicação; ataques nas relações sociais; consequências para a reputação social; ataques da qualidade da ocupação e da vida profissional; ataques para a saúde da vítima. Já Hirigoyen, refere-se ao ataque às condições de trabalho; isolamento e recusa da comunicação; ataque à dignidade; violência verbal, física e sexual. Alice Monteiro de Barros, por sua vez, agrupa os atos em: técnicas para desestabilizar o agente ofendido; técnicas de relacionamento; técnicas de isolamento; técnicas de ataque; técnicas punitivas (THOME, 2009).

Desta forma, podem fazer parte do quadro de violência sistêmica atos como: o espalhar de rumores, maledicências e fofocas sobre a vítima, tanto relativos a sua vida profissional quanto pessoal; injúrias; calúnias; ridicularização em público; atribuição de apelidos vexatórios; realização de comentários discriminatórios de toda sorte (gênero, etnia, origem, convicção política ou religiosa, deficiência etc.); imitações de traços característicos da vítima (como o andar, o falar, a aparência física etc.); realização de críticas constantes e infundadas; insinuar ou expressar que a vítima é paranoica, louca, sem maturidade emocional etc.; mudanças permanentes no horário de trabalho da vítima como forma de punição; designação constante de novas tarefas sem real necessidade disto; atribuição de tarefas muito superiores ou muito inferiores à capacidade da vítima; não atribuição de tarefa alguma; induzir ao erro; sabotar o trabalho; não transmitir informações relevantes; não fornecer créditos a ideias ou projetos desenvolvidos pela vítima, apresentando-os como se fossem de terceiros; excluir a vítima de reuniões das quais deveria fazer parte; ameaça constante de demissão; atribuição de "troféus" vexatórios, como faixa de pior funcionário do mês, chapéu de burro etc.; atribuição de locais de trabalho isolados, sem recursos ou em condições humilhantes; não dirigir a palavra à vítima; proibir que colegas conversem com a vítima; ignorar a presença da vítima; exclusão ou isolamento da vítima em almoços, cafés e outras confraternizações relacionadas ao ambiente de trabalho; adotar gestos para com a vítima reveladores de menoscabo, tais como olhares, suspiros, levantar de sobrancelhas, encolher os ombros etc.; realização de ameaças verbais e/ou escritas geralmente anônimas; violência física caracterizada com atos "acidentais" como fechar a porta na cara da vítima, deixar cair objetos perto ou na própria pessoa etc.

OBJETIVO

O objetivo geral dessa pesquisa - identificar e analisar dimensões psicossociais presentes nas relações existentes entre os membros de uma organização que reflitam o narcisismo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), que tem por objetivo contribuir para produção, organização e disseminação da informação científica. Foram considerados como critérios de inclusão, artigos publicados em periódicos científicos nacionais, considerando a necessidade de atualidade na revisão sobre o tema. Indexados em pelo menos uma das bases de dados com a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a base de Dados de Enfermagem (BDENF), localizáveis por intermédio das palavras-chave e dos seguintes descritores cadastrados no Portal de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Assistência de Enfermagem”, “Atenção Primária à Saúde”, “Saúde Coletiva”, “Saúde Mental”. Foram excluídos da pesquisa, produções científicas que não configuravam artigos sem disponibilidade íntegra e artigos repetidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os autores, aborda-se três tipos de conduta narcisista que podem ser observados no contexto organizacional:

- Narcisista do tipo reativo: observam-se sintomas de exibicionismo, grandiosidade, impiedade, frieza, desejo pelo poder. Tais narcisistas buscam subordinados aduladores e não suportam quando são criticados. Quando encontrados na posição de líder organizacional, apresentarão sérios problemas com relação à tomada de decisão, pois têm a tendência de agir isoladamente, não assumindo seus erros.

- Narcisista do tipo autoilusório: os sintomas observados são ausência de empatia, maquiavelismo, insegurança, carência, medo do fracasso. Esse tipo de líder narcisista mostra interesse pelos seus subordinados por pura conduta política, mas prefere que eles não sejam críticos. Possui sensibilidade aflorada, sentindo-se altamente ferido dependendo do furor crítico que recebe. Tende a promover os funcionários mais fracos em detrimento dos mais fortes por não lhe apresentarem quaisquer ameaças. Tem perfil conservador, por isso, protela a tomada de decisões.

- Narcisista do tipo construtivo: são indivíduos que possuem uma visão crítica e realista de sua real capacidade, habilidades e limites. Tem senso de humor, são criativos, determinados, ambiciosos e obstinados. São pessoas que transpiram confiança promovendo a reunião das pessoas em torno de um objetivo. São bons ouvintes e incentivam os subordinados a opinarem, assumindo a responsabilidade pelas ações e atitudes do grupo.

Desempenham papel de mentor, são inspiradores e admirados.

> [...] um padrão difuso de grandiosidade (em fantasia ou comportamento), necessidade de admiração e falta de empatia que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos. Tem uma sensação grandiosa da própria importância (exagera conquistas e talentos, espera ser reconhecido como superior sem que tenha as conquistas correspondentes). Acredita ser "especial" e único e que pode ser somente compreendido com condição elevada. Demanda admiração excessiva e explorador em relações interpessoais (tira vantagem de outros para atingir os próprios fins). É frequentemente invejoso em relação aos outros ou acredita que os outros o invejam. Demonstram comportamentos ou atitudes arrogantes e insolentes. Carece de empatia: reluta em reconhecer ou identifica-se com os sentimentos e as necessidades dos outros. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Quando apresentam comportamentos de desconfiança e retraimento social, isto normalmente se origina de medos relacionados a uma eventual exposição de suas falhas ou imperfeições. (DSM-V, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de investigação e análise a que se propôs este artigo, sugere-se que estudos futuros sejam realizados para: pesquisar as diversas faces do narcisismo frente ao discurso dos profissionais abordando situações em que esse perfil seja benéfico para a empresa e maléfico para o indivíduo; avaliar suas consequências; comparar as tipologias narcísicas positiva e negativa evidenciando as questões favoráveis e desfavoráveis para o indivíduo e para o contexto organizacional; pesquisar e investigar os perfis narcísicos que espelharam suas carreiras influenciadas pelo par parental ou substitutos, avaliando seu desempenho, examinando o nível de cobrança próprio e dos outros, amparados na rotina organizacional. E a importância de se promover a discussão sobre assédio moral não apenas numa perspectiva restrita num ambiente de trabalho, mas numa perspectiva reflexiva, que envolva os trabalhadores na observação de suas atitudes em diversas esferas de suas vidas. Esta pesquisa, de caráter exploratório, representou um esforço teórico no sentido de articular os conceitos de narcisismo e de cultura do narcisismo com vista a sua utilização no âmbito do Direito do Trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre, Artmed, 2014.

HIRIGOYEN, Marie-France. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOLMES, J. Conceitos de psicanálise - narcisismo. Tradução Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Ediouro, 2005. v. 11.

THOME, Candy Florencio. O assédio moral nas relações de emprego. 2ª Ed. São Paulo: Ltr, 2009.

SAÚDE SOCIAL

FATORES QUE COLABORAM PARA QUE O PACIENTE SURDO NÃO SE SINTA INCLUSO DURANTE O ATENDIMENTO DE SAÚDE

Hadassa Josephine Rodrigues Dias[1]; Gabriela de Souza Brito[2]; Tainá da Silva Santos[3]; Mirlaine Felix de Carvalho Oliveira[4]; Aécio Santos Gonçalves[5].

[1]Centro Universitário UNIFG (UNIFG), Guanambi, Bahia. http://lattes.cnpq.br/0034389610194963

[2]Centro Universitário UNIFG (UNIFG), Guanambi, Bahia. https://lattes.cnpq.br/6705353814440112

[3]Centro Universitário UNIFG (UNIFG), Guanambi, Bahia. https://lattes.cnpq.br/8447802804890626

[4]Centro Universitário UNIFG (UNIFG), Guanambi, Bahia. https://lattes.cnpq.br/6368126793773129

[5]Centro Universitário UNIFG (UNIFG), Guanambi, Bahia. http://lattes.cnpq.br/2049147391525095

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Surdez. Serviços de Saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Social.

INTRODUÇÃO

Promove-se a comunicação dentro dos serviços de saúde como instrumento fundamental de acessibilidade e garantia do princípio de equidade (COELHO, 2020). Entretanto, a comunidade surda representa boa parte da população brasileira que se encontra vulnerável as dificuldades na comunicação ofertadas pelos serviços de saúde (CAVALCANTI *et al.,* 2023).

A falta de conhecimento da língua de sinais pelos profissionais e a ausência de intérpretes, é apontada como um dos principais obstáculos enfrentados pelos surdos ao buscarem atendimento nos serviços saúde (SANTOS; PORTES, 2019). Uma vez que, grande parte dos profissionais não estão devidamente qualificados para se comunicar em linguagem de sinais, o que compromete a tentativa dos pacientes surdos em estabelecerem diálogos com os mesmos durante o atendimento (MAZZU-NASCIMENTO *et al.,* 2020).

Em detrimento a dificuldade na comunicação com os profissionais da área, constantemente os surdos evitam procurar os serviços de saúde, isso afeta diretamente no estado de saúde dessa população, caracterizando um distanciamento entre profissional e paciente (CAVALCANTI *et al.,* 2023).

Tendo em vista os conflitos vivenciados pelos surdos devido à ausência de uma comunicação efetiva durante o atendimento em saúde. Promoveu-se esse estudo, em busca de identificar quais fatores influenciam para que a comunicação ofertada pelos profissionais da saúde ao paciente surdo seja ineficaz, colaborando para que o mesmo não se sinta incluso durante atendimento em saúde.

OBJETIVO

Identificar os aspectos que tornam ineficaz a comunicação ofertada pelos profissionais da saúde ao paciente surdo, com o intuito de entender quais fatores colaboram para que o surdo não se sinta incluso durante atendimento em saúde.

METODOLOGIA

Foi elaborada uma revisão do estado da arte que reuniu 23 estudos de abordagem mista, produzidos durante o período de 2019-2024. Promoveu-se pesquisas nas bases de busca, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual de Saúde, Scielo e Pubmed. Sendo excluídos; estudos repetidos, estudos que fugiam do objetivo geral desse estudo, estudos com viés educacional, percepções de profissionais e acadêmicos da saúde, estudos produzidos em períodos anteriores a 2019 e estudos intitulados com termos “Deficiente Auditivo”, “Deficiência Auditiva”, “Pessoas com deficiência (PCD)”, “Portadores de Deficiência”, os quais demonstravam caráter organico-biologicista de concepção biomédica em sua fundamentação.

Para a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi realizada a estratégia de leitura do título, resumo e trabalho completo. E todos os estudos cujos caracteres não se enquadravam aos critérios de exclusão foram incluidos na pesquisa. Ao final foram encontrados nove estudos no Google Acadêmico, seis estudos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), sete estudos no Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e um estudo na Pubmed.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei N° 10.436 de 24 de abril de 2002, reconhece a prática da Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de outros recursos expressivos associados, como meio legal de comunicação entre a população surda do país. Entretanto, ela não garante imprescindibilidade de aplicação da Libras na constituição do ensino (SANCHES *et al.,* 2019).

De mesmo modo, o Capítulo VII do Decreto nº 5.626 de 2005, garante aos surdos e as pessoas com deficiência auditiva, usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso a saúde sucedido por profissionais capacitados para prática, tradução e interpretação da Libras (REZENDE; GUERRA; CARVALHO, 2020). Todavia, não determina a obrigatoriedade do

emprego da Libras como componente educacional ofertado aos demais cursos de graduação na área da saúde, que não sejam o curso de fonoaudiologia (MAZZU-NASCIMENTO *et al.,* 2020).

Essas contradições legais, favorecem a ocorrência de aspectos que tornam ineficaz a comunicação ofertada aos surdos nos serviços de saúde. Um desses, é o fato de que nos serviços de saúde há uma escassez de profissionais que se comuniquem adequadamente com os pacientes surdos, sendo poucos os que conhecem as peculiaridades da comunidade surda e uma quantidade ainda menor, são os que se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais (CAVALCANTI *et al.,* 2023).

Sabe-se que ausência de uma comunicação efetiva na assistência em saúde, compromete o propósito da consulta, provocando medo e frustração no paciente surdo (BARROSO; FREITAS; WETTERICH, 2022). Desse modo, na tentativa de promover a melhor comunicação durante o atendimento de saúde ao surdo, os profissionais desconsideram características importantes na promoção do cuidado, tais como: a perda de confiança e vínculo com o paciente, exposição a constrangimentos, falta de compreensão do tratamento, insegurança no sigilo profissional e paciente, e a ausência da percepção holística na consulta (REZENDE; GUERRA; CARVALHO, 2020).

Santos e Portes (2020), apontam como outro aspecto favorecedor que desconsidera os direitos de igualdade nos atendimentos, o ato de subestimar a identidade cultural do surdo durante execução das estratégias de comunicação. Desse modo, são promovidas estratégias que favorecem alguns grupos específicos de surdos, excluindo os demais, pois, é por meio da identidade cultural, que as diferentes capacidades de compreensão que abrangem a comunidade surda são consideradas.

Outro aspecto que influencia, é o fato de boa parte das produções cientificas promovidas na área da saúde, se referem a surdo como deficiente auditivo, engrandecendo o senso orgânico-biológico da surdez, o qual está relacionado a concepção biomédica que a considera uma anormalidade a ser corrigida (SOLEMAN; BOUSQUAT, 2021).

Sendo a produção científica a base essencial para a garantia da atenção em saúde e a melhoria da prática profissional (COFEN, 2021). A ausência de uma concepção que dissocie o surdo do senso organico-biologicista, colabora para que grande parte da assistência prestada a esses pacientes seja desenvolvida com o mesmo pensamento (SOLEMAN; BOUSQUAT, 2021).

Apesar disso, a comunidade surda tende a rejeitar o termo “Deficiente Auditivo”, uma vez que esse define as pessoas surdas segundo sua capacidade auditiva, desconsiderando a cultura linguística, identidade social-política e histórica que caracteriza essa comunidade (COELHO, 2020).

Mesmo assim, os profissionais inda mantêm-se atendendo normalmente a essas demandas, ofertando conscientemente um cuidado negligente a essa população (BARROSO; FREITAS; WETTERICH, 2022). Dessarte, Santos e Portes (2019), ressaltam a importância da adoção de novas estratégias que possibilitem a compreensão mútua e que garantam o acolhimento do paciente surdo durante o atendimento de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo procurou evidenciar aspectos de extrema importância que são subestimados por grande parte das pesquisas científicas, mas que necessitam de serem analisados com maior clareza dentro da área da saúde, posto que as dificuldades em se estabelecer uma comunicação efetiva de mútua compreensão durante o atendimento de saúde prestado ao paciente surdo, ainda prevalecem.

A presença de contradições nas legislações que respaldam a aplicação da Libras como um tipo de linguagem e garantem a prática desta nos serviços de saúde, devem ser revisadas e corrigidas, possibilitando assim, que os profissionais ainda em sua graduação consigam aprender a se comunicar, interpretar e entender a libras, para que, desse modo, ela seja cobrada durante os atendimentos prestados aos surdos.

Compreende-se que, para que sejam efetuadas ações que solucionem os problemas de comunicação ocorridos entre profissionais da saúde e pacientes surdos, é necessária a realização de pesquisas mais aprofundadas que considerem os aspectos evidenciados nesse estudo, visando proporcionar estratégias de comunicação que ofereçam maior compreensão aos pacientes surdos durante sua assistência nos serviços de saúde.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Isabela Lins; SOUZA, Renata da Silva; SOLEDADE, Sarah Luanna Ferreira; SARAIVA, Francisco Joílsom Carvalho. **Os impedimentos na transmissão de saúde entre médico e a comunidade surda durante as consultas: uma revisão de literatura.** Brazilian Journal Of Health Review, [S.L.], v. 6, n. 4, p. 15764-15779, 26 jul. 2023. South Florida Publishing LLC. http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv6n4-142.

MAZZU-NASCIMENTO, Thiago; MELO, Débora Gusmão; EVANGELISTA, Danilo Nogueira; SILVA, Tiago Varesche; AFONSO, Maria Gabriela; CABELLO, Janaina; MATTOS, Augustus Tadeu Relo de; ABUBAKAR, Obeedu; SOUSA, Amanda Soares; MOREIRA, Renata Postel. Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos. **Audiology - Communication Research**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-9, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2317-6431-2020-2361.

REZENDE, Regiane Ferreira; GUERRA, Leonor Bezerra; CARVALHO, Sirley Alves da Silva.

Satisfaction of deaf patients with the health care. Revista Cefac, [S.L.], v. 22, n. 5, p. 1-16, 14 ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216/20202258119.

SOLEMAN, Carla; BOUSQUAT, Aylene. **Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo?**. Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 37, n. 8, p. 1-14, 30 ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00206620.

A ARTE COMO DISPOSITIVO NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO

David Freitas dos Santos[1].

[1]Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), Santa Maria, Rio Grande do Sul.
http://lattes.cnpq.br/8559352428904475

PALAVRAS-CHAVE: Ressocialização. Expressão Artística. Bem-estar Subjetivo.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Social.

INTRODUÇÃO

A socioeducação surge a partir do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Ela representou um avanço significativo na garantia dos direitos e no desenvolvimento de ações com os adolescentes, autores de atos infracionais (BISINOTO, et al., 2014). Apesar deste marco teórico importante, é no cotidiano das instituições socioeducativas que se torna possível buscar a promoção do desenvolvimento dos adolescentes e efetivamente a garantia de seus direitos.

O Estado sinaliza sua contrariedade frente a um comportamento transgressor e infracional de um adolescente através de uma medida socioeducativa. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. O ECA prevê a aplicação de dois grupos de medidas socioeducativas, as em meio aberto e as privativas de liberdade, em meio fechado (BRASIL, 1990).

E nesse bojo, destaca-se a importância da estruturação de uma execução de medida socioeducativa capaz de criar e sustentar diretrizes pedagógicas efetivamente reintegradoras dos jovens à sociedade. De acordo com a legislação socioeducativa, o órgão executor da medida socioeducativa deve valorizar e proporcionar atividades lúdicas, culturais, de lazer e esportes, assim como, outras experiências no processo de reinserção social (BRASIL, 2012). Toda a proposta pedagógica deve atender a dinâmica dos adolescentes em conflito com a lei, e, neste sentido, é possível apontar a arte como uma linguagem presente nas relações da adolescência.

No contexto socioeducativo, estudo que buscou verificar o potencial de sociabilização da arte junto aos adolescentes, aponta que as ações de artes formais ou informais, compõem grande parte das propostas pedagógicas nas unidades de execução de medida socioeducativa. No entanto, igualmente faltam estudos que orientem a relevância desta relação entre arte e socioeducação (PAES, 2019).

OBJETIVO

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo sinalizar para as contribuições da arte no contexto socioeducativo.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma revisão bibliográfica de natureza narrativa, adotando uma abordagem qualitativa, conforme descrita por Gil (2018). A seleção dos artigos foi conduzida por meio da plataforma de pesquisa Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Inicialmente, foram empregadas palavras-chave específicas, nomeadamente “arte e adolescente em conflito com a lei”, resultando na identificação de 10 artigos. Posteriormente, utilizando as palavras-chave “arte e medida socioeducativa”, foram encontrados 6 artigos, sendo que 2 deles se repetiam nas duas estratégias de busca.

Os critérios de inclusão adotados foram a publicação dos artigos nos últimos 5 anos (de 2017 a 2021), escritos em língua portuguesa e disponíveis online. Por outro lado, foram excluídos os artigos que não atendiam aos objetivos específicos desta revisão. Após a aplicação desses critérios, restaram 3 artigos que foram submetidos à análise de dados.

A análise dos dados foi conduzida com base no método de análise de conteúdo proposto por Minayo (2013). Este método se desdobra em três etapas distintas: a pré-análise, que envolve a familiarização inicial com o material por meio de uma leitura exploratória, a exploração do material para identificar categorias relevantes e a terceira etapa, que trata do tratamento dos resultados obtidos e da interpretação do conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É crucial ressaltar que, nesse contexto, os profissionais socioeducadores são desafiados a criar dispositivos que ressoem com as experiências de vida e o contexto sociofamiliar dos adolescentes (ALMEIDA; MARINHO; ZAPPE, 2021). Dessa forma, a arte se torna um dispositivo facilitador da expressão e da consciência coletiva, distanciando-se de um caráter julgador, ao permitir que os artistas expressem seus ideais e sejam receptivos aos contrastes da vida.

Um estudo conduzido por Brum e Mayer (2019) buscou entender o significado do graffiti e da pichação para os jovens transgressores, assim como suas motivações, sentimentos e as relações contidas nessa prática. Eles destacaram o poder dessas formas de expressão na construção pessoal, à medida que os adolescentes desafiam e questionam as normas sociais, buscando vivacidade e aventura ao se apropriarem dos espaços urbanos e deixarem suas marcas de subjetividade.

Além disso, uma pesquisa realizada por Rodrigues et al. (2021) envolvendo oficinas de grafite com adolescentes em privação de liberdade evidenciou a promoção do pensamento crítico, do protagonismo e das reflexões éticas dos adolescentes. Através do graffiti nos muros, eles puderam estabelecer uma nova forma de interação social, contribuindo para a construção de uma "existência social" para seus sentimentos, percepções, desejos e imaginação, além de possibilitar a integração e o acolhimento.

Em consonância com esses achados, um estudo investigativo sobre a relação da arte com adolescentes em conflito com a lei apontou que a arte proporciona oportunidades de integração social, reconstrução de projetos de vida e afirmações pessoais. Desse modo, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento desses adolescentes como cidadãos (CUNHA; ASSINI, 2018). A arte desempenha o papel de projetar o futuro e refletir aspirações, independentemente dos desfechos (VYGOTSKY, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências apresentadas, é inegável que a arte se revela como um poderoso instrumento no contexto socioeducativo. Ela proporciona ao adolescente em conflito com a lei, frequentemente privado da oportunidade de expressar criativamente suas vivências, um meio para manifestar sua subjetividade e atribuir novos significados às suas emoções.

Artistas provenientes desse contexto podem emergir como figuras de referência, oferecendo diferentes visões de futuro aos seus colegas. Além disso, ao valorizar a arte dentro do projeto socioeducativo, abre-se à sociedade a oportunidade de quebrar paradigmas e superar a exclusão e a marginalização.

Ao integrar a arte como parte central do processo socioeducativo, não apenas se proporciona aos adolescentes uma via de expressão e desenvolvimento pessoal, mas também se promove uma mudança de perspectiva na sociedade, reforçando a importância da inclusão, da diversidade e do reconhecimento do potencial criativo de cada indivíduo, independentemente de seu contexto de origem. Assim, a arte se configura como um elo fundamental na construção de um ambiente mais justo, inclusivo e empoderador para todos os envolvidos no processo socioeducativo.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sara Peres Dornelles; DA ROSA MARINHO, Juliana; ZAPPE, Jana Gonçalves. Atuação do Psicólogo com Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 51-72, 2021.

BISINOTO, C. et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento

socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456/pdf>. Acesso em 08 de fev. 2019.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo, **Atlas**, 1991.

DA CUNHA, Higor Antonio; RUARO, Rejane; ASSINI, Tânia Cristina Kaminski Alves. A relação da arte com os adolescentes em conflito com a lei: uma pesquisa-ação no município de Cascavel-PR. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 14, n. 1, p. 108-128.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Educar, 2001.

MAYER, Andressa Sauzem; BRUM, Lucas Motta; DOS SANTOS, Samara Silva. A (in) visibilidade do graffiti e da pichação: subjetivando juventudes?. **Revista Subjetividades**, v. 19, n. 1, p. 8845, 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

PAES, Paulo Cesar Duarte. Arte na educação de adolescentes autores de atos infracionais. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 11, p. 27613-27622, 2019.

RODRIGUES, Cláudia Regina Campos et al. Transformando muros: graffiti com adolescentes em privação de liberdade. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 12, n. 1supl, p. 63-87, 2021.

VIGOTSKI, L, S. **Psicologia da Arte**; São Paulo: Martins Fontes. 1999.

DIREITO A SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: PRINCÍPIOS GARANTIDOS E DESAFIOS

Lucas Neves de Melo[1]; Antônio Edson da Silva Soares Filho[2].

[1]Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, PE. http://lattes.cnpq.br/7241540315516444

[2]Centro Universitário Mauricio De Nassau (UNINASSAU), Garanhuns, PE. http://lattes.cnpq.br/0983216491721681

PALAVRAS-CHAVE: Proteção. Princípios. Ações.

ÁREA TEMÁTICA: Outros.

INTRODUÇÃO

O direito à saúde é um dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Esse direito implica em reconhecer a saúde como um bem público, que deve ser assegurado pelo poder público, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que se organiza de acordo com os princípios da universalidade, da integralidade e da participação social (Barbosa, 2021).

No entanto, apesar da previsão constitucional e legal, o direito à saúde enfrenta diversos desafios para sua efetivação na realidade brasileira, que comprometem a qualidade e a equidade do atendimento à população. Entre esses desafios, destacam-se as desigualdades regionais, a falta de recursos e a gestão ineficiente do SUS, que geram problemas como a insuficiência e a precarização da rede de serviços, a demora e a dificuldade no acesso, a baixa resolutividade e a insatisfação dos usuários e dos profissionais de saúde (Lara, *et al*., 2021).

Diante desse cenário, é necessário buscar soluções que possam superar esses desafios e garantir o pleno exercício do direito à saúde, conforme previsto na Constituição. Essas soluções passam pelo fortalecimento do SUS, pela fiscalização e pelo controle social das ações e dos gastos em saúde, e pela educação e pela conscientização dos cidadãos sobre seus direitos e deveres em relação à saúde.

OBJETIVO

A pesquisa objetivou-se discutir como o direito à saúde é reconhecido e garantido pela Constituição Federal de 1988, bem como os desafios para sua efetivação na prática.

METODOLOGIA

A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, caracterizando uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória (Zanini, *et al*., 2021). Foi utilizado descritores como; Direito à saúde, Direito fundamental, Sistema Único de Saúde e Princípios constitucionais. Foram encontrados 30 artigos, destes foram selecionados 6 que estavam nas seguintes bases de dados: SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES.

Para seleção dos trabalhos foram utilizados como critérios de inclusão: trabalhos relacionados à temática abordada, disponíveis na sua forma de artigos, dissertações e teses, realizados no Brasil. Com relação aos critérios de exclusão, foram desconsiderados os trabalhos não disponibilizados em seu formato completo.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos nesta pesquisa ocorreram de acordo com as etapas exigidas a um rigor metodológico. Para realizar este trabalho, seguimos os seguintes passos: primeiro, fizemos uma leitura exploratória do material escolhido, ou seja, uma leitura rápida para ter uma ideia geral do conteúdo dos textos. Em seguida, fizemos uma leitura seletiva, ou seja, uma leitura aprofundada para identificar os pontos mais relevantes dos textos. Depois, optamos pela seleção dos resultados e conclusões da pesquisa dos textos investigados, ou seja, escolhemos as informações mais importantes para o nosso objetivo. Por fim, fizemos uma análise e apresentação descritiva dos textos investigados, ou seja, descrevemos e explicamos as informações selecionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, representa um marco na história jurídica brasileira ao reconhecer e garantir o direito à saúde como um direito fundamental (Vieira, 2021). Esse reconhecimento é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, fundamentada nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social.

Em seu texto, a Constituição destaca a saúde como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo as bases para a criação de políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e recuperação da saúde. A inclusão da saúde como direito fundamental reflete a preocupação em assegurar a integralidade do ser humano, reconhecendo que a saúde é um componente indispensável para o pleno exercício de outros direitos e para uma vida digna (Casimiro, *et al*., 2021).

O direito à saúde é garantido pela Carta Magna por meio de uma série de dispositivos. O artigo 6º, por exemplo, elenca a saúde como um dos direitos sociais, ao lado da educação, moradia, alimentação, trabalho, transporte, lazer, segurança, previdência social e proteção à maternidade e à infância (Brasil, 1988). Essa disposição ressalta a importância da saúde como pilar essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

A Constituição Federal também estabelece a participação da comunidade na gestão do sistema único de saúde (SUS), consolidando o princípio da descentralização e da participação popular. De acordo com Brasil (1988), o artigo 198, por exemplo, prevê a criação de conselhos de saúde em todos os níveis de governo, assegurando a representação da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas públicas de saúde. Essa participação é crucial para garantir a efetividade das ações e para adaptar as políticas à realidade local, considerando as diversidades regionais.

A proteção da saúde é abordada em vários momentos da Constituição, inclusive quando trata do meio ambiente. O artigo 225 destaca a responsabilidade comum da coletividade e do poder público na preservação do meio ambiente, essencial para a saúde humana (Brasil, 1988). Essa perspectiva integrada reconhece que a saúde está intrinsecamente ligada à qualidade ambiental e que a proteção do meio ambiente é um meio de garantir o pleno exercício do direito à saúde.

É importante ressaltar que a Constituição Federal estabelece a saúde como direito fundamental sem deixar de reconhecer a responsabilidade individual na promoção do bem-estar. O artigo 196 destaca que a saúde é direito de todos e dever do Estado, mas também assegura que a saúde é direito de cada indivíduo, cabendo a este adotar práticas saudáveis (Brasil, 1988). Essa abordagem equilibrada reconhece a importância da autonomia individual, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para promover a saúde da coletividade.

Ademais, a Constituição prevê mecanismos de controle social para garantir a eficácia do direito à saúde. O sistema de saúde é avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e a participação popular é incentivada por meio de audiências públicas e outras formas de consulta (Casimiro, *et al*., 2021). Esses mecanismos visam a transparência, a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços de saúde, assegurando que a população exerça sua função ativa na fiscalização e no aprimoramento contínuo do sistema.

A efetivação do direito à saúde no Brasil enfrenta desafios complexos, sendo as desigualdades regionais uma das barreiras mais significativas. Disparidades na infraestrutura, acesso a profissionais qualificados e disponibilidade de recursos entre regiões do país resultam em diferentes padrões de atendimento, agravando a situação de comunidades mais carentes e afastadas dos centros urbanos (Barbosa, 2021). Essa disparidade reflete a necessidade de políticas que busquem reduzir as desigualdades regionais, garantindo que todos os brasileiros tenham acesso equitativo aos serviços de saúde.

A escassez de recursos também representa um desafio crucial para a efetivação do direito à saúde. A limitação de investimentos impacta diretamente a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender à crescente demanda da população. A falta de recursos compromete a expansão de infraestrutura, a contratação de profissionais qualificados e a aquisição de equipamentos e medicamentos, resultando em filas de espera e serviços abaixo do ideal. A busca por soluções para essa carência financeira é fundamental para fortalecer o sistema de saúde e garantir a continuidade e qualidade do atendimento (Vieira, 2021).

Além disso, a gestão ineficiente do SUS é um obstáculo significativo para a efetivação do direito à saúde. A burocracia, a falta de transparência e a má distribuição de recursos são aspectos que comprometem a eficácia do sistema. Investir em melhorias na gestão, priorizando a eficiência, a transparência e a descentralização, é essencial para superar esses desafios (Lara, *et al*., 2021). Ao otimizar a administração do SUS, será possível alocar recursos de maneira mais equitativa, garantindo uma oferta mais eficaz e acessível de serviços de saúde em todo o território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 é um divisor de águas ao reconhecer a saúde como direito fundamental. Contudo, os desafios persistem, exigindo ação coordenada e comprometida por parte do Estado e da sociedade. O fortalecimento do SUS, o controle social, a educação para a saúde e a descentralização são caminhos essenciais para garantir que o direito à saúde seja uma realidade para todos os brasileiros, promovendo uma sociedade mais justa e saudável.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. F. **Direito à saúde e solidariedade na Constituição brasileira**. Livraria do Advogado Editora, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CASIMIRO, L. *et al*. A tutela do direito à saúde pela Administração Pública: delineando o conceito de tutela administrativa sanitária. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 7, p. 601-629, 2021.

LARA, M. *et al*. Direito à saúde e judicialização no acesso a tratamentos de média e alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e16010313091-e16010313091, 2021.

VIEIRA, F. S. Direito à Saúde no Brasil: seus contornos, judicialização e a necessidade da macrojustiça. 2020.

ZANINI, A. M. *et al*. Estudos de percepção e educação ambiental: um enfoque fenomenológico. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 23, p. e 32604, 2021.

O SUS COMO DIREITO SOCIAL: AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS

Lucas Neves de Melo[1]; Antônio Edson da Silva Soares Filho[2].

[1]Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, PE. http://lattes.cnpq.br/7241540315516444

[2]Centro Universitário Mauricio De Nassau (UNINASSAU), Garanhuns, PE. http://lattes.cnpq.br/0983216491721681

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Desafios. Sistema.

ÁREA TEMÁTICA: Outros.

INTRODUÇÃO

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil marcou um divisor de águas na história da saúde pública, consolidando-a como um direito social e um dever do Estado. Instituído pela Constituição Federal de 1988, o SUS representa um compromisso com a promoção do acesso universal e igualitário à saúde, sendo uma expressão concreta do princípio da equidade (Fleury, 2023). Ao longo das últimas décadas, o SUS teve avanços significativos, promovendo a descentralização, a integralidade e a participação social como pilares fundamentais. Contudo, esse sistema também enfrentou retrocessos, desafios estruturais e demandas crescentes que lançam luz sobre a necessidade de contínuas reflexões e melhorias (Aleluia, *et al*., 2022).

Os avanços do SUS são notáveis, particularmente em termos de expansão do acesso aos serviços de saúde. A implementação de estratégias como o Programa Saúde da Família, que prioriza a atenção básica e a prevenção, contribuiu para a melhoria dos indicadores de saúde e a aproximação dos serviços das comunidades (Mendes, 2019). A ênfase na integralidade do cuidado também se traduziu em uma abordagem mais holística, considerando não apenas a ausência de doença, mas também os determinantes sociais e ambientais da saúde. Esses avanços refletem um compromisso com a construção de uma sociedade mais saudável e igualitária, onde o direito à saúde é efetivamente garantido (Mendes, 2019).

No entanto, os progressos do SUS coexistem com retrocessos que demandam atenção e ação imediata. O subfinanciamento crônico e a falta de investimentos adequados têm gerado limitações na infraestrutura, na oferta de serviços e na capacidade de resposta do sistema diante das demandas crescentes (Menezes, *et al*., 2020). A mercantilização da saúde e a persistência de práticas centralizadoras também desafiam os princípios da universalidade e da descentralização preconizados pelo SUS. A pandemia de COVID-19, por exemplo, destacou a fragilidade do sistema em face de crises de saúde pública, revelando a

necessidade de fortalecimento estrutural e de uma gestão eficiente (Menezes, *et al*., 2020).

As perspectivas para o SUS demandam um olhar crítico sobre os desafios atuais e futuros. A necessidade de uma gestão eficaz, a ampliação do financiamento e o fortalecimento da atenção básica são cruciais para enfrentar as complexidades do sistema de saúde. Além disso, é imperativo promover a participação social ativa, integrando a comunidade na tomada de decisões e garantindo que as políticas de saúde estejam alinhadas com as reais necessidades da população (Gomes, *et al*., 2021).

OBJETIVO

Analisar o Sistema Único de Saúde (SUS) como uma conquista do direito social à saúde no Brasil, avaliando seus avanços, retrocessos e perspectivas frente aos desafios da atualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, caracterizando uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória (Zanini, *et al*., 2021). Foram selecionados 6 artigos que estavam nas seguintes bases de dados: SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES.

Para seleção dos trabalhos foram utilizados como critérios de inclusão: trabalhos relacionados à temática abordada, disponíveis na sua forma de artigos, dissertações e teses, realizados no Brasil. Com relação aos critérios de exclusão, foram desconsiderados os trabalhos não disponibilizados em seu formato completo.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos nesta pesquisa ocorreram de acordo com as etapas exigidas a um rigor metodológico. Para realizar este trabalho, seguimos os seguintes passos: primeiro, fizemos uma leitura exploratória do material escolhido, ou seja, uma leitura rápida para ter uma ideia geral do conteúdo dos textos. Em seguida, fizemos uma leitura seletiva, ou seja, uma leitura aprofundada para identificar os pontos mais relevantes dos textos. Depois, optamos pela seleção dos resultados e conclusões da pesquisa dos textos investigados, ou seja, escolhemos as informações mais importantes para o nosso objetivo. Por fim, fizemos uma análise e apresentação descritiva dos textos investigados, ou seja, descrevemos e explicamos as informações selecionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebido e implementado no Brasil como resposta a uma demanda histórica por um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo. Sua origem remonta à Assembleia Constituinte de 1988, quando a Constituição Federal reconheceu a saúde como um direito de todos e dever do Estado (Gomes, *et al*., 2021).

A criação do SUS representou uma mudança paradigmática ao romper com o modelo anterior centrado na assistência médica hospitalar, marcado por exclusão e desigualdade. A nova abordagem, orientada pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade, visava garantir acesso a serviços de saúde a toda a população, independentemente de sua condição socioeconômica (Fleury, 2023).

A implementação do SUS foi guiada pela descentralização das ações e serviços de saúde, promovendo a municipalização e a participação da comunidade na gestão do sistema. Essa descentralização visava atender às especificidades regionais e locais, adaptando os serviços de saúde às necessidades de cada comunidade. Além disso, a ênfase na atenção primária, com a criação do Programa Saúde da Família, contribuiu para a promoção da prevenção e a construção de uma abordagem mais abrangente e integrada à saúde (Menezes, *et al*., 2020). Assim, o SUS foi concebido e implementado como um direito social à saúde no Brasil, alinhando-se ao compromisso de construir uma sociedade mais justa, saudável e igualitária.

Os avanços do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil são notáveis, especialmente no que diz respeito à ampliação da cobertura, melhoria da qualidade e busca por equidade nos serviços de saúde. A implementação de estratégias como o Programa Saúde da Família foi crucial para expandir a cobertura, levando atendimento básico e preventivo a áreas antes negligenciadas (Menezes, *et al*., 2020). Esse movimento contribuiu para reduzir as desigualdades regionais e aumentar o acesso aos serviços de saúde, aproximando-os das comunidades e promovendo a atenção integral à saúde.

Além disso, a busca por melhorias na qualidade dos serviços de saúde tem sido uma constante no SUS (Aleluia, *et al*., 2022). A ênfase na atenção primária e a promoção de práticas baseadas em evidências científicas contribuíram para uma abordagem mais eficiente e eficaz. A descentralização e a participação social na gestão dos serviços permitiram uma maior adequação às necessidades locais, aumentando a resolutividade e a satisfação dos usuários (Mendes, 2019). Esses avanços refletem um compromisso com a equidade, na medida em que o SUS procura garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a serviços de saúde de qualidade e em condições de igualdade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil enfrenta desafios significativos que podem ser caracterizados como retrocessos, especialmente nas áreas de financiamento, gestão e participação social. O subfinanciamento crônico é uma das principais barreiras que comprometem a eficácia do SUS (Fleury, 2023). A falta de recursos adequados limita a expansão da infraestrutura, aquisição de equipamentos, contratação de profissionais e a implementação de políticas de prevenção e promoção da saúde, comprometendo a capacidade do sistema de atender plenamente às necessidades da população.

Outro retrocesso notável está relacionado à gestão do SUS, marcada por desafios estruturais que impactam a eficiência do sistema. A burocracia excessiva, a falta de integração entre os diferentes níveis de governo e a carência de planejamento estratégico contribuem para a morosidade e a ineficácia na resposta a demandas emergentes (Gomes, *et al*., 2021). Além disso, a participação social, um dos princípios fundamentais do SUS, muitas

vezes é prejudicada pela falta de canais efetivos de comunicação entre a população e os gestores de saúde, resultando em decisões desalinhadas com as reais necessidades da comunidade. Esses retrocessos destacam a necessidade premente de reformas estruturais e investimentos substanciais para fortalecer o SUS como um pilar fundamental do sistema de saúde brasileiro.

A crise econômica e a conjuntura política acrescentam desafios adicionais, uma vez que a escassez de recursos e a instabilidade nas políticas públicas podem comprometer ainda mais a eficácia do SUS (Aleluia, *et al*., 2022). Nesse contexto, é crucial uma abordagem integrada que envolva não apenas a área da saúde, mas também esforços coordenados entre setores governamentais para assegurar o financiamento adequado e a continuidade das políticas de saúde. O fortalecimento da participação social e a promoção de transparência na gestão pública também se tornam fundamentais para garantir que o SUS possa enfrentar os desafios impostos pela pandemia, pela crise econômica e pela conjuntura política, promovendo a saúde e o bem-estar da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o SUS como direito social no Brasil é um componente essencial para a construção de uma sociedade mais justa e saudável. Os avanços alcançados, como a expansão da cobertura e a ênfase na integralidade do cuidado, refletem o compromisso com a promoção da saúde para todos. No entanto, os retrocessos, como o subfinanciamento e a fragilidade na gestão, demandam ações imediatas para fortalecer o sistema. As perspectivas, diante dos desafios impostos pela pandemia, pela crise econômica e pela conjuntura política, ressaltam a necessidade de um esforço coletivo para garantir que o SUS possa evoluir, adaptar-se e cumprir seu papel crucial na promoção da equidade e do direito à saúde para toda a população brasileira.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ZANINI, A. M. *et al*. Estudos de percepção e educação ambiental: um enfoque fenomenológico. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 23, p. e 32604, 2021.

MENEZES, A. P. R. *et al*. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública-austeridade versus universalidade. **Saúde em debate**, v. 43, p. 58-70, 2020.

MENDES, E. V. Desafios do SUS. In: **Desafios do SUS**. 2019. p. 869-869.

FLEURY, S. Judicialização pode salvar o SUS. **Saúde em debate**, v. 36, p. 159-162, 2023.

GOMES, J. F. F. *et al*. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 1199-1213, 2021.

ALELUIA, Í. R. S. *et al*. Gestão do SUS em regiões interestaduais de saúde: análise da

capacidade de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1883-1894, 2022.

IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E GRADUANDO, PARA UMA FORMAÇÃO HUMANIZADA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Geraldo Cozzer Briela[1].

[1]Graduando de Enfermagem pelo Centro Universidade do Espírito Santo (UNESC), Colatina, Espírito Santo.
http://lattes.cnpq.br/9560213298878705

RESUMO: Introdução: Durante a vivência acadêmica, as universidades conectam seus futuros profissionais para assistência à comunidade, tendo em vista uma formação centrada na humanização dos pacientes. O programa de monitoria para a clínica interdisciplinar no tratamento de feridas, do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), não se limita apenas ao campo teórico, abrangendo muito a prática com o corpo social e possibilita essa experiência com a comunidade de forma humanizada. Objetivo: Relatar a inter-relação com a sociedade durante o tempo de monitoria, como isso é importante para a capacitação de excelência, e também como essa humanização contribui para tratamento e evolução do paciente. Metodologia: O estudo consiste em um relato de experiência de um dos monitores da clínica de feridas durante um semestre de monitoria, apresentando caráter descritivo. Resultados e discussão: Durante a vivência notou-se o quão importante é enxergar esse lado humano do paciente, não se preocupando apenas com suas queixas. Agindo desse modo, teve como resultado pacientes mais felizes, engajados com o tratamento e gostando de estar naquele ambiente, por mais doloroso que fosse o real motivo. Considerações finais: É vital para o graduando aprender a lapidar sua abordagem com o paciente, atuando de maneira holística. Essa interação entre universidade e corpo social é de fundamental importância para desenvolver profissionais que saiam ainda mais capacitados para o mercado de trabalho, principalmente quando se trata de profissionais da área da saúde, possibilitando mesclar assistência e atendimento, com o processo de ensino-aprendizado das práticas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Monitoria. Enfermagem Holística. Educação em Enfermagem.

ÁREA TEMÁTICA: Outras.

INTRODUÇÃO

Durante a vivência acadêmica, as universidades conectam seus futuros profissionais para assistência à comunidade, possibilitando o graduando ter uma visão ampla do seu paciente. Enxergando o indivíduo além da sua condição, fazendo com que a humanização seja ainda mais experimentada na prática com a sociedade.

O programa de monitoria para a clínica interdisciplinar no tratamento de feridas, do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), não se limita apenas ao campo teórico, abrangendo muito a prática com o corpo social e possibilita essa experiência com a comunidade de forma humanizada. “A interação da universidade com os serviços, além de fortalecer a formação crítica dos sujeitos da comunidade e dos serviços, exercita a superação da visão tradicional e fragmentada do trabalho em saúde e amplia a visão do estudante, desmitificando o saber científico em uma atuação centrada na vida, e não apenas na doença e na cura.”[1:10]

Essa visão ampla e centrada na vida, enxergando o indivíduo como um todo e não apenas sua condição, faz com que a humanização seja ainda mais experimentada na prática com a comunidade. “Humanizar a relação com o doente realmente exige que o trabalhador valorize a afetividade e a sensibilidade como elementos necessários ao cuidar. [...] Ter sensibilidade para a escuta e o diálogo, mantendo relações éticas e solidárias, envolve um aprendizado contínuo e vivencial”[2:110]

Vivenciar todos os tipos de diversidade de pessoas e estar em contato com várias culturas pessoais distintas, ajuda a formar o caráter do futuro profissional de saúde, ajudando também a saber lidar com mais tranquilidade e aceitabilidade em casos parecidos com os que aconteceram em sua vivência académica.

“A relação entre ensino superior, sociedade e mercado de trabalho tem contribuído para o planejamento e gestão dos Planos de Estudo, com o objetivo de identificar formas, métodos e conteúdos que devem ser assumidos pelo ensino superior, melhorando o desenvolvimento social, econômico e cultural, de acordo com as necessidades dos clientes/pacientes, de um ponto de vista biopsicossocial.” [3:405]

Dessa forma, é notório que o ensino da universidades são pautados no “público-alvo” de seus alunos, dando-lhe a oportunidade cada vez mais de poder fazer isso na prática, facilitando seu aprendizado. “Para que a formação dos acadêmicos seja ligada à realidade, eles precisam ter contato com a população e seus problemas, prática essa que encontra na extensão um espaço privilegiado.” [4: 234]

OBJETIVO

Relatar a experiência e a inter-relação com a sociedade durante o tempo de monitoria prática, como isso foi e é importante para a formação e capacitação de excelência no campo da saúde, visto que também faz parte do processo de aprendizagem as relações com a comunidade. Sendo preciso entender o paciente de forma central e todos os aspectos de sua vida e também de forma humanizada. “Assim, não se pode perder de vista a missão social do processo de formação de profissionais de saúde/enfermagem, agregada à excelência acadêmica como instrumento de produção de saberes e prática efetivamente interdisciplinares.”[5:834]

Descrever como esses processos práticos ajudam os graduandos em sua formação e futuramente na sua profissão, tendo em vista acontecimentos rotineiros que sempre demandam que o futuro profissional tenha essa experiência e vivência para saber lidar com todo o processo. “A integração entre ensino e serviço proporciona melhor capacitação do docente, do estudante e do profissional do serviço de saúde. Por conseguinte, garante ações e serviços de qualidade à população” [6:03]

METODOLOGIA

O estudo consiste em um relato de experiência de um dos monitores da clínica de feridas durante um semestre de monitoria, apresentando caráter descritivo.

Essa monitoria tinha cunho prático, e toda uma dinâmica de clínica e atendimento ao paciente, visto que o sistema universitário era integrado ao SUS, por isso também era sempre supervisionado por um professor responsável sobre aquela disciplina. A Clínica Interdisciplinar no Tratamento de Feridas atende pacientes da cidade sede da universidade, Colatina, e cidades próximas, correspondentes ao regional de saúde do norte do estado do Espírito Santo.

As atividades desenvolvidas proporcionaram aos monitores um aprofundamento em seus conhecimentos e habilidades; prestar esclarecimentos às dúvidas dos estudantes, quanto ao conteúdo curricular; auxiliar, manter, preparar equipamentos, peças e impressos dos laboratórios; participar de eventos científicos; comparecer às reuniões agendadas e realizar evolução do paciente no prontuário eletrônico.

Todos esses conhecimentos também foram passados aos alunos, preparando-os para lidar com futuros pacientes após a graduação, já no mercado de trabalho. “Considera-se que o papel do Ensino Superior não é o de mero adicionador de conhecimentos teóricos e científicos. Ele é responsável por proporcionar a aprendizagem como um processo ativo, cognitivo, construtivo, significativo, mediado e autorregulado (Beltran, 1996), o que implica refletir sobre a organização de práticas pedagógicas e de metodologias de ensino.”[7:135]

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na vivência notou-se o quão importante é enxergar esse lado humano do paciente, não se preocupando apenas com suas queixas. Exemplos práticos são proporcionar acolhimento, conhecer mais sobre o indivíduo, fazê-lo se sentir importante e se mostrando preocupado com seu cuidado e evolução. “Uma postura acolhedora implica estar atento e poroso às diversidades cultural, racial e étnica”. De certo modo, estar atento a toda bagagem histórica e cotidiana que o paciente carrega consigo.

Os atendimentos aos pacientes eram feitos com uma breve anamnese, a princípio eram identificados os problemas de saúde, depois prescritas e implementadas medidas de enfermagem com o objetivo de promoção, proteção, recuperação ou reabilitação do paciente.

Durante os curativos, e com auxílio dos monitores, os alunos interagiam com os pacientes, pediam de sua rotina, suas perspectivas e diversos aspectos do cotidiano de suas relações (sempre deixando-o à vontade, caso não quisesse interagir). Desse modo, destaca-se também o lado psicossocial da assistência ao paciente, entendendo que seu bem estar deve ser de forma integral.

“Humanizar não é apenas “amenizar” a convivência hospitalar, senão, uma grande ocasião para organizar-se na luta contra a inumanidade, quaisquer que sejam as formas que a mesma adote”. Essa colaboração dos pacientes para com diversos universitários, pode contribuir para o aperfeiçoamento de suas técnicas e abordagem humanizada ao paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que essa interação entre universidade e corpo social é de fundamental importância para desenvolver profissionais que saiam ainda mais capacitados para o mercado de trabalho, principalmente quando se trata de profissionais da área da saúde. “As aulas práticas estimulam os alunos à flexibilidades e habilidades, fazendo com que eles adquiram uma autonomia profissional relevante para a área de formação”. Nessa visão, as escolas superiores estão cada vez mais buscando apoio das redes municipais e ações de prestação de serviço para comunidade, buscando assim inserir seus discentes além das salas de aulas e dos laboratórios. “No processo de ensino da prática deve sempre assimilar o que foi adquirido de conhecimentos da teoria para que o aluno consiga realizar suas atividades práticas”.

Ademais, é vital para o graduando aprender a lapidar sua abordagem com o paciente, atuando de maneira holística. Cooperando para que a comunidade entenda que saúde não é apenas ausência de doença, mas um completo estado de bem-estar físico, mental e social, assim como destaca a OMS. Dessa forma, é fundamental a ligação direta entre comunidade e graduando, possibilitando mesclar assistência e atendimento, com o processo de ensino-aprendizado das práticas de saúde. Sendo assim, é imprescindível investir no preparo dos profissionais que atuam nos serviços de saúde, principalmente no que diz respeito ao relacionamento interpessoal, a fim de favorecer sua receptividade ao trabalho em equipe e a expressão das demandas subjetivas de usuários, familiares e demais profissionais, a partir de uma escuta ampliada”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

1. Mendes T de MC, Ferreira TL dos S, Carvalho Y de M, Silva LG da, Souza CMC de L, Andrade FB de. CONTRIBUTIONS AND CHALLENGES OF TEACHING-SERVICE-COMMUNITY INTEGRATION. Texto contexto - enferm [Internet]. 2020;29:e20180333. Available from: https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0333.

2. Casate JC, Corrêa AK. Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. Rev Latino-Am Enfermagem [Internet]. 2005Jan;13(1):105-11. Available from: https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000100017.

3. Ortega M del CB, Cecagno D, Llor AMS, Siqueira HCH de, Montesinos MJL, Soler LM. Academic training of nursing professionals and its relevance to the workplace. Rev Latino-Am Enfermagem [Internet]. 2015May;23(3):404–10. Available from: https://doi.org/10.1590/0104-1169.0432.2569

4. Ramirez MA, Cunha ESM. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOB A PERSPECTIVA DO PÚBLICO ALVO: O ÍNDICE DE IMPACTO SOCIAL. Interfaces - Rev. de Ext. UFMG [Internet]. 27º de dezembro de 2017 [citado 24º de janeiro de 2024];5(2):230-44. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19017.

5. Fernandes JD, Almeida Filho N de, Santa Rosa D de O, Pontes M, Santana N. Ensinar saúde/enfermagem numa nova proposta de reestruturação acadêmica. Rev esc enferm USP [Internet]. 2007Dec;41(spe):830-4. Available from: https://doi.org/10.1590/S0080-62342007000500016

6. Mendes T de MC, Ferreira TL dos S, Carvalho Y de M, Silva LG da, Souza CMC de L, Andrade FB de. CONTRIBUTIONS AND CHALLENGES OF TEACHING-SERVICE-COMMUNITY INTEGRATION. Texto contexto - enferm [Internet]. 2020;29:e20180333. Available from: https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0333.

7. Frison LMB. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. Pro-Posições [Internet]. 2016Jan;27(1):133-53. Available from: https://doi.org/10.1590/0103-7307201607908

A IMPORTÂNCIA DA DOCÊNCIA EM ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Beatriz da Silva[1]; Licia Gabrielle Gomes de Oliveira[2].

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Docência. Ensino técnico.

ÁREA TEMÁTICA: Outros.

INTRODUÇÃO

O ensino se configura como o exercício direcionado ao aprendizado dos discentes, com horários destinados a aulas teóricas e práticas, exercício da monitoria, estudo individual, dentre outros (Silva, 2020). O ensino direcionado aos discentes de cursos técnicos deve ser direcionado, no intuito de garantir que a aprendizagem seja efetiva.

Neste sentido, destaca-se a importância dos cursos técnicos, com um período menor do que um curso superior, porém apresentando um conteúdo e prática voltados diretamente para o mercado de trabalho, os cursos técnicos ganharam espaço entre os alunos que buscam uma carreira profissional, mas não querem esperar tanto tempo para começar a trabalhar (Brito; Lopes, 2022).

O investimento em educação profissional é imprescindível para o aumento da competitividade do país, para a retomada do crescimento da economia num ritmo mais vigoroso e para a criação de melhores oportunidades de emprego (Orris, 2013). Dentre os tipos de cursos técnicos existentes no Brasil, destacam-se os de Enfermagem, fazendo parte da legislação da profissão e sendo regulamentado por lei.

Neste âmbito, destaca-se o protagonismo do Enfermeiro nessa área. Por meio da docência nos cursos técnicos em Enfermagem, o Enfermeiro possui a oportunidade de exercer um dos pilares do processo de trabalho da sua profissão, que é o ensinar/aprender. Uma vez que o mesmo transfere seus conhecimentos para os futuros técnicos e contribui para a sua formação enquanto profissional qualificado.

OBJETIVO

O objetivo desse trabalho é relatar a experiência de uma Enfermeira, docente de cursos técnicos em Enfermagem, sobre a importância do ensino em Enfermagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. O mesmo retrata a vivência de uma enfermeira, docente do curso Técnico em Enfermagem de uma Escola

de Enfermagem, no município de Mossoró, Rio Grande do Norte (RN), na ministração de disciplinas teóricas e práticas, como Assistência Cirúrgica, Saúde Coletiva, Ética profissional e Administração em Enfermagem. O público-alvo correspondeu discentes do referido curso, cerca de 42 pessoas com idades entre 19 a 50 anos e decorreu-se nos turnos matutino e noturno, de segunda a sexta.

As disciplinas foram ministradas para discentes que estavam matriculados no curso técnico e precisavam aprender sobre os principais procedimentos e o papel do técnico de Enfermagem. A docente utilizou metodologias ativas para potencializar essa aprendizagem, tais como: aulas expositivas e dialogadas por meio de *slides* e estudos de casos, dinâmicas com exercícios de fixação e provas escritas, preparando o profissional para o mercado de trabalho e atuar de maneira técnica, humanizada e qualificada.

As disciplinas geralmente são ministradas durante quatro semanas e os conteúdos são debatidos de maneira que o aluno entenda a importância desse ensino para a sua formação, enfatizando-se a relevância e o papel de cada componente curricular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio das experiências com a docência em Enfermagem, enfatiza-se a relevância de um ensino qualificado, ofertado de maneira teórica e prática, utilizando o rigor científico como fundamento na ministração dos conteúdos. Ademais, destaca-se a importância das metodologias ativas neste processo. Nas metodologias ativas de aprendizagem, quanto maior for o envolvimento do estudante no conteúdo discutido, maior será sua capacidade de compreensão (Ghezzi *et al*., 2021).

A docência permitiu que a pesquisadora colocasse em prática o processo de Ensinar/Aprender, um dos pilares da Enfermagem, seja por meio de avaliações escritas e estudos de casos, aulas expositivas, rodas de conversas. Assim, os discentes puderam colocar em prática o aprendizado durante as disciplinas e explanar o conhecimento adquirido, garantindo a formação de qualidade e excelência para futuros técnicos de Enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se a importância da docência em Enfermagem, pois através dela, os acadêmicos do curso técnico em Enfermagem podem adquirir conhecimentos imprescindíveis para a sua prática profissional e tornam-se capacitados para atuar de maneira segura, técnica e humanizada, entendendo a relevância da sua profissão no processo de cuidar.

Outrossim, ressalta-se a relevância e a necessidade das aulas práticas, e uso de metodologias ativas, principalmente para as disciplinas que servem como base para as seguintes, como Anatomia e Fundamentos de Enfermagem. Dessa forma, os conteúdos devem ser repassados de maneira didática e metodológica, para garantir que a aprendizagem

seja efetiva.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRITO, S. C. A. A.; LOPES, T. S. Importância do ensino técnico profissional para o mercado de trabalho. Estudo de caso da EE padre Menezes em Lagoa Santa/MG. **Anais do VII CONEDU**. Maceió, 2022

GHEZZI, J. F. S. A.; HIGA, E. F. R.; LEMES, M. A.; MARIN, M. J. S. Estratégias de metodologias ativas de aprendizagem na formação do enfermeiro: revisão integrativa da literatura. **Rev. Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 1, mar. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/BnCnYPX9ZQZbqnLQmjM3TJg/?lang=pt&format=html#. Acesso em: 25 out. 2023.

ORRIS, E. **A Importância do ensino técnico e da capacitação profissional.** São Paulo, 03 de fev. de 2013. Disponível em: https://profeltonorris.wordpress.com/2013/02/03/a-importancia-do-ensino-tecnico-e-dacapacitacao-profissional/ Acesso em: 17 fev. 2024.

SILVA, M. F.; MENDOZA, C. C. G. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do ensino superior. **Rev. científica multidisciplinar núcleo do conhecimento**, São Paulo, v. 8, n. 6, p. 119-133, jun. 2020. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao. Acesso em: 10 fev. 2024.

DESVENDANDO AS PRÁTICAS ABUSIVAS NOS PLANOS DE SAÚDE: UM RESUMO EXPANDIDO SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS E DESAFIOS JURÍDICOS

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Regulação. Consumidor. Transparência.

ÁREA TEMÁTICA: Outras.

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, os planos de saúde representam uma importante ferramenta para o acesso a serviços de saúde de qualidade, especialmente em meio a um cenário em que o sistema público muitas vezes se encontra sobrecarregado. No entanto, por trás da promessa de assistência abrangente e eficiente, surgem preocupações crescentes sobre as práticas abusivas adotadas por algumas operadoras de planos de saúde. Estas práticas, que vão desde a recusa injustificada de cobertura até a imposição de cláusulas contratuais abusivas, não apenas violam os direitos fundamentais dos consumidores, mas também desafiam o arcabouço jurídico destinado a protegê-los.

OBJETIVO

Este resumo expandido tem como objetivo analisar e discutir as práticas abusivas adotadas por operadoras de planos de saúde, com o intuito de compreender as violações de direitos enfrentadas pelos usuários desses serviços. Além disso, busca-se examinar os desafios jurídicos associados à proteção dos direitos dos consumidores, destacando as estratégias legais disponíveis para enfrentar tais práticas e garantir o acesso justo e equitativo aos serviços de saúde suplementar.

METODOLOGIA

O presente trabalho constitui uma pesquisa bibliográfica, que abrange o período de 2017 a 2023, com o propósito de investigar as práticas abusivas nos planos de saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza básica, com um objetivo exploratório, buscando compreender e analisar profundamente o fenômeno em questão.

Para a coleta de dados, foram consultados diversos repositórios de universidades e periódicos especializados. Dentre os principais, destacam-se os repositórios da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e o Brazilian Journal of Development.

A escolha desses repositórios se deu pela relevância das instituições e do periódico na produção e divulgação de estudos acadêmicos relacionados à saúde e ao direito do consumidor. Ademais, a busca nestes locais proporcionou acesso a uma variedade de trabalhos científicos que contribuem para uma compreensão abrangente e atualizada do tema em análise.

Por meio da análise crítica e da síntese das informações encontradas nesses materiais, almeja-se fornecer uma visão panorâmica das práticas abusivas nos planos de saúde, bem como dos desafios jurídicos enfrentados pelos consumidores na busca por seus direitos nesse contexto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Campos (2017) desenvolveu uma monografia dividida em oito capítulos, visando analisar as cláusulas abusivas impostas pelo Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (PLANSERV) e a aplicação do microssistema consumerista em relação a essa operadora. A pesquisa confirma a hipótese principal, evidenciando as condutas abusivas praticadas pelo convênio. Além disso, são destacadas as medidas administrativas e judiciais que visam proteger os direitos dos beneficiários, como a aplicação da Lei dos Planos de Saúde e o controle da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A natureza jurídica do PLANSERV como uma seção da administração pública não impede a aplicação das normas consumeristas, visto que a relação entre os servidores públicos e o plano configura uma relação de consumo. A pesquisa jurisprudencial revela o reconhecimento da natureza consumerista do contrato entre os beneficiários e o PLANSERV pelo Tribunal de Justiça da Bahia. São identificadas diversas cláusulas abusivas, como a imposição de condições desvantajosas para os beneficiários e alterações unilaterais do contrato sem consulta aos usuários. Alternativas para enfrentar essas práticas abusivas são apresentadas, incluindo o controle judicial, a atuação dos órgãos estatais e a necessidade de fiscalização pela ANS. Conclui-se que o PLANSERV impõe cláusulas abusivas aos seus beneficiários, exigindo intervenções para proteger os direitos dos consumidores e garantir a aplicação do microssistema consumerista e da legislação dos planos de saúde.

Monteiro (2018) destaca em sua pesquisa a conduta da operadora de plano de saúde Hapvida no Estado da Bahia, visando evidenciar as práticas abusivas por meio da análise das demandas dos beneficiários e do Ministério Público local. Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao revelar a violação dos direitos dos usuários, incluindo a desconsideração das legislações que regem o setor de saúde privada. O estudo demonstra que as falhas na prestação de serviços resultam em danos que ultrapassam o aspecto

financeiro, afetando diretamente a assistência e o tratamento dos consumidores. O Judiciário emerge como recurso vital para garantir os direitos dos usuários, especialmente ao reconhecer a responsabilidade da operadora e exigir a cobertura dos procedimentos médicos necessários. O Ministério Público assume um papel ativo na defesa dos interesses coletivos, embora a falta de controle administrativo eficaz ressalte a necessidade de uma intervenção mais robusta do Estado para proteger os consumidores e coibir as práticas abusivas. Em suma, a pesquisa enfatiza a importância de uma atuação conjunta entre instituições públicas e judiciais para garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade e conter o comportamento predatório das operadoras, que muitas vezes priorizam o lucro em detrimento do bem-estar dos beneficiários.

Maia et al. (2020) abordam os desafios enfrentados pelos usuários de planos de saúde na efetivação de seus direitos, mesmo diante da regulamentação do setor e do suporte legal fornecido pelas leis pertinentes. Destaca-se a frequente recorrência ao Judiciário pelos consumidores lesados, que buscam compensação pelos danos causados pelas operadoras de planos de saúde. O dano, fundamental para a configuração da responsabilidade civil, é classificado em patrimonial e extrapatrimonial, este último envolvendo danos à dignidade e aos direitos personalíssimos, como o direito à saúde garantido pela Constituição. A jurisprudência nacional tem se mostrado favorável à condenação por dano moral com caráter punitivo e pedagógico, visando coibir condutas que violem os direitos fundamentais dos usuários. No entanto, alerta-se para a necessidade de evitar abusos na concessão de indenizações por danos morais. Conclui-se que a busca pela efetivação do direito à saúde muitas vezes se correlaciona com a reparação do dano moral decorrente da falta de efetividade dos serviços de saúde suplementar, incentivando os usuários a buscarem soluções junto ao Poder Público para garantir o pleno exercício de seus direitos.

Batista (2023) discute a violação dos direitos dos consumidores pelos planos de saúde, ressaltando a importância do direito à saúde como um direito fundamental que não pode ser objeto de negociação. Ele destaca que as operadoras muitas vezes priorizam benefícios econômicos em detrimento da oferta de serviços adequados, o que pode resultar em situações constrangedoras durante o atendimento. Além disso, as cláusulas contratuais nem sempre são apresentadas de forma clara aos consumidores. No entanto, o autor enfatiza que os consumidores têm recursos legais à sua disposição, uma vez que as cláusulas abusivas são consideradas nulas, permitindo o recurso ao poder judiciário para a realização de seus direitos. Essa prática tem colocado o judiciário em uma posição proeminente, às vezes desviando-o de sua função primordial. Batista ressalta a importância da imparcialidade do judiciário, destacando que recentemente tem havido uma tendência de dar atenção especial a certos grupos ou indivíduos, o que compromete a justiça e seus princípios fundamentais de imparcialidade.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BATISTA, L. S. **Cláusulas abusivas nos contratos de adesão de plano de saúde.** Brasília, 2023. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16698. Acesso em: 02 mar 2024.

CAMPOS, I. C. **Análise das principais práticas abusivas do Sistema de Assistência à saúde dos Servidores Públicos estaduais da Bahia (Planserv): aplicação do Código de Defesa do Consumidor.** Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24850. Acesso em: 01 mar 2024.

MAIA, L. B.; PINTO, C. E. F.; PINTO, F. A. C. F. As relações jurídicas entre consumidores e empresas de planos de saúde e as consequências da má prestação do serviço contratado/ The legal relations between consumers and companies of health plans and the consequences of mispropriation of the contracted service. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 35537–35554, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n6-188. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/11328. Acesso em: 6 mar. 2024.

MONTEIRO, Y. D. A. **As práticas abusivas do plano de saúde Hapvida em prejuízo dos consumidores.** Salvador, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27522. Acesso em: 29 fev 2024.

TJPB: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS RELEVANTES SOBRE LITÍGIOS ENVOLVENDO A OPERADORA DE SAÚDE ESMALE ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA

Alexsandro Alef Pereira de Oliveira[1].

[1]Faculdade Reinaldo Ramos - FARR (CESREI), Campina Grande, Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/4865025664344656

PALAVRAS-CHAVE: Jurisprudência. Responsabilidade civil. Contratos de saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Outros.

INTRODUÇÃO

No cenário atual do sistema de saúde brasileiro, questões relacionadas aos direitos do consumidor e às responsabilidades das operadoras de planos de saúde têm ocupado uma posição central nos debates jurídicos e sociais. Em particular, a atuação do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) tem sido fundamental na análise e resolução de litígios envolvendo diversas operadoras, entre elas a Esmale Assistência Internacional LTDA. Este resumo expandido tem como objetivo examinar de forma crítica e analítica as notícias relevantes sobre os litígios envolvendo a mencionada operadora de saúde, fornecendo uma visão abrangente das decisões judiciais, argumentos das partes envolvidas e implicações legais decorrentes desses casos. Por meio dessa análise, busca-se contribuir para um melhor entendimento das dinâmicas e desafios enfrentados no âmbito do sistema de saúde, bem como fornecer insights importantes para profissionais do direito, gestores de saúde e demais interessados na temática.

OBJETIVO

O objetivo do resumo expandido é analisar as notícias relevantes sobre litígios envolvendo a operadora de saúde Esmale Assistência Internacional LTDA perante o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB). O estudo buscará compreender os casos judiciais, suas decisões e fundamentações, bem como os argumentos das partes envolvidas. A análise visa oferecer insights sobre as questões jurídicas e os desafios enfrentados pelas operadoras de saúde no contexto dos litígios, contribuindo para uma melhor compreensão do panorama legal e regulatório do setor de saúde na Paraíba.

METODOLOGIA

O resumo expandido adota uma metodologia de pesquisa de natureza básica com um objetivo exploratório. Baseando-se na análise de notícias veiculadas no site oficial do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), o estudo investiga litígios envolvendo a operadora de saúde Esmale Assistência Internacional de Saúde LTDA. A pesquisa busca compreender e descrever os eventos relacionados aos litígios, sem propor soluções práticas. Por meio da coleta e análise criteriosa de notícias, incluindo informações sobre decisões judiciais e argumentos das partes envolvidas, visa-se obter uma compreensão ampla das questões em análise. Este processo permitirá uma análise mais profunda do panorama legal e regulatório dos litígios envolvendo a operadora de saúde, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados no sistema de saúde na Paraíba.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O caso judicial envolvendo a recusa de atendimento hospitalar pela Esmale Assistência Internacional de Saúde resultou em uma decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, que determinou o pagamento de uma indenização de R$ 5 mil por danos morais à paciente prejudicada. A paciente moveu ação devido à negativa de cobertura de atendimento hospitalar por parte da empresa. A decisão do tribunal foi unânime, provendo o recurso da paciente e condenando o plano de saúde ao pagamento da indenização. O relator do processo, juiz convocado Marcos William de Oliveira, justificou que o valor da indenização é adequado para mitigar o sofrimento da autora e desestimular a prática de novos atos semelhantes pela empresa (OLIVEIRA, 2013).

A Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba ratificou a decisão de indenizar Fábio Perônico Ramos em R$ 5 mil por danos morais, determinando que a Esmale □ Assistência Internacional de Saúde Ltda também ressarça as despesas com um anestesista não autorizado durante uma cirurgia. O relator do caso, desembargador José Ricardo Porto, rejeitou o recurso da Esmale, afirmando que a decisão está alinhada com a jurisprudência local e nacional. A defesa da empresa argumentou que não houve recusa de cobertura, mas sim um descredenciamento em massa de anestesistas, inviabilizando o custeio direto pela operadora do plano de saúde. O relator salientou que os planos de saúde, ao cobrarem valores substanciais dos segurados, devem assumir responsabilidades globais, sem excluir determinadas enfermidades, e estar preparados para os riscos inerentes à sua atividade (PARENTE, 2015).

Guedes (2020) analisa um caso judicial envolvendo a empresa Esmale □ Assistência Internacional de Saúde Ltda, que foi condenada a pagar uma indenização de R$ 10 mil por danos morais. O cancelamento do plano de saúde de uma menor portadora de hidrocefalia, alegadamente sob coação, levantou questões legais complexas. O Tribunal de Justiça da Paraíba manteve a decisão de primeira instância, reconhecendo o ilícito da empresa ao realizar o ato de coação contra a mãe da menor. Após a operadora recorrer, argumentando

que não praticou conduta ilícita, o relator do processo refutou esses argumentos, destacando a natureza sub-reptícia da coação. A decisão de manter a sentença de primeira instância, incluindo o valor da indenização, foi respaldada pela falta de excesso. O caso demonstra a importância do cumprimento dos deveres contratuais e do respeito aos direitos dos consumidores no âmbito dos serviços de saúde.

O Desembargador Leandro dos Santos, em sua decisão no Agravo de Instrumento nº 0800044-26.2022.8.15.0000, manteve a determinação para que a Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda realize um procedimento cirúrgico solicitado por uma paciente. O plano de saúde argumentou que a patologia da paciente poderia ser tratada de forma conservadora, conforme conclusão da auditoria médica. No entanto, o médico da paciente explicou que o tratamento conservador não estava mais surtindo efeito após mais de um ano de tentativas, resultando em piora significativa de sua condição. O desembargador considerou abusiva a recusa de cobertura do procedimento recomendado, destacando que, embora o plano de saúde possa estabelecer as doenças cobertas, não pode limitar o tipo de tratamento a ser utilizado pelo paciente. Assim, a negativa de cobertura frustraria as expectativas do contratante em ter assistência plena à sua saúde quando necessário (GUEDES, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das notícias relevantes sobre litígios envolvendo a operadora de saúde Esmale Assistência Internacional LTDA perante o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) revelaram uma série de desafios e questões pertinentes ao sistema de saúde na Paraíba. Ao longo da pesquisa, foi possível observar uma diversidade de casos judiciais que abordaram diferentes aspectos, desde questões relacionadas à negativa de cobertura de procedimentos médicos até alegações de danos morais e materiais por parte dos usuários do plano.

A pesquisa evidenciou a importância do papel do Poder Judiciário na resolução de conflitos entre os usuários e as operadoras de planos de saúde. A análise das decisões judiciais destacou a necessidade de garantir o acesso dos pacientes aos tratamentos adequados, bem como o respeito aos direitos dos consumidores estabelecidos em legislações específicas.

Além disso, a pesquisa ressaltou a complexidade das relações entre as operadoras de saúde e seus beneficiários, evidenciando a importância da transparência e clareza nas informações fornecidas aos usuários, bem como a necessidade de uma regulamentação eficaz para garantir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

Em suma, a análise das notícias relevantes sobre os litígios envolvendo a Esmale Assistência Internacional LTDA ofereceu insights valiosos sobre as dinâmicas e desafios enfrentados no contexto do sistema de saúde na Paraíba. Espera-se que este estudo possa

contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre as questões legais e regulatórias relacionadas aos planos de saúde e, assim, subsidiar a busca por soluções que promovam o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde na região.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

GUEDES, L. **Mantida decisão que determinou realização de procedimento cirúrgico por plano de saúde.** 2022. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/noticia/mantida-decisao-que-determinou-realizacao-de-procedimento-cirurgico-por-plano-de-saude. Acesso em: 28 fev 2024.

GUEDES, L. **Por cancelar plano de saúde sob coação, operadora pagará indenização de R$ 10 mil.** Campina Grande, 2020. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/noticia/por-cancelar-plano-de-saude-sob-coacao-operadora-pagara-indenizacao-de-r-10-mil. Acesso em: 01 mar 2024.

JANAILTON, O. **Plano de saúde é condenado a pagar multa de R$ 5 mil por mau atendimento a paciente.** 2013. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/noticia/plano-de-saude-e-condenado-a-pagar-multa-de-r-5-mil-por-mau-atendimento-a-paciente. Acesso em: 29 fev 2024.

PARENTE, G. **Plano de saúde deverá indenizar usuário em R$ 5 mil por negar cobertura com anestesista.** 2015. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/noticia/plano-de-saude-devera-indenizar-usuario-em-r-5-mil-por-negar-cobertura-com-anestesista. Acesso em: 03 Mar 2024.

O ENSINO DE SAÚDE COLETIVA PARA TÉCNICOS DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Beatriz da Silva[1]; Lícia Gabrielle Gomes de Oliveira[2].

[1]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
https://lattes.cnpq.br/8182921923949889

[2]Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte.
http://lattes.cnpq.br/0015810607514280

PALAVRAS-CHAVE: Saúde coletiva. Docência. Enfermagem

ÁREA TEMÁTICA: Outros

INTRODUÇÃO

A Saúde Coletiva surgiu na década de 1970, na América Latina, configurando-se como uma crítica ao modelo médico-naturalista, incorporando as ciências humanas e sociais, para possibilitar maior abrangência do objeto da saúde (Matumoto *et al*., 2001). Essa mudança paradigmática, ao considerar a dimensão social do processo saúde-doença, teve importante influência na reformulação da clínica, da reabilitação e dos sistemas de saúde em geral (Vasconcelos; Gouveia, 2011).

Pode-se considerar a Saúde Coletiva como um campo científico, uma vez que se enquadra na definição de campo, abrange um espaço de saberes acerca de um objeto definido e engloba diversas disciplinas que consideram esse objeto sob vários enfoques.

Neste sentido, evidencia-se a importância de discutir a Saúde Coletiva em cursos da área da saúde, principalmente enfatizar a relevância desse campo para evolução das Políticas de Saúde vigentes no Brasil.

OBJETIVO

Relatar a experiência de uma docente que atua em uma Escola Técnica de Enfermagem, acerca da importância do ensino de Saúde Coletiva para discentes do curso técnico em Enfermagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que relata a vivência de uma enfermeira, docente do curso técnico em Enfermagem, em uma escola de referência

no município de Mossoró, Rio Grande do Norte (RN). A experiência consistiu na ministração de uma disciplina de extrema importância para os discentes: Saúde coletiva. O público-alvo correspondeu aos discentes do referido curso, cerca de 20 pessoas e decorreu-se no turno matutino, de 05 de fevereiro de 2024 a 08 de março de 2024 das 8:00h às 11:00h.

A disciplina foi ministrada no formato presencial, e os conteúdos abordados foram direcionados para a Evolução das Políticas de Saúde no Brasil, criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e as principias políticas vigentes.

Neste âmbito, as aulas aconteceram de maneira teórica, onde a docente utilizou documentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde (MS) e estudos de casos para que os discentes refletissem e entendessem a importância da saúde pública. A docente utilizou outras metodologias ativas para potencializar essa aprendizagem, tais como: aulas expositivas e dialogadas por meio de *slides* e dinâmicas com exercícios de fixação. As avaliações foram feitas por meio de provas e relatórios, bem como seminários, garantindo diferentes métodos de avaliar o aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidencia-se a importância da disciplina de Saúde Coletiva para a formação do Técnico de Enfermagem no Brasil, uma vez que por meio desse componente curricular, os discentes aprendem a relevância do SUS e suas principais diretrizes, bem como, entendem o protagonismo da Atenção Básica nesse viés. A Saúde Coletiva possibilita a consideração de quatro dimensões, ao se estudar o fenômeno saúde-doença: biológica, ecológica, social e econômica. Essas dimensões apresentam-se como redes de relações estreitas, nas quais cada uma exerce importante influência sobre as demais. Nesse contexto, as ações da Saúde Coletiva são guiadas por quatro objetos de intervenção: políticas, práticas, técnicas e instrumentos (Vasconcelos; Gouveia, 2011).

Após a ministração da disciplina, os discentes do curso técnico em Enfermagem irão realizar Estágio Obrigatório em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e poderão colocar em prática os conteúdos aprendidos durante o curso, por isso, destaca-se a importância da Saúde Coletiva para esses estudantes. Neste cenário, reforça-se que atividades educativas inovadoras e adaptadas ao público-alvo fortalecem o vínculo entre ensino, serviço e comunidade, promovendo uma relação construtiva entre os integrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as atividades propostas alcançaram um resultado positivo. Os alunos demonstraram interesse, foram participativos e interagiram com as metodologias utilizadas. Destaca-se a importância do ensino de Saúde Coletiva, pois através dele é possível dialogar sobre assuntos relacionados às Políticas do SUS e, consequentemente, promover maior entendimento sobre a saúde pública.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

MATUMOTO, S.; MISHIMA, S. M, PINTO, I. C. Saúde Coletiva: um desafio para a enfermagem. **Cad Saúde Públ**, *[S. l],* v. 17, n. 1, p. 233-41, fev. 2001.

RUBSTEIN, E. **Introdução ao estudo da anatomia**. UFMG, 2008. Disponível em: http://www.icb.ufmg.br/anatfto/introducao_Anatomia.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

SILVA, M. F.; MENDOZA, C. C. G. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do ensino superior. **Rev. científica multidisciplinar núcleo do conhecimento**, São Paulo, v. 8, n. 6, p. 119-133, jun. 2020. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao. Acesso em: 10 nov. 2023.

TAVANO, P. T. Onde a morte se compraz em auxiliar a vida: a trajetória da disciplina de anatomia humana no currículo médico da primeira faculdade oficial de medicina de São Paulo - o período de Renato Locchi (1937-1955). **Revista Brasileira De Educação Médica**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 584-585, dez. 2011.

VASCONCELOS, S. S.; GOUVEIA, G. P. M. Saúde coletiva e desafios para a formação superior em saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 35, n. 2, p.498-503 abr./jun. 2011.

A INSERÇÃO DA CULTURA HIP-HOP EM ATIVIDADES EDUCATIVAS

David Freitas dos Santos[1].

[1]Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), Santa Maria, Rio Grande do Sul.
http://lattes.cnpq.br/8559352428904475

PALAVRAS-CHAVE: Relações Étnico-Raciais. Resistência. Transformação.

ÁREA TEMÁTICA: Outras.

INTRODUÇÃO

De acordo com Rubem Alves (1933-2014) e Paulo Freire (1921-1997), a educação está intrinsecamente ligada à comunicação de ideias e ao estímulo da inteligência, bem como à construção do conhecimento pelos próprios educandos. Neste contexto, educadores comprometidos com uma abordagem educativa holística devem não apenas atuar como comunicadores e provocadores intelectuais, mas também considerar as circunstâncias individuais e coletivas, assim como o contexto histórico-cultural dos alunos.

Embora a escola desempenhe um papel fundamental, é crucial reconhecer a influência do ambiente familiar e cultural na formação do educando, uma vez que a educação resulta tanto das estruturas institucionais quanto das interações sociais. Diante dos desafios educacionais no Brasil, torna-se essencial explorar abordagens pedagógicas que promovam não apenas a qualidade do ensino, mas também o prazer e o engajamento dos alunos, sendo as atividades educacionais não-formais uma aliada nesse processo. Essas abordagens não apenas ampliam as possibilidades de aprendizagem, mas também valorizam as emoções e motivações dos educandos, conferindo-lhes uma liberdade essencial para o processo educativo (QUADRA E D□ÁVILA, 2016)

O movimento artístico-cultural Hip-Hop emerge como uma ferramenta poderosa e atrativa nesse contexto, oferecendo vantagens como a valorização da subjetividade, socialização, promoção de posturas questionadoras e conexão do aprendizado com o cotidiano. A legislação brasileira, com a adição da Lei 10.639/2003, reflete um compromisso renovado com a valorização da diversidade étnico-racial na educação, mas ainda há uma lacuna na representação do Hip-Hop nos portais de periódicos, apesar de sua importância para a compreensão da cultura afro-brasileira (QUADRA E D´ÁVILA, 2016).

O Hip-Hop, originado como resposta à desigualdade social no Bronx, Nova York, tornou-se um movimento de protesto que transcendeu sua função inicial como manifestação cultural, buscando promover a autovalorização e a inclusão dos marginalizados. Sua incorporação em atividades educacionais não-formais representa uma estratégia promissora

para enriquecer a experiência dos educandos, promovendo habilidades socioemocionais essenciais e contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos participantes (FIALHO, 2008).

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo geral avaliar como o Hip-Hop tem sido inserido em atividades educacionais. Para alcançar esse propósito, os objetivos específicos incluem analisar o impacto do método educativo não-formal, investigar as percepções e o envolvimento dos educandos em atividades educacionais que incorporam o Hip-Hop, buscando compreender melhor os benefícios percebidos e os desafios enfrentados durante esse processo de aprendizagem não formal.

METODOLOGIA

O estudo em questão se configura como uma pesquisa bibliográfica narrativa de cunho qualitativo (GIL,2017), buscando avaliar, a partir da análise de estudos previamente realizados, a inserção do Hip-Hop em práticas educacionais.

A seleção dos artigos foi realizada na plataforma de pesquisa Periódicos CAPES, que abriga diversas revistas científicas, incluindo Pubmed, SciELO e DOAJ (Directory of Open Access Journals), entre outras. Utilizaram-se os descritores “HIP-HOP” OU “RAP” E “EDUCAÇÃO” E “EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL”, resultando em 114 artigos, dos quais foram escolhidos três. Os critérios de inclusão contemplaram artigos publicados entre 2019 e 2024, em língua portuguesa, excluindo aqueles que não abordavam o papel do movimento cultural Hip-Hop na educação não-formal.

Após a seleção dos artigos, procedeu-se à análise dos dados, adotando o método de análise de conteúdo proposto por Minayo (2013). Este método compreende três etapas: Pré-análise, na qual se realizou uma primeira triagem dos estudos com base na leitura dos resumos e conclusões; Exploração do material, momento em que os artigos selecionados foram detalhadamente analisados para sintetizar os principais resultados; e Tratamento dos resultados, fase em que os dados foram associados, respaldados e discutidos à luz de autores como Paulo Freire e Vygotsky, com o intuito de responder ao questionamento central da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, busca-se destacar as vantagens significativas decorrentes da integração do movimento cultural e artístico do Hip-Hop nas práticas educacionais, tanto em instituições públicas quanto privadas, abrangendo todos os níveis de ensino. É relevante observar que a escassez de material acadêmico selecionado para esta pesquisa evidencia a falta de

estudos dedicados a esse campo (Araújo & Prodócimo, 2023).

O estudo de Araújo e Prodócimo (2023) aborda as práticas pedagógicas do Hip-Hop nas aulas de Educação Física, destacando a lacuna na literatura acadêmica sobre o tema. A abordagem convencional nos currículos de Educação Física tende a reduzir o Hip-Hop a uma simples forma de dança, negligenciando seus elementos culturais e seu papel como uma expressão de resistência (Araújo & Prodócimo, 2023).

A inclusão do Hip-Hop no ambiente escolar requer uma compreensão contextualizada de seus significados históricos e uma abertura para as interpretações individuais dos alunos (Araújo & Prodócimo, 2023). Além disso, é destacada a importância de novas pesquisas que abordem o Hip-Hop na escola, visando preencher a lacuna de referências e promover discussões em contextos de Educação Física (Zanotto & Barbosa, 2019).

Uma estratégia eficaz para desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas é a adoção de planejamento interdisciplinar, como sugerido por Zanotto e Barbosa (2019), que destacam a eficácia dessa abordagem na ampliação das discussões e estratégias de ensino relacionadas ao Hip-Hop.

A importância de integrar o Hip-Hop no contexto educacional contemporâneo é ressaltada como uma maneira de estabelecer uma maior conexão entre os alunos familiarizados com essa cultura e as abordagens de ensino dos professores (Zanotto & Barbosa, 2019). Apesar dos benefícios evidentes, a implementação de práticas interdisciplinares enfrenta desafios significativos, como a sobrecarga de trabalho dos professores e a falta de tempo (Siqueira & Cândido, 2022).

O estudo de Siqueira e Cândido (2022) destaca a importância da educação emancipatória na capacitação dos indivíduos para uma análise crítica do passado e das estruturas sociais que moldam a sociedade atual. A inserção de textos de rap no ensino é vista como uma maneira de abordar questões linguísticas e sociais de forma mais significativa, promovendo o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem (Siqueira & Cândido, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões deste estudo oferecem uma visão abrangente sobre a integração do movimento artístico-cultural do Hip-Hop na educação. Reconhecendo a escassez de estudos dedicados a essa temática, especialmente na Educação Física e na História e Cultura Afro-Brasileira, destacam-se considerações finais sobre a relevância desse movimento como ferramenta pedagógica. O Hip-Hop não é apenas um estilo musical, mas uma cultura de resistência, e sua inclusão no currículo escolar requer uma análise contextualizada de seus significados históricos. Abordagens interdisciplinares, como o planejamento interdisciplinar e a inserção de textos de rap no ensino, promovem o engajamento dos alunos e estimulam uma análise crítica do contexto social presente nas letras das músicas.

A articulação entre o movimento Hip-Hop e a educação emancipatória oferece uma perspectiva transformadora, capacitando os sujeitos a analisar criticamente o passado e as estruturas sociais. Em suma, este estudo destaca o Hip-Hop como um recurso pedagógico legítimo, capaz de promover uma educação mais inclusiva e transformadora.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marília Camargo; PRODÓCIMO, Elaine. Práticas pedagógicas do hip-hop nas aulas de educação física: uma revisão sistemática. **Movimento**, v. 28, 2023**.**

FIALHO, Vania Malagutti. **HIP HOP: conceito e história**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

QUADRA, Gabrielle Rabello; D´ÁVILA, Sthefane. Educação Não-Formal: qual a sua importância? **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 17, n. 2, 2016.

SIQUEIRA, Kleber Galvão; CÂNDIDO, Fábio. Escrevivências, pedagogia hip hop e o ensino de história: reflexões sobre o enfrentamento da pandemia na periferia de São Paulo. **Revista Extraprensa**, v. 15, n. Especial, p. 82-97, 2022.

ZANOTTO, Luana; BARBOSA, Luís Felipe. O Hip Hop na Educação Física: Um Contexto de Planejamento Interdisciplinar. **Corpoconsciência**, p. 37-48, 2019.

IMPACTO DA REGIONALIZAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO ATENDIMENTO AO IDOSO

Karen Edilaine Peron de Souza[1]; Jair Francisco Pestana Biatto[2]; Rodrigo Mayer[3]; Raíssa Ferreira do Prado Pimenta[4]; Fernanda Shizue Nishida Carignano[5].

[1]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/1780570720543461

[2]Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/9100050650753322

[3]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/2677848523023621

[4]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/4306190786015332

[5]Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. http://lattes.cnpq.br/3399943024399274

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Pública. Assistência Integral à Saúde. Doenças Cardiovasculares.

ÁREA TEMÁTICA: Promoção da Saúde no Envelhecimento.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve um aumento global na expectativa de vida, prevendo-se um significativo crescimento do número de idosos até 2050 (BRASIL, 2006). Esse envelhecimento populacional traz desafios, especialmente na área da saúde, com os idosos representando uma parcela crescente dos atendimentos de emergência, principalmente por doenças cardiovasculares (TOKARSKI et al., 2016).

Com o aumento da longevidade, é evidente a necessidade de adaptação nos serviços de saúde para atender às necessidades específicas dessa população, considerando que as doenças circulatórias já representam uma parcela considerável da mortalidade total no Brasil (BRASIL, 2006). Nesse contexto, a expansão e aprimoramento do SAMU têm sido essenciais, com a Secretaria Municipal de Maringá (SMM) assumindo a responsabilidade pelo serviço desde dezembro de 2005, cobrindo uma área significativa e uma população expressiva. A regionalização implementada em 2016 visou ampliar ainda mais o acesso aos serviços de emergência, incorporando mais municípios ao sistema. O objetivo da regionalização foi organizar o serviço por regiões, para que os atendimentos fossem organizados segundo grau de complexidade. Assim, grandes centros médicos, como Maringá, receberam apenas os casos mais graves, o que evitaria filas com ocorrências que poderiam ser atendidas em uma primeira triagem e direcionadas a outro serviço. Com o aumento da população idosa e da incidência de doenças cardiovasculares, é vital implementar medidas que permitam uma resposta adequada do sistema de saúde, focando nas necessidades particulares dos

idosos e promovendo seu bem-estar a longo prazo.

OBJETIVO

Analisar o impacto da regionalização da rede de urgência e emergência por causas cardiovasculares na macrorregião noroeste do Paraná, no atendimento ao idoso, nos gastos com internações hospitalares, bem como na distribuição espacial dos atendimentos realizados.

METODOLOGIA

Estudo de abordagem quantitativa, descritivo, transversal e analítico, desenvolvido por análise documental. As etapas do estudo foram organizadas da seguinte maneira:

Seleção de Participantes

A amostra foi composta por todos os atendimentos realizados no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018. Foram considerados os atendimentos prestados a pessoas de ambos os sexos, com idade superior a 60 anos, atendimentos por problemas cardiovasculares, dor torácica, IAM e doenças coronarianas.

Coleta de Dados

O estudo foi conduzido em Maringá/PR, abrangendo casos dos serviços pré-hospitalares público, privado e hospitais do SUS. Os dados do SAMU foram utilizados para analisar variáveis sexo, idade, tipo de acidente, entre outros. Dados dos Sistemas de Informações sobre Mortalidade e Hospitalares do SUS foram usados para traçar o perfil dos atendimentos e analisar gastos públicos, enquanto o mapeamento das ocorrências foi feito com base no endereço do idoso.

Análise dos Resultados

A avaliação compreendeu na elaboração de mapas, cálculos de índices de correlação espacial, análise de associação entre variáveis e aplicação de modelos bayesianos de séries temporais estruturais. Os resultados foram apresentados em gráficos mostrando dados originais e previsões. Todas as análises foram realizadas utilizando o software R.

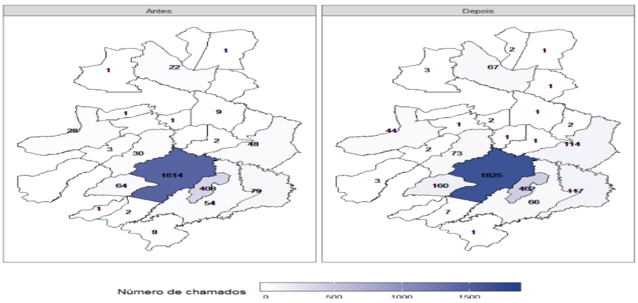
Aspectos Éticos

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) sob o número 3.373.255.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o processo de regionalização, houve uma concentração dos chamados em Maringá e nos municípios próximos. Municípios que antes realizavam poucos atendimentos passaram a atender mais e isso evitou sobrecarga no serviço do município sede da regional, que embora tenha aumentado o número de atendimentos, aumentou atendimentos de maior complexidade. Antes da regionalização, Maringá representava 67,93% dos casos, enquanto após a regionalização essa proporção diminuiu para 61,75%. A identificação das regiões com origem nas ocorrências sugere que a facilidade e rapidez no atendimento e deslocamento para as portas de entrada são influenciadas pela acessibilidade geográfica, incluindo relevo, condições das estradas, proximidade com o município sede e tamanho populacional (CABRAL & SOUZA, 2008).

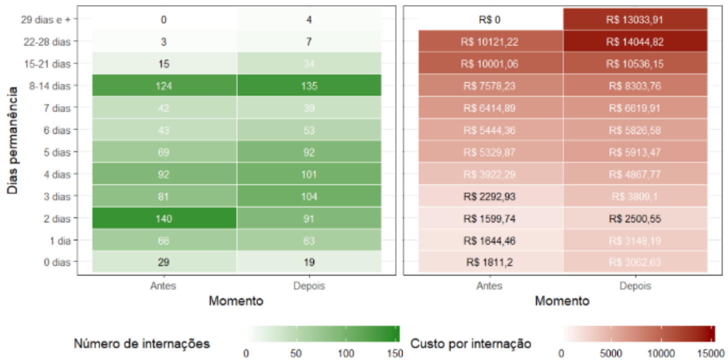
Figura 1 - Distribuição espacial do número de chamados do SAMU antes e após a regionalização.



Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere ao custo médio das internações, os valores aumentaram após o processo de regionalização no município, tanto em relação à faixa etária quanto em relação aos dias de permanência, Maringá apresentou o maior custo médio por internação (antes e depois), saindo de R$ 5.025,00 para R$6.000,00. Melhorias no atendimento levaram a um aumento no tempo médio de internação de dois para oito dias, gerando um inevitável aumento nos custos por internação (SILVA et al., 2019), isso se justifica por Maringá concentrar casos mais complexos que demandam mais dias de internação.

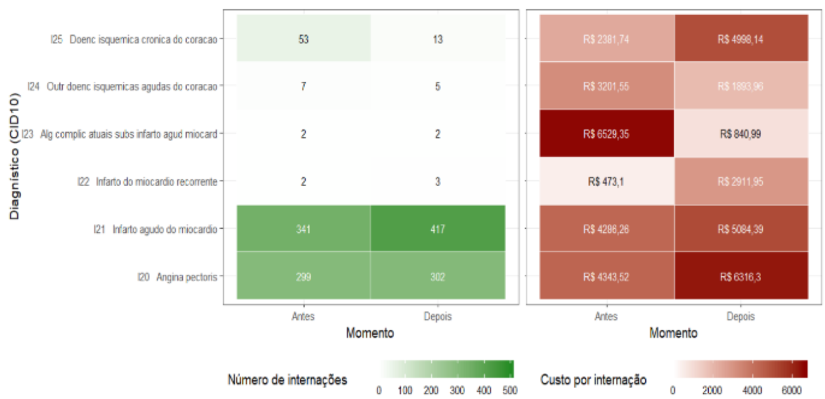
Figura 2 - Distribuição do número de internações e custo por internação de acordo com os dias de permanência, antes e após a regionalização.



Fonte: Elaborado pelos autores

Antes e depois da regionalização, os desfechos das internações se concentram em duas categorias do CID10: I21-IAM e I20-Angina. A categoria I25-Doença isquêmica crônica do coração. é mais comum antes da regionalização. A categoria I23- Algumas complicações subsequentes ao IAM, apresentava o maior custo por internação antes da regionalização, mas diminuiu após. O maior custo após a regionalização refere-se às internações com diagnóstico I20. O período em relação à regionalização está significativamente associado aos diagnósticos do CID10 ($p < 0{,}001$). Doenças cardiovasculares são um grande problema de saúde pública devido à alta mortalidade global (31,2% em 2010) e ao aumento das taxas de internações (12,7% em 2007) (SOBRAL, et al., 2019).

Figura 3 - Distribuição do número de internações e custo por internação de acordo com o diagnóstico (CID10), antes e após a regionalização.



Fonte: Elaborado pelos autores

De modo geral, observou-se que após a regionalização, Maringá passou a atender ocorrências de maior complexidade e municípios que anteriormente tinham poucos atendimentos, passaram a atender mais casos de menor complexidade. Isso reduziu a

sobrecarga em Maringá e impactou no perfil dos atendimentos, o que justifica o aumento no custo médio das internações. Entretanto, o impacto esperado era de fato organizar melhor o serviço para que fosse possível melhorar os atendimentos, tempo para atendimento e sobrevida do paciente.

Atualmente o município tem um custo total superior ao empenhado pela União, enquanto o valor despendido pelo estado manteve-se estável, sendo assim, pode-se inferir que a regionalização do Município de Maringá não foi efetiva do ponto de vista do custo, de acordo com a Política de Urgência e Emergência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regionalização organizou melhor o serviço, distribuindo os atendimentos segundo complexidade, o que evita sobrecarga e filas para atendimento. Isso impacta de forma positiva no aumento da sobrevida por meio da rápida implementação da linha de cuidado para doenças cardiovasculares, também contribuiu para a melhoria geral dos serviços de saúde, especialmente na resposta a emergências e na gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Regulação médica das urgências**. Brasília, DF, 2006.

CABRAL, A.P.S.; SOUZA, W.V. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): análise da demanda e sua distribuição espacial em uma cidade do Nordeste brasileiro. **Revista brasileira epidemiologia**., São Paulo , v. 11, n. 4, p. 530-540, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Caderno estatistico: Maringá: 2019. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87000;caderno. Acesso em: 6 jan. 2020.

SILVA J.M, et al. Prevalência de doenças cardiovasculares e associação com desfecho de pacientes internados em unidade de terapia intensiva. **2o Congresso Internacional de Enfermagem - CIE/13° Jornada de Enfermagem da Unit (JEU)**, 2019b:1-5.

SOBRAL J.P.C.P, et al. A mulher e as doenças cardiovasculares: morbidade hospitalar em alagoas. **GEPNEWS**, 2019, 1(1):32-38.

TOKARSKI A.G, et al. Atendimentos a idosos realizados pelo Samu em Maringá PR no ano de 2014. **Enciclopédia Biosfera,** 2016, 13(24):1753-62.

ESTRATÉGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENFERMEIRAS RESIDENTES

Alana Corrêa Santos[1]; Rafaela Victória Camara Soares[2]; Sarah Bianca Trindade[3]; Camila Rodrigues Barbosa Nemer[4]; Ronédia Monteiro Bosque[5]; Luzilena de Sousa Prudêncio[6]; Nely Dayse Santos da Mata[7].

[1]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0325705502691638

[2]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/8185765815028514

[3]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/4405468880183784

[4]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/9193622763928241

[5]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/6220772243792472

[6]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/9530554407871026

[7]Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá. http://lattes.cnpq.br/0529429570261510

PALAVRAS-CHAVE: Participação ativa. Integração interdisciplinar. Reflexão crítica.

ÁREA TEMÁTICA: Outras

INTRODUÇÃO

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem representam, o romper com a educação tradicional e fragmentada, buscando fundamentar-se na reflexão, pois promove instrumentos oportunos para que os indivíduos possam pensar criticamente sobre o processo e sobre o contexto no qual estão inseridos (Berbel, 2012).

Dessa forma, o ensino- aprendizagem deixa o foco no professor, e permite que os discentes construam habilidades e competências, que vão além do domínio técnico-científico, permitindo que as pessoas sejam protagonistas do seu processo de construção de conhecimento e não apenas um receptor de informações (Pereira, 2021).

Assim, o aprendizado ativo surge como um novo paradigma para a oportunidade de educação de qualidade, colaborativa, motivadora, com habilidade para responder aos desafios existentes, apontando que a educação não pode ser considerada só mais uma prática simples. Ademais, a aprendizagem ativa foca em uma variedade de ferramentas usadas para envolver cognitivamente os discentes, concentrando conhecimento e desenvolvendo esquemas de uma forma que eles possuem maior autonomia sobre a aprendizagem (Misseyanni *et al*., 2018).

Diante disso, atividades com esse caráter ativo e problematizador são essenciais principalmente em ambientes educacionais de pós-graduação, uma vez que aqueles profissionais estão no mercado de trabalho e cotidianamente enfrentam situações desafiadoras, na qual necessitam pensar e refletir criticamente para tomar suas decisões

OBJETIVO

Relatar uma atividade desenvolvida durante uma disciplina da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva através de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa e natureza aplicada, do tipo relato de experiência, elaborado a partir da vivência de enfermeiras residentes do Programa Multiprofissional em Saúde Coletiva, com área de concentração em Saúde da Criança e do Adolescente, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O estudo compreende o período de 19 de fevereiro a 01 de março de 2024, durante o desenvolvimento de atividades referentes à disciplina "Atenção primária e secundária em saúde coletiva".

A experiência relatada dar-se início a partir dos momentos de discussões da referida disciplina, a qual, no âmbito da saúde coletiva adotou estratégias fundamentadas em metodologias ativas com o objetivo de fomentar a participação crítica dos profissionais em especialização. Dentre os métodos empregados, destacam-se o espiral construtivista, a análise bioética a partir da obra cinematográfica e a discussão dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) mediante a análise de fotografia. Sendo esta última, o enfoque a ser descrito no presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as atividades desenvolvidas na disciplina, foi proposto às residentes realizar análise de uma fotografia (Figura 1) a qual demonstrava a vulnerabilidade de um contexto socioambiental semelhante ao de algumas regiões mais periféricas do município, o objetivo era discutir as impressões utilizando modelo de Dahlgren e Whitehead dialogando com outros pesquisadores.

Figura 1: imagem utilizada em atividade oportunizada pela disciplina



Fonte: https://blog.gerandofalcoes.com/o-que-e-vulnerabilidade-social/

A partir da proposta inicial, fora realizada análise superficial da imagem e posteriormente com mais afinco, destacando os determinantes sociais influentes no processo de saúde e doença implícitos à fotografia, organizando-os no modelo de camadas (Figura 2). A análise foi apresentada de forma expositiva e oral, gerando discussão a respeito de como os macro e micro determinantes poderiam afetar a saúde da criança em evidência.

O modelo de Dahlgren e Whitehead inclui os DSS dispostos em diferentes camadas, desde uma camada mais próxima dos determinantes individuais até uma camada distal, a qual situam-se os macrodeterminantes, os indivíduos estão na base do modelo, com suas características individuais de idade, sexo e fatores genéticos que, evidentemente, exercem influência sobre seu potencial e suas condições de saúde (Dahlgren e Whitehead, 1991).

Na imagem da atividade é possível identificar na camada mais distal dos determinantes, a pobreza, área marginalizada e insalubridade, o que influencia os demais achados como na camada de condições de vida e de trabalho, o qual foram elencados a falta de acesso à moradia adequada associada a ocupação em terrenos irregulares e lotes de tamanhos e formas desiguais, vias de circulação estreita, precariedade a serviços essenciais como coleta de lixo, saneamento básico, e redes de água. Tais condições impactam as redes sociais e comunitárias do indivíduo, deixando-os vulneráveis e expostos às iniquidades sociais. Todos esses fatores podem acarretar no prejuízo do estilo de vida de uma criança, em que o sono e dieta adequados, condições de higiene e lazer são ameaçados.

Figura 2: Modelo de Dahlgren e Whitehead adaptado a partir da análise da fotografia



Fonte: Elaborado pelas autoras

A interpretação da imagem permitiu uma profunda discussão acerca das disparidades sociais em saúde, possibilitando participação ativa dos residentes, incentivando a formação de profissionais holísticos à luz dos DSS.

A habitação é um componente dos DSS e apresenta um aspecto essencial na vida das pessoas. Não sendo apenas um abrigo, mas um modo geral, um fator importante para a saúde e bem estar já que a moradia é um aspecto fundamental da vida humana. A relação entre os agravos de saúde e condições concretas da habitação, envolvem os prováveis adoecimentos associadas a casas superlotadas, ausente ou insuficiente de ventilação adequada, sem acesso a água limpa ou saneamento, em áreas suscetíveis a poluentes ou em regiões com altos índices de violência (Rodrigues, 2023).

O saneamento básico, correlato da condição de habitação, é também uma dimensão dos DSS. Não se pode pensar em estratégias de prevenção e promoção à saúde sem perpassar pela qualidade da água, tratamento da rede de esgoto e uma coleta de lixo seletiva. Em países subdesenvolvidos, no entanto, a ausência de investimento em saneamento básico configura-se como um problema de saúde pública, principalmente no Brasil, detentor de disparidades entre as regiões e capitais decorrentes da concentração de renda e falta de políticas públicas eficientes para a implementação do saneamento básico (Affonso *et al*., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta desta atividade percebeu-se que abordagens centradas em metodologias ativas, promovem diversas possibilidades de reflexão, diálogo, e formação de hipóteses para atividades de educação em saúde, assim como possibilita ações de análise

situacional para melhor discussão de intervenções profissionais da saúde e atuações intersetoriais.

A integração da metodologia ativa mostrou-se como uma estratégia efetiva para a formação dos profissionais de saúde coletiva, evidenciando a relevância da compreensão dos determinantes sociais da saúde para o campo em estudo. A experiência estimulou um ambiente educacional dinâmico e contribuiu para o desenvolvimento crítico e reflexivo dos profissionais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BERBEL, N. A. N. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

MISSEYANNI, A et al. Active learning stories in higher education: Lessons learned and good practices in STEM education. In: Active learning strategies in higher education: Teaching for leadership, innovation, and creativity. **Emerald Publishing Limited**, 2018. p. 75-105.

PEREIRA, J. C et al. Metodologias Ativas e Aprendizagem Significativa: processo educativo no ensino em saúde. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 22, n. 1, p. 11-19, 2021.

CUIDADO FARMACÊUTICO AO PACIENTE IDOSO COM ALZHEIMER

Marcelo Azevedo Coutinho[1]; Ana Micaelle da Silva Mendes[2]; Cássia Nogueira Barros[3]; Laís Manuela Borges Ribeiro[4]; Nelio Gomes de Moura Júnior[5]; Pedro Juan Ribeiro Calisto dos Santos[6]; Thayanne Nara da Rocha[7]; Leonardo da Rocha Sousa[8]; Rodrigo Fonseca Lima[9]; Débora Santos Lula Barros[10].

[1]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/3059872601688140

[2]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/3636141227533237

[3]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/1705274741761895

[4]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/6045635047347952

[5]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/0153399544950744

[6]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/6219622887986505

[7]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/7318723733756819

[8]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/5877860742970592

[9]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/5375500536905450

[10]Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. http://lattes.cnpq.br/1459897614268075

DOI: 10.47094/ICOBRAFIMES.2024/RE/14

PALAVRAS-CHAVE: Demência. Medicamentos. Intervenção farmacêutica.

ÁREA TEMÁTICA: Outros.

INTRODUÇÃO

A doença de Alzheimer é caracterizada por um transtorno neurodegenerativo que predominantemente acomete o hipocampo, principal região do sistema nervoso central responsável pela memória. Posteriormente, com o avanço da doença, pode incapacitar outras áreas cerebrais, gerando danos irreversíveis, como morte ou lesão celular de neurônios, afetando de maneira geral o desempenho cognitivo, afetivo, comportamental e intelectual, majoritariamente em indivíduos idosos. (FILHO; BARREIRA, 2017).

Considerando os impactos prejudiciais da doença de Alzheimer nas habilidades dos indivíduos afetados, levando à perda de autonomia nas atividades cotidianas e à necessidade de assistência de terceiros, além das repercussões sentidas pelo próprio paciente, sua família e comunidade, juntamente com as consequências econômicas associadas, é crucial a disponibilidade de um tratamento que possa modificar o curso da doença ou, preferencialmente, freá-la e para tal, é indispensável uma abordagem especializada e atenciosa à complexidade e as necessidades especificas visando o cuidado multiprofissional, como o cuidado farmacêutico, por exemplo (RAYANNE; VERAS; LEITÃO,

2021).

À medida que a progressão da doença de Alzheimer ocorre, observa-se uma diminuição no volume do tecido cerebral, inicialmente manifestando-se com comprometimento da memória e dificuldades na aprendizagem. À medida que a doença avança, pode afetar significativamente a capacidade de realizar atividades cotidianas, como habilidades motoras comprometidas e alterações no humor e na linguagem (ZANOTTO et al., 2023). Um estudo indica que entre 60% e 80% dos casos de demência registrados estão associados à doença de Alzheimer, sendo este transtorno neurodegenerativo crônico o mais frequentemente diagnosticado por avaliação clínica na população mundial, sendo predominantemente tratado com donepezila e memantina (CÂMARA, 2019).

O cuidado farmacêutico é descrito como um modelo de atuação profissional que se materializa através de uma série de atividades e serviços executados pelo farmacêutico, em colaboração com as equipes de saúde, com foco no bem-estar do usuário, da família e da comunidade. Este modelo tem como objetivo promover o uso seguro e adequado de medicamentos e alcançar melhores resultados em saúde, o que por sua vez, contribui para aprimorar a qualidade de vida da população. Nesse sentido, o foco passa a ser não somente o medicamento e sim o cuidado centrado na pessoa (BRASIL, 2023).

OBJETIVO

O presente estudo, por meio da análise da literatura científica, busca delinear ações de cuidado farmacêutico aos pacientes idosos diagnosticados com Alzheimer.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão interativa da literatura sobre o tema em investigação. Para a elucidação do referido trabalho utilizou-se referências bibliográficas recrutadas nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Protocolos do Ministério da Saúde. Para acesso à literatura foram utilizadas as palavras-chaves “demência”, “medicamentos” e “Intervenção farmacêutica”. Foram utilizados livros, artigos e teses entre os anos de 2017 e 2023 como critério de inclusão, estudos com duplicidade de conteúdos foram excluídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que atualmente não há disponível um tratamento direcionado para a cura da doença de Alzheimer, apesar dos significativos esforços científicos. O que se alcança é a mitigação dos sintomas, resultando em uma melhoria na qualidade de vida dos pacientes. Diversos estudos ressaltam a importância de abordagens tanto farmacológicas quanto não farmacológicas, levando em consideração uma ampla gama de aspectos envolvidos no

processo, incluindo fatores psicológicos e psicossociais. É frequente a observação de que a demência compromete a capacidade de reconhecimento e expressão das necessidades reais, destacando assim a importância fundamental do cuidador no acompanhamento e cuidado do paciente. Em muitas investigações, é comum que o papel de cuidador seja desempenhado por um membro da família ou um parente próximo, o que proporciona uma sensação de segurança ao paciente, contribuindo para sua comodidade e colaboração nas atividades cotidianas (RODRIGUES; PEREIRA; LOPES, 2023).

Atualmente, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) do Sistema Único de Saúde (SUS) provê os medicamentos fundamentais para o tratamento farmacológico da doença de Alzheimer, incluindo donepezila, galantamina, rivastigmina e memantina. Destaca-se que o tratamento requer uma abordagem multidisciplinar, considerando as peculiaridades de cada paciente e adotando condutas individualizadas. O Ministério da Saúde recomenda que haja uma reavaliação periódica do paciente para avaliar a eficácia do tratamento e monitorar os efeitos adversos mais comuns, além disso, pacientes com doença de Alzheimer podem se beneficiar da atividade física, que pode melhorar a função cognitiva, manter a mobilidade, reduzir sintomas comportamentais e melhorar a qualidade do sono. Adaptar as atividades às capacidades individuais, considerar preferências pessoais e fornecer suporte são fundamentais para maximizar os benefícios dessa prática (BRASIL, 2017).

É notável que o acompanhamento farmacológico na doença de Alzheimer requer uma estreita supervisão por parte dos cuidadores, dada a perda de autonomia e o progressivo déficit cognitivo dos pacientes. Esse monitoramento é crucial para garantir a adesão adequada ao tratamento. No caso específico do uso do adesivo transdérmico de rivastigmina, uma estratégia farmacêutica comumente adotada é aplicar o medicamento em locais de difícil acesso para o paciente, como a região lateral das costas ou áreas cobertas por vestimentas. Essa abordagem visa reduzir a probabilidade de remoção não autorizada do adesivo. Além disso, é essencial que o armazenamento domiciliar dos medicamentos seja realizado de forma segura e diferenciada, a fim de prevenir possíveis intoxicações e garantir a eficácia terapêutica. O profissional farmacêutico desempenha um papel fundamental durante a dispensação dos medicamentos, bem como em atividades educativas de saúde, onde além de promover o uso racional dos medicamentos, também pode realizar uma avaliação criteriosa de potenciais interações medicamentosas (RAYANNE; VERAS; LEITÃO, 2021).

Um estudo conduzido pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) de Minas Gerais durante o período de 2018 a 2019 revelou um total de 270 pacientes atendidos em 663 consultas farmacêuticas, durante as quais foram identificados 708 problemas relacionados a medicamentos. Como medida corretiva, intervenções foram realizadas, incluindo visitas aos prescritores para a readequação das prescrições. O relatório documenta um total de 1893 intervenções farmacêuticas. Essas intervenções resultaram em uma notável melhora na resposta ao tratamento e na consecução dos objetivos terapêuticos estabelecidos do cuidado farmacêutico. Além disso, houve uma efetiva economia de recursos públicos,

especialmente considerando que a maioria dos pacientes atendidos estava no CEAF. Esses achados demonstram a importância das intervenções farmacêuticas na otimização da terapia medicamentosa e na gestão eficiente dos recursos de saúde (BRASIL, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença e contribuição do profissional farmacêutico no cuidado à doença de Alzheimer são amplamente reconhecidas devido à complexidade do tratamento e à necessidade de uma abordagem multidisciplinar para garantir a efetividade terapêutica. Dados disponíveis enfatizam a importância da orientação farmacêutica como parte integrante do manejo dessa condição neurodegenerativa. A abordagem farmacêutica desempenha um papel fundamental na otimização da farmacoterapia, o que, por sua vez, influencia positivamente a adesão do paciente ao tratamento. Além disso, a presença do farmacêutico permite a identificação e a gestão de reações adversas e interações medicamentosas, visando à segurança e à eficácia terapêutica. Essa intervenção farmacêutica personalizada não apenas melhora os resultados clínicos, mas também contribui para a qualidade de vida dos pacientes com doença de Alzheimer e seus cuidadores.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

FILHO, Ronaldo Pontes Barreira; BARREIRA, Idalbenia V. Barbosa P. **Doença de Alzheimer**: diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2017.

RAYANNE, Patrícia; VERAS, Lenara; LEITÃO, Joseana Martins Soares de Rodrigues. **Atenção farmacêutica na doença de alzheimer**. São Paulo, Research, Society and Development, 2021.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais do Cuidado Farmacêutico**. Ministério da Saúde. 2023.

ALZHEIMER'S, Disease Research. **A progressão da doença de Alzheimer**. Fundação BrightFocus, 2022.

CÂMARA, Aline Barros. **Receptores neurais e a doença de Alzheimer**: uma revisão sistemática da literatura sobre as famílias de receptores mais associados a doença, suas funções e áreas de expressão. Rio Grande do Norte: Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2019.

ZANOTTO, Luciane Fabricio et al. **Doença de Alzheimer**: um estudo de caso sobre o transtorno neurocognitivo que mais afeta idoso. Santa Catarina: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 2023.

RODRIGUES, Wesley Carvalho; PEREIRA, Ana Beatriz Aparecida Alves; LOPES, Graciana de Sousa. **Alzheimer na família**: fatores que influenciam no cuidado prestado ao paciente no ambiente domiliar - relato de experiência. Amazonas: Revista contemporânea, 2023.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 13, de 28 de novembro de 2017**. Ministério da Saúde,

2017.

BRASIL, MINISTERIO DA SAÚDE. **Memantina para doença de Alzheimer**. Conitec. Relatório de recomendação, 2017.

BRASIL. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Cuidado farmacêutico**, 2019.

EDITORA
OMNIS SCIENTIA

contato@editoraomnisscientia.com.br
https://editoraomnisscientia.com.br/
@editora_omnis_scientia
https://www.facebook.com/omnis.scientia.9
+55 87 99914-6495

EDITORA
OMNIS SCIENTIA

contato@editoraomnisscientia.com.br
https://editoraomnisscientia.com.br/
@editora_omnis_scientia
https://www.facebook.com/omnis.scientia.9
+55 87 99914-6495